

Reformas Sociais da 1ª República

Maria Máxima Vaz

Tese de Doutoramento em História Contemporânea

Dezembro, 2012

[DECLARAÇÕES]

Declaro que esta tese/ Dissertação /Relatório /Trabalho de Projecto é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

Maria Maximiliana Vaz

Lisboa, 22 de Junho de 2013.

Declaro que esta tese/Dissertação / Relatório / Trabalho de Projecto se encontra em condições de ser apreciado pelo júri a designar.

O(A) orientador(a),

F. R.

Lisboa, 21 de Junho de 2013

Siglas

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

ASM – ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MÚTUOS

ISSOPG – Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral

PD – PARTIDO DEMOCRÁTICO

PRP – Partido Republicano Português PD – Partido Democrático

PSP – Partido Socialista Português

Resumo

Esta tese tem como objectivo conhecer e analisar as leis de carácter social publicadas durante a Primeira República Portuguesa.

Não existindo estudos sobre a totalidade destas leis, a maior parte do texto foi produzido com base em fontes documentais.

A caracterização das épocas e dos grupos sociais, bem como a sua composição, estão fundamentadas com transcrições de textos de historiadores especializados neste período e nestas matérias.

O trabalho foi dividido de acordo com os órgãos do poder que produziram os vários textos legislativos, pelo que temos:

- . Decretos emanados do Governo Provisório em 1910/1911;
- . Leis aprovadas pelo parlamento, durante os anos de 1913/1915;
- . Decretos do Governo no ano de 1919.

As fontes principais a partir das quais foi feito este trabalho, foram os Diários das sessões da Assembleia Nacional Constituinte, da Câmara dos Deputados e da Câmara dos Senadores bem como os próprios textos legislativos.

No caso da lei do descanso semanal e do horário dos menores e das mulheres, foram feitas consultas aos Diários das sessões da Câmara dos Senhores Deputados da monarquia, nas quais foram apresentados e debatidos projectos sobre estas duas leis.

No texto estão declarados os contributos desses projectos para a lei publicada pelo Governo Provisório no caso do descanso semanal e para a lei do horário dos menores e das mulheres publicada em 1915.

O estudo acompanha todo o processo pelo qual passou uma lei, desde a apresentação do projecto-lei e seguindo a sua discussão na generalidade e na especialidade até à aprovação final e publicação no órgão oficial do Governo.

Segue depois a regulamentação destas leis e a sua efectivação e cumprimento.

Alude a documentos enviados ao parlamento pelas organizações operárias e às formas de exercer pressão, com o objectivo de fazerem aprovar as leis, na altura da sua discussão ou para que fossem publicadas quando já estavam aprovadas.

Recorre ainda a outras fontes para conhecimento da aceitação ou desagrado popular manifestados na imprensa, preferencialmente aos órgãos dos sindicatos e em segundo lugar à imprensa generalista.

No que diz respeito aos decretos publicados em 1919, é dada uma visão do contexto histórico português e europeu, informando das vicissitudes por que passaram estes decretos até serem levados à prática.

Foi constituído um capítulo final onde se apresentam os republicanos que tomaram parte na elaboração destas leis, quer como apresentadores de projectos quer como intervenientes nos debates.

Na conclusão tecem-se algumas considerações sobre todo o período de vigência da Primeira República Portuguesa, a forma como actuaram os governos republicanos e os políticos dos vários partidos, relativamente à questão social.

Summary

This thesis aims to understand and analyze the social laws published during the Portuguese First Republic.

As there were no studies on the whole of these laws, the majority of the thesis is based on documentary sources as well as on transcripts of historians specialized in this period and these issues as to substantiate the characterization of the time frame and social groups, as well as their composition.

The study was divided according to governing bodies who produced the various pieces of legislation such as:

- . Decrees issued by the Provisional Government in both 1910 and 1911;
- . Laws passed by parliament during the years 1913 to 1915
- . Government Decrees from the year 1919

As main sources from which this work was done were the Daily sessions of the National Constituent Assembly, of the Chamber of Deputies and of the Chamber of Senators, as well as their own legislation.

As far as the weekly rest laws and minors and women working hours are concerned we consulted the Daily sessions of the Chamber of Deputies of the monarchy where drafts of these laws were presented and debated. We also show in the study the contributions of these drafts to the laws later published by the Provisional Government in 1915.

The study follows the entire process by which a law passed. From the submission of the draft, followed by its discussion in general then in particular until the final approval and its publication at the official Government paper. Afterwards we follow the regulation, implementation and enforcement of these laws.

The study also refers to documents sent to parliament by workers' organizations and their forms of pressure aiming to make laws approved at the time of the discussion as well as making pressure for these to be published upon their approval by the Government.

This thesis also relies on other sources such as the unionised press and the main stream press to account for the acceptance or displeasure with these laws.

As far as the decrees published in 1919 are concerned, we give an overview of the Portuguese and European historical context reporting the vicissitudes these decrees went through until put into practice.

In our final chapter we introduce the Republicans who took part in drafting these laws, whether by being the bearer of the draft or being the ones involved in the debates.

The thesis concludes with some thoughts on the whole duration of the First Portuguese Republic, assessing the way the Republican government and the politicians of the different parties acted regarding social issues.

Índice

I - Introdução.....	1
O estado da questão.....	2
Metodologia.....	6
 II – As Medidas Sociais do Governo Provisório	9
1. A conjuntura sócio-económica.....	9
2. O Decreto-lei da Greve.....	13
3. O Decreto-lei do Descanso Semanal.....	32
 III – Medidas apresentadas na Assembleia Nacional Constituinte.....	49
1. Projectos sobre reformas sociais.....	49
 IV – Medidas apresentadas na Câmara dos Deputados – 1911/1914.....	58
1. Apresentação de um projecto-lei de um horário de 10 horas.....	58
2. Discussão do projecto-lei de acidentes de trabalho.....	60
2.1. Discussão na generalidade.....	60
2.2. Discussão na especialidade.....	80
 3. Horário de trabalho de 10 horas.....	92
3.1 Horário para a indústria.....	92
3.2. Horário para o Comércio.....	114

3.3. Horário dos menores e das mulheres.....	126
V – A conjuntura portuguesa no pós-guerra.....	140
1. Acontecimentos políticos.....	140
2. O Horário de 8 horas.....	157
2.1. O decreto n.º 5 516.....	157
2.2.Regulamentação do Decreto-lei 5 516, jornada de 8 horas	161
2.3. O horário de 8 horas na imprensa.....	171
3. Os Seguros Sociais Obrigatórios.....	193
3.1. Decreto 5 636, o seguro social obrigatório na doença.....	203
3.2.Decreto 5 637, o seguro social nos desastres no trabalho.....	206
3.3.Decreto-lei 5 638, o seguro social obrigatório na invalidez, velhice e sobrevivência.....	207
3.4. Decreto5 639, organização das Bolsas de Trabalho.....	210
4.O salário mínimo.....	212
VI – Conclusão.....	217

Introdução

O objectivo desta tese é conhecer as reformas sociais da Primeira República Portuguesa. Conhecer as leis sociais e a sua história. Conhecer os homens que as propuseram e defenderam e também aqueles que se lhe opuseram. Sendo um assunto que exige o conhecimento das leis que se publicaram, comecei por definir:

Objectivos

1. – Saber que direitos foram consagrados na lei;
2. - Procurar leis de carácter social publicadas durante a Primeira República;
3. – Conhecer todo o processo de passagem de um projecto a lei;
4. – Saber quem apresentou projectos de reformas sociais, quem os defendeu e quem os combateu;
5. – Conhecer as tomadas de posição dos homens da Primeira República no que concerne às reformas sociais;
6. – Saber da sua fundamentação e conhecimentos sobre a questão social e teorias defendidas;
7. - Conhecer os actos dos governos republicanos relativamente às reformas sociais;
8. – Saber se foram cumpridas as reformas legisladas.

Cronologia

Delimitei o âmbito da investigação, no tempo: de 1910 a 1926, correspondendo ao tempo de duração da Primeira República.

O estado da questão.

Este assunto, até à data de início do meu trabalho, (2008), mereceu o interesse de uma minoria de historiadores e investigadores. Encontram-se raras e breves referências em estudos de alguns historiadores, mas não um estudo que nos dê uma visão de conjunto das reformas sociais empreendidas pelo poder republicano, bem como dos seus resultados práticos.

O decreto-lei da greve, por ter merecido a rejeição dos trabalhadores e ter dado motivo a uma grande luta, é, de todas as leis destinadas ao mundo operário, a mais conhecida e vários historiadores se referem a ela.

O decreto do descanso semanal merece poucas referências e não conheço nenhum trabalho sobre todo o processo e a sua aplicação efectiva.

O horário de trabalho de 10 horas é praticamente ignorado.

Sobre a lei 83/13, acidentes de trabalho, existe um estudo de Miriam Halpern Pereira sobre o Estado Previdência, onde fala desta lei, dando-nos conta dos debates parlamentares e das posições tomadas pelos defensores e opositores do projecto de Estêvão de Vasconcelos, das dificuldades na aprovação, do atraso na publicação, bem como do deficiente cumprimento até 1919.

Aparte este estudo, apenas se menciona de passagem. A referência mais pormenorizada que encontrei é feita por Maria Alice Samara:

«Em Julho de 1913, durante o Governo de Afonso Costa foi publicada a lei n.º83, que tornava eficaz o princípio da responsabilidade patronal nos acidentes de trabalho, podendo esta ser transferida para as seguradoras. No entanto, a aplicação da lei não foi satisfatória: “Sendo um passo em frente significativo, a lei viria a ter uma aplicação limitada, dado não ter carácter imperativo, funcionando os Tribunais

de Desastres no trabalho nela previstos de forma irregular e precária”.¹ Em Outubro de 1914 foi aprovado o regulamento dos acidentes de trabalho (modificado em Outubro de 1915). Em 1918, o decreto n.º 4 288 regularizou esta questão.»² e ³

O horário de 8 horas é mais conhecido, mas o processo de regulamentação nunca é abordado. Desconheço qualquer alusão a este processo.

Os decretos dos seguros sociais obrigatórios são assunto também tratado globalmente por Miriam Halpern Pereira, no trabalho já mencionado, mas não exclusivo e poderei afirmar, que a Previdência, as Mutualidades e mesmo os antecedentes da segurança social estão mais contemplados. Sobre a importância dos decretos de 1919, afirma:

«De 1919 em diante, começou a ser implementado um sistema completo de segurança social. Num espaço de tempo relativamente curto, Portugal, que nesta área não tinha anteriormente acompanhado outros países europeus, colocou-se na vanguarda no plano legislativo, juntamente com a Alemanha, os países nórdicos, a Inglaterra e a Espanha, deixando para trás a França. Esta evolução não foi fácil e teve de enfrentar resistências de vária origem.

A criação em 1919, do sistema integrado de segurança social obrigatório em Portugal tem sido apresentada como iniciativa interessante e generosa, mas desinserida, em larga medida resultado da proposta do ministro socialista Augusto Dias da Silva e dos seus conselheiros (...) Contudo, não se está nem diante de um projecto improvisado, nem de medidas sem consequências ... Bem pelo contrário ...»⁴.

¹ Maria Alice Marques de Almeida, *A primeira República Portuguesa e o Estado Previdência*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão, 1997, (dissertação de mestrado). (Citação da autora)

² Maria Alice Samara, «A questão social: à espera da «Nova Aurora», in *História da primeira República Portuguesa*, Org. Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo, (2009), pág.158

³ Além dos regulamentos aqui mencionados, existem ainda o decreto n.º 182 de 9/10/1913, a Portaria n.º 68 de 15/11/1913 e a lei .º 801, de 3/9/1817, todos decorrentes de deficiências existentes na lei n.º 83 ou de dificuldades na sua aplicação.

⁴ Miriam Halpern Pereira, *As Origens do Estado Previdência em Portugal: As Novas Fronteiras entre Público e Privado.*, in *A Primeira República Portuguesa, Entre o Liberalismo e o Autoritarismo*, Coord. de Nuno Severiano Teixeira e António Costa Pinto, (2000), pág.47

Dá informações pormenorizadas dos antecedentes e faz a ligação com as mutualidades e associações de socorros mútuos e o que aconteceu nos anos trinta sobre esta questão.

Os seguros sociais obrigatórios estão a despertar agora mais interesse e nos últimos anos têm sido feitas algumas teses de mestrado com importância nesta matéria. O conhecimento dessas teses deu-me informações úteis mas não suficientes para os meus objectivos. Pretendo conhecer as leis sociais destinadas a fazer justiça especificamente aos trabalhadores. Uma das teses é sobre «A Protecção Social Pública na Velhice em Portugal: Evolução Histórica de 1919 a 2008» e é da autoria de Artur Luís Veigas Soares Pais. Fala apenas no seguro social obrigatório 5 638, aquele que tem a ver com o tema do seu estudo – o seguro na invalidez, velhice e sobrevivência. Por abranger um longo período e incluir vários países, não se detém na análise. A data deste estudo é de 2010, já posterior ao início do meu trabalho.

Um artigo publicado na revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa em 2009 trata com mais pormenor os decretos de 1919. Abrange o período decisivo de publicação e implementação dos serviços e encontrei nele informações que nenhum outro estudo contém, embora haja ainda muito a fazer, para termos um conhecimento completo do grau de aplicação. Dá-nos a sua visão do estado do conhecimento destes seguros em 2009:

«O estudo da instalação e funcionamento do sistema de seguros sociais obrigatórios em Portugal durante a 1.^a República, ao longo do período compreendido entre os anos de 1919 e 1928, permanece em larga medida por fazer. O implacável ataque que lhe foi movido pelo regime do Estado Novo, transformou a actividade desenvolvida pelo Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e Previdência Geral (ISSOPG) num mero sinal de ineficiência das instituições sociais e políticas do estado republicano, recusando-se admitir qualquer contribuição válida ou passo relevante para a construção de um moderno sistema de segurança social. Tal anátema deixou um enorme silêncio e desconhecimento sobre o que de facto se passou durante os 10 anos de funcionamento do ISSOPG.

(...) o legado historiográfico é escasso e a matéria não tem suscitado a atenção de que é merecedora.»⁵

Sendo este estudo de 2009, também posterior ao início da pesquisa que eu estava a fazer e sendo os seus autores desta opinião, continua a justificar-se que inclua no meu trabalho esta matéria.

Há estudos sobre questões sociais, mas que se centram mais na previdência e na assistência do que nesta questão da lei n.º83 e dos seguros obrigatórios. Não foi meu objectivo estudar a Previdência nem Assistência Pública e esses estudos, embora relacionados com o meu trabalho não eram o objecto da minha pesquisa, embora reconhecendo o seu muito valor e importância nas áreas de que tratam e o incontestável mérito dos seus autores. Sobre previdência e assistência em Portugal, não faltam bons estudos e eu poucos contributos poderia trazer.

O trabalho-projecto da autoria de David Oliveira Ricardo Pereira, *As Políticas Sociais em Portugal (1910 – 1926)*, refere as leis.º 295, n.º296 e n.º297 de 1915, (horário de 10 horas), a título de informação, não entrando na sua análise, mas é o único autor que parece conhecê-las. Trata de quase todas as políticas sociais: Previdência, Assistência, Mutualismo, Desemprego, Habitação, Mendicidade... Aborda o decreto 5 516 (horário de 8 horas), e sobre a lei 83/13 e os seguros sociais obrigatórios diz o seguinte:

«... a Lei n.º83, de 24 de Julho de 1913, que aprovou a responsabilidade patronal pelos acidentes de trabalho sendo omissa na garantia de obrigatoriedade dos patrões pagarem o seguro dos seus empregados, matéria que só o Decreto n.º 5 637, de 10 de Maio de 1919 viria a colmatar, acompanhado pelo Decreto n.º 5 636, de criação do seguro social obrigatório na doença e do Decreto n.º 5 638, de

⁵ José Luís Cardoso e Maria Manuela Rocha, O seguro social obrigatório em Portugal (1919 – 1928): acção e limites de um Estado providente, artigo disponibilizado na internet (PDF), pág.1. Foi publicado em *Análise Social*, Vol. XLIV (192), 2009, págs 439 -470

criação do seguro social obrigatório em situações de invalidez, velhice e sobrevivência dos trabalhadores.»⁶

O autor citado afirma que sobre estas leis só existem trabalhos reduzidos, parcelares e que são necessários novos contributos.

Na verdade, a questão das leis sociais da 1.^a República, embora abordada em estudos com ela relacionados, ou estudada alguma parte específica, está insuficientemente investigada, e, como afirma, precisa de mais contributos.

Não encontrei estudos sobre horários, descanso, reformas, salários e outros direitos dos trabalhadores. Referências apenas, há muitas, e, de tudo quanto consultei, quem mais regista é Manuel Villaverde Cabral, nas duas obras: *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no Século XIX* e *Portugal na Alvorada do Século XX*, mas sempre quando vem a propósito da matéria que trata naquele capítulo.

Concluí que devia procurar, por isso, as leis e os decretos, investigando todo o processo, começando pela apresentação dos projectos-lei.

Metodologia

Numa primeira fase organizei a bibliografia, que fui completando com o avançar da pesquisa e a verificação das obras que me trariam um melhor e mais completo conhecimento, principalmente onde se tornava indispensável – o movimento operário e as condições e situação económica do país.

Como o primeiro Projecto-lei foi o que reconheceu o direito à greve, pesquisei nos órgãos de imprensa operária notícias que me dessem informações.

⁶ Pereira, David, (2008), pág. 17

Na sequência desta pesquisa, tive necessidade de conhecer melhor o pensamento e as orientações dos sindicatos e outras organizações operárias. Consultei algumas obras, das quais destaco: *Os Sindicatos Operários e a República Burguesa (1910 - 1926)*, de David Carvalho, *O Operariado e a República Democrática (1910 – 1914)*, de César Oliveira, *Para a História do Sindicalismo em Portugal*, de Alexandre Vieira, *Anarquistas, Republicanos e Socialistas em Portugal. As Convergências Possíveis (1892 – 1911)*, de António Ventura, *O Sindicalismo em Portugal. Esboço Histórico*, de Manuel Joaquim de Sousa. (Ver bibliografia).

O Decreto do Descanso Semanal tive conhecimento dele pelo Jornal *O Mundo* (28-11-1910), pelos Diários das sessões da Câmara dos Senhores Deputados, durante o ano de 1907 e pela leitura de uma biografia de Afonso Costa, da autoria de A. H. Oliveira Marques.

Para conhecimento da lei 83/13 e das leis do horário de trabalho de 10 horas, consultei os Diários da Câmara dos Deputados.

Foi a maior e a melhor fonte para atingir os meus objectivos. Segui a discussão desses projectos durante os longos períodos de debates até serem aprovados e publicados.

Acompanhei o processo de regulamentação dessas leis.

Paralelamente indaguei sobre as reacções do proletariado. Para tal, mister se tornou, voltar aos órgãos de imprensa dos sindicatos, bem como de outras organizações operárias.

Impunha-se conhecer também as tomadas de posição públicas, das entidades empregadoras, que apenas conheci pelas declarações feitas no parlamento e pelas representações para lá enviadas. Procurei órgãos de imprensa da Associação Industrial e Comercial sem resultado. Contactei directamente essas associações que me informaram que os primeiros boletins datam de 1938, pelo que estavam fora do âmbito da minha pesquisa.

Verificando que os maiores obstáculos colocados pelos políticos à publicação de reformas sociais eram o atraso da nossa economia e as dificuldades do seu desenvolvimento, necessário se tornou obter conhecimento nesta matéria. Fiz a leitura de obras sobre a nossa história económica, das quais destaco *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no Século XIX* e *Portugal na Alvorada do Século XX*, de Manuel Villaverde Cabral, e *Portugal Económico e Outros Escritos Económicos e Financeiros, 1911-1925*, de Anselmo de Andrade, entre outros.

. (Ver bibliografia)

A legislação mais importante para os trabalhadores não emanou do parlamento. Foram decretos do governo após o fim da 1.^a Grande Guerra, publicados em 1919. Estabelecem um horário de 8 horas e os seguros sociais obrigatórios.

As fontes principais para saber o que foi a luta de aplicação do horário de trabalho de 8 horas são os jornais e os Diários da Câmara dos Deputados. O jornal *O Combate* acompanha todos os acontecimentos que se prendem com o horário de 8 horas.

Quanto aos decretos dos seguros sociais obrigatórios, consultei as fontes depositadas em 2008 no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Tudo o que se refere aos Seguros Sociais Obrigatórios tem fontes específicas:

Além dos textos legislativos, toda a documentação do âmbito dos organismos que constituíam o Instituto dos Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral.

De tudo o que consultei elaborei fichas com os dados mais importantes. Imprimi os textos de alguns Diários das sessões parlamentares. Requisitei reproduções de artigos de imprensa e de documentos. Imprimi a publicação no Diário do Governo, de todas as leis e decretos-lei do trabalho.

II – Medidas sociais do Governo Provisório

1. A conjuntura sócio-económica

A República foi proclamada numa conjuntura de grande conflitualidade social e económica.

Seria a república capaz de resolver os problemas sociais do povo português?

Depois de dezasseis anos de regime republicano, depois da queda da República, depois de alguns anos de governo do Estado Novo, um convicto republicano tem uma opinião que merece reflexão:

«Nasceu o novo regime sob o exclusivo signo do Político quando melhor seria que surgisse sob a vincante preocupação do Social.»⁷

Considerava Cunha Leal que foi prematura a proclamação da República em Portugal e, a seu ver, só deveria ter acontecido «quando os fortes impulsos e movimentos de justiça atinentes a prover-se de remédio o triste destino económico e cultural das grandes massas humanas se tivessem feito sentir.»⁸

Teria, de facto, sido prematura a implantação da república?

Outros Historiadores fazem análises da situação do país e da Europa que são indicadoras do contrário:

«Na realidade, na transição do século XIX para o século XX, um pouco por todo o Ocidente europeu, e em Portugal ao ritmo e com a extensão condicionados pelas especificidades socioeconómicas, políticas e culturais do meio, os sistemas liberais oligárquicos começavam a ser minados nos seus fundamentos pelas

⁷ Leal, Cunha, (1966) pag 63

⁸ Ibidem

dinâmicas de mudanças de um capitalismo em profunda transformação económica e tecnológica. O capitalismo concorrencial dava lugar ao capital financeiro, à segunda revolução industrial (...) e de uma nova vaga de revoluções sociais. (...). A crise dos sistemas liberais surgia potenciada basicamente por uma inédita irrupção das massas na política, ou seja, pela emergência de novas classes e grupos sociais ...»⁹

Teriam os republicanos compreendido a realidade do seu tempo? Teriam tomado as medidas mais adequadas e justas? Teriam consagrado na lei todos os direitos desse povo trabalhador?

Quem era o povo de que falavam os republicanos? Qual a composição da sociedade portuguesa?

Em resultado do processo de industrialização, apareceu uma nova classe social, que, embora tardiamente em relação aos outros países da Europa, vinha alterar o panorama social.

«Também em Portugal o lento mas seguro processo de industrialização do último quartel do século XIX concentra, sobretudo em Lisboa e nos seus arredores a sul do Tejo, um proletariado industrial moderno, fabril, que acorre dos campos à cidade e às fábricas instaladas junto ao porto de Lisboa (...). O operariado fabril é minoritário. Convive com uma multidão de operários oficinais, trabalhadores indiferenciados, artesãos proto-industriais, (...), sem qualquer esquema de protecção assistencial que não fosse o resultado da sua própria iniciativa associativa.»¹⁰

E sobre esta questão, cito ainda:

«Simultaneamente ao crescimento numérico, absoluto e relativo, a força de trabalho industrial e para-industrial, inclusive a dos transportes e armazéns, constata-se o reforço da concentração destas actividades na região de Lisboa-

⁹ Fernando Rosas, «A crise do liberalismo oligárquico em Portugal», in *História da Primeira República Portuguesa*, Org. Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo, (2009) pags 15 e 16

¹⁰ Fernando Rosas, «A crise do liberalismo oligárquico em Portugal», in *História da Primeira República Portuguesa*, Org. Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo, (2009), pag. 17

Setúbal e nas regiões costeiras em geral. (...). A norte, a região do Porto, que se prolonga pelo distrito de Braga e, para Sul, pelo distrito de Aveiro, conserva o primeiro lugar no que respeita à têxtil algodoeira e de linho.”¹¹

E acrescenta um pouco mais adiante:

«Segundo Bento Carqueja, em 1900, o trabalho nas fábricas, fabriquetas e oficinas, assim como nos ofícios dos transportes e manutenção de mercadorias, fazia viver 1.150.000 pessoas no país; em 1911, estes mesmos empregos davam de comer a uma população de mais de 1.350.000, isto é, perto de um quarto da população total. O mesmo autor calcula que a população de Lisboa e arredores se elevava, em 1911, a cerca de 450.000 pessoas, das quais 200.000 exactamente, ou seja, 45%, viviam dos ofícios industriais e para-industriais. Dada uma taxa de ocupação calculada por Carqueja em pouco menos do que 50%, isso representava 18.000 empregados nos transportes, docas, armazéns, e cerca de 80.000 operários na indústria e construção civil. (...). No Porto e arredores, na mesma altura, mais de 53% de uma população total de 180.000 pessoas tirava os seus rendimentos dos ofícios industriais e dos transportes, percentagem nitidamente superior à de Lisboa.»¹²

No final do século XIX e primeira década do século XX, embora os camponeses continuassem a ser a maioria, a composição da população registava alterações como se pode constatar num quadro de dados apresentado na página 131 da obra a que me reporto:

Na agricultura, a ocupação passou de 1.563.000 indivíduos, para 1.462.000, entre 1890 e 1911;

Nas indústrias e suas ligações, passou de 448.000 em 1890, para 548.000 em 1911.

A população activa variou entre 2.540.100 e 2.545.100 indivíduos, sendo a população total 5.050.000 em 1890 e 6.000.000 em 1911.

A diminuição de indivíduos ocupados na agricultura justifica-se com o aumento da população de Lisboa:

¹¹ Villaverde Cabral, (1979), pág.131

¹² Op. cit., págs 134, 135

«Lisboa cresceu rápida e exponencialmente entre o último quartel do século XIX e os anos 30 do século XX. Passou de 228 mil habitantes em 1879 para cerca de 600 mil em 1930: em 52 anos ... quase triplicou. O acréscimo ficou claramente a dever-se às migrações da população rural dos arredores de Lisboa e um pouco de todo o país para a capital. Fugia-se à miséria, à fome e à absoluta impossibilidade de sobreviver sentidas por uma imensa legião de camponeses pobres ou de assalariados rurais... muitos fixaram-se na grande cidade em crescimento, onde se dizia haver novas oportunidades de trabalho nas fábricas, na estiva do porto, nas oficinas, no comércio, a servir fosse onde fosse. Em 1880, esses imigrantes internos já somavam mais de 130 mil dos 300 mil habitantes da capital (cerca de 44 por cento) e cinquenta anos depois os originários de fora do concelho (347 400) representavam 54 mil dos perto de 600 mil habitantes da capital.»¹³

Toda esta gente “sem eira nem beira”, sem meios de sobrevivência, dependendo de trabalho precário era facilmente atraída pelas promessas demagógicas que afirmavam resolver os seus problemas. E os que conseguiam trabalho queriam melhorar as suas condições de vida. A República foi aclamada na capital, onde havia uma população ansiando por melhores dias:

«Na base, o vasto mundo popular dos caixeiros, marçanos, moços de recados, pequenos funcionários e modestos empregados, vendedores ambulantes, sargentos e cabos das Forças Armadas ... pouco se distinguia – do ponto de vista da sua situação económica e social, das zonas de habitação e convívio e até das suas habitações – do mundo operário. Essa imensa amálgama de pobreza proletária, assalariada, artesã, popular, constituía a plebe urbana lisboeta (...).»¹⁴

E sobre ramos de trabalho na capital, cito:

«Lisboa, primeira cidade e capital do país, estava à frente no que respeita à construção civil e obras públicas, assim como numa série de serviços cujos trabalhadores faziam evidentemente parte do proletariado urbano: água, gás,

¹³ Rosas, (2010), pág.18

¹⁴ Fernando Rosas, «A crise do liberalismo oligárquico em Portugal», in *História da Primeira República Portuguesa*, Org. Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo, (2009) pag 18

electricidade, correios e telecomunicações e, sobretudo, os transportes – docas, caminhos de ferro, e eléctricos. Lisboa e a sua região reuniam assim, toda a gama possível no que respeita à dimensão dos estabelecimentos, desde a pequena oficina até à fábrica de mais de 1 000 operários como a C.U.F.»¹⁵

Este mesmo autor lembra ainda algumas bolsas de operariado industrial no norte, bem como os trabalhadores da actividade piscatória e da indústria conserveira e um sem fim de oficinas de tipografia, serralharia, marcenaria, alfaiataria e sapataria, que havia em todas as cidades e seus arrabaldes e não divergiria muito da composição da população urbana das cidades onde predominava o operário das fábricas e oficinas, como era o caso da Covilhã, Marinha Grande, Tomar, ou Coimbra. A diferença seria mais numérica do que qualitativa. Acrescia a esta, a população do mundo rural: pequenos agrários, pequenos comerciantes no norte e centro e inúmeros assalariados no sul.

«A grande massa da população rural era, todavia, constituída pelos trabalhadores eventuais, sem terra nem, muitas vezes, casa sequer, sem eira nem beira (...)

Este grande grupo proletário abarcava uma população adulta de umas 200 000 pessoas ...»¹⁶

Em toda esta população encontrou a República audiência e ganhou adeptos. Os trabalhadores acreditaram e lutaram pela implantação da República.

A primeira medida dirigida à população operária, foi legalizar a greve.

2. O decreto-lei da greve

O direito à greve foi o primeiro a ser reconhecido, por decreto com força de lei, de 6 de Dezembro de 1910 e publicado no dia seguinte. Foi logo rejeitado pelos trabalhadores, que o designaram de “lei burla”.

¹⁵ Villaverde Cabral, (1979), pág. 270

¹⁶ Villaverde Cabral, (1979), pág.279

Os artigos que mais indignaram as massas operárias foram os seguintes:

«Artigo 1.º É garantido aos operários, bem como aos patrões, o direito de se coligarem para a cessação simultânea do trabalho.

Artigo 4.º As coligações patronais e operárias para a cessação do trabalho em serviços de interesse público, serão anunciadas nos termos e com a antecipação marcadas no presente decreto:

1. Com doze dias de antecipação quando tendam a privar o público da luz, da água, dos géneros de primeira necessidade, ou quando por motivo deles hajam de ficar sem assistência os enfermos ou asilados;

2. Com oito dias de antecipação quando delas resultar a suspensão de funcionamento ferroviário ou de outros serviços de transportes em comum, terrestres, fluviais ou marítimos.

Artigo 10.º Não podem coligar-se para a cessação do trabalho os funcionários, empregados ou salarizados do Estado ou dos corpos administrativos, seja qual for a sua categoria e a natureza dos serviços que prestam, sob pena de demissão ou despedida do serviço.»¹⁷

No artigo 13.º declarava que entrava imediatamente em vigor e seria, posteriormente, sujeito à apreciação da Assembleia Nacional Constituinte.

Reconhecer aos trabalhadores o direito à greve e aos patrões o direito ao lock-out., estabelecer que o pré-aviso seria enviado com doze e oito dias de antecipação e negar aos funcionários públicos o direito à greve, são os principais motivos de indignação dos trabalhadores. A agitação foi grande e a discordância está publicamente expressa na imprensa afecta ao mundo do trabalho. Nas formas de luta contra o decreto e na imprensa, vão expressar as razões do seu desagrado e lembrar os serviços prestados à República.

O Sindicalista, de tendência socialista, foi um dos primeiros jornais a manifestar-se. Era um órgão fundado há poucos dias, visto que o primeiro número se publicou a 13 de Novembro de 1910, e no seu número 3, a 11 de Dezembro, trazia um

¹⁷ Decreto-lei da greve

artigo condenando a lei da greve. E só não o fez antes, porque era um jornal semanal. O primeiro número que saiu depois da publicação da lei da greve trouxe logo a sua reprovação. A crítica não se limita a atacar a lei da greve, como podemos constatar:

«No tempo da ominosa monarquia não existia o direito à greve. Veio a república, e um dos primeiros actos do governo provisório foi reconhecer esse direito. Agora, porém, esse mesmo governo acaba de forjar um decreto, que é mais reaccionário do que todas as leis coercitivas nesse sentido feitas pela odiada monarquia.

Pretende-se ludibriar o operariado, concedendo-se-lhe um direito do qual, afinal, não pode usar, porque a isso se opõe o recente decreto que regula o exercício da greve.

Em presença da ignominiosa farsa que vem de representar-se, o que nos cumpre fazer a todos nós salarizados?

Demonstrar ao governo da república que não somos um bando de inconscientes. De todos os nossos peitos deve sair um clamoroso brado de protesto contra o decreto burla, que nos dá a ilusão de que estamos vivendo ainda sob a tutela de João Franco.»¹⁸

A 18 de Dezembro publicou um artigo sobre o decreto da legalização da greve, com o expressivo título: “Protestemos e organizemo-nos”, no qual apresenta as razões do protesto:

«Contra o decreto que regulamenta as greves, essa estupenda mistificação governamental a que deve corresponder da parte do proletariado o mais vivo e enérgico clamor contra a brutal manifestação dos intuitos reaccionários do poder».¹⁹

O articulista acrescenta ainda referência à generosidade do povo que lutou pela implantação da república, atraído por promessas largos anos, pagas agora com uma lei iníqua. Em sua opinião, foi o medo que levou o Governo a publicá-la, mas nada justificava a promulgação de semelhante medida, porque nenhuma força temível se

¹⁸ O Sindicalista de 11/12/1910, pag. 1

¹⁹ O Sindicalista de 18/12/1910, pag. 4

escondia por detrás das últimas greves. Em sua opinião, o povo faminto, apenas pedia mais umas migalhas, porque a passividade do seu carácter e a ignorância, não o levam a exigir os seus direitos.

Os órgãos de imprensa operária, combateram tenazmente o decreto-lei da greve, moveram-lhe mesmo uma luta organizada. Todas as acções foram noticiadas pelo *Sindicalista*.

Ainda no mesmo n.º 6, de 18 de Dezembro de 1910, pode ler-se um artigo intitulado:

«Contra o decreto burla

Reuniram-se na passada 5.^a feira os operários do Arsenal do Exército a convite do respectivo sindicato. Foi apreciado o decreto que mereceu justa reprobção, que aprovou documentos para início de um grande movimento de protesto que vai em breve realizar-se.»²⁰

E as notícias continuam no n.º 8, de 1/01/11, onde se dá conta de novas acções:

«É evidente que a classe operária está disposta a realizar um grande protesto contra o negregado documento com que o governo da república, pela mão comprovadamente inepta do ministro do fomento, teve a veleidade de pretender fazer paralisar o movimento grevista.

Muito se enganam os que supõem que é com mistificações dessa ordem que se consegue iludir o proletariado. Não! Decretos como o de 29 de Novembro²¹ só podem conduzir à revolta, que o primeiro governo da república, no seu próprio interesse, devia ter todo o cuidado em evitar.

A afronta que ao operariado acaba de ser feita responde este com intenso movimento de protesto, como se pode verificar, pelo relato que segue, e em que

²⁰ Ibidem

²¹ Deve ser engano, pois o decreto foi publicado a 7 de Dezembro de 1910. Consultei o Diário do Governo de 29/11/1910. Não há nenhum decreto ou portaria sobre a greve.

alguns operários que sinceramente trabalharam pela república se não eximem ao dever de exteriorizar o seu desagrado.»²²

Não podemos ignorar este movimento de protesto que espontaneamente se formou contra a lei da greve. Os jornais não se calam e dão-nos informações que permitem avaliar a sua organização e real dimensão. Várias organizações operárias emitiram comunicados e convocaram reuniões preparatórias a fim de organizarem formas de luta.

Reproduzo as que me parecem mais significativas.

Em reunião de direcção, da Comissão Executiva do Congresso Operário e Sindical de 1909 foi apresentada uma moção que terminava com a decisão tomada:

«Realizar na próxima 5.^a feira, dia 23 do corrente, uma reunião magna de associações operárias de Lisboa, na Caixa Económica Operária, às quais oficiará directamente para que se façam representar, procurando trazer o maior número possível de operários associados, para se tratar de um importante assunto de interesse para a classe operária em geral.»²³

Neste número reproduz-se todo o documento aprovado em reunião de 8 de Dezembro de 1910, no Arsenal do Exército, de que foi dada breve notícia no número anterior e do qual transcrevo alguns extratos:

Fabricantes de armas e ofícios acessórios

«Proponho que a Associação de Classe dos Fabricantes de Armas e Serviços Acessórios inicie um movimento de protesto contra a actual lei da greve, convidando todas as Associações de Classe dos operários do Estado ou

²² O Sindicalista de 1/1/1911, pag. 4

²³ O Sindicalista, 15/1/1911, pag. 4

agrupamentos de operários a nomearem delegados a uma reunião junto da mesma, a fim de assentarem na orientação a dar a esse projecto.»²⁴

Assina Alfredo Filipe

Segue-se uma série de considerandos em torno do que se pode esperar de uma república burguesa em geral, ideias já largamente difundidas, mas há um especificamente centrado nas medidas que a República Portuguesa já tomou e que merece destaque:

«Considerando que a república em pouco ou nada tem beneficiado o operário e que a vigente lei do divórcio aproveita a quem tem dinheiro; que a lei do inquilinato garantiu melhor os interesses dos senhorios e que a lei de imprensa, promulgada há pouco tempo, é uma burla, contra a qual todos os intelectuais se deveriam manifestar, visto ser ainda mais reaccionária do que a própria lei de João Franco:

Os operários do Arsenal do Exército (...) resolvem protestar contra todas as leis reaccionárias do governo e, (...) declaram saltar por cima de todas as leis que obtenham a confiança da sua consciência revolucionária colectiva, e, em nome da liberdade, incitam e acompanham todas as classes, não só contra a lei das greves, mas também contra a desigualdade e tirania que a república vem cometendo.

Lisboa, 8 de Dezembro de 1910. – O proponente, José de Jesus Gabriel.»²⁵

O operariado organizado reagiu de imediato. A lei foi publicada dia 6 de Dezembro e no dia 8 já se estavam a organizar, não descriminando as diferentes visões de actos de defesa dos interesses dos operários.

Também neste mesmo jornal aparecem os corticeiros com as suas propostas:

«Corticeiros do Barreiro

²⁴ O Sindicalista de 1/1/1911, pag. 4

²⁵ Ibidem

No passado domingo realizou-se um comício na Associação dos Operários corticeiros do Barreiro, também para protestar contra o decreto sobre a regulamentação das greves.

Aberta a sessão pelo camarada Júlio Veríssimo, foram por este expostos os fins do comício. O orador pronunciou-se, energicamente, contra o referido decreto, que considera uma mistificação do direito de greve... Diz que os centros republicanos devem ser substituídos pelos centros operários e as bandeiras verdes e vermelhas pela bandeira vermelha, que é a bandeira do proletariado. Protestando contra o decreto que regulamenta as greves, afirma que ele é uma afronta à honra e à dignidade do operariado, (...) Finda o seu discurso apelando para a consciência de todos os trabalhadores, para que lavrem, com todas as forças, um grande protesto contra a obra do sr. Brito Camacho.»²⁶

Falaram mais alguns oradores, todos estigmatizando veementemente o decreto e por fim foi aprovada uma moção, de que extraí os seguintes parágrafos:

«Considerando que o decreto ultimamente publicado é de excepção, pondo de parte do meio associativo camaradas nossos,²⁷ que, como nós, sofrem as mesmas misérias;

Considerando que, no momento actual, em todo o mundo o povo trabalhador evolucionou no sentido de se emancipar, avançando para uma era de igualdade e justiça;

Considerando que leis como esta, saídas de uma jovem república, são sinal de que outras como ela se seguirão, impedindo ao povo trabalhador o caminho da sua emancipação: o povo operário do Barreiro, reunido em comício público, resolve pedir o concurso do povo operário de todo o país para, junto, impedir que esse decreto continue a oprimir-nos, e põe-se incondicionalmente ao lado daqueles que mais visados são por ele.»²⁸

²⁶ Ibidem

²⁷ O orador querera referir-se aos funcionários públicos e administrativos, a quem o decreto proibia a greve

²⁸ Ibidem

Vêm a seguir notícias sobre as posições dos Operários Metalúrgicos. Tinham-se reunido havia uma semana em comício público também, e votaram a seguinte moção:

«Os operários metalúrgicos, reunidos em comício público, considerando que a lei de regulamentação das greves é uma arma com que o governo provisório da República pretende ferir as classes trabalhadoras;

Considerando que essa ignominiosa lei vem logicamente postergar o direito à greve, reconhecido por anterior decreto do mesmo;²⁹

Considerando ainda serem os homens que formam o governo da nação os que mais reconheciam e apregoavam a situação deprimente e desgraçada da classe trabalhadora e o seu incontestável direito de se defenderem da garra feroz do capital; afirmando ainda: “os republicanos amanhã no governo é para as classes operárias, que primeiro trabalharão;

Considerando, finalmente, que os homens que formam o actual governo, atraíçooaram, formalmente, as classes que mais directamente ali os colocaram;

Resolvem: protestar energicamente contra a reaccionária e despótica lei de regulamentação das greves, e suspender qualquer pedido ou representação, que ao governo se pense fazer em benefício da classe, enquanto não for destruído tão execrando decreto.

Resolve mais dar todo o apoio a qualquer outra classe trabalhadora, que proteste no mesmo sentido.

O operário tanoeiro, Eduardo da Silva Freitas»³⁰

E a seguir expressa-se a União da Construção Civil, com a sua moção:

«Considerando que a greve é a única arma de que o operário se pode servir para reivindicar os seus direitos, que bem postergados têm sido e estão sendo;

Considerando que a greve tem toda a razão de ser quando seja bem orientada e tenha por fim livrar-nos do jugo opressor, pois que a nossa luta é contra o capital explorador;

²⁹ Não encontrei qualquer decreto anterior ao de 6/12, nem referência a ele, a não ser feita por Brito Camacho, no parlamento, como se pode confirmar no texto, pág.26

³⁰ Ibidem

Considerando que a greve é uma manifestação do mal estar, sendo certo que todo o grevista é um revoltado;

Considerando mesmo que o grevista não se deve preocupar com leis porque não há leis como a da consciência:

A União das Classes de Construção Civil, reunida em 13 de Dezembro de 1910, resolve:

1.Não acatar o excepcional decreto regulamentador das greves, por o achar iníquo e impróprio de um regime que se dizia moralizador;

2.Dar toda a adesão a qualquer protesto que se leve a cabo para combater tão ignóbil atentado à liberdade.»³¹

As Artes Gráficas não deixaram de tomar posição neste clamor geral, que só o senhor ministro do Fomento não ouviu. O jornalista informa que estes profissionais – quatro classes gráficas - já se tinham reunido no último domingo, ou seja, a 23 de Dezembro, pelos nossos cálculos e tinham aprovado a seguinte moção:

«As classes gráficas, reunidas em sessão magna, protestam contra o decreto que o governo da república acaba de publicar sobre a regulamentação das greves, e esperam que todas as classes trabalhadoras saberão repudiar tal documento;

Sentem também que a Comissão de Trabalhadores aceitasse sem reбуço a promulgação do mesmo decreto.»³²

Não posso ignorar nesta série de moções, a que foi apresentada pela Federação Operária de Lisboa, liderada pelo Partido Socialista, aprovada em reunião de 24 de Dezembro.

Embora mais longa que as anteriores, apresentá-la-ei na sua totalidade por ser da autoria de Azedo Gneco, político muito conhecido, por ter sido um dos fundadores do Partido Socialista. Tem a seguinte redacção:

³¹ Ibidem

³² Ibidem

«Considerando que a lei de 29 de novembro último, regulando o direito de coligação, é a mais reaccionária de quantas têm sido publicadas no nosso país, com relação ao exercício do trabalho;

Considerando que esta lei republicana ainda é mais afrontosa do que a lei reguladora das greves, em Espanha, publicada pelo ministério Maura;

Considerando que, para reformá-la seria preciso transacionar com o Estado, transigindo com ele e reconhecendo-lhe, portanto, algum direito a coarctar a liberdade dos trabalhadores;

Considerando que, no tempo da monarquia, embora as coligações fossem condenadas pelo Código Penal, nunca deixaram de ser feitas pelo proletariado, em lutas contra as prepotências ou contra as injustiças patronais,

A Federação Operária de Lisboa resolve:

- a) Considerar como não promulgada a lei com que o governo provisório da República pretende regulamentar as greves, e segue como até aqui, afrontando o ódio e as perseguições do estado;
- b) Justificando a sua atitude, a Federação desenvolverá a maior propaganda pela ampla liberdade de coligação, de greve e de lock-out, com sujeição dos delitos e crimes à lei comum;
- c) Que o Conselho Central do partido socialista envie a toda a imprensa pertencente à Nova Internacional, uma circular com a cópia da referida lei de 29 de Novembro, e decline, perante o proletariado de todos os países, qualquer responsabilidade do que possa dar-se na luta contra a reacção burguesa que já tão manifestamente se acentua em Portugal.

Azedo Gneco»³³

Associação de Classe dos Fabricantes de Calçado do Porto marcou também o seu lugar nesta contestação à lei da greve. Esta Associação contava nas suas fileiras com um activo sindicalista, que veio a ser, quando da fundação da C. G. T., o 1.º Secretário-geral – Manuel Joaquim da Sousa.

³³ Ibidem

A referida associação tomou a iniciativa de organizar um grande protesto e para que abrangesse o maior número possível de participantes, distribuíram previamente um manifesto convidando a numerosa classe que representava, para uma reunião magna, a fim de assentarem nas medidas a tomar. O manifesto é muito extenso e transcrevo dele os parágrafos mais expressivos:

«Pela república verteram os trabalhadores seu sangue! Pela república, contra a monarquia não será regateado o esforço dos que produzem. Isto sabe-o muito bem o actual governo e os seus áulicos.

(...) Pois como se compreende que aos operários seja garantido o direito de se coligarem para a cessação do trabalho, se só o podem fazer anunciando-o com a antecedência de oito ou doze dias, aos patrões e às autoridades, sujeitando-se, quem assim não proceder, a penalidades rigorosas?

Será isto liberdade? Ou será liberdade ou será simplesmente, liberdade republicana? ... É esta a paga que recebem os trabalhadores que consentiram em deixar-se cavalgar pelos políticos republicanos, quando estavam em oposição? É esta a paga que recebem aqueles que, abandonando os seus interesses económicos imediatos, se dispuseram a perder a vida pelo advento do novo régimen – a república?

Pois que liberdade é essa que faculta aos patrões um prazo que lhe dá ensejo de recorrer ao mercado dos braços que a desigualdade social, a fome, criou, e que, em virtude do desenvolvimento da máquina nas indústrias, cada vez cresce mais – braços que atraioarão os grevistas no momento da luta, se eles acatarem semelhante disposição?»³⁴

O próprio jornalista faz os seus comentários ao texto do manifesto e resume por palavras suas:

«Depois de acentuar, em termos muito enérgicos e justiceiros, que só na conservadora Espanha existe uma lei semelhante àquela, dando-se, porém, a circunstância de a lei portuguesa ser mais reaccionária que a do renegado La

³⁴ O Sindicalista de 15 /1/1911, pag 4

Cierva, pois, enquanto a deste estabelece o prazo de cinco e oito dias para ser feita a participação às autoridades, a da república portuguesa fixa o de oito e dez dias.»³⁵

O manifesto termina incitando todos os trabalhadores a recusarem e a manifestarem-se corajosamente contra a lei da greve.

Foi distribuído este manifesto, indistintamente a todos os trabalhadores do Porto, e chamou em grande número todos os que desejavam manifestar o seu descontentamento.

À hora marcada, 2 horas da tarde do dia 8 de Janeiro de 1911, na sede da Associação que a convocou, deu-se início à reunião.

Diz o articulista:

«O camarada M. J. Sousa, membro da comissão de propaganda contra o decreto burla, convidou para presidir àquele reunião o representante, no Porto, do jornal operário de Lisboa, O Sindicalista, como prova de simpatia pela campanha tão dignamente levantada por este jornal. O camarada João Sertié aceita a nomeação e agradece, em nome de O Sindicalista, as expressões honrosas que acabam de lhe fazer, acentuando que este jornal, desde o seu primeiro número, pôs à disposição das classes trabalhadoras toda a sua dedicação, estando esperançado que, debaixo dos princípios sindicalistas, o operariado conseguirá uma organização forte e decisiva para se antepor a todos os partidos burgueses, que representam o capital explorador.»³⁶

Por haver muitos participantes além dos que não pertenciam à classe dos fabricantes de calçado, a discussão generalizou-se, dando a palavra a todos, informando a mesa que todos os que quisessem fazer uso da palavra, fizessem chegar à mesa as suas inscrições.

³⁵ Ibidem

³⁶ Ibidem

M. J. Sousa estava na qualidade de representante do jornal A Aurora e de membro da comissão de propaganda contra o decreto. Foi o primeiro a intervir. Apresentou grande número de razões contra o decreto, lembrou que o povo operário, que tantas esperanças tinha no governo da república, devia naquele momento estar desiludido e que nada havia a esperar de bom para as classes operárias, senão da iniciativa do seu esforço próprio.

E termina lamentando, «não ter naquele momento O sindicalista para demonstrar, à face da publicação feita em espanhol, por este jornal, o que é a lei reaccionária da Espanha, onde os republicanos portugueses foram fazer a cópia do infamíssimo decreto. Alongando-se em diversas considerações, que foram sublinhadas com frenéticos aplausos pela numerosíssima assistência, terminou por apresentar a seguinte moção.»³⁷

Não poderei deixar de dar conhecimento, na íntegra, de uma moção aprovada nesse dia nesta assembleia, da autoria de Manuel Joaquim de Sousa:

Moção

«Considerando que o recente decreto que regularizou o direito à greve, na sua essência constitui a negação de um direito já reconhecido por todos os anteriores governos da defunta monarquia, incluindo mesmo os mais reaccionários que escalaram o poder;

Considerando que a novel república, pretendendo legalizar esse direito, intenta fortalecer os meios de que já dispunha o industrialismo para esmagar as justíssimas aspirações dos que produzem;

Considerando que o aviso antecipado às autoridades e aos industriais com que se tenha de estabelecer conflitos, lhes dá ensejo a prevenirem-se contra os seus assalariados e a fornecerem-se no mercado dos braços, para os substituir no momento da luta, estando, para esse efeito assegurados com o auxílio que lhes dispensa o Estado;

Considerando que, além do expresso sofisma dessa lei, na parte que se refere às profissões, também esse decreto proíbe terminantemente aos assalariados do Estado a faculdade de usarem do direito de greve, colocando-os na condição dos

³⁷ Ibidem

antigos servos, que apenas podiam pedir humildemente, e sujeitando-se ainda a serem chicoteados, factos esses que, medidas as devidas proporções históricas, se têm repetido presentemente com alguns ferroviários, o que é uma infâmia contra a qual todos devem protestar;

Considerando que esta lei define claramente os intuitos do Estado, que se coloca abertamente ao lado da classe capitalista contra as justas regalias da classe trabalhadora;

Considerando que, segundo os mais rudimentares princípios sociológicos e naturais, não há razão para a divisão social que existe, tendo ainda a agravá-la decretos e leis que cada vez cavam mais fundo a desigualdade económica, da qual só os produtores são vítimas;

Considerando finalmente, que todos os trabalhadores que tenham o sentimento da sua dignidade individual e colectiva não devem acatar semelhante lei.

Os operários fabricantes de calçado, reunidos em assembleia magna, resolvem protestar energicamente contra tão vexatório decreto e continuar na sua senda de conquista de melhor bem-estar, como se tal decreto não existisse.³⁸

Manuel Joaquim de Sousa»³⁹

Posta à votação, foi aceite para discussão.

Fizeram ainda uso da palavra outros operários, alguns da corrente revolucionária e outros colaboradores em jornais operários, todos expondo os seus pontos de vista, unidos na recusa deste decreto.

O discurso final, feito por um velho e prestigiado lutador, Serafim Cardoso Lucena, foi uma homenagem a todos os que tombaram já na luta pelos direitos dos trabalhadores, referindo-os explicitamente – os fuzilados pela República Argentina, os mártires de Chicago e Ferrer, que igualmente caiu fuzilado.

³⁸ Ibidem

³⁹ Manuel Joaquim de Sousa, autor desta moção, foi um destacado dirigente das organizações operárias, autor de obras sobre sindicalismo e primeiro Secretário Geral da C. G. T.

A assembleia fez uma grande manifestação a este homem, depois de aprovada a moção, por unanimidade.

A multidão dispersou aos gritos - Abaixo todas as leis de repressão!

Estes são apenas alguns exemplos da resposta que o operariado deu à lei da greve, regulamentada pelo ministro do Fomento, Brito Camacho. E quantos outros, além daqueles que a imprensa registou, não teriam expressado a sua indignação!

O jornal, “O Sindicalista”, publicou notícias vindas dos Chapeleiros, Condutores de Carroças, Cabouqueiros e Fabricantes de Cal, da Federação Operária de Coimbra, da Associação de Classe dos Canteiros, da Associação dos Barbeiros, dos Manufactores de Calçado, da Associação de Classe dos Encadernadores, do Centro Socialista do Porto, dos Oficiais de Funileiros do Porto e Gaia, da Associação de Classe dos Operários Refinadores de Açúcar e Artes Anexas, de Lisboa, da Associação de Classe dos Operários Mecânicos e dá notícias de reuniões a decorrer umas, e convocadas outras, todas com o mesmo objectivo – recusar e condenar o decreto do ministro do Fomento, Brito Camacho.

As apreciações ao decreto são uma constante na imprensa operária:

«Continuam os protestos do proletariado contra o reaccionário decreto do sr. Ministro do fomento, diploma que já agora há-de passar à posteridade com a designação, bem merecida, de decreto-burla.

Iludiu-se o ministro se supôs que esta beleza legislativa passaria em vão. Que tal não sucedeu sabe-o já s. ex.^a, pelo movimento de repulsa das classes operárias, que estão dispostas a actuar, nos seus conflitos com os detentores do capital, da mesma forma como antes da promulgação dessa lei.»⁴⁰

⁴⁰ O Sindicalista, 1 /1 /1911, pag 1

Os jornais republicanos não falaram sobre a lei da greve, à excepção de *A Luta*, que se limitou a publicar a lei, sem comentários.

O jornal *A República* ignorou a lei e *A Pátria* ignorou-a igualmente.⁴¹

A luta contra a lei da greve revela a capacidade dos dirigentes das organizações operárias e adesão às formas de luta que foram desencadeadas, admitindo que se estendeu às massas operárias mesmo não sindicalizadas. Consideram alguns autores que seria reduzido o número de operários sindicalizados:

«A população sindicada formava o mínimo da população activa de cada profissão. Calculada essa população activa, nas fábricas e nos campos, por estimativa, à volta de dois milhões de indivíduos, todos os cálculos coincidem em atribuir o número máximo de cem mil inscritos nos sindicatos, havendo a considerar que essa inscrição era inteiramente voluntária, a todo o momento revogável pelos interessados, e que todas as iniciativas dos sindicatos de modo algum excluía os trabalhadores não sindicados, que tantas vezes acabavam por auferir conquistas sem desenvolverem mais esforço que a participação em movimentos reivindicativos. A massa sindicada, por via de regra, aumentava ou diminuía consoante as flutuações de vitória ou derrota das lutas reivindicativas, que bem poucas vezes excediam o âmbito salarial, ou consoante a intensidade da agitação ou propaganda desenvolvidas pelas organizações sindicais, na verdade constante enquanto dizia respeito a interesses de classe ou interesses que abrangiam a população. (...).

As organizações sindicais que manifestaram elevadas percentagens de trabalhadores sindicados foram, nomeadamente, as dos metalúrgicos, da construção civil e corticeira; contudo, as organizações que apresentavam um número de sindicados quase a par dos efectivos profissionais eram as dos tipógrafos, de jornalistas, de arsenalistas do exército e da marinha, de mobiliário, de marinheiros e fogueiros da marinha mercante, de descarregadores de mar e terra, de ferroviários do Estado, da Carris de Lisboa e da Imprensa Nacional. (...).

25 É para estranhar que nada dissesse *A Pátria*, por ser seu director Ramada Curto.

Na altura Ramada Curto militava no Partido Democrático, mas foi sempre tido como um homem da ala esquerda e confirmou-se quando veio a transitar para o Partido Socialista.

A organização sindical conheceu o seu período áureo de crescimento no decurso dos anos de 1911 a 1919.⁴²

Perante a comprovada contestação operária, não podem senão causar-nos a maior admiração as palavras proferidas na Câmara dos Deputados, poucos anos mais tarde, pelo Senhor Brito Camacho. Apesar de permitir aos patrões o lock-out, nem todos os republicanos assistiam passivamente a essas greves. Queriam reforçar ainda mais as queixas do patronato. As iniciativas eram as conhecidas manifestações “anti-greve”, do visível agrado do ministro do Fomento, Brito Camacho, o qual se pronunciou no parlamento sobre as greves ocorridas, afirmando que os grevistas prestaram um grande serviço à República, querendo significar que, com as greves que desencadearam, despertaram a reacção do povo contra eles, como se aquelas manifestações anti-greve fossem espontâneas, como parece crer ou fazer crer, Brito Camacho, e nelas participasse indiscriminadamente o povo.

Considerava Brito Camacho que as manifestações anti-greve eram o resultado da indignação espontânea do povo contra “os grevistas”, pelo que, a seu ver, eram um serviço prestado à República, cujos interesses não seriam os mesmos dos trabalhadores em greve. Estava a excluir do campo republicano, uma parte da população que, na propaganda, tinham procurado atrair com a promessa que os problemas dos trabalhadores seriam resolvidos pela República. E os trabalhadores não deixavam de lhe cobrar essas promessas.

Sendo um decreto do Ministério do Fomento e publicado quando desempenhava esse cargo Brito Camacho, é-lhe atribuída responsabilidade da legalização do direito à greve, mas o próprio declara não ter sido ele o responsável pela legalização desse direito. Poderemos deduzir das suas palavras, proferidas passados quase dois anos da data da publicação, que não teria tido sequer, o seu voto. Possivelmente, a decisão de legalizar a greve, teria sido tomada antes, quando era ministro o Dr. António Luís Gomes. Não consegui solucionar esta questão, quanto ao que foi decidido antes do

⁴² Carvalho, (1977), págs 145/146

decreto-lei da greve regulamentado por Brito Camacho.⁴³ É matéria que fica em aberto para posterior investigação.

A hipótese que coloco fundamenta-se nas seguintes declarações de Brito Camacho:

«Sr. Presidente: há uma providência, um diploma do Ministério do Fomento, do qual também quero tomar a responsabilidade (...) é o regulamento das greves. Devo dizer que quando vi que se ia publicar esse decreto, me dirigi ao Terreiro do Paço e pedi aos ministros que sustassem essa publicação. A greve não era reconhecida na legislação da monarquia. No momento em que o Governo se dispunha a fazer esse reconhecimento, havia uma greve em Lisboa, e decretar nesse momento o reconhecimento de direito à greve, podia parecer, embora o não fosse, uma abdicação perante a desordem. Eu entendia que não era essa a ocasião. De resto, valia mais nós mantermos uma lei que tinha sido feita pela monarquia, e que nós executaríamos, não na parte que tinha de violenta e odiosa, do que estarmos a reconhecer um direito que havia de ser mal exercido, porque o direito à greve foi em Lisboa um incitamento às greves.»⁴⁴

E depois destas declarações que só confirmam a sua visão retrógrada sobre o direito dos trabalhadores à greve, descreve os factos ocorridos:

«Quando entrei para o Governo Provisório, entendi que não podia subsistir esse estado de coisas, e que, desde que se tinha reconhecido o direito à greve, era necessário regulamentá-la, e assim foi. Esse regulamento que foi adoptado em conselho de ministros, mas do qual tomo toda a responsabilidade, foi talvez o que serviu aos meus inimigos para me malquistarem com o público operário.

(...) esse regulamento serviu para criar entre o Ministro do Fomento de então e o público operário uma espécie de antipatia irreductível, a meu ver sem

⁴³ António Luís Gomes tomou posse como ministro das Obras Públicas e terminou como ministro do Fomento. Por Decreto de 8/10/ 10, D.º do G.º n.º 4, a designação de Fomento substituiu a de Obras Públicas. Brito Camacho tomou posse como Ministro do Fomento no dia 22 de Novembro de 1910, em sua substituição e terminou a 3/09/1911

⁴⁴ Brito Camacho, in Diário da Sessão da Câmara dos Deputados, I Legislatura, 1/7/ 1912, pag 10

nenhum fundamento de justiça; mas seja como for, esse decreto regulamentar é da responsabilidade do Ministro o Fomento e mais uma vez a reivindico por inteiro ...»⁴⁵

Poderemos concluir que a lei da greve não foi da iniciativa deste ministro.

Outra questão que fica clara é que, para Brito Camacho, uma greve era uma “desordem” e o reconhecimento desse direito, “um incitamento.” Estas declarações de Brito Camacho mostram a sua incompreensão quanto às causas do que ele designa de “antipatia irreduzível”, indo até mais longe – considera isso muito injusto.

Essa incompreensão, explica a sua atitude na Câmara dos Deputados, sempre que se discutiram reformas sociais ou se debateu a carestia de vida, os açambarcamentos as subsistências, os salários ou a construção de habitação social – ou não se pronunciava limitando-se a zelar pelo cumprimento do regimento, atrasando a votação, ou se manifestava contra.

O que causou a antipatia dos operários, relativamente à lei e ao Ministro foi, além das razões já apontadas, o facto de a lei colocar em pé de igualdade, patrões e operários, sendo certo que, não é justo dar tratamento igual ao que não é igual. Com esta lei, os operários ficavam em desvantagem e eles sabiam-no. Mesmo sem lock-out, os trabalhadores estão sempre em desvantagem, porque são o elo mais fraco. Não era uma questão de antipatia, era a compreensão da desvantagem em que a lei os colocou.

As razões que os trabalhadores tinham para a referida “antipatia” não eram as apontadas por Brito Camacho, mas a forma como ele regulamentou o decreto e, os actos de um ministro que pensava desta forma, nunca poderiam ser senão de hostilidade ao exercício desse direito.

⁴⁵ Ibidem

3. - O descanso semanal

O descanso semanal vinha sendo já discutido durante a monarquia e a igreja católica tinha consagrado o domingo ao descanso, facto aceite pela população, que era maioritariamente católica.

O Governo Provisório quis dar ao descanso o carácter de um direito civil e retirar-lhe a obrigação de norma religiosa. Os órgãos de imprensa republicana permitem-nos conhecer o desenrolar deste processo depois da implantação da República, que teve na classe dos caixeiros os elementos mais activos na reivindicação do descanso semanal.

No dia 28 de Novembro de 1910, o jornal *O Mundo* faz a cobertura completa e pormenorizada de uma manifestação dos caixeiros. Pelas fotografias constatamos a grande participação destes profissionais, que enchiam por completo a praça dos Restauradores, quando se dirigiam ao Terreiro do Paço com destino ao Ministério do Interior. O jornalista que fez a reportagem informa-nos:

«Um membro da direcção do Atneu, com quem conversámos expõe-nos em duas palavras o plano, aliás já divulgado, da comissão delegada: ir dali ao ministério do Interior, onde esperavam o Sr. Dr. Teófilo Braga e o Sr. Dr. António José de Almeida, pedir que o decreto regularizador seja publicado imediatamente.

- Queremos pedir a aprovação, sem emendas, do projecto elaborado pelo Sr. Agostinho Fortes. Temos a adesão de toda a província, que nos mandou delegados do Porto, de Coimbra e de Setúbal. Nos últimos dias recebemos telegramas de adesão de quase todas as localidades do país. É, pois, um movimento geral, que irá até onde nos levarem as circunstâncias...»⁴⁶

A classe dos caixeiros afluíu em grande número a uma reunião convocada para o Atneu. Diz o articulista que estava «largamente representada sendo enorme o número

⁴⁶ O Mundo, 28/11/ 1910, p. 1

dos caixeiros que enchiam as salas do Atneu, alastrando-se pelos corredores até à larga esplanada.»⁴⁷

Ia realizar-se uma reunião para explicar aos presentes o plano que a comissão tinha traçado com vista à legalização do descanso semanal. Finda a reunião iniciaram um desfile.

«À testa do cortejo vai a comissão delegada com os representantes dos caixeiros de Setúbal e de Coimbra. Desce a praça dos Restauradores, entra no Rossio em direcção à rua Augusta. A ordem é mantida em todo o trajecto, e, conforme fora combinado, não se soltou um viva nem se fez a mais passageira manifestação.

Foi mantendo esta atitude que entraram no Terreiro do Paço, caminhando até junto da estátua, onde a comissão pede que todos se conservem até que ela regresse.»⁴⁸

A comissão foi recebida no ministério do Interior pelo chefe do Governo, Dr. Teófilo Braga e pelo ministro Dr. António José de Almeida. O presidente do ministério tinha em seu poder um projecto de lei de descanso semanal redigido por Agostinho Fortes, que entrega na ocasião ao ministro.

O Dr. Teófilo Braga afirma aos membros da comissão que

« ... o descanso semanal, bem como a regulamentação do trabalho, estão no espírito do governo provisório, como uma coisa cheia de justiça.

O sr. Dr. António José de Almeida fez igual declaração, explicou que o citado projecto não esteve ainda em seu poder. Vai estudá-lo, mas tem de conjugar opiniões, que é a forma por que modernamente se legisla. É seu intento celebrar

⁴⁷ Ibidem

⁴⁸ Ibidem

com essa lei o dia 24 de Dezembro, festa consagrada à família e ao lar. Se não conseguir fá-lo-á no dia 1.º de Janeiro ou, o mais tardar, até ao dia 10 desse mês.»⁴⁹

No regresso do ministério, houve um comício no Terreiro do Paço. A comissão deu conta da resposta do governo, proferiu palavras animadoras e de estímulo aos presentes, protestou contra a posição dos vendedores de víveres e saudou a imprensa pela acção tomada na campanha, terminando:

«- Ficaremos em expectativa até ao dia 10 de Janeiro. Até lá, toda a cordura; de 10 de Janeiro em diante, nem mais um dia de espera.»⁵⁰

Este prazo foi respeitado. No dia 9 de Janeiro de 1911 era publicada a lei.

O mesmo jornal, continua a acompanhar o desenvolvimento de todo este processo e dá-nos dele notícias:

“Há dias, quando os caixeiros de Lisboa, reunidos em grande massa, foram ao ministério do interior reclamar ao sr. Dr. António José de Almeida sobre a sua situação, pedindo a determinação exacta de bases de trabalho e a regularização do descanso semanal, foi citado, como contendo as aspirações daquela e outras classes, um projecto de decreto elaborado pelo sr. Agostinho Fortes. O ministro chegou mesmo a declarar, que tinha em seu poder esse projecto, que o ia estudar e que se concordasse, como era de esperar, depois de uma revisão, o converteria em lei.

Depois desta afirmação, o trabalho do sr. Agostinho Fortes passou a interessar vivamente todas as classes por ele atingidas.”⁵¹

Agostinho Fortes tinha sido encarregado de elaborar um Projecto-lei de descanso semanal, pelo Presidente do Ministério, o Dr. Teófilo Braga, na sequência de representações apresentadas por várias classes e nas quais avançavam ideias que poderiam ser uma base de trabalho a ter em conta na preparação de um projecto-lei de descanso

⁴⁹ Ibidem

⁵⁰ Ibidem

⁵¹ O Mundo, 1/12/1910, pags 1 e 2

semanal. Foi-lhe confiado este trabalho porque, segundo o próprio, já vinha estudando este assunto há algum tempo. Das disposições deste projecto destacamos os seguintes pontos:

«Os estabelecimentos abrirão às 8 horas da manhã e serão encerradas às 8 da noite nos dias úteis, como os caixeiros reclamaram. É facultativo abrir às 7 da manhã só padarias, mercearias, salsicharias e talhos, e às 6 horas as vacarias, botequins e tabernas com comida. Os restaurantes, casas de pasto, cafés, confeitarias e pastelarias que não vendem géneros de mercearia podem conservar-se abertas até às 2 horas da madrugada, desde que os seus empregados não trabalhem mais de 10 horas por dia. As farmácias fecharão também às 8 horas, mas escalar-se-hão de modo que fiquem sempre algumas abertas em permanente serviço nocturno. Os teatros, circos e outras casas de espectáculos fecharão à meia noite. As casas de liquidação e leilões poderão fechar às 10 horas e os estabelecimentos industriais, cuja laboração não possa ser interrompida, regularizarão o serviço de modo que os operários não possam ter mais de 10 horas consecutivas de trabalho (...). Do tempo que vai da abertura do estabelecimento até ao encerramento serão concedidas duas horas aos empregados para almoço e jantar. (...). Aos sábados poderão em geral fechar às 10 horas e os barbeiros à 1 da madrugada. (...)

O descanso será sempre de 24 horas consecutivas e ao domingo, excepto nas localidades em que haja prejuízo, sendo então à segunda feira.

Ficam excluídos do descanso os teatros, circos e casas de espectáculos.

Terão descanso por turnos: os dispensários, hospitais e casas de saúde, estabelecimentos de banhos, hotéis, casas de pasto e de hóspedes, restaurantes, cafés, talhos, vacarias, salsicharias, fábricas de produtos alimentícios, fotografias, empresas geradoras de luz e força, de transportes, carga e descarga, telefones e quaisquer outros que da interrupção possam causar transtornos. As padarias e vendedores ambulantes de pão, terminarão o trabalho ao meio dia nos domingos. (...). No caso de doença os patrões pagarão o ordenado por inteiro nos primeiros 15 dias e metade nos segundos. As associações de classe terão o direito de intervir na aplicação da lei.»⁵²

⁵² O Mundo de 1/1/1911, pag 2

Agostinho Fortes terminou a entrevista dizendo que “a coisa” já está nas mãos do ministro e depois se verá se ele quer apresentá-la.

Este era apenas um trabalho avulso com as ideias que depois seriam ordenadas em artigos conforme as suas prioridades.

A 2 de Janeiro de 1911, o ministro do Interior, António José de Almeida apresentou em Conselho de Ministros, uma proposta para regular o descanso semanal e outra de um horário de trabalho de 8 horas.

O Conselho de Ministros aceitou a referente ao descanso semanal mas rejeitou a do horário de trabalho. A rejeição descontentou fortemente o ministro que, em consequência disso, se demitiu no dia 10 de Janeiro, sendo reintegrado no dia 12 desse mesmo mês, lugar que manteve até 3 de Setembro de 1911, quando este Governo cessou funções.

O decreto do descanso semanal era constituído por 9 artigos e dizia no seu artigo n.º1.º que era reconhecido a todos assalariados o direito a um descanso semanal de vinte e quatro horas seguidas.

Determinava que, pela índole especial dos seus misteres, ficavam exceptuados os que trabalhavam nos teatros, cinematógrafos, circos, exposições, e quaisquer casas de espectáculos públicos.

No artigo n.º2, declarava o descanso semanal, em regra, ao domingo.

Noutras actividades de laboração contínua, foi previsto o trabalho por turnos, dando-se descanso noutro dia, aos trabalhadores dos turnos dos domingos, mas deviam informar as Câmaras Municipais.

Do cumprimento do artigo n.º 2 ficavam isentados todos os serviços de saúde e restauração, bem como hotéis e lugares de venda de bens alimentares frescos e ainda as empresas de jornais e outros serviços de utilidade pública, cujo descanso passaria para um dia da semana a acordar com os municípios e com autorização dos Governadores Civis.

No seu artigo 9.º, revoga toda a legislação em contrário.

A lei que vigorava não era cumprida e a manifestação dos caixeiros colocou o descanso semanal como uma questão que a República tinha de resolver de imediato.

Saliento um aspecto importante: os trabalhadores e suas associações de classe podiam e deviam exercer uma acção fiscalizadora do cumprimento desta lei.

A sua regulamentação era da competência dos governadores civis, mediante propostas dos municípios.

Ficava evidente a fonte desta lei, para quem conhecesse o trabalho do Dr. Agostinho Fortes. Mas não só esta fonte. Na monarquia foi apresentada e debatida uma proposta sobre esta matéria.

A questão do descanso semanal tinha já sido tratada no regime monárquico, e o projecto não fazia menos concessões que a lei da República, pois nele se dizia que os proprietários, directores, gerentes e administradores de quaisquer empresas industriais ou comerciais, singulares ou colectivas seriam obrigadas a facultar, pelo menos, vinte e quatro horas consecutivas de descanso em cada semana a todos os seus empregados.

As excepções eram as mesmas que concede a lei republicana e no artigo 4.º declarava que o dia de descanso é o domingo.

Se algumas diferenças se registavam eram de pormenor e não tinham desvantagens para os trabalhadores. As penalizações não eram mais leves e incumbiam da fiscalização as autoridades administrativas. Não havia diferenças de princípios nas concessões ou nos fins.

Isso constata-se no projecto e no texto legislativo, na fundamentação e nos debates. E debates só tiveram lugar na Câmara dos Senhores Deputados, ainda na Monarquia, visto que a lei republicana do descanso é um decreto do Governo Provisório e não uma lei emanada do parlamento.

A sua fundamentação revela as mesmas preocupações de justiça social, como poderemos constatar na apresentação e discussão do projecto.

No dia 3 de Outubro de 1906, o deputado do Partido Regenerador Liberal, Carlos Lopes de Almeida, apresentou na Câmara dos Senhores Deputados um projecto-lei com vista à concessão de um dia de descanso semanal colectivo, que foi entregue à Comissão de legislação civil. Esta comissão trouxe-o à Câmara, com um parecer, para aprovação, no dia 27 de Novembro desse ano e foi aceite. No dia 1 de Fevereiro de 1907, entra em discussão na ordem do dia. Alguns deputados republicanos participaram com valiosos contributos, que os próprios adversários reconheceram.⁵³

O debate prolongou-se até ao dia seis de Dezembro, inclusive e nesse dia intervieram António José de Almeida e Afonso Costa, com discursos notáveis, defendendo e fundamentando o direito a um dia de descanso por semana.

⁵³ Nesta legislatura o grupo parlamentar do Partido Republicano era composto por 4 deputados: Afonso Costa, António José de Almeida, Teófilo Braga e João de Meneses. Dois deles entraram na discussão: António José de Almeida e Afonso Costa. Consideravam que não era matéria política, mas social.

A iniciativa do projecto foi de um deputado monárquico, mas os seus colegas republicanos apoiaram a iniciativa e pugnaram pela aprovação, porque consideravam esta medida uma causa de todos.

Abre a discussão o proponente:

“O sentimento de solidariedade humana e a ideia de justiça que cada vez mais intensamente domina a consciência das nações civilizadas, a par da compreensão mais científica das utilidades sociais, tem-se exteriorizado em normas jurídicas que asseguram a cada homem a sua dignidade de pessoa e as condições de conservação e desenvolvimento das suas energias.”⁵⁴

Com estas palavras iniciou o relator, Aristides da Motta, as considerações com as quais introduziu a apresentação do projecto que visava legalizar o descanso semanal.

O reconhecimento do direito a um dia de descanso por semana começou a impor-se e a despertar a consciência dos políticos, nos finais do século XIX e os projectos de uma lei tomaram forma na primeira década do século XX. Parece - me digno de registo o facto de se afirmar que a justiça se vem concretizando na produção de legislação. É o reconhecimento que os direitos têm de ser consagrados na lei. E não só a justiça, mas também o conhecimento científico. Recorrem às opiniões dos médicos para justificar a necessidade e os benefícios de um período regular de descanso.

No dia 1 de Fevereiro de 1907, o proponente, ao fazer o historial do projecto, declara que se interessa por este assunto sobretudo porque a sua condição de médico e higienista o obriga a dedicar-se a estes estudos. Havendo uma estreita relação entre estudos sociais e de higiene, não pode deixar de se interessar em ver regulamentado o descanso semanal. Não ignora as condições de trabalho, que denuncia também:

⁵⁴ Aristides da Mota, in Diário da Câmara dos Senhores Deputados, I Legislatura, 1 de Fevereiro de 1907, p. 4

«Dadas as condições gerais da vida dos nossos trabalhadores, que ocupam, durante dias sucessivos as oficinas numa promiscuidade altamente condenável sob o ponto de vista higiénico, ou habitam estabelecimentos onde a luz e o ar a custo penetram, a necessidade de descanso periódico impõe-se como uma verdade reconhecida pela higiene, mas que também é uma verdade social, como já o era sob o ponto de vista dos costumes religiosos. O Dr. Musey dos EU, que tem dedicado a este assunto uma atenção particular, não hesita em afirmar que a vida dos operários, depois da introdução do repouso na legislação daquele país, aumenta em média sete anos em cada cinquenta, ao mesmo tempo que nota nas classes privadas do descanso periódico um acréscimo considerável da sensibilidade, e um cansaço que aumenta lenta e progressivamente, chega a estabelecer nestes organismos um surménage absolutamente incompatível com o trabalho, num período de tempo relativamente curto.»⁵⁵

Diz que foi a classe comercial que lhe manifestou o desejo que apresentasse ao parlamento um projecto que viesse regular, de algum modo, o descanso semanal. O assunto foi-lhe entregue por uma comissão composta de elementos das classes comercial e industrial e ele encarou-o sob um ponto de vista higiénico e social e considera que o repouso deve ser proporcional ao trabalho. O descanso semanal exige outras medidas, para que seja um bem para o indivíduo e para a sociedade. Se não forem oferecidas alternativas à taberna, às casas de jogo e à prostituição, o descanso pode levar ainda mais ao definhamento do indivíduo e da sociedade.

O domingo foi o dia geralmente aceite como o indicado para o descanso. Das instituições católicas enviaram representações ao parlamento para que a lei declarasse o descanso ao domingo. Para a maioria era pacífico, não tendo preferências. Apenas a Direcção da Associação de Jornalistas fez questão de declarar que era pelo descanso

⁵⁵ Carlos Lopes de Almeida, in Diário da Sessão da Câmara dos Senhores Deputados, I Legislatura, 1/2/1907, pag.6

semanal, não pelo descanso dominical. Magalhães Lima, presidente da direcção, enviou também uma carta nesse sentido.

Carlos Lopes de Almeida considerava que o descanso tinha de estar enquadrado num projecto mais amplo e articulado com actividades de lazer saudáveis:

«O descanso semanal, porém, nada será se outras medidas não vierem completá-lo, como por exemplo a criação de jardins operários, que em França já têm um grande desenvolvimento. Esses jardins têm prestado grandes serviços às classes operárias, porque constituem semente de efeitos morais, materiais e sociais. Esses jardins afastam os operários das tabernas, das casas de jogo e da prostituição, onde eles vão buscar causa, não só para o seu definhamento, mas também para o definhamento dos seus descendentes. Outra vantagem proveniente desses jardins operários é combater o alcoolismo.»⁵⁶

Associado ao descanso deverá estar o combate ao alcoolismo e o parlamento vai empenhar-se nesse combate, criando um núcleo anti-alcoolismo:

«É sua intenção propor que no Parlamento se forme um núcleo antialcoólico; que todos os médicos que fazem parte da Câmara se congreguem no intuito de iniciar esse movimento, à semelhança do que se fez no Parlamento Francês, onde se criaram medidas destinadas a evitar o progresso do alcoolismo.»⁵⁷

A comissão de legislação civil que analisou e fez alterações no projecto inicial que o deputado Carlos Lopes redigiu, integrava o deputado republicano, Afonso Costa, cujo trabalho foi reconhecido de grande mérito, segundo palavras do proponente nessa mesma sessão parlamentar, e um exemplo de boa colaboração entre deputados de partidos até adversários, quando estão em causa assuntos de interesse social.

⁵⁶ Carlos Lopes de Almeida, in Diário da Sessão da Câmara dos Senhores Deputados, I Legislatura, 1/2/1907, pag12

⁵⁷ Ibidem

«Às reuniões dessa comissão concorreu o ilustre deputado Sr. Afonso Costa, que deu assim um belo exemplo de solidariedade parlamentar, e provou como nas comissões todos os elementos, por mais antagonistas que sejam as suas ideias políticas, podem ser profícuos. S. Ex.^a, como elemento da oposição republicana, não teve dúvida alguma em concorrer às reuniões da comissão, colaborando na confecção do projecto que se discute, e elucidando-a com o valor da sua inteligência e cultura.»⁵⁸

O Dr. António José de Almeida usou da palavra para chamar ao seu partido o mérito da exigência de um dia de descanso semanal. Foi mesmo o primeiro a pedir a palavra, após a leitura do texto do projecto, para afirmar que o descanso semanal era uma velha reivindicação do Partido Republicano, que há longos anos vem fazendo a defesa desse e doutros direitos dos trabalhadores, em comícios, conferências e jornais. E acrescenta que o “seu talentoso colega”, Dr. Afonso Costa, membro da comissão, tinha deixado bem claras as posições do seu partido. Invoca o trabalho do Dr. Bernardino Machado neste campo, que fez dele, pelo país, larga propaganda, em inúmeras conferências. Reivindica para si próprio o compromisso assumido em vésperas das últimas eleições, no centro republicano de S. Carlos, perante uma assembleia de caixeiros, de defender no parlamento, esta legítima aspiração daquela classe. Declara-se pronto a trabalhar para que este projecto seja aprovado e para que a lei do descanso semanal seja uma realidade, não só por ser um direito, mas também uma necessidade. Junta ainda as razões que a medicina já conhece e os profissionais de saúde têm trazido a público. É longa a sua intervenção. Faz a defesa desta lei, fundamentando-a em estudos e conhecimentos médicos. Justifica-a com o exemplo de todos os países que já a adoptaram. Propõe alterações a alguns artigos no sentido de melhorar a proposta e termina afirmando que o dia de descanso deve ser ao domingo.

O Partido Republicano fez do descanso uma bandeira, mas a iniciativa no parlamento partiu de Carlos Lopes. É ele que o afirma duma forma inequívoca:

⁵⁸ Ibidem

«Quis o Sr. António José de Almeida reivindicar para o Partido Republicano a ideia do descanso semanal, mas o assunto foi-me entregue por uma comissão composta de elementos das classes comercial e industrial e eu não podia ver, no desejo manifestado por essas comissões, nenhuma manifestação de carácter político. Sem querer também reivindicar para o partido regenerador liberal a ideia do descanso semanal, apenas deseja reivindicar a sua iniciativa, porque deseja que fique bem claro que não esqueci o pedido dos que me procuraram e que atendi de uma maneira tanto quanto possível satisfatória. (...) O projecto, sendo enviado à comissão de legislação civil, não podia ser considerado senão como uma questão aberta, por ser um assunto de ordem social, e por ter sido apresentado por mim.»⁵⁹

Não deixou, porém, o deputado Afonso Costa, de marcar a sua posição. Corroborou as palavras do seu companheiro de partido, embora admitindo que este projecto tinha merecido um interesse especial da parte de todos os partidos. Considera que sendo esta uma questão social, interessa a todos:

«Não se trata agora de estabelecer um debate sobre a prioridade ou reivindicação de um tal assunto em favor das classes trabalhadoras. Seria mesquinho demais para S. Ex.^a e para todos os partidos.

Considerando o partido republicano essa questão, como uma questão social, que a todos interessa, nunca, em todo o caso, se desinteressou dela. E ele, orador, está certo que o ilustre deputado, Sr. Carlos Lopes, não deixará de reconhecer que, muito antes de ter encontrado eco no seu partido a ideia a que S. Ex.^a ligou todo o seu estudo e todo o seu trabalho, S. Ex.^a via o partido republicano, de há muitos anos a esta parte, ocupando-se do descanso semanal.»⁶⁰

Lembra também todo o empenhamento de Bernardino Machado neste assunto, e as palavras proferidas numa conferência memorável, em Santarém, declarando que não

⁵⁹ Ibidem

⁶⁰ Afonso Costa, in Diário da Sessão da Câmara dos Senhores Deputados, I Legislatura, 6 de Fevereiro de 1907, p.7

era um favor mas sim um direito das classes trabalhadoras. Afirmar que tem sido solicitado por muitas organizações a dar o seu apoio e concurso a essa obra de justiça.

Apesar de a sua formação não ser da área das ciências da saúde, fala também dos estudos de notáveis e conhecidos médicos que se dedicaram ao estudo desta questão e das conclusões a que chegaram:

«Daí a conclusão esmagadora do Dr. Garnier na sua obra *Le Droit au Repos* de que, ao cabo de 10 anos, 30/.º dos empregados do comércio, que não têm descanso semanal, estão absolutamente impossibilitados de continuar as suas ocupações!»^{61 62}

Além da defesa da saúde, apresenta também razões de ordem política e social:

«E esta miseranda situação dos trabalhadores da indústria e do comércio ainda se revela mais grave, mais cruciante e mais atendível, quando se repara que todas as outras classes sociais têm direito ao repouso e gozam dele.

Desde o empregado público ao proprietário rural, toda a gente tem descanso menos aquelas classes trabalhadoras (...)

Em nenhuma outra matéria a intervenção do Estado será mais precisa do que no descanso semanal, porque a história mostra que, deixado à simples iniciativa individual, ele nunca se alcançaria completo e regular, antes pululariam os abusos e os vexames, criando-se situações privilegiadas e criando como obrigatório o trabalho diário, permanente e sem repouso.»⁶³

Dá ainda, uma perspectiva da Europa na adopção de medidas legislativas sobre o descanso, que se verifica desde 1848 em Inglaterra, até 1888 na Áustria, e termina propondo várias alterações ao projecto em debate.

⁶¹ Marques, AH (1972), pag 284

⁶² Esta afirmação não se encontra nos Diários da Câmara de Deputados, embora na obra citada assim se afirme.

⁶³ Afonso Costa, in Diário da Sessão da Câmara dos Senhores Deputados, I Legislatura, 6/2/1907, pag.7

Voltando ao autor do projecto, segundo as suas palavras, este é o início de uma obra de reformas sociais que precisa de ser continuada e de construir um corpo de doutrinas que as sustentem e justifiquem. Apela mesmo ao Governo e faz votos que lhe possa merecer alguma atenção o estudo e regulamentação das horas de trabalho. Carlos Lopes de Almeida trouxe à Câmara dos Deputados duas das maiores reivindicações dos operários: uma proposta de lei do descanso semanal e a recomendação para que se admita legislar a jornada de trabalho. A monarquia satisfez a primeira, e ignorou a segunda, mas isso não lhe retira o mérito de ter colocado em sede própria, a necessidade de reformas que dessem resposta às justas reivindicações dos trabalhadores.

Depois de aceites algumas emendas, foi aprovado nesse dia, o projecto do descanso semanal.

O decreto-lei foi publicado no dia 3 de Agosto desse mesmo ano de 1907, devendo entrar em execução no dia 24. No dia 10/8 foi publicada uma circular com instruções aos governadores civis, para uma correcta aplicação da lei.

Como chegaram vários pedidos de alteração a alguns artigos e satisfazê-los não prejudicava o princípio fundamental estabelecido, antes tinha que ver com tradições, feiras e festas regionais e locais, interesses de negócios familiares que não tinham empregados e todo o trabalho era assegurado pelos proprietários, o governo achou por bem dar-lhe satisfação. Pelo decreto de 14/10/1907, ficaram legisladas as referidas alterações e a lei do descanso semanal estava em vigor quando se implantou a República.

Pelo menos dois ministros do Governo Provisório conheciam a lei muito bem e sabiam que a República nada perdia se a adoptasse. Bastaria redigir novos preâmbulos, utilizar uma linguagem mais actualizada e consonante com a nova realidade política e pouco mais. Se fizermos uma leitura atenta, esta será a conclusão lógica.

O texto introdutório da lei publicada no dia 9 de Janeiro de 1911 deixa transparecer o confronto de interesses que existia em virtude da sua aplicação, certamente do conhecimento do governo republicano, o que fica claro numa breve leitura:

«Se é certo que todas as razões fisiológicas, morais e sociais aconselham como providência instante e inadiável regularizar o descanso das diversas classes sociais que se afadigam e extenuam num labor diário constante de muitas horas, é também certo que são muitos os interesses opostos colidindo entre si, cumprindo ao Governo velar por todos eles e protegê-los a todos.

Desta antinomia têm resultado em Portugal, como em outros países, graves dificuldades na regulamentação geral do descanso, das quais têm derivado leis em parte inexecutáveis e em parte causadoras de perturbações e conflitos impróprios de uma sociedade bem organizada e disciplinada. Nem todos têm a placidez e serenidade de espírito indispensáveis para bem apreciar as dificuldades, por vezes insuperáveis, deste importante objecto e para procurar os seus com os alheios interesses. Tal colisão só tem servido para dificultar mais a regulamentação do descanso semanal, com manifesto prejuízo dos próprios interessados.

Procurou o Governo da República atender e acautelar o interesse das diversas classes, norteador-o somente um espírito recto e imparcial, satisfazendo, tanto quanto possível, quer as legítimas reclamações daqueles para quem a concessão do descanso semanal, por lei, é um manifesto e indiscutível direito, quer às justas conveniências daqueles que têm o dever moral e legal de a tal concessão não se opor. (...) As classes a quem vai ser aplicado, bem como as corporações de que depende, num criterioso espírito de conciliação dos mais variados interesses e reconhecendo a inteireza de rectidão do pensamento orgânico deste diploma legal, estudarão as vantagens e inconvenientes, de modo que a Câmara Constituinte aprecie todos os factores do complicado problema e transforme este decreto numa lei perfeita e justa.»⁶⁴

A República no poder não queria alienar simpatias nem votos, não queria ver reduzida a sua base social de apoio, procurava conservar do seu lado todos os que nela tinham depositado a esperança de solução para as suas dificuldades, de todos aqueles a

⁶⁴ Decreto-lei do Descanso semanal, D.G. n.º 7 de 10/1/1911, pag 97

quem tinha feito promessas e, se excluirmos a aristocracia e a igreja, seriam mesmo todos: proprietários e trabalhadores. Estas duas classes tinham interesses difíceis, senão impossíveis de conciliar, factor da permanente situação de conflito e instabilidade dos governos republicanos, onde também se faziam sentir e se repercutiam todos os interesses, sendo os governos pressionados pelos adeptos e eleitores. António José de Almeida é cauteloso, mede as palavras e apresenta o decreto como um documento susceptível de modificação, declarando expressamente que a sua execução é que determinará o seu aperfeiçoamento e remete para os destinatários o encargo de estudarem as vantagens e inconvenientes de forma a que a futura Assembleia Constituinte venha a apreciá-lo e a transformá-lo em lei. Se os empregadores sentissem que esta medida da República lesava os seus interesses e viessem a causar perturbação, poderiam sempre manter-lhes a esperança de um recuo, até melhor oportunidade.

Sendo a iniciativa deste decreto, do Dr. António José de Almeida e tendo sido um dos deputados que usou da palavra na sessão em que ela foi apresentada e debatida, a 6 de Fevereiro de 1907, não podemos deixar de notar que naquela data apenas considerou o descanso semanal do ponto de vista dos empregados e nunca se referiu aos interesses dos empregadores. O texto do decreto coloca os interesses de ambos os lados, pede conciliação e, aos que se julgarem prejudicados, solicita a absolvição do Governo.

Vai ser esta a posição mais visível dos republicanos daqui em diante, com tendência para esquecer cada vez mais acentuadamente, os direitos dos trabalhadores.

Quanto ao cumprimento desta lei, repete-se, como no caso da lei sobre o trabalho dos menores e das mulheres, o seu incumprimento em muitas situações e lugares. Os regulamentos eram feitos pelas Câmaras Municipais e a fiscalização pouco atenta e até sujeita a influências locais poderosas, nem sempre actuava, pelo que, sentindo-se impunes, os patrões prevaricavam repetidamente. E os republicanos no poder, não queriam alienar ninguém do seu universo eleitoral, sabendo-se que entre os seus adeptos estavam os pequenos comerciantes e empresários que tinham as suas empresas e comércio espalhados pelo país.

As queixas dos empregados chegam à Câmara dos Deputados todos os anos, o que revela o incumprimento da lei.

Além disso, há mesmo trabalhadores a pedir a alteração da lei, porque têm profissões independentes ou trabalham à jorna e querem trabalhar nos dias de descanso, para ganharem um salário.

E o mais inaceitável é o caso dos taberneiros que se dizem prejudicados por não poderem abrir ao domingo e dirigem ao parlamento uma representação, sabendo-se que assim foi determinado como medida preventiva. Fechar as tabernas tinha em vista evitar que os chefes de família gastassem nesse dia, o salário que era o seu sustento. E não só esta razão, mas também pelo combate ao alcoolismo, promovido por notáveis figuras públicas, entre as quais se destacou a médica Adelaide Cabete, que muito pugnou por um amplo programa de saúde pública do qual também fazia parte a eliminação do alcoolismo.

Apesar dos boicotes, de algum incumprimento, das tentativas de alteração, a lei foi uma conquista que não voltou atrás, porque foi posta em prática e marcou um progresso na promulgação das leis sociais.

Outras situações a exigir urgentes reformas sociais, como era o caso dos acidentes de trabalho, que vinham sendo igualmente colocadas por deputados republicanos, eleitos ainda na monarquia, como foi o caso de Estêvão de Vasconcelos, que apresentou duas vezes um projecto lei sobre acidentes de trabalho, não tendo conseguido que fosse aceite para debate. Só a República lhe abriu as portas para apreciação e discussão.

III – Medidas apresentadas na Assembleia Nacional Constituinte

- 19-6-1911/25-8-1911

1. Projectos sobre reformas sociais

A Assembleia Nacional Constituinte abriu a 19 de Junho de 1911 e logo no dia 22, o deputado Estêvão de Vasconcelos, médico de profissão e membro do P.R.P. apresentou um projecto-lei regulando em Portugal as responsabilidades dos patrões e empresas industriais nos desastres ocorridos em virtude do trabalho profissional.

Pede para ser dispensado da sua leitura, porque é precisamente o mesmo que tinha trazido à Câmara dos Senhores Deputados, há dois anos. Afirmar ainda que já na sessão do dia 9 de Maio de 1908 tinha apresentado um projecto nesse sentido. Como não foi admitido para debate, reformulou-o, acrescentou novos considerandos, fundamentou-o em novos factos e no dia 16 de Março de 1909, apresentou-o novamente na Câmara dos Senhores Deputados da Monarquia, começando então por afirmar:

«A questão dos acidentes de trabalho, que pela primeira vez foi levantada no Parlamento Português pelo Projecto-lei cuja iniciativa renovo (...) é uma lei que tem constituído o primeiro ensaio sobre as chamadas reformas sociais. Tendo posto esta questão como uma questão de honra, em que envolvi o compromisso de a tornar a levantar em todas as legislaturas em que fosse deputado (...) porque me convenci que fossem quais fossem as circunstâncias políticas de momento e os assuntos que prendessem as atenções do Parlamento, esta questão havia de se impor sempre, pela importância decisiva, pela sua urgência inadiável.

Apresento-o com a esperança de que será escutado e discutido (...) porque a falta absoluta de legislação social – cujo início não podia deixar de ser, como tem sido nos outros países, uma lei sobre acidentes de trabalho – constitui uma tremenda e insanável vergonha.»⁶⁵

⁶⁵ Estêvão de Vasconcelos, in Diário da Sessão da Câmara dos Senhores Deputados, I Legislatura, 16/3/1909, pag 4

A apresentação na Assembleia Nacional Constituinte é já uma terceira apresentação. O projecto foi enviado à mesa e apresentado aos deputados no dia seguinte, 23 de Junho. Admitido a discussão, foi enviado à comissão de trabalho.

Nesta data já todos os países europeus tinham uma lei especial de acidentes de trabalho. Na opinião de alguns esta era uma reivindicação socialista, mas o proponente considera que é apenas uma questão muito rudimentar de higiene social, de administração e de ordem pública.

O projecto está concebido de forma a não trazer encargos para o Estado, porque não há condições para se executar um plano de reformas sociais, mesmo modesto. O Estado não tinha disponibilidade económico-financeira e, para os republicanos era urgente conseguir o equilíbrio orçamental.

Mantinha-se a esperança que as reformas sociais se realizariam, porque havia a convicção que nenhuma nação da Europa poderia resistir à forte corrente da civilização moderna, na área das questões sociais.

No entender da maioria, por agora, era o tempo de o Governo da República sanear a administração e de criar receitas, de fortalecer uma economia débil e ainda de conseguir a total confiança do povo português.

Estêvão de Vasconcelos propôs ainda à Câmara a constituição de uma Comissão permanente de legislação operária, para onde seriam encaminhados todos os projectos legislativos referentes a questões sociais.

No dia seguinte, 23 de Junho, entrou o projecto-lei em discussão na generalidade.

O seu autor procurou fazer «um trabalho exequível»,⁶⁶ sacrificando aspectos que achava justos mas, dada a situação da nossa economia, a inexistência de recursos do Estado e a opinião da maioria, seriam difíceis ou mesmo impossíveis de concretizar. Era o projecto possível, não o desejável. Estêvão de Vasconcelos pôs de parte o seguro obrigatório e exclusivo por conta do Estado, pois embora já houvesse o exemplo da Noruega, em Portugal «nem mereceria as honras de uma discussão»,⁶⁷ tais os encargos que isso implicaria para o Estado.

No texto introdutório compara o desenvolvimento de outros países com o nosso e expõe o que o levou a apresentar o projecto de acidentes de trabalho:

«Posto de parte o seguro obrigatório e exclusivo por conta do Estado (...) pela relutância que levantaria no nosso meio um adicional sobre toda a contribuição industrial para a constituição de um fundo especial destinado a garantir as indemnizações nos casos de insolvência – como existe na Bélgica e em França – eu procuro resolver a dificuldade, adequando à questão dos acidentes de trabalho a legislação que já se encontra em vigor em Portugal, para a indústria de seguros.»⁶⁸

Estêvão de Vasconcelos quis evitar as reacções dos empregadores e também do governo contra a sua proposta, declarando que não traria encargos para o estado e que os empresários utilizando o sistema dos seguros, não iriam ter uma grande sobrecarga nas despesas que esta lei pudesse trazer-lhes.

«Senhores: (...) a promulgação de uma lei sobre acidentes de trabalho – precisamente a única lei social que em Portugal seria imediatamente realizável por não acarretar encargos para o tesouro – é absolutamente inadiável! E não há subterfúgios nem mistificações que possam iludir este facto. Um inquérito, como o que ultimamente se mandou proceder para se conhecer o número e a causa dos

⁶⁶Ibidem

⁶⁷Ibidem

⁶⁸Estêvão de Vasconcelos, in Diário da Sessão da Assembleia Nacional Constituinte, I Legislatura, 23/6/1911, pag.4

acidentes de trabalho ocorridos em todo o país, principia por ser irrisório e acaba por ser inútil.

Enquanto não estiver em vigor uma lei que imponha responsabilidades, uma estatística de acidentes de trabalho há-de oferecer tantas garantias de seriedade como a que ofereceria uma estatística criminal num país em que não houvesse tribunais e os crimes não fossem punidos. E, muitos ou poucos, devidos à imprevidência dos patrões, ao descuido dos operários ou aos defeitos do próprio maquinismo industrial, o que é justo, o que é honesto, o que é humano é introduzir sem mais delongas na legislação portuguesa o princípio consagrado do risco profissional.»⁶⁹

Apresentou seguidamente o projecto.

Verificamos na discussão, que os deputados estavam a par do que se passava na Europa e das tendências do progresso e da civilização no sentido de reconhecer os direitos dos trabalhadores e de os consagrar na lei.

Durante o debate, alguns deputados declararam “associar-se à proposta” e acrescentaram novos pontos de vista e novos argumentos. Há mesmo quem acrescente a esta proposta uma outra com esta relacionada:

«Que a Comissão de Legislação Operária redija mesmo um Código de Trabalho, em que se condensem, revistas e modernizadas, as leis respectivas em vigor e se estabeleçam desde já as normas fundamentais de garantia ao trabalhador, atendendo aos seus justos interesses, às condições económicas do meio e condições financeiras do Tesouro e da protecção e assistência aos operários menores e às mulheres, regulamentando especialmente as convenções relativas ao trabalho, duração e descanso, higiene e segurança, acidentes, caixas de aposentações, organização de sindicatos profissionais e o serviço da inspecção honesta e eficaz.»⁷⁰

⁶⁹ Ibidem

⁷⁰ Eduardo de Almeida, in Diário da Sessão da Assembleia Nacional Constituinte, I Legislatura, 23/6/1911, pag 7

Constatamos ainda nos debates, que nem todos os republicanos esqueceram as promessas feitas às camadas sociais mais pobres, mas esses, raramente ascenderam ao poder. Ignorar a sua participação nos trabalhos parlamentares é apagar uma página da história da República.

O deputado Ramos Costa propôs ainda:

«Sendo indispensável que a República não siga a orientação do regime deposto, que tudo prometia e pouco ou nada concedia e que enverede por um caminho racional e prático, atendendo às justas aspirações e às necessidades mais importantes do povo, propomos:

Que uma comissão especial ou a Comissão de legislação operária formule um projecto de lei que proporcione os meios práticos para se poderem construir habitações económicas para as classes operárias.»⁷¹

Assinam esta proposta os deputados Francisco de Salles Ramos da Costa e Manuel Goulart de Medeiros. E passam à justificação:

«São de todos conhecidas as condições desgraçadas em que vive a maior parte dos operários, principalmente dos centros mais populosos de Lisboa, Setúbal, Covilhã, Porto, etc. É devida a duas causas principais esta má vida dos operários: à alimentação e à habitação.

A alimentação é deficientíssima, não só pela quantidade como pela qualidade, porque o comércio, na maioria, não é honesto, falsifica os géneros alimentícios, envenenando as classes trabalhadoras, um dos factores mais importantes da riqueza nacional.

Outro factor que concorre para a vida desgraçada do operário é a aglomeração. O operário, depois de estar umas poucas de horas habitando na oficina, que em geral não tem condições higiénicas, vai para casa e encontra-se aí

⁷¹ Ramos Costa, in Diário da Sessão da Assembleia Nacional Constituinte, I Legislatura, 23/6/1911, pag.7

em piores condições do que as que tinha na oficina, porque a casa não tem luz nem ar.

É indispensável pois, que a República olhe com olhos de ver para esses desgraçados, que têm tanto direito ao bem-estar como todos os demais cidadãos.

O homem que está todo o dia junto a uma bancada, a uma máquina ou a um torno, esgotando a sua energia, não pode chegar a velho, porque se estiola e, por isso, é preciso que o governo, ou para melhor dizer, a República, formule leis de protecção, não com sentido de esmola, mas com o sentido de lhe reconhecer o direito a essa protecção, porque, assim como o operário tem a obrigação de produzir trabalho, também o Estado tem a obrigação de o proteger e de lhe proporcionar o bem-estar.⁷²

Este dia de trabalho na Assembleia Nacional Constituinte, foi um dia transformado no dia dos trabalhadores pelos deputados que tinham como objectivo ver os direitos destes, reconhecidos na lei. Às propostas já apresentadas, Alfredo Ladeira veio juntar mais uma:

«Proponho que a Assembleia Nacional Constituinte, manifestando a consideração que lhe merecem as justas e legítimas reivindicações do proletariado português, tantas vezes formuladas no extinto regime, e sempre por ele esquecidas, determine:

1.º Que em todos os trabalhos executados sob a imediata superintendência do Estado ou das municipalidades, no continente ou nas ilhas adjacentes, fique desde já estabelecido o dia normal de oito horas de trabalho diário;

2.º Que nas possessões ultramarinas, o período de oito horas seja o período máximo de trabalho, podendo sempre ser reduzido, quando a violência dos trabalhos a executar ou as condições climatéricas assim o exijam. – Os deputados, Alfredo Maria Ladeira, Gastão Rodrigues, Sá Pereira.»⁷³

⁷² Ibidem

⁷³ Alfredo Maria Ladeira, in Diário da Sessão da Assembleia Nacional Constituinte, I Legislatura, 23/6/1911, pag 8

Num só dia, e apenas cinco dias depois da abertura oficial do parlamento, apresentaram-se, debateram-se e justificaram-se quatro propostas de reformas sociais:

- 1.^a Sobre acidentes de trabalho;
- 2.^a Criação de uma comissão de legislação operária;
- 3.^a Que se redija um projecto lei para se poderem construir casas baratas para os trabalhadores;
- 4.^a Horário de trabalho de 8 horas para os trabalhadores do Estado e dos Municípios.

Estes deputados vão ser participantes nos debates, sempre que as reformas sociais venham ao parlamento e alguns, até à queda da República como foi o caso de Ramos Costa, Sá Pereira, Gastão Rodrigues e Eduardo Almeida, sempre defendendo as causas dos trabalhadores e das classes populares.

Somando a estas iniciativas a lei da greve e a do descanso semanal, ambas já em vigor, a acção dos políticos republicanos anunciava-se promissora para a classe operária. Demonstravam que não tinham esquecido as suas promessas, reconheciam o apoio dos trabalhadores à causa republicana e consideravam de todo justo que a República fizesse as reformas necessárias para que os trabalhadores tivessem uma vida digna. É certo que nem todos os deputados estavam empenhados na solução das questões sociais. A maior parte não participa nestes debates, mas os que se opõem abertamente são uma minoria.

Estas propostas criaram expectativas que não vieram a confirmar-se. O desinteresse da classe política dominou e o avanço foi retardado, contrariando as afirmações públicas de alguns conhecidos políticos.

Durante o período de funcionamento da Assembleia Nacional Constituinte, as classes operárias não deram motivos para as recriminarem por falta de participação.

Anteciparam-se mesmo, apresentando as suas reclamações, informando da sua situação e revelando alguma capacidade de intervenção, além de um razoável conhecimento dos seus direitos.

A Assembleia Nacional Constituinte estava a poucos dias de encerrar. Na sessão do dia 8 de Agosto de 1911, estavam sobre a mesa pedidos de encarregados de obras públicas do distrito de Lisboa, para que lhes fosse garantida estabilidade no trabalho e reforma na velhice; as associações operárias do Porto pediram que se publicasse um novo regulamento de trabalho; uma representação da Comissão Central da Classe Têxtil, dirigida aos deputados e lida nesse dia, é a que nos dá um conhecimento mais aprofundado da situação destes trabalhadores:

«A Comissão Central das Artes Têxteis em Portugal vem neste momento chamar a vossa esclarecida atenção para as reclamações que foram aprovadas no comício que se efectuou ontem, na sede da Caixa Económica Operária, com a assistência dos operários da indústria têxtil.

Ex.ºs Srs. - A classe têxtil é de todas a mais numerosa e também a que mais sofre as vicissitudes da vida, devido, em muitos casos, à exploração patronal e à péssima organização da indústria no nosso país.

Num grande número de fábricas de tecidos, especialmente na província, os operários são explorados desapiedadamente; as mulheres e os menores, são forçados a um trabalho excessivo, tendo como recompensa um salário ínfimo, que não chega sequer, para ocorrer às mais instantes necessidades da vida.

As oficinas, salvo raras excepções, são verdadeiros focos anti-higiénicos, que dão origem, devido à grande acumulação de operários, ao contágio de graves enfermidades, sendo esta uma das classes em que a tuberculose mais se desenvolve. Para isso contribuem, sem dúvida em mais larga escala, os grandes horários de trabalho, que não só atrofiam a existência dos produtores, como está em completa disparidade com as mais sublimes leis do progresso humano da época.»^{74 75}

⁷⁴ Representação da Comissão Central da Classe Têxtil, in Diário da Sessão da Assembleia Nacional Constituinte, I legislatura, 8 de Agosto de 1911, pag 17

Na ânsia de verem os seus problemas resolvidos, chegavam representações e reivindicações em catadupa. Estes são alguns dos exemplos da participação das organizações operárias na solução das questões sociais e demonstração de algum conhecimento da situação injusta que os oprimia, demonstrando uma relativa capacidade de acção e iniciativa.

As acusações de desinteresse na solução das questões sociais feitas aos operários por alguns políticos, não se confirmam nos Diários do Parlamento, onde chegam muitas “representações” de organizações de trabalhadores, umas pedindo para ser colocada na agenda da Assembleia a discussão de um projecto, outras para ser publicada determinada lei cujo projecto está a ser debatido. Quando a 25 de Agosto a Assembleia Constituinte fechou, estas questões não ficavam resolvidas, mas eram do conhecimento dos políticos, que teriam de encarar a sua solução. Os autores dos vários projectos não iam desistir. Continuariam a pedir a palavra, a insistir no debate, esclarecendo sempre, invocando direitos, lembrando o exemplo dos países europeus, recorrendo a estudos, invocando teorias científicas, económicas e sociais. A sua persistência e tenacidade mantiveram sempre na ordem do dia, sempre actual, sempre urgente, sempre inadiável a questão social. Nada os fez desistir ou desanimar – nem o silêncio da maioria, nem os obstáculos levantados por uma minoria, nem o desinteresse de uns tantos, nem a incompreensão e a surdez de um pequeno número. A passo certo e firme, continuaram a caminhada. Sabiam onde queriam ir, conheciam o caminho, contavam com os obstáculos e tinham vontade de os remover.

Não foi pela falta de participação dos trabalhadores que os projectos não foram aprovados em tempo útil para a sua classe. Não foi por falta de debate. Apesar do esforço dos seus defensores, levantaram-se sempre objecções que remetiam para outro dia a votação, a maior parte das vezes sob pretexto de falta de informação, de dados estatísticos, pelo que seria indispensável fazer inquéritos, o que remetia a aprovação para um futuro imprevisível mas sempre distante, sem falar já dos “assuntos urgentes” que eram levados por alguns deputados e que passavam à frente de tudo. Paravam-se

⁷⁵ Texto integral vai em Anexos

assuntos importantes, para introduzir, a maior parte das vezes, assuntos de interesse muito diminuto, relativamente ao que estava a ser debatido. Aconteceu durante o debate sobre acidentes e sobre os horários, os abastecimentos ou o custo de vida.

IV – Medidas apresentadas na Câmara dos Deputados, 1911/1914

1.- Apresentação de um projecto-lei de um horário de 10 horas

A Câmara dos Deputados iniciou os seus trabalhos no dia imediato ao encerramento da Constituinte, a 26 de Agosto de 1911.

A 20 de Novembro desse ano, Alfredo Maria Ladeira levantou a questão do horário de trabalho. Tinham passado cerca de dois meses sobre o último dia em que se falou de reformas sociais.

Depois de se ter trazido ao parlamento a questão dos acidentes de trabalho, propunha-se agora um horário de 10 horas.

É isso que vai apresentar o deputado Alfredo Maria Ladeira. O projecto por ele elaborado continha apenas seis artigos onde se registavam os pontos mais importantes a consagrar na lei. A grande reivindicação dos trabalhadores era um horário de 8 horas. Alfredo Ladeira ia fazer uma proposta para ser admitida. Ia pedir menos para alcançar alguma coisa. Era preferível um mau horário a horário nenhum, porque os abusos não tinham limites em número e em extensão. As jornadas de trabalho variavam, na generalidade, entre as 10 e as 16 horas, havendo casos em que iam para lá das 16h, com todas as consequências negativas para os operários, agravadas pelas más condições de higiene que se verificavam na maior parte das fábricas e oficinas. Lembra que um

trabalhador com uma elevada carga horária acaba por não dar um bom rendimento devido ao cansaço que vai acumulando em sucessivas jornadas.

Analisa a situação da nossa economia, reconhecendo que é pouco rentável, enumerando algumas causas: falta de formação técnica e profissional, os pesados direitos de importação de maquinismo e matérias primas, acrescendo ainda a tudo isto o facto de mercados onde parte da nossa indústria podia encontrar expansão, os mercados coloniais, se estarem a mostrar refractários aos nossos produtos, em virtude da concorrência comercial que lhe fazia a indústria estrangeira. Aponta algumas medidas que, a serem tomadas, desenvolverão e farão prosperar a nossa indústria, como será o caso da formação técnico-profissional dos trabalhadores e a utilização das quedas de água para a obtenção de força motriz e produção de electricidade, o que fará baixar a importação desta energia. O aumento da produtividade dependia da formação e do aproveitamento dos nossos recursos, afirma.

A preocupação de tranquilizar os proprietários das indústrias evidencia-se nas palavras introdutórias às propostas:

«É, portanto, absolutamente confiados de que nada iremos agravar o estado da indústria nacional, antes, pelo contrário, lhe forneceremos maior igualdade de condições, fixando o limite máximo de horas de trabalho, que ousamos apresentar à vossa esclarecida apreciação o seguinte projecto lei.»⁷⁶

Por enquanto propunha 10 horas diárias, interrompidas por um ou dois descansos. Previa infracções e não deixou de registar as penalizações aos infractores. As multas revertiam para um fundo de auxílio às vítimas de acidentes no trabalho.

⁷⁶ Alfredo Maria Ladeira, in Diário da Sessão da Câmara dos Deputados, I Legislatura, 20/11/1911, pag 5

A proposta estava feita. Iria posteriormente ser debatida, mas antes disso, estava ainda o projecto dos acidentes de trabalho, cuja apresentação se tinha feito na Assembleia Constituinte.

Acompanhar o debate dá-nos o conhecimento da realidade social e económica do nosso País e do pensamento dos políticos republicanos. Uns pelo empenho e conhecimentos que demonstraram, outros pela oposição que fizeram e alguns pelo silêncio a que se remeteram nas sessões em que o assunto foi tratado.

2. Discussão do projecto-lei de acidentes de trabalho

2.1. Discussão na generalidade

No dia 20 de Novembro de 1911 a Comissão de Legislação Operária fez a apresentação do parecer sobre a proposta de Estêvão de Vasconcelos, acompanhado da nova redacção dada ao projecto pela mesma comissão. A Associação Industrial já tinha entregue um pedido de adiamento da discussão até que tivesse ouvido os industriais, de forma a estar habilitada a fornecer elementos necessários à modificação da lei.

O deputado Matos Cid apresentou um requerimento a seguir, para que fosse previamente submetido a um exame da Comissão de Finanças, para se certificarem se da execução poderia vir aumento de despesa para o Estado. Levantou-se um coro de vozes recriminando pelo facto de não ter sido enviado já a essa comissão o projecto, recriminação que não encontrou alvo.

Afonso Costa procurou demonstrar que não havia razões para o projecto ir à Comissão de Finanças, porque não era verba que fosse incluída no orçamento e além disso nem havia aumento de despesa com a execução deste projecto. Declarou mesmo reclamar contra a classificação do requerimento, que, no seu entender, só poderia ser classificado de proposta.

Gerou-se acesa polémica entre Jacinto Nunes e Afonso Costa e na qual tomaram parte outros deputados, dividindo-se os apoios entre ambos. Deram uma importância desmedida a uma questão formal que Afonso Costa esclareceu satisfatoriamente, demonstrado o seu inteiro conhecimento dos processos formais. E concluiu, fulminando os seus opositores:

«Isto são casos de formalismo. Só se compreende esse formalismo se entendermos que o projecto não deve ser discutido; mas nesse caso há um meio de o fazer, é votar uma moção de adiamento ou votar contra o projecto.

Pergunto como é que os puritanos dum regimento que não tem tal disposição aparecem somente quando se vai pôr em discussão um assunto cuja omissão na nossa legislação constitui uma vergonha para o Estado Português, pois é o único Estado, que se diz civilizado, que não tem regularizados os acidentes no trabalho?!

É uma questão aberta a todas as inteligências dos que possam contribuir para melhorar o projecto.

Porque é que os puritanos apareceram agora para invocar estas bizantinices, e não apareceram há pouco quando foi do projecto dos pilotos, que é também importante, cujo autor é hoje senador, e que estava nas mesmas condições em que se encontra o do Sr. Estêvão de Vasconcelos, simplesmente com a diferença de que S. Ex.^a, pelos seus méritos e pela indicação da opinião pública, ocupa hoje uma cadeira que lhe permite tomar parte na discussão tantas vezes quantas quizer, para esclarecer as pessoas que tenham confusões acerca do seu projecto?»⁷⁷

Apesar da vigorosa intervenção de Afonso Costa, alguns deputados, à cabeça dos quais se colocou Egas Moniz, insistiram nas formalidades. Outros, no entanto, contrapuseram argumentos a favor da entrada em discussão do projecto, merecendo destaque Gastão Rodrigues, que havemos de encontrar em várias sessões, sempre do mesmo lado, sempre defendendo as mesmas causas.

⁷⁷ Afonso Costa, in Diário da Sessão da Câmara dos Deputados, I Legislatura, 20/11/1911, pag 22

Na verdade, não se justificava o requerimento de Matos Cid, porque bastava atentar no Projecto-lei, que dizia no artigo 2:

«As entidades responsáveis pelas indemnizações e encargos provenientes dos acidentes de trabalho são os representantes das empresas e os patrões que exploram uma indústria e auferem os respectivos lucros;

No artigo 7.º- Em seguida à promulgação desta lei o Conselho dos Seguros determinará os depósitos especiais que deverão realizar na CGD as sociedades mútuas, constituídas por patrões e tendo por objecto exclusivo garantir o pagamento das indemnizações devidas por acidentes de trabalho...

No artigo 10.º- Correm por conta dos patrões as despesas de assistência clínica e medicamentosa necessárias para o tratamento da vítima de um acidente de trabalho.»⁷⁸

A atitude de Matos Cid ou é devida à falta de confiança no cumprimento das leis, ou ao desconhecimento do texto do projecto, ou ao desejo de prestar um serviço à Associação Industrial.

Barbosa de Magalhães foi o orador que se lhe seguiu, secundando aliás, as posições de Afonso Costa e esclarecendo todas as dúvidas:

«Vê-se, pelas próprias declarações do Sr. Egas Moniz, que o projecto em discussão tem relator, que é o Sr. Caldeira Queiroz. Está, portanto cumprida a formalidade regimental, porquanto, desde que não esteja especificado quem é o relator, a lei diz que neste caso será o último dos que assinem qualquer diploma. Tudo o mais é levantar uma discussão que nenhum valor tem.

É de estranhar que as dificuldades formalistas se levantem hoje, exactamente quando entra em discussão um projecto em que são interessadas as

⁷⁸ Projecto lei sobre acidentes no trabalho, in Diário da Sessão da Câmara dos Deputados, I Legislatura, 20/11/1911, pags 19 e 20

classes trabalhadoras, em que são interessadas as próprias finanças do Estado; é para estranhar que se vejam motivos para adiamento da sua discussão.

Estando com a palavra, queria fazer outra proposta; queria propor que entrasse em discussão o projecto n.º25, dispensando-se do regimento.

Proposta

Proponho que o projecto lei n.º25, dado para ordem do dia de hoje, entre imediatamente em discussão com dispensa do regimento. »⁷⁹

Algumas propostas e requerimentos foram retirados, mas não foram arredados todos os obstáculos, porque a continuação do debate ficou, por exigência de Brito Camacho, dependente do relatório pedido às Finanças. O problema foi solucionado com a aprovação de um requerimento de Afonso Costa, do seguinte teor:

«Requeiro que o projecto n.º25 seja dado para ordem do dia 22 do corrente.»⁸⁰

Posto à votação, foi aprovado. Assim perderam força os obstáculos levantados à discussão do projecto.

No dia 22, tendo-se recebido na Câmara a resposta da Comissão de Finanças, foi esta pretexto para Brito Camacho, vigilante obstinado da legalidade e do formalismo, não deixando nunca de se opor a tudo quanto lhe despertasse alguma dúvida a esse respeito, continuar a alimentar a polémica. O alvo da sua azeda acrimónia foi desta vez a Comissão de Finanças, que acusou de não ter dado um parecer, mas sim *um aforismo*. Este facto reanimou os derrotados anteriormente, que, animados de novo fôlego se juntaram a Brito Camacho, vendo aumentar ainda o número com a junção de Jacinto Nunes, Jorge Nunes, Inocêncio Camacho e Ângelo da Fonseca.

⁷⁹ Barbosa de Magalhães, in Diário da Sessão da Câmara dos Deputados, I Legislatura, 20/11/1911, pag s 22 e 23

⁸⁰ Afonso Costa, in Diário da Sessão da Câmara dos Deputados, I Legislatura, 20/11/1911, pag 23

A troca de palavras na Câmara dos Deputados põe em evidência o que motivou a polémica:

O Sr. Brito Camacho (para uma questão prévia):

«- Sr. Presidente: na sessão de 2.^a feira, o projecto que agora entrou em discussão, foi retirado por não ter o parecer da comissão de finanças.

Entendeu a Câmara e a meu ver, muito bem, que o projecto, implicando aumento de despesa, não podia, nos termos do Regimento, entrar em discussão sem o parecer da comissão de finanças.

Como, certamente, a Câmara ouviu o parecer da comissão não é propriamente um parecer. Pelo seu laconismo, chamei-lhe eu já ontem um aforismo. (...)

Desejo saber por que não temos um parecer a acompanhar o projecto que está em discussão.

Estamos hoje na situação em que estávamos na segunda feira.

Estamos sem parecer da comissão de finanças. (...)

Parece-me que não podemos entrar na discussão deste projecto sem ouvir primeiramente as explicações da comissão de finanças sobre o motivo por que não deu parecer.

Nestas condições mando para a mesa o seguinte:

Proponho, como questão prévia, que a Câmara aguarde as explicações da comissão de finanças sobre a falta de parecer relativo ao projecto, para depois se discutir.

Inocência Camacho – Jorge Nunes – Morais Rosa – Jacinto Nunes – Ângelo da Fonseca»⁸¹

Apressaram-se alguns deputados a impedir que a intervenção de Brito Camacho atrasasse a discussão do projecto lei sobre acidentes de trabalho:

⁸¹ Diário da Sessão da Câmara dos Deputados, I Legislatura, 22/11/1911, pag 17

«O Sr. Santos Moita: - peço a V. Ex.^a, Sr. Presidente, a fineza de mandar ler o parecer da comissão de finanças.

Leu-se o parecer.

O Sr. Germano Martins (para invocação de Regimento): - A Câmara votou na sessão de anteontem, quase por unanimidade, que este projecto entrasse hoje em discussão. Então agora pretende resolver o contrário?

O Sr. Brito Camacho: - Mas com um parecer da comissão de finanças.

O Orador: - Já tem parecer. Bom ou mau é um parecer e ainda que a comissão não tivesse apresentado parecer tinha que ser discutido o projecto.»⁸²

Entretiveram-se depois a discutir questões regimentais sem interesse para o projecto, mas que eram importantes no entendimento de Brito Camacho, que não deixava passar adiante, sem todas as bênçãos do regimento.

O presidente da comissão era Álvaro de Castro, que declarou que não podia, por falta de elementos, fixar o encargo que dele poderá resultar.

Barbosa de Magalhães acrescentou que isso era completamente impossível, porque no país não há dados para se fazerem esses cálculos e que, se adiassem a discussão por este motivo, se corria o risco de encerrar a legislatura sem terem o parecer, tão caro a Brito Camacho.

Lembrou o bom acolhimento que teve na Câmara o projecto, acolhimento que se estendeu ao país, até aos monárquicos. Recordou as críticas que o Partido Republicano fazia e as censuras ao Parlamento monárquico, pelo que é muito triste que o parlamento republicano queira adiar a sua discussão. Em resposta a um aparte de um deputado que dizia não estarem habilitados para decidir, Barbosa de Magalhães respondeu:

⁸² Diário da Sessão da Câmara dos Deputados, I Legislatura, 22/11/1911, pag 17

«- Não estamos habilitados, mas estamos dispostos a suportar os encargos.»⁸³

Respondeu-lhe Jorge Nunes:

«- A lançar esse encargo sobre os outros.»⁸⁴

Mas Jorge Nunes não era deputado par manter um debate com Barbosa de Magalhães. A sua participação limitava-se a estes apartes para dar conhecimento da sua opinião, ou a curtas moções ou requerimentos.

Estes deputados vão conservar as suas posições ao longo do regime, na oposição às medidas de carácter social. A hipótese colocada sem fundamento, de poder haver despesa para o estado, levou mais um dia de estéreis discussões, e atrasou a aprovação, para tudo ficar na mesma, graças aos defensores do projecto. Esta foi uma atitude constante de Brito Camacho, durante todo o regime.

Pelas discussões que costumava frequentemente levantar, Cunha Leal classifica de «árida a inteligência dessa criatura»⁸⁵, sempre em lutas secas e estéreis de formalismos, sem vantagens para a República ou para o próprio e seus correligionários, não deixando contudo de o considerar um homem inteligente.

Brito Camacho e o seu grupo, com a sua intransigência, exigindo um parecer da Comissão de Finanças, criou um impasse, porque a Comissão afirmava não ser possível responder aquela pergunta, por não disporem de números sobre os quais incidissem os cálculos. No projecto não se tinham previsto despesas para o Estado, ficando todos os encargos aos patrões e empresas.

⁸³ Barbosa de Magalhães, in Dário da Sessão da Câmara dos Deputados, I Legislatura, pag. 19

⁸⁴ Jorge Nunes, in Diário da Sessão da Câmara dos Deputados, I Legislatura, pag 19

⁸⁵ Cunha, Leal, (1966) II Vol., pag.71

Encontrando-se presente o Ministro das Finanças, Sidónio Pais, foi de opinião que não se devia votar o projecto. Também Sidónio Pais era seguidor de Brito Camacho e, segundo Cunha Leal, conduzido por ele ao cargo de Ministro de Fomento:

«Quem era esta criatura predestinada para uma subida meteórica no céu político português (...) Como tantos outros, foi atraído pelo encanto intelectual, um pouco altaneiro, de Brito Camacho (...). O seu chefe, sem vislumbres de ambições materiais ou espirituais, era, contudo, duma prodigalidade talvez excessiva ao proporcionar satisfações desta natureza aos seus devotos. Ei-lo, pois, projectando Sidónio Pais para a Pasta do Fomento no Primeiro Ministério Constitucional da República, presidido por João Chagas, de que outrossim fazia parte, a reger os destinos das combalidas finanças portuguesas Duarte Leite, também, como ele, unionista.»⁸⁶

Terminou a sessão deixando a questão em suspenso.

No dia seguinte, foi Afonso Costa que perguntou se a questão prévia apresentada por Brito Camacho se encontrava resolvida ou se estava ainda pendente e foi o próprio que declarou estar liquidada, depois das explicações da comissão de finanças. A verdade é que a comissão nada mais tinha explicado, mas foi o suficiente para se prosseguirem os trabalhos, cujo debate foi retomado por Caldeira Queiroz:

«Eu lastimo deveras que o ilustre autor do projecto em discussão esteja inibido de o defender nesta Câmara. (nota – não era deputado, por ser ministro do Fomento)

Lastimo-o pelo projecto, que desse modo seria defendido com muita maior competência, habilidade e saber do que eu lhe posso dispensar, e lastimo-o por mim que, com franqueza o confesso, sinto vergar os ombros sob o peso da tarefa que o acaso me atirou para cima, inesperadamente.»⁸⁷

⁸⁶ Op. cit., págs 66 e 67

⁸⁷ Caldeira Queiroz, in Diário da Sessão da Câmara dos Deputados, I Legislatura, 23/11/1911, pag 13

Toma seguidamente a defesa do projecto e a sua oportunidade, afirmando que é uma pequena parte do que é justo que seja dado aos trabalhadores, não só pelo muito que a República lhe deve, mas também pela esperança que eles têm, que é legítima. Tão legítima é a sua esperança que já lhe foi reconhecido como um direito em vários países.

«O projecto em questão representa uma parte mínima daquilo que o proletariado português legitimamente reivindica. É necessário que o povo, que tantos sacrifícios fez pela República, tire dela algum proveito; veja efectivadas algumas das promessas que lhe foram feitas no tempo da propaganda; veja realizadas algumas das legítimas esperanças que na República depositava; é preciso que o povo não seja excluído dos benefícios revolucionários. (...)

E entre nós, mais do que em qualquer outro país urge assim proceder, porque em parte alguma como em Portugal, o proletariado tem sido posto de parte e menos tem merecido as atenções dos poderes constituídos.

Entre nós, sob o ponto de vista da defesa e protecção do operariado, nada ou pouco existe legislado. E o pouco que existe ou não se tem cumprido ou tem sido constantemente sofismado. (...)

O projecto em questão obedece a um alto espírito de justiça, que só pode desagradar a quem ferozmente egoísta apenas em si pense e por completo ponha de parte os interesses da colectividade. Efectivamente é justo que quem trabalha e moureja afanosamente para com o produto do seu esforço enriquecer outros, tenha direito a uma pequena subvenção, quando nesse esforço se inutilize.»⁸⁸

Ao discurso de Caldeira Queiroz expondo as razões por que este projecto devia ser aprovado, seguiu-se um outro, considerando incompleto o documento de Estêvão de Vasconcelos, porque devia ter optado pelos seguros sociais obrigatórios com tudo quanto trariam de apoios sociais; porque este projecto não incluía os rurais nem contemplava todas as situações que só um estado social poderia satisfazer.

Aos obstáculos levantados por alguns, erguia-se agora a utopia dos idealistas avançando com maiores ambições, fora do âmbito deste projecto, mas que tiveram o mérito de atalhar os avanços dos espíritos retrógrados que apenas olhavam aos seus

⁸⁸ Ibidem

interesses. Este alternar de oradores prosseguiu até 30 de Novembro, quando Silva Ramos apresentou uma moção centrando as atenções naquilo que urgia aprovar – a proposta que se vinha discutindo. Apresentou, com esse fim a seguinte moção:

“A Câmara dos Deputados, considerando a necessidade de aprovar um projecto de lei sobre acidentes de trabalho, continua na ordem do dia.

Lisboa, 30 de Novembro de 1911. - José da Silva Ramos»⁸⁹

Entre as afirmações que proferiu, uma foi mais direccionada para ultrapassar o bloqueio:

«Entende que não se deve esperar que a comissão de finanças dê parecer sobre este projecto, porque ele só viria ao cabo de muitos meses.»⁹⁰

A moção de Silva Ramos foi aprovada, o que abriu o caminho à continuação do debate.

Estêvão de Vasconcelos teve assim oportunidade de intervir, respondendo aos que desejavam limitar a lei e aqueles que a queriam alargar. Parece terem-no surpreendido mais as críticas que apontavam as insuficiências do que as que a queriam pura e simplesmente eliminá-lo, porque dessas, ele já estava à espera. Centrou o tema na realidade portuguesa mais uma vez. Demonstrou a uns e outros que era a lei necessária, possível e justa. O sentido da realidade ganhou terreno e as intervenções que vieram a seguir mantiveram o debate dentro do campo que o levaria à aprovação. Foi o que propôs Ângelo Vaz apresentando uma moção que mereceu muitos apoios.

Terminava nesse dia o primeiro período parlamentar, facto assinalado por Afonso Costa no final da sessão, com estas palavras:

«O simples facto de existir um Parlamento constitui a primeira base da existência das democracias. Porque esse Parlamento fiscaliza todos os actos

⁸⁹ José da Silva Ramos, in Diário da Sessão da Câmara dos Deputados, I Legislatura, 30/11/1911, pag 13

⁹⁰ Ibidem

públicos e torna-os conhecidos. Ainda mesmo quando parece improdutiva a obra do Parlamento, ela é essencial à vida da Nação.»⁹¹

Marcada a continuação dos trabalhos para 2 de Dezembro, encerrou-se este primeiro período parlamentar.

Retomados os trabalhos no dia 2/12/1911, foram recebidas na Câmara, cartas de 14 associações, pedindo para se continuar o debate e se transformar o projecto em lei. Na sessão de dia 4/12, o número de pedidos no mesmo sentido, também de associações, foi de 18.

Não voltou a falar-se no parecer da comissão de finanças.

No dia 5 de Dezembro usou da palavra o deputado Manuel José da Silva,⁹² que repetiu críticas já anteriormente apontadas: omissões e deficiências. Estas críticas não anulavam a proposta, nem preocupavam os deputados que mantiveram em discussão o projecto. Preocupavam-nos mais as estratégias que tinham o objectivo de o lançar no baú do esquecimento.

Afirmavam estar de acordo com quem lhe apontava faltas: deveria ser mais vantajoso para os acidentados, o que até era muito justo, mas já se tinham dado todas as razões por que não se podia fazer mais e melhor. Era absolutamente necessária e urgente a sua publicação e esta era a lei possível.

Pediui ainda a palavra Barbosa de Magalhães, que apresentou uma moção:

«A Câmara, reconhecendo a justiça do projecto em discussão, que representa uma das mais legítimas e primaciais aspirações das classes trabalhadoras, e reconhecendo mais a necessidade de se aumentar a enumeração

⁹¹ Afonso Costa, in Diário da Sessão da Câmara dos Deputados, I Legislatura, 30/11/1911, pag 17

⁹² Manuel José d Silva foi o primeiro deputado socialista eleito, mas estava frequentemente em desacordo com as posições da maioria dos socialistas, criticando, nomeadamente, Augusto Dias da Silva

das indústrias a que ele deve ser aplicado e de instituir o seguro obrigatório; continua na ordem do dia.»⁹³

Foi admitida.

E continuando no uso da palavra, justificou o projecto e defendeu a sua aprovação, porque dele só resultam benefícios para os operários, com a vantagem de não sobrecarregar o estado.

«Ao pedir a palavra sobre a generalidade do projecto, não era sua intenção fazer quaisquer considerações relativas à necessidade que há de ele ser convertido em lei, como era também a de fazer considerações sobre a sua doutrina, no que tem de fundamental para a classe operária. A forma, porém, por que tem corrido a discussão e as referências que tem ouvido fazer, obrigam-no a sustentar que, da aprovação e conversão em lei deste projecto, só resultam benefícios para a classe trabalhadora, para a indústria e para o Estado.

Não é seu intento descrever os horrores dos acidentes de trabalho, que todos os dias e a todas as horas se repetem nos estabelecimentos fabris. Não quer mesmo, descrever as aflições, miséria e mal estar que desses acidentes provêm para as classes trabalhadoras. O que quer salientar é como essas classes beneficiam extraordinariamente com uma lei que lhes dê garantia efectiva e eficaz de que, os que forem vítimas de acidentes de trabalho terão a compensação necessária, quer para o seu tratamento, quer para a sua vida e a da sua família.»⁹⁴

Afirma que este assunto vem sendo estudado há vários anos e mostra a sua estranheza pelo facto de a Associação Industrial argumentar que precisa de mais tempo para estudar o assunto.

«O operário, por virtude desta lei, fica certo de que, do desastre de que for vítima, fica compensado por forma que ele sofra menos. E depois de curado, o operário entrega-se às suas ocupações com muito boa vontade e dedicação. Daí, até o próprio patrão tem a lucrar. Da aprovação deste projecto e da efectivação da responsabilidade, nos acidentes de trabalho, deriva a menor miséria e a menor

⁹³ Barbosa de Magalhães, in Diário da Câmara dos Deputados, I legislatura, 5/12/1911, pag. 9

⁹⁴ Ibidem

frequência nos hospitais. (...) A questão em Portugal tem sido debatida há muitos anos, por isso foi com espanto que ele viu a Associação Industrial pedir ainda um prazo maior para estudar o assunto.

No seu conjunto, o projecto agrada-lhe e dá-lhe mesmo o seu voto, pois representa o que até hoje se tem feito de melhor na especialidade. As emendas que tenciona apresentar são no sentido de que se abranjam os operários comerciais e da indústria agrícola, em que hoje se empregam máquinas e motores.

Igualmente deseja que sejam abrangidos os empregados na indústria da pesca, por isso que, sendo de uma terra de pescadores, sabe bem os perigos a que eles ficam sujeitos, e ficaria mal com a sua consciência se não pedisse à Câmara para os incluir no projecto.»⁹⁵

E não fica por aqui, continuando a responder a todas as críticas negativas feitas ao projecto, até mesmo aqueles que, apesar das críticas, declararam votar a favor da aprovação, para lhes explicar, com argumentos válidos, tudo quanto pode um raciocínio lúcido e um cidadão com conhecimentos nesta e noutras matérias e com real vontade defendem a República e os que com o seu trabalho a servem.

Barbosa de Magalhães, duma forma clara, demonstra como são injustificadas as argumentações contra o projecto, e a partir daquela sessão, só a má fé e os interesses do patronato produziram novos obstáculos:

«Acusa-se o projecto de não se ocupar das doenças profissionais. (...).

E se é difícil pôr em prática uma lei sobre acidentes no trabalho, essa dificuldade aumentaria se nela se compreendessem também doenças profissionais. (...).

Uma outra acusação, que se tem feito ao projecto, é que ele não compreende seguros, como o da invalidez, o da velhice e o da falta de trabalho.

Admira-me que se façam estas acusações, e elas partam de deputados que se dizem os mais estrénuos defensores das classes trabalhadoras, porque quem

⁹⁵ Ibidem

formula essas acusações confunde coisas absolutamente diferentes, como são seguros por acidentes no trabalho, com seguros por invalidez, velhice ou falta de trabalho. Estes seguros assentam em princípios absolutamente diversos e portanto não podem ser abrangidos dentro das mesmas disposições legais. Essas disposições têm de ser diferentes para uns e outros.

Atacar este projecto, que é destinado a assegurar aos operários indemnizações, em virtude de acidentes de trabalho, por não dar outros seguros de ordem absolutamente diferente, é um grave erro.»⁹⁶

Ficou evidente o pouco conhecimento de alguns deputados quanto ao âmbito que tinham as leis, e que não se pode querer que satisfaçam a situações às quais não se adequam os princípios.

Comentou ainda outras intervenções referindo-se em especial à de Manuel José da Silva, por ser socialista e defender que os acidentados também deviam contribuir, acrescentando que em nenhum país acontece como este deputado propõe.

«Também causou no meu espírito, uma confusão enorme o facto de quem se diz socialista afirmar que os operários deviam também contribuir para as indemnizações pelos acidentes de trabalho.

Em todos os países civilizados em que está em vigor a lei dos acidentes de trabalho e se consigna a doutrina do risco profissional, os operários não contribuem para essas indemnizações; e parece-lhe, por consequência, estranho que, quem se diz protector dos operários e socialista, venha sustentar semelhante doutrina, que hoje é apenas defendida pelos escritores mais reaccionários.

Hoje, em todas as nações civilizadas em que está estabelecida a doutrina do risco profissional e essa doutrina é o fundamento jurídico da lei sobre acidentes de trabalho, não é ao operário que compete contribuir para essa indemnização, não é ele que tem de contribuir para a reparação dos desastres. Essa responsabilidade

⁹⁶ Op. cit., pag. 10

competete exclusivamente ao patrão. Nem mesmo o Estado pode ser obrigado a contribuir para essas indemnizações.»⁹⁷

São tão oportunas e importantes as informações deste homem de leis, que não podem ficar ignoradas.

Os encargos que possam resultar de acidentes de trabalho são da exclusiva responsabilidade das empresas, que têm formas de aliviar o seu peso, com o seguro obrigatório para os patrões. E justifica com exemplos.

«Todos os que defendem a doutrina do risco profissional, em que se fundamenta a lei sobre acidentes de trabalho, defendem que esses encargos são inerentes ao exercício das indústrias. O patrão, portanto, ou a empresa industrial que aufera os lucros dessa indústria, é que deve contribuir, única e exclusivamente, para as indemnizações dos acidentes de trabalho. Os próprios patrões, quando escrituram essas indemnizações, fazem-no como encargos gerais da própria indústria.

Não se pode dizer que o projecto venha aumentar os encargos de determinadas indústrias. Esses encargos não serão muito grandes, se o projecto for completado com uma disposição a que já se referiu, e que vai concretizar numa proposta que vai mandar para a mesa.

Essa proposta constitui o seguro obrigatório para os patrões, que assim apenas ficam levemente sobrecarregados com essas indemnizações, pois esses seguros são representados por todas as indústrias.

O projecto representa um trabalho valioso, merecedor do aplauso do parlamento (...) é preciso estabelecer-se o seguro obrigatório, e assim o projecto ficará viável.

Dividido por muitos, os efeitos de um determinado desastre, esses encargos diminuem de uma forma sensível, facilitando a efectividade das responsabilidades.»⁹⁸

⁹⁷ Ibidem

⁹⁸ Ibidem

Foi o contributo do jurista, do Professor de Direito. Além disso, pertencendo aos corpos gerentes da Companhia de Seguros “A Mundial”, tinha conhecimentos que colocou ao serviço desta causa, na altura própria.

Todos tiveram a informação que destruía os argumentos dos receosos de encargos para o Estado.

Foi a melhor defesa feita no parlamento ao projecto de Estêvão de Vasconcelos, pela sua objectividade.

A informação foi técnica, mas não faltou com a opinião política, coincidente com a de um cidadão consciente e justo. Já se tinham manifestado deputados, tidos como figuras importantes da República, em sentido oposto. Não tiveram influência na opinião de Barbosa de Magalhães, mas as suas palavras devem ter tido influência em todos, pela autoridade que lhe deu o seu conhecimento. Não é, injustamente, dos republicanos mais conhecidos, mas é, certamente, um dos maiores republicanos.

Segue-se, no uso da palavra, Francisco Luís Tavares, começando por afirmar que aquele era o primeiro projecto de natureza social trazido pela República ao Parlamento. Faz seguidamente o historial das leis dos acidentes de trabalho no mundo e afirma que as únicas excepções naquele momento eram, pela negativa, Portugal e a Turquia. Fala em aspectos que nenhum dos anteriores intervenientes tinha abordado, afirmando que os acidentados deviam também contribuir para o prémio com uma pequena importância, talvez 1 décimo, acabando por dizer que o seguro obrigatório seria uma melhor solução. Estas duas afirmações mereceram muitas críticas da parte de outros deputados e tinham acabado de ser inutilizadas por Barbosa de Magalhães. Comentou vários aspectos e sugeriu medidas que lhe pareciam mais adequadas. Recomendou sobretudo que não houvesse pressa. Parece-lhe aconselhável que o documento volte à comissão, porque faltam elementos de estudo. Nada de precipitações. Lembra que o primeiro projecto a aparecer em França ocorreu em 1880 e que só em 1898 é que a Câmara dos Deputados votava a redacção definitiva. E no relatório que

precedia a lei, dizia-se que a comissão encarregada de o estudar tinha ouvido todos os industriais e atendido e lido, com atenção, milhares de reclamações. Contudo, a seu ver, nada impedia que o projecto fosse aprovado na generalidade naquela fase e que, seguidamente se estudasse em todos os pormenores.

Citando o exemplo da França, deveria ter destacado também, que o processo se iniciou em 1880 e não apenas que levou 19 anos desde a apresentação do projecto até à aprovação do texto final. É que já estávamos atrasados no tratamento deste assunto, 31 anos, relativamente à França. Se levássemos 19 anos a discutir o nosso projecto, só teríamos a lei aprovada em 1930. Tão longa vida não teve a República.

Depois do discurso de Barbosa de Magalhães, os argumentos de Francisco Luís Tavares não se apresentam como uma boa solução. É mais um oponente, embora menos radical que os anteriores, mas com um fraco contributo, e que vem no sentido do que pede a Associação Industrial, que é retardar.

O que merece destaque nas palavras deste orador e em todos os que falaram em defesa das políticas sociais é o seu grande conhecimento sobre a questão social, tanto das circunstâncias que a originaram, como das teorias e doutrinas que se desenvolveram, das soluções que se preconizavam e ainda da fase em que se estava a nível mundial.

Justifica-se a publicação dos vários discursos, por serem uma forma de alargar o conhecimento sobre a República e os republicanos, trazendo a público o pensamento sobre questões sociais no nosso país.

O debate continuou e, no dia 7 desse mês de Dezembro de 1911, no período da ordem do dia, foi dada a palavra a Alfredo Ladeira que se centrou no percurso feito por este projecto dentro do Parlamento, apresentado pelo seu autor duas vezes, ainda na monarquia. Contrapõe argumentos a sugestões de alteração, defende a proposta do autor, com quem parece estar em perfeita sintonia. Também ele deseja mais. Não é,

porém, a hora de ser intransigente. Conhece o estado de desenvolvimento do país, conhece as condições de trabalho e sabe que é insuficiente o que se vai legislar, mas é justo que se garanta já alguma coisa aos trabalhadores. Às propostas de adiamento, responde com a urgência.

Alfredo Ladeira era membro da comissão de legislação operária, tinha participado no estudo deste projecto-lei e diz que tinham sido analisados aspectos que no ver de todos seriam de incluir mas que acabaram por verificar não ser possível naquela altura. Elevou o debate com os seus conhecimentos e as suas explicações, nunca desvalorizando as críticas e as sugestões dos oradores que o precederam. As suas ideias são muito pragmáticas quanto ao caminho a seguir:

«(...) nada melhor que a aprovação do projecto. E, se nele há também asperezas que precisam de aperfeiçoamento, aperfeiçoemo-las, (...). Este projecto apresenta alguma coisa, não é tudo, não é o que eu desejaria que fosse, mas, é já alguma coisa.»⁹⁹

Segue-se Gastão Rodrigues cuja moção tem um objectivo – fazer avançar para a votação:

A Câmara dos Deputados, considerando a urgência da aplicação da lei sobre acidentes de trabalho, deve aprová-la na sua generalidade e discuti-la imediatamente na sua especialidade.¹⁰⁰

Rebate seguidamente toda a argumentação que leve ao atraso da votação.

⁹⁹ Alfredo Maria Ladeira, in Diário da Sessão da Câmara dos Deputados, I Legislatura, 7/12/1911, pags. 8 e 9

¹⁰⁰ Gastão Rodrigues, in Diário da Sessão da Câmara dos Deputados, I Legislatura, 7/12/1911, pag 9

O deputado Severiano José da Silva apresenta logo de seguida uma moção que parece querer afrontar esta moção e as palavras de Alfredo Ladeira. Em defesa do que afirmo, transcrevo o texto:

«A Câmara, reconhecendo que lhe faltam elementos essenciais que a habilitem a discutir e a resolver duma maneira profícua o assunto que trata o presente projecto-lei, resolve adiar a sua discussão até que obtenha esses elementos e passa à segunda parte da ordem do dia.»¹⁰¹

Esta moção foi tão eficazmente combatida, que acabou por ser retirada, mas a discussão continuou viva, querendo melhorar o documento, embora nalguns casos, fosse duvidosa a melhoria. O que é facto é que, se havia quem a quisesse travar, não o fazia de frente e defendia alterações com o pretexto de que seria melhor para os trabalhadores. Posteriormente, quando foi discutida na especialidade é que as razões apareceram com menos disfarces.

Mas os interessados na publicação da lei estavam atentos.

No dia 8 de Dezembro coube a palavra a um deputado chamado a intervir na ausência de Afonso Pala, que a mandara reservar. Chamava-se Afonso Ferreira e declarou ser operário:

«Não é só como deputado e cidadão que me julgo obrigado a falar sobre o projecto de acidentes de trabalho. Faço-o porque a minha qualidade de operário me obriga a isso.»¹⁰²

¹⁰¹ Severiano José da Silva, in Diário da Câmara dos Deputados, I Legislatura, 7/12/1911, pag. 9

¹⁰² Afonso Ferreira, in Diário da Sessão da Câmara dos Deputados, I Legislatura, 8/12/1911, pag 9

A sua participação revelou-se uma das mais válidas em todos aqueles dias de longos e sempre vivos debates. Apesar de não possuir graus académicos, expos as suas ideias e foi tão eficaz na defesa, que se revelou uma das melhores intervenções.

Lembrou o exemplo do deputado Alfredo Ladeira, que também declarou ser operário e que a sua condição de conhecedor lhe exigia contribuição para a legislação operária. Afonso Ferreira exercia a profissão de barbeiro, mas não era falho de inteligência e conhecimentos.

Foi muito contido nas suas propostas, na sua análise, tendo sempre em vista não ultrapassar o possível. O seu realismo e sentido prático, assim como de todos os moderados, é que possibilitou a aprovação deste projecto, na generalidade, no dia 12 de Dezembro de 1911, depois de acesos debates que ainda houve no dia 11 e nos quais intervieram Sá Pereira e Afonso Palla, o oficial de Artilharia, revolucionário de 5 de Outubro, com notáveis discursos.

No dia 12, as afirmações polémicas de Francisco Cruz causaram desagrado no sector que desejava o projecto aprovado, sobretudo quando emitiu juízos pouco agradáveis sobre o desempenho do ministro do Fomento, que na altura era Estêvão de Vasconcelos, autor do projecto em discussão.

Costa Bastos propôs a aprovação, secundado por Tiago Salles e Albino Pimenta Aguiar.

Caldeira Queiroz é quem remata a discussão, com a proposta que apresentou:

«Proponho que a Câmara, reconhecendo que o projecto foi inspirado num alto espírito de justiça e desejando que a lei em que ele haja de converter-se seja perfeitamente exequível, resolve aprovar o projecto na generalidade e adiar a sua discussão na especialidade para a primeira sessão de Janeiro, quer venha

acompanhado ou não das informações que possam ser fornecidas pelo Sr. Ministro das Finanças.»¹⁰³

Posto à votação, foi aprovado.

Apresentado em 22 de Junho na Assembleia Nacional Constituinte, foi discutido, defendido, criticado, depreciado e desvalorizado algumas vezes, valorizado muitas mais durante seis meses e finalmente aprovado, na generalidade, em 12 de Dezembro de 1911.

Foi o primeiro projecto apresentado e aprovado no Parlamento da República.

2.2. Discussão na especialidade

Tal como ficou determinado na última sessão de 1911, na primeira sessão de 1912, dia 2 de Janeiro, iniciou-se a discussão na especialidade.

Foi lido e posto à discussão artigo por artigo.

Começaram as propostas e contrapropostas de alteração. Foram discutidos todos os artigos e para todos, o processo repetiu-se. A fundamentação dos proponentes e defensores do projecto foi sendo aprofundado e alargado à medida que os opositores colocavam os pedidos de alteração ou mesmo supressão.

Os princípios dos defensores já os apresentei, embora seja de opinião que na apreciação na especialidade houve um significativo enriquecimento dos conteúdos.

¹⁰³ Caldeira Queiroz, in Diário da Sessão da Câmara dos Deputados, I Legislatura, 12/12/1911, pag 13)

Os opositores, na generalidade, quase não existiram e pouco significaram, mas as suas intervenções na especialidade tiveram em vista a defesa dos interesses patronais. Procuraram acautelar todas as situações em que pudesse haver abusos ou aproveitamentos, mas a desconfiança era sempre em relação ao comportamento dos trabalhadores. Fizeram afirmações muito claras desde o primeiro dia. Estêvão de Vasconcelos, apesar do absorvente cargo de Ministro do Fomento, foi presença assídua na Câmara, durante os quinze dias que durou o debate, sempre na defesa do seu projecto, que receava ver perigosamente alterado. Perante uma determinada proposta de alteração, chegou mesmo a afirmar:

«O Sr. Moura Pinto, que tão acerbamente criticou o projecto, acabou por apresentar emendas que, se fossem aprovadas, seriam a completa inutilização da obra.»¹⁰⁴

E essa inutilização era em prejuízo dos trabalhadores, como se vê nesta afirmação do deputado Moura Pinto:

«(...) é que por muito que se pense que o operário não procura o acidente, pode sem dúvida acontecer que ele o procure, porque ganha mais, ganha permanentemente; o trabalho pode ser de dias, e o acidente é uma garantia permanente.»¹⁰⁵

A reacção de alguns deputados foi tão espontânea que nem pediram a palavra.

E ele sabe até que grau atinge esse acidente? Perguntou Caldeira Queiroz.

A resposta foi surpreendente:

¹⁰⁴ Estêvão de Vasconcelos, in Diário da Sessão da Câmara dos Deputados, I Legislatura, 3/1/1912, pag 8

¹⁰⁵ Moura Pinto, in Diário da Sessão da Câmara dos Deputados, I Legislatura, 2/1/1912, pag 21

«Ele sabe que tem determinados órgãos que podem sofrer determinadas lesões, que o colocam inabilitado de trabalhar (...)

Há trinta lesões, há cem lesões, e V. Ex.^{as} que são médicos, poderão dizer que há mil que se podem praticar, de relativa insignificância e que garantam ao assalariado um tempo mais que suficiente para ele receber compensações que são muito superiores àquilo que teria se não tivesse tal lesão.»¹⁰⁶

Admitir que alguém poderá auto-mutilar-se ou provocar deliberadamente a deformação de um órgão para daí tirar vantagens pecuniárias, provocou uma grande indignação nos deputados defensores deste projecto. As extravagantes opiniões de Moura Pinto eram suficientes para explicar a presença assídua e permanente do Ministro do Fomento!

Moura Pinto queria que ficasse expresso na lei que só havia direito a indemnização desde que o acidente não tivesse resultado de má fé do operário ou de condições orgânicas que particularmente o disponham a uma menor resistência. Estas condições orgânicas condicionariam a entrada no trabalho. Antes de ser admitido o operário teria de ser sujeito a um exame médico que atestasse a sua robustez.

Quanto à suposição de o acidente ser provocado, os seus opositores lembraram-lhe que o patronato teria sempre a possibilidade de, nesta base, se furtar às indemnizações e que difícil seria ao operário recebê-lo, porque o patrão sempre alegaria negligência do operário; quanto aos exames médicos de robustez, demos a palavra a Caldeira Queiroz:

«Sr. Presidente: O Sr. Moura Pinto o que queria, e não estou fazendo frases, era facilitar desassombradamente o direito à morte àqueles operários sobre quem recaísse a menor suspeita de pouca resistência orgânica, porque todo o operário que não mostrasse uma certa capacidade para o trabalho não seria admitido em parte alguma.

¹⁰⁶ Ibidem

O Sr. Moura Pinto, com toda a certeza, num generoso intuito de aperfeiçoamento e apuramento da raça, procurou estabelecer uma distinção, para os que trabalham, entre fortes e fracos, concedendo aos fortes o direito de viverem e determinando aos fracos o direito de morrerem à fome e com eles as suas famílias. É espantoso que o Sr. Moura Pinto deseje esta moral. (...)

Há nesta Câmara muitos médicos, e V. Ex.^a, Sr. Presidente, entre todos, ocupa um lugar de destaque; pois eu pergunto a V. Ex.^a e a todos os médicos que estão em volta de mim se admitem que haja alguém que tenha a coragem precisa para num exame daquela natureza, lavrar uma condenação de miséria a um operário que queira ganhar a sua vida.»¹⁰⁷

Tudo o que se disse sobre esta questão e outras contempladas no projecto n.º25, merece uma análise cuidada e exaustiva, que não cabe no âmbito deste trabalho, mas que poderemos admitir num estudo posterior. Há quem ainda considere incompletos os acrescentamentos propostos por Moura Pinto, e queira melhorá-los, para defesa do patronato, o que daria uma lei tão apertada, que dificilmente haveria lugar a indemnização. As ideias implícitas nalgumas intervenções estão numa zona que ultrapassa os legítimos interesses do patronato. Mas houve respostas em número e conteúdo, capazes de levarem à rejeição, pela Assembleia, das propostas que desviavam a lei dos seus objectivos. Sobre o artigo um havia dezasseis propostas de alteração! O deputado Caldeira Queiroz, que era membro da comissão de legislação operária, estava determinado a fazer passar a proposta e foi sempre muito directo e combativo:

«Devo dizer que se a emenda do Sr. Moura Pinto fosse aceite, o Parlamento teria colocado nas mãos do patronato a mais terrível arma para expulsar das oficinas e perseguir os operários que não fossem de feição.

Assim, o operário, quando quisesse ser colocado numa casa, por motivos diferentes ou por doença, ou por ódio do patrão ou do encarregado das oficinas, não era admitido.

¹⁰⁷ Caldeira Queiroz, in Diário da Sessão da Câmara dos Deputados, I Legislatura, 4/1/1912, pag 12

Aí estaria a lei com todos os seus artigos, compreendida nas leis draconianas, como uma das mais terríveis armas a impor-se, para que o patronato não aceitasse o empregado.

Não quero referir-me mais a esta emenda. Que tem sido brilhantemente discutida; e naturalmente o Sr. Deputado terá o bom senso de retirá-la da discussão.»¹⁰⁸

Não retirou, mas na votação, a Câmara rejeitou-a, como rejeitou todas as que foram combatidas pelo seu autor e pelos membros da comissão de legislação operária, apesar de, como significativamente diz o presidente da Comissão de Legislação Operária, Caldeira Queiroz, ter sido brilhantemente defendida pelos opositores ao projecto. Vão manter-se nesta posição sempre que se debatam reformas sociais, nalguns casos até depois de terem sido aprovadas.

Durante quinze dias foi renhida a luta, mas no dia 15 de Janeiro terminou com um saldo muito positivo para os trabalhadores: foi aprovada na especialidade a proposta de acidentes de trabalho. No dia 23 foi votada favoravelmente a redacção definitiva do Projecto-lei n.º25.

Estava aprovada pelo Parlamento a primeira reforma social da 1.ª República, que veio a ser publicada no dia 24 de Julho de 1913, como Lei N.º83 por um governo presidido por Afonso Costa, sendo ministro do Fomento António Maria da Silva.

Venceram no Parlamento aqueles que pugnaram pela lei dos acidentes de trabalho, mas tinha agora a palavra o poder executivo. E essa palavra tardou a ser pronunciada. Era indispensável regulamentar a lei. Dois anos levou a discussão.

¹⁰⁸ Caldeira Queiroz, in Diário da Sessão da Câmara dos Deputados, I Legislatura, 4/1/1912, pag 14

Pelo decreto n.º 183 de 24 de Outubro do mesmo ano, fez-se a sua primeira regulamentação, revista e melhorada pelo decreto n.º 938 de 9 de Outubro de 1914 e depois disso, pelo decreto n.º 1 984 de 21 de Outubro de 1915.

Apesar disso, não havia eficácia na aplicação desta lei e reconheceu-se a necessidade de um novo regulamento.

No dia 22 de Maio de 1918, foi publicado o Decreto 4 288, numa tentativa de fazer cumprir a Lei 83/13. Era presidente do ministério Sidónio Pais, e a tutela era já do ministro do Trabalho, António Forbes Bessa.

O Ministério do Trabalho tinha sido criado pelo Decreto n.º 3 511 de 5 de Novembro de 1917.

Atrasos, falta de eficácia e de cumprimento, vão ser regra em todas as reformas sociais da 1.ª República.

Surpreendente é uma inesperada explicação de Brito Camacho, afirmando que ele é que não quis decretar esta lei.

Nos diários da Câmara nada encontramos que nos autorize esta afirmação, antes de o ter afirmado o próprio, na sessão de 1 de Junho de 1912 nos termos seguintes:

«Não decretei uma lei sobre acidentes de trabalho, mas devo dizer que, um dia, em conversação com o actual Ministro do Fomento, que me perguntou se não achava boa a oportunidade, para decretar a sua lei de acidentes de trabalho, eu disse-lhe que não. (...) Mas porque não decretei o projecto do Sr. Estêvão de Vasconcelos? Porque, segundo o meu critério (...) não devia fazê-lo senão quando estivesse na posse de todas as informações, respeitantes às indústrias.

Eu conhecia mediocrementemente, a situação das indústrias e pouco conhecia cada uma delas em particular. Nestas condições, não podia decretar uma lei sobre acidentes de trabalho (...) e não conhecia a situação do operariado português.»¹⁰⁹

Nesta altura as responsabilidades políticas destes dois homens tinham-se invertido.

Estêvão de Vasconcelos era, nesta data, Ministro do Fomento. Estas declarações de Brito Camacho devem ter causado grande admiração a todos os intervenientes no projecto de acidentes de trabalho. As matérias em relação às quais diz ter pouca informação foram tratadas no parlamento com dados suficientes para que um responsável de quem dependia a decisão as conhecesse, desde que tivesse tido interesse suficiente em as conhecer. Alegar desconhecimento só revela desinteresse ou falta de vontade política, ou, possivelmente, as duas coisas. Brito Camacho nunca, enquanto Ministro do Fomento, pediu a palavra para entrar no debate.¹¹⁰

Durante o ministério de Brito Camacho a lei sobre acidentes nem sequer estava aprovada na generalidade, mas já tinha sido apresentada no parlamento e vinha sendo discutida na generalidade. Poderia, tê-la decretado? Nada impedia que tivesse sido decretada, como se fez com a greve ou o descanso semanal. Um decreto teria sido mais rápido, mas rapidez era o que menos queria o ministro do Fomento, como provou no debate da proposta apresentada na Câmara dos Deputados para ser debatida.

No caso de ser possível, o lógico, para nós, seria admitir que a responsabilidade não foi só do ministro, mas de todo o governo; porém, ele próprio assume publicamente ter sido o responsável.¹¹¹

¹⁰⁹ Brito Camacho, in Diário da Sessão da Câmara dos Deputados, I Legislatura, 1/6/1912, pag 9

¹¹⁰ Brito Camacho foi ministro do Fomento de 22/11/1910 até 03/09/1911. Estêvão de Vasconcelos desempenhou o cargo de ministro de Fomento de 12/11/1911 a 16/6/1912.

¹¹¹ De todas as reformas sociais cujas propostas foram apresentadas e debatidas no parlamento, mesmo aprovadas e publicadas, a única que deu alguns benefícios aos trabalhadores foi a Lei 83/13, lei dos acidentes de trabalho. Todas as reformas que tiveram consequências sociais foram decretos.

A discussão desta lei foi pouco noticiada na imprensa, tanto na operária como na generalista. As organizações dos trabalhadores não acreditavam que uma república burguesa resolvesse os seus problemas e à imprensa generalista não deve ter interessado estar a favor ou contra e simplesmente ignorou-a.

Apenas os órgãos de alguns sindicatos, falaram dela.

O Sindicalista dedica-lhe um artigo numa das páginas interiores, sem lhe dar algum destaque e tecendo considerações que apenas demonstram a sua descrença na lei e nos governantes:

«Até 17 de Novembro deste glorioso ano de 1913, em Portugal, a responsabilidade dos chefes das indústrias por desastres ocorridos no trabalho achava-se definida num artigo qualquer do monumental Código Civil, por forma que a reparação à vítima de um incidente era coisa quase desconhecida, senão até de todo desconhecida, na prática. E a semelhante estado de coisas, que nisso – como no resto – nos trazia alheios ao que ia pelo mundo – na Alemanha data de 1884 a instituição da protecção aos operários nos acidentes de trabalho, diz-se, - chamava-se nos nossos congressos operários “uma vergonha”.

Agora, por mercê de Afonso, senhor nosso, temos em vigor a lei dos acidentes do sr. Estêvão de Vasconcelos, democrático ex-ministro e funcionário facultativo do regímen, - o que se, no caso, nos fez entrar no “concerto das nações”, bem pode ser que não tenha acabado de vez com a “vergonha”.»¹¹²

Este artigo é de combate político. A forma irónica como está redigido o segundo parágrafo e a referência ao Dr. Afonso Costa, na altura presidente do ministério, bem como as alusões ao Dr. Estêvão de Vasconcelos não nos deixam dúvidas.

¹¹² O Sindicalista, n.º 139/ 1913, pag. 4

O mesmo se verifica quanto ao que vem a seguir, continuando e até reforçando a ironia quando o seu alvo é Aboim Inglês.

«Há quem assim pense ... e o diga.

O sr. Aboim Inglês, por exemplo, falando algures aos eleitores erradios, chamou à lei Estêvam “um monstrozinho sem pés nem cabeça”, e, como velho amiga dos operários, “que se preza e honra de ser”, ofereceu-se, quer fosse feito ou não, para, com o seu esforço, com a sua prática e com os conhecimentos especiais que tem do assunto, estudar a sua adaptação ao nosso meio, a sua melhoria e a sua transformação numa lei prática e justa que garanta com equidade e justiça os direitos de todos. Hein! Não é de arregalar o olho uma lei prática e justa, garantindo os direitos de todos? Como todo o bom candidato, o sr. Aboim nem teria dúvida em prometer aos votantes lua numa bandeja de prata Mas, visto que dias volvidos repetia no primeiro órgão do seu partido a boa promessa, lá esperamos o cumprimento dela.»¹¹³

O articulista faz também comentários sobre um dos deputados que mais contribuiu no parlamento para que a lei dos acidentes fosse aprovada – Barbosa de Magalhães:

«Já o sr. Barbosa de Magalhães, tão democrático como o sr. Aboim é unionista, no seu livro – Seguro contra acidentes de trabalho – recentemente publicado, escreve:

O seguro obrigatório, como o risco profissional, tem dado já as suas provas e por isso Pic, com toda a razão, diz ainda que um e outro constituem a dupla base sobre que deve logicamente ser edificada toda a legislação moderna sobre acidentes de trabalho e que um movimento irresistível tem levado os parlamentares para o caminho aberto pela Alemanha, do risco profissional e do seguro obrigatório.

Pena foi que o parlamento português resistisse agora ao movimento e ficasse a meio caminho.»¹¹⁴

¹¹³ Ibidem

¹¹⁴ Ibidem

E do conteúdo do livro de Barbosa de Magalhães, tira o articulista algumas conclusões:

«Deve ser por isso, por ter ficado a meio do caminho o radicalismo dominante, que alguém foi dizer a um jornal que do modo porque se procedeu quem pagará o seguro será o próprio operário, sendo as vantagens todas para as companhias seguradoras e o seu pessoal, entre o qual avultam vários lugares com ordenados chorudos. Deve ser. Mas doutra vez se verá ...»¹¹⁵

Consultando a lei 83/13, e fazendo uma leitura isenta de ideias preconcebidas, a meu ver, não são legítimas as afirmações do articulista. Diz o art.º 3.º:

- As entidades responsáveis pelas indemnizações e encargos provenientes dos acidentes de trabalho, são:

- a) As empresas e os patrões que exploram uma indústria;
- b) O estado e as corporações administrativas para com os operários ao seu serviço se as leis vigentes e os regulamentos especiais não determinarem indemnizações superiores.

O 2.º parágrafo do n.3.º estabelece:

- As entidades responsáveis pelas pensões e tratamento clínico poderão passar a sua responsabilidade para sociedades mútuas de patrões ou companhias de seguros autorizados, e para associações de socorros mútuos, pelas indemnizações e tratamento clínico, devidos em caso de incapacidade temporária.

Depreende-se da lei, que as negociações com as companhias de seguros poderão existir, mas com os empresários e com os patrões, não com os acidentados. Igualmente se pode concluir que os operários não contribuem para as indemnizações e tratamentos clínicos com qualquer quantia.

¹¹⁵ Ibidem

Não é credível a suspeita expressa no artigo a que me reporto, crítica que não se fica pelos trabalhos da autoria de Barbosa de Magalhães e vai mesmo ao texto do primeiro regulamento da lei:

«O art. 8.º do regulamento da lei Estêvam publicado a 24 de Outubro dispõe o seguinte:

Os tribunais especiais de árbitros avindores mencionados no art. 22.º da lei, serão constituídos:

a)...;...b) Por delegados dos operários, eleitos pelas respectivas associações de classe; c) ...

2.ºAs (eleições) dos delegados de que trata a alínea b) realizar-se-ão na sede das associações de classe, e, também, quando estas não existam, no edifício do município (...)

4.º Para as eleições a realizar nas câmaras municipais a convocação será feita pelo seu presidente.

5.ºNas cidades de Lisboa e Porto cada tribunal será constituído por ... seis delegados dos operários. E outros tantos suplentes (...)»¹¹⁶

O texto legislativo tem deficiências, discorda das normas que estão estabelecidas para as eleições e sugere alternativas que lhe parecem mais acertadas, rejeitando e criticando até o que é suposto e o que se teria tencionado fazer...

«A redução destas disposições é demasiado trôpega, mas com um pouquinho de boa vontade vem a apurar-se que em Lisboa – localidade onde existem associações operárias de classe – os doze delegados dos operários são eleitos por essas associações na sua sede. E aqui temos nós a lei a admitir as associações de classe instaladas numa mesma casa, em contrário do que afirmam e querem os grandes jurisconsultos e as não menores autoridades do régimen.

Se a eleição tem de ser feita na sede das associações, - e dado que o regulamento não determina a sua forma nem a ocasião – à vontade delas, porque se pretendeu fazê-la nos Paços do Concelho, por convocação do presidente da Câmara Municipal, e, ao que pareceu, sob o olhar protector do ministro do fomento? Porque vai fazer-se de misturada, em “colaboração de classe”? Porque não se reuniram as associações operárias por direito próprio e esperaram que a burocracia

¹¹⁶ Ibidem

oficial saísse a guiar-lhes os passos? Porque não ajuntaram aos motivos do seu protesto, na mesclada reunião do dia 24, mais esse?»¹¹⁷

E termina criticando asperamente as associações.

«Pois as associações operárias vêem caminho aberto para procederem independentemente da tutela governativa e não seguem por ele? Está assim obliterado o velho sentimento da aversão ao estado? O amor da vida livre? Vai perdida a confiança do valor na iniciativa particular?»¹¹⁸

Desta opinião pouco lisonjeira sobre a lei dos acidentes não poderemos concluir que foi rejeitada pela generalidade dos trabalhadores, tendo-se até movimentado algumas associações para que fosse posta em prática, como pode ler-se no jornal *O Chapeleiro*, órgão do sindicato destes profissionais:

«Ainda há bem pouco tempo, para que uma lei operária fosse posta em prática, o operariado teve que se pôr enérgico e vigilante, perante a rapacidade dos patrões em face da lei dos acidentes do trabalho.»¹¹⁹

No boletim n.º 3 da União Operária Nacional, em resposta a uma questão colocada por um leitor, apenas se informa que não se poderão pronunciar por não terem conhecimentos sobre leis e que só poderão pronunciar-se quando estiver constituído um gabinete jurídico.

Não há notícias de rejeição desta lei, o que nos permite pensar que terá sido bem aceite pelos trabalhadores em geral. Há indícios de ter sido combatida pelo patronato, o

¹¹⁷ Ibidem

¹¹⁸ Ibidem

¹¹⁹ O Chapeleiro, n.º 5, 3.ª série, 1914, pag 2

que não é de estranhar, uma vez que sobre ele recaíam todos os encargos dela decorrentes.

3.O Horário de Trabalho de 10 horas

3.1. Horário para a indústria

Já ficou dito que o primeiro projecto de um horário de trabalho foi apresentado à Assembleia Constituinte, no dia 23 de Junho de 1911, pelo deputado por Lisboa, Alfredo Maria Ladeira.

Eram os trabalhadores a reclamar o que a propaganda republicana lhes tinha prometido.

Alfredo Maria Ladeira, nos considerandos, expressa a opinião de que ao Partido Republicano incumbe a defesa do povo explorado e lembra à Assembleia o programa do Partido Republicano aprovado por unanimidade em 11 de Janeiro de 1891 e a decisão de disputarem em eleições, a Câmara de Lisboa, para ser o município modelo:

«O programa republicano de 11 de Janeiro de 1891 estabelecia o seguinte: Abolição de monopólios; estabelecimento do regime de aprendizagem e regulamentação do trabalho de menores; desenvolvimento das associações cooperativas de consumo, produções, edificações e crédito, pelo adiantamento pelo Estado de um fundo inicial; abolição de todos os direitos de consumo cobrados pelo Estado; diminuição gradual do imposto de consumo nos géneros de primeira necessidade; regulamentação do inquilinato, tribunais arbitrais de classe para os conflitos entre operários e patrões; ampliação de competência nos árbitros, auxílio

às câmaras sindicais, bolsas de trabalho e todos os meios de incorporação do proletariado na sociedade moderna.»¹²⁰

Acrescenta que o município modelo estabelecerá a jornada de oito horas e alude aos bairros operários e outras estruturas que facultem a educação e dignifiquem a vida dos trabalhadores.

«O partido republicano resolve disputar as eleições municipais de Lisboa para tornar a Câmara de Lisboa o município modelo, realizando em todas as administrações o programa republicano, estabelecendo o dia normal de oito horas e um mínimo de salário para os operários da Câmara e todas as empresas que com ela têm contrato, forçando ao cumprimento da lei os potentados monopolistas, preparando a municipalização dos grandes serviços monopolizados, dando ao povo bairros operários, banhos gratuitos, as festas cívicas que o hão-de dignificar e educar, erguendo ao princípio associativo um palácio das associações, que seja a casa do povo, onde funcionem as associações de classe, as cooperativas, as bolsas de trabalho e os tribunais arbitrais.»¹²¹

Pedir um horário de oito horas apenas para os trabalhadores do Estado e dos Municípios veio a gerar muitas polémicas mais tarde, quando se discutiu um horário de 10 horas, durante três anos, na Câmara dos Deputados. Muitos dos oradores criticaram essa desigualdade e reprovaram-na, pela injustiça em relação aos trabalhadores em geral.

Esta decisão do Partido Republicano foi tomada durante a Monarquia, convictos que a conquista da Câmara de Lisboa iria permitir-lhes mostrar a diferença entre a gestão de dois regimes, ficando os republicanos numa situação vantajosa, dando aos operários aquilo que o governo monárquico não dava. Os objectivos eram mais políticos do que sociais. Isso ficou provado, pela lentidão com que todo o processo avançou, pelo reduzido número de deputados do Partido Republicano que apoiaram as propostas e

¹²⁰ Alfredo Maria Ladeira, in Diário da Assembleia Nacional Constituinte, I Legislatura, 23/06/1911, pag.8

¹²¹ Ibidem

ainda pelas tomadas de posição de muitos deles, quando foram debatidas, tanto na generalidade como na especialidade.

Uma vez tomada a Câmara de Lisboa, seria um órgão de propaganda, tornando-a e apresentando-a como modelo da governação republicana.

Pela voz do deputado Alfredo Maria Ladeira os operários começam agora a cobrar essas promessas, exigindo que o horário de oito horas seja alargado a todos os trabalhadores da administração pública e ainda às empresas a ela ligadas. E repetem o argumento, que é para ser um modelo a seguir, a curto prazo, pelas empresas.

O seu autor justifica por que não propõe que se alargue a todos os trabalhadores este horário de oito horas, que é uma grande, justa e velha aspiração desta classe. E as razões são sempre as mesmas: o atraso, a fraqueza e as dificuldades da nossa indústria.

E continua a declarar, mais adiante, que os trabalhadores continuarão a reclamar o horário de 8 horas até que lhe seja reconhecido esse direito:

«Por entre as numerosas e justíssimas reivindicações do operariado de todo o mundo culto, uma existe na alma de todo o operariado português há muitos anos e a que ele tinha a absoluta certeza de que seria a República que lhe daria satisfação. Refiro-me ao estabelecimento do período normal diário de oito horas de trabalho. Eu não desconheço o estado lamentável em que se encontra a nossa indústria. Sei muito bem que umas arrastam vida miserável, outras vegetam numa profunda ignorância.»¹²²

Enquanto não for possível um dia de oito horas para todos, considera urgente que se estabeleçam em todos os trabalhos do Estado e das municipalidades e lamenta que até aquela data apenas tenham este horário os operários dos municípios de Lisboa, Setúbal e Évora. E acrescenta que em Inglaterra e na Nova Zelândia já é assim, bem

¹²² Ibidem

como nos estaleiros franceses. Afirmava ainda, que após a revolução de 5 de Outubro, algumas instituições e empresas acordaram com os seus trabalhadores um dia de oito horas e que só não estão hoje a cumprir esse horário, porque o Estado não os acompanhou nesta mudança.

A primeira proposta com carácter geral, foi apresentada ainda à Assembleia Nacional Constituinte, no dia 20 de Julho de 1911, por Fernão Botto Machado. Considerava que o horário devia ser de 8 horas para todos os trabalhadores. Foi-lhe atribuído o n.º 15-A e enviada à mesa para ser publicada no Diário do Governo. Só no dia 25/7 foi lida para conhecimento dos deputados e baixou à comissão de legislação sem ser discutida. Não encontrei nenhum debate sobre esta proposta.

O longo texto que a antecede, com o objectivo de a fundamentar de forma a torná-la inatacável, revela-nos o profundo conhecimento que o seu autor tinha da questão social, dos textos doutrinários, do patamar em que estava cada país e da vida de suprema miséria do povo português. Faz um memorando exaustivo do avanço da indústria e das políticas sociais, analisa-as e apresenta os seus pontos de vista.

Expos, em síntese, afirma, e em capítulos separados, a evolução contemporânea do socialismo científico, os antecedentes legislativos em diversos países do globo e os antecedentes legislativos em Portugal.

É um documento notável, em minha modesta opinião. Fernão Botto Machado teve sempre este procedimento nas Assembleias de que fez parte, o que tornava as suas intervenções longas, com desagrado dos outros deputados, que em várias ocasiões lho manifestaram expressamente, chegando ao ponto de afirmarem que ele começava na civilização romana, querendo dizer que ia ao início e tratava em pormenor todos os aspectos dos projectos que apresentava.

Não deixa de lembrar o que a República deve ao povo em geral e aos trabalhadores em particular. Não deixa de lembrar as promessas do tempo da oposição,

nas campanhas de propaganda. Destas memórias nunca a República se conseguirá livrar, embora haja republicanos que gostariam que não fosse assim, o que ficou documentado nas suas intervenções no parlamento, onde as suas palavras põem a nu os seus interesses de classe.

Considero, face ao registo nas actas das duas Câmaras, que não podemos generalizar o termo “republicano”, levando à suposição que todos tinham os mesmos objectivos e o mesmo procedimento. A defesa de interesses está ali presente. É, contudo, grato reconhecer que alguns, poucos, não se esqueceram e se esforçaram por cumprir essas promessas, que muitos fizeram e poucos cumpriram. É certo que a ideologia determina a tomada de posição, mas a sua origem de classe era igualmente determinante. Isso mesmo se confirma, quando procuramos obter conhecimentos sobre a proveniência social de cada um deles.

Em abono do que afirmo, citarei palavras de Fernão Botto Machado na Assembleia Nacional Constituinte:

«Senhores Deputados à Constituinte,

- O que justifica e torna grande o direito de revolução é esta ser feita em benefício do maior número, ou dizendo melhor, em benefício das classes desprotegidas e deserdadas, daquelas que tudo produzem e nada possuem.»¹²³

É apontando exemplos, que ele termina as suas considerações:

«A quantos conhecem a propaganda intensa e poderosa que na Europa fazem jornais como O Vorwarts, órgão central do partido democrático socialista da Alemanha; A Humanité, de Jaurés, em França; O Avanti, na Itália, e tantos outros, não causará, decerto, o mínimo espanto, que eu apresente o seguinte projecto lei:

¹²³ Fernão Botto Machado, in Diário da Assembleia Nacional Constituinte, I Legislatura, 25/7/1911, pags 3 e 4

Artigo 1.º Em todo o território da República Portuguesa nenhum operário, nacional ou estrangeiro, será obrigado a trabalhar mais de oito horas por dia, ou quarenta e oito horas por semana.»¹²⁴

Não prossigo na apresentação da proposta, que é longa. Quis apenas chamar à atenção para uma particularidade – reconhece aos estrangeiros o direito a um horário igual ao dos trabalhadores portugueses. Parece-me significativo. Nenhuma proposta contempla o direito dos estrangeiros, à excepção desta.

É a proposta mais marcada pela ideologia e mais reveladora das doutrinas sociais dominantes. Talvez por essa razão tenha sido completamente ignorada como coisa descabida.

No dia 20 de Novembro do mesmo ano, estando já aberta a Câmara dos Deputados, é Alfredo Maria Ladeira quem propõe um horário de 10 horas para os trabalhadores da indústria, a exemplo do que já é praticado na maior parte dos países da Europa, da América e até da Oceânia. Considera urgente a regulamentação do tempo de trabalho, afirmando que se praticam horários que vão das 10 até às 16 horas e até mais, o que é manifestamente exaustivo. Não deixa de classificar de escravatura moderna a violência a que estão sujeitos os trabalhadores, a que vem somar-se uma vida de miséria, mal vestidos e mal alimentados, habitando em tugúrios sem luz nem ar puro.

«O que se poderá esperar de um operário que durante 14 ou 16 horas permaneceu entregue a um esforço violento numa atmosfera absolutamente viciada em que o ar que respira vem saturado de humidade ou, em flagrante contraste, o calor é asfixiante? No segundo dia a sua produção deve ser menor e de pior

¹²⁴ Ibidem

qualidade, e se nos últimos dias da semana ele não chega a cair de inacção, o seu organismo deve sentir-se profundamente alterado.»¹²⁵

Limitar o tempo de trabalho, a seu ver, é também útil para os empresários, sendo certo que um operário que foi sujeito a 14 ou até 16 horas de laboração, pouco rendimento pode dar no dia seguinte.

Alfredo Maria Ladeira não tece considerações de ordem doutrinária ou ideológica. Apresenta situações concretas que os trabalhadores vivem no nosso país e confronta o parlamento com a realidade portuguesa, que ele conhece bem, porque é operário. Volta a falar das razões pelas quais não propõe um horário de oito horas, explicitando com mais pormenor a situação da indústria, que importa quase tudo, das matérias primas às máquinas e às fontes de energia, tendo de enfrentar grande concorrência, nos mercados, aos nossos produtos. Não deixa de apontar o dedo aos empresários, dizendo que a má situação das indústrias também se deve à absoluta ignorância destes. Termina com palavras de esperança, confiando que a economia «há-de desenvolver-se e prosperar dentro de um regime de ordem como é o republicano.»¹²⁶

Lida a proposta, foi admitida como o projecto n.º 14-B.

Estes dois projectos foram enviados à comissão de legislação operária para dar um parecer e, a partir deles, elaborar um projecto lei.

Durante o ano de 1912 nada foi feito.

¹²⁵ Alfredo Maria Ladeira, in Diário da Sessão da Câmara dos Deputados, I Legislatura, 20/11/1911, pag.51

¹²⁶ Ibidem

Na sessão do dia 1 de Julho desse ano, o deputado Gastão Rodrigues chama à atenção do parlamento para os inconvenientes de não estar ainda regularizado o trabalho nas fábricas.

Apresenta uma proposta, convidando a comissão de legislação operária a dar um parecer, dentro de quarenta e oito horas, sobre um projecto para a criação duma Direcção Geral de Trabalho e Previdência Social, que tinha sido apresentado no dia 18 de Janeiro de 1912.

Pelas explicações que deu Alfredo Maria Ladeira, ficamos a saber por que não avançaram os projectos de horário de trabalho nem tinha ainda sido apresentado o parecer pedido em 23 de Novembro de 1911.

Este deputado, na qualidade de secretário da comissão de legislação operária, afirma nesse dia 1 de Julho de 1912, que a comissão nada tem feito, que houve alterações, demissões e deslocações, sendo baldados os seus esforços para que se reunissem. A verdade é que não reuniam há seis meses, o que explica a inexistência de um parecer sobre os projectos apresentados em 1911. Declara estar disponível para o que propõe Gastão Rodrigues, mas que não pode conseguir «que outros façam aquilo que não querem fazer.»¹²⁷ Poderemos concluir que, de facto, a comissão de legislação operária, não funcionou durante o ano de 1912.

« (...) sendo eu secretário dessa comissão, tem me sido impossível fazê-la reunir. Essa comissão nada tem feito, mas pela minha parte, eu aceito a proposta do Sr. Gastão Rodrigues. É preciso fazer alguma coisa de útil para o proletariado, nesta sessão. Eu declaro que, pessoalmente, aceito esta proposta, e não o posso declarar em nome dos meus colegas, porque não se encontra aqui mais nenhum.»¹²⁸

E prossegue, depois de uma interrupção:

¹²⁷ Alfredo Maria Ladeira, in Diário da Sessão da Câmara dos Deputados, I Legislatura, 1/7/1912, pag. 4

¹²⁸ Ibidem

«A comissão era de sete membros. O Sr. João de Meneses declinou o seu lugar de membro da comissão, a mesa não participou à Câmara e a comissão está reduzida a seis membros; desses seis, são muito poucos os que querem trabalhar, mas eu pessoalmente aceito a proposta.»¹²⁹

Nova interrupção, e o orador retoma o seu discurso:

«É preciso que nenhuma das afirmações feitas seja lançada levianamente. A comissão de legislação operária existe, foi instituída no tempo da Assembleia Nacional Constituinte, foi modificada depois de se constituírem as duas Câmaras, Senado e Deputados, tem elementos de muito valor e com muita vontade de trabalhar; tem como presidente o Sr. Severiano José da Silva, que é, sem dúvida, um dos belos elementos e um dos ornamentos desta Câmara, mas que vai para o Porto, estando a maior parte do tempo fora da Câmara, e eu é que ando atrás dos meus colegas para que a comissão reúna. Se a Câmara pode conseguir forçar essa comissão a conseguir fazer trabalho, a dar parecer sobre 24 projectos que eu tenho em meu poder, faça-o, que eu, pela minha parte, hoje como ontem, lavo daí as minhas mãos. Eu não posso conseguir que outros façam aquilo que não querem fazer.»¹³⁰

Logo no dia 4 desse mês e ano, constata-se, nas actas da sessão, que foi enviado à mesa um parecer da comissão de legislação operária, sobre os projectos 15-A e 14-B, para publicação no diário do governo. Não foi lida nem posta à discussão.

A 4 de Dezembro desse mesmo ano, foi eleita uma nova comissão que tomou posse no dia 10 e era assim constituída:

Presidente - Manuel José da Silva

Secretário - Alfredo Maria Ladeira

Relator - Caldeira Queiroz

Restantes membros:

¹²⁹ Ibidem

¹³⁰ Ibidem

José Perdigão

Pimenta Aguiar

Eduardo de Almeida

Lopes da Silva

Silva Ramos

Foi esta comissão que elaborou um parecer – n.º 361 e um projecto lei, que trouxe ao parlamento no dia 8 de Abril de 1913.

Apresentou-o um dos membros da comissão, Silva Ramos, porque o relator eleito, Caldeira Queiroz, tinha perdido o mandato.

Recordou que tinham sido apresentados dois projectos, um pelo deputado Fernão Botto Machado, outro por Alfredo Maria Ladeira, mas que nenhum deles agradou à comissão, pelo que tinham redigido um novo, da inteira responsabilidade daquela comissão. Esclarece que com este projecto se pretende fixar o dia máximo de trabalho para adultos do sexo masculino, visto que «para mulheres e menores já existe legislação, e tão perfeita que não se pode cumprir.»¹³¹

«Legislar sobre estes assuntos é fácil, mas fazer obra prática, realizando, é que é muito difícil, porque são muitas as circunstâncias a atender. Uma das reclamações mais instantes do operariado tem sido a da fixação das horas de trabalho, e a essas reclamações pretende o projecto atender, resolvendo o assunto por forma que não possa produzir perturbações.»¹³²

Das suas palavras de apresentação, sobressaem duas preocupações: fazer uma lei que não trouxesse perturbações e que fosse obra prática, querendo possivelmente dizer, que fosse aplicável à nossa realidade, tal como eles a viam.

¹³¹ Silva Ramos, in Diário da Sessão da Câmara dos Deputados, I Legislatura, 8/4/1913, pag 72

¹³² Ibidem

Estava presente nesse dia na Câmara dos Deputados, o Dr. Afonso Costa, na sua qualidade de Presidente do Ministério e de Ministro das Finanças, que, tendo pedido a palavra, afirmou:

«- Sr. Presidente: não estando presente o meu colega da pasta do Fomento, cumpro o dever de dizer que é um compromisso do Partido Republicano o intervir no problema do trabalho, beneficiando as classes operárias; e já o governo provisório teve a intenção de regular o dia máximo de trabalho, tendo procurado resolver esse delicado problema quando publicou o diploma relativo ao descanso semanal (...) faltaria ao meu dever moral, como Presidente do Ministério, que tem inscrita no seu programa essa orientação, se não desse, em tese geral, o meu apoio ao projecto.

A este projecto não me parece que tenha aplicação a lei travão, porque, embora haja redução de horas de trabalho, a produtividade maior do que se realizar nas horas normais, compensará a perda de tempo. Acompanha, pois, com o seu voto, a aprovação do projecto na generalidade, e reserva-se para, na especialidade, e ouvidas as emendas que já sabe estarem anunciadas e apresentadas as suas próprias, fazer com que este projecto se torne exequível. Nem ele deve assustar, porque o certo é que esse princípio já se encontra em muita parte em vigor...

E, na especialidade, eu e o meu colega da pasta do Fomento, acompanharemos cuidadosamente o assunto.»¹³³

Os deputados que sinceramente acreditaram nas promessas feitas a quem vivia de um salário, congratularam-se por finalmente vir à discussão na Câmara dos Deputados, um projecto que fixava um horário de trabalho. Já tardava e muitos chegaram a descreer. Recuperavam agora alguma esperança. O facto de se encontrar em discussão um projecto de horário, fazia crer que a República, embora tardia e lentamente, ia cumprindo as promessas do tempo da oposição. Alguns deputados manifestaram a sua opinião dizendo que estava na hora de cumprir esses compromissos e congratularam-se com as declarações do Presidente do Ministério. Apoiaram a

¹³³ Afonso Costa, in Diário da Sessão da Câmara dos Deputados, I Legislatura, 8/4/1913, pag 73

proposta e a sua fundamentação, desvalorizaram os inconvenientes que adivinham que vão apontar-lhe. Antecipam-se na defesa, porque já conheciam a luta e os adversários, a sua força e os seus argumentos. Mas não exigiram o que achavam justo - 8 horas diárias. Concordam em aceitar 10 horas de trabalho, por agora. Quando a indústria crescer, quando houver mais rendimentos, esperam obter o que sempre reclamaram - a jornada de 8 horas.

Foi dilatado o tempo entre a apresentação dos dois projectos, tendo ocorrido a apresentação do primeiro no ano de 1911 e só voltamos a ter notícias dele em 1913. Vem assinado, este documento, pelos deputados Rodrigo Fontinha, Alfredo Maria Ladeira, José da Silva Ramos e Henrique Caldeira Queiroz. É um trabalho da nova comissão de legislação operária.

No texto introdutório insistem os seus autores, na obrigação que a República tem, de fazer justiça aos que são as forças produtoras, pois que, até aquela data, apenas se procurou aumentar a produção sem considerar o tempo, as condições e o esforço despendido para que a indústria prosperasse. Lembram que a justiça que é devida aos operários e que eles esperavam que lhes fosse reconhecida pelo Primeiro Parlamento da República, tinha sempre sido assunto do interesse e motivo do combate dos republicanos, quando eram oposição. Acrescentam ainda que as reivindicações dos trabalhadores obtiveram sempre deles, os mais vivos aplausos em todos os actos políticos de então.

Durante cinco dias debateu-se o projecto, houve propostas e contrapropostas, houve tomadas de posição a favor e contra; colocaram-se dúvidas, alegou-se desconhecimento da realidade económica, da situação da indústria e da capacidade das empresas.

Para satisfazer os reparos de quem recusava os projectos alegando desconhecer a situação dos trabalhadores e da economia, e para haver uma visão global da realidade, fez-se um inquérito que revelou uma grande desigualdade entre regiões. No distrito do

Porto, a duração do trabalho nas fábricas era, em média, 12 horas, mas havia indústrias onde se prolongava o trabalho por muitas mais horas, indo mesmo pela noite dentro. No distrito de Lisboa já se praticava o horário de 10 horas.

Por outro lado, os salários na província eram mais baixos que em Lisboa.

Os resultados deste inquérito trouxeram novos argumentos aos defensores de um horário fixo, e não perderam a oportunidade de os utilizar, com a razão que a realidade e os números lhes davam. Contra factos comprovados, é difícil arranjar argumentos, e os que se possam arranjar são facilmente desfeitos.

A notável argumentação construída ao longo dos anos de esforçado trabalho para legislar os direitos dos trabalhadores, era algumas vezes deitada por terra pelos paladinos da economia, com uma afirmação que sempre funcionou – a nossa economia não suporta, não tem capacidade para sustentar as reformas sociais.

A fundamentação era fazer justiça às classes trabalhadoras, consagrar na lei os seus direitos, travar a exploração e atalhar os abusos.

Os proponentes argumentam com doutrinas já invocadas, no campo dos princípios, durante a discussão do projecto de acidentes de trabalho, ajustadas agora ao horário.

Houve alguma inovação, em resultado do inquérito – procuraram demonstrar que as empresas não perderiam com o horário, porque o operário passaria a produzir mais e melhor, não tendo cansaço acumulado e deixaria de haver concorrência desleal entre as empresas, sabendo-se que em algumas vigoravam horários de 17 horas. E apontavam o exemplo dos países mais ricos, onde se praticavam até menos de 10 horas e onde os salários eram superiores aos nossos, sem que os rendimentos diminuíssem por isso. Muito pelo contrário, as empresas tinham lucros superiores. Suportavam ainda todos os encargos sociais e enfrentavam forte concorrência doutros países desenvolvidos. A indústria portuguesa não tinha como furtar-se a enfrentar estes

desafios. Todos os países europeus tinham já regularizado a questão social e nós teríamos que lhes seguir o exemplo. Estas foram as ideias força dos reformistas.

Os opositores também vieram a terreiro, defender os seus interesses. De entre eles destacou-se Jacinto Nunes, grande agrário de Grândola, que na sessão do dia seguinte declara:

«Não posso votar esse projecto porque não quero que o Estado exerça mais tutela...quero que todos, patrões e operários, sejam cidadãos livres. Temos o Código Civil para regular esse assunto; é o bastante.

Repito, esta regulamentação ou fixação das horas de trabalho é nem mais nem menos que uma tutela exercida, não só sobre os patrões, mas também sobre os operários. (...).

A razão por que eu protesto contra este regulamento é porque se trata de uma tutela do Estado.

Ora o assunto já está bem regulamentado no Código Civil.»¹³⁴

Estas afirmações não iludem ninguém. É demasiado óbvio que defendia a liberdade do patronato para impor um horário do seu interesse, não a liberdade dos trabalhadores. Daí que Alfredo Ladeira interviesse de imediato:

«(...) vi que não só o Sr. Presidente do Ministério teve referências amáveis para o projecto que regulamenta as horas de trabalho nas indústrias, como o Sr. Deputado Ângelo Vaz se tinha referido ao mesmo projecto da forma mais encomiástica. Vejo que encontrou na Câmara as maiores simpatias, facto tanto mais natural quanto é certo que ele é até certo ponto, a satisfação do compromisso tomado, antes da República implantada, de que esta faria pelos operários tudo quanto fosse possível e praticável para lhe melhorar a sua tristíssima situação. É por tudo isto que ouvi com verdadeiro pavor o que disse o Sr. Jacinto Nunes. O meu projecto visa reduzir as horas de trabalho onde se trabalha 12, 14, 16 horas. Não compreendo de forma alguma, é que a palavra do Sr. Jacinto Nunes possa ter

¹³⁴ Jacinto Nunes, in Diário da Sessão da Câmara dos Deputados, I Legislatura, 9/4/1913, pags 16 e 17

uma repercussão dentro desta Câmara, de tal ordem que faça atirar com o projecto para o campo onde se atiram as coisas inúteis e inoportunas, demonstrando-se assim ao operariado português que o primeiro Congresso da República não se importa absolutamente nada com a sua situação. Não posso deixar de dizer-lhe que, com tal afirmação, vinculou em mim a ideia de que S. Ex.^a continua fiel aos princípios conservadores que sempre tem defendido.»¹³⁵

Convém referir que Jacinto Nunes era tratado sempre com a maior deferência e que o pavor de Alfredo Ladeira não era injustificado. É compreensível a sua pressa em atalhar o mal. Jacinto Nunes era o decano da Câmara, o que o tornava credor do respeito de todos e a sua opinião poderia influenciar alguns, pois a maior parte até se coibia de lhe dirigir críticas.¹³⁶

O projecto foi ainda alvo de ataques de outro tipo. Houve quem afirmasse que visava tirar benefícios a quem já tinha alcançado oito e nove horas diárias. Sendo aprovado o dia de dez horas, seria um retrocesso para eles. Este ponto foi esclarecido por Alfredo Maria Ladeira, afirmando que apenas pretendiam estabelecer o número máximo de horas de trabalho, podendo haver horários com menos tempo e nesses, estavam certamente os dos trabalhadores que já o tinham conseguido. Deixavam ainda a liberdade de patrões e operários acordarem entre si os horários, desde que não fossem além de dez horas.

Acrescentaram ainda o caso dos trabalhadores da construção civil, que tinham já um horário de nove horas e assim continuariam.

¹³⁵ Alfredo Maria Ladeira, in Diário da Sessão da Câmara dos Deputados, I Legislatura, 9/4/1913, pag 17

¹³⁶ Nenhum como Fernão Botto Machado para dizer a Jacinto Nunes o que pensava sobre ele. Em sessão de 23/11/1911, quando se discutia o projecto sobre indemnizações em acidentes de trabalho, afirmou que o Sr. Jacinto Nunes é de *um individualismo ferozmente individualista, um tanto demodée* e, com alguma ironia o tranquilizou na sessão de 28/11/1911, em réplica a um comentário seu e de que Fernão Botto Machado não gostou: *Descanse o meu velho e querido amigo sr. Jacinto Nunes, que ainda não chegou a hora da expropriação das suas grandes herdades do Alentejo. Lá chegará um dia.*

Estando presente nesse dia o Ministro do Trabalho, António Maria da Silva, em nome do governo, aceitou para os trabalhadores do Estado, o horário normal de oito horas, porque já estavam a cumprir essas horas no Inverno e nove no Verão.

Vários deputados mostraram o seu desacordo dizendo que não era justo que se praticassem horários diferentes. Todos deveriam cumprir dez horas, fossem do Estado ou das empresas. Jorge Nunes esclareceu que não era exacto que os organismos do Estado tivessem generalizado as oito horas, pois que apenas o arsenal e a casa da moeda o fizeram, e somente no Inverno, uma vez que no Verão se cumpriam nove horas. A seu ver, o horário devia ter em consideração a compleição física do indivíduo e a prosperidade ou as dificuldades de cada empresa. Confirma que o programa do Partido Republicano tinha esse compromisso do horário, mas que o programa não implicava um cumprimento imediato nem se poderia aplicar na íntegra.

O debate prolongou-se até 15 desse mês, dia em que foi votado favoravelmente na generalidade, o que se deve aos companheiros de Alfredo Ladeira e a ele próprio, que se mantiveram sempre em guarda. Somaram argumentos a argumentos, cada um mais difícil de refutar pelos seus adversários, que deixavam a descoberto interesses de classe.

Depois de aprovado, foi enviado à comissão, em resultado de uma moção apresentada por Silva Ramos:

Considerando que é necessário e urgente a aprovação de um projecto de lei regulando as horas de trabalho;

«Considerando que uma lei sobre este assunto, que representa a satisfação duma das mais justas aspirações do operariado português deve ser feita tendo em conta o estado da indústria nacional e de forma a conciliar, tanto quanto possível, os interesses dos patrões e dos operários;

Considerando ainda a larga discussão havida na generalidade do projecto n.º 361 e o número de emendas admitidas:

Resolve enviar o projecto à comissão de legislação operária, para que sobre ele novamente e mais rapidamente se pronuncie.»¹³⁷

No dia em que foi votado, desceu à comissão de legislação para se fazerem as alterações aprovadas na Câmara. O final ainda vinha longe. Não seria no ano de 1913.

Outras modificações seriam ainda propostas. No dia 23 de Janeiro de 1914, o Ministro do Fomento, António Maria da Silva, apresentou na Câmara de Deputados um novo projecto, contemplando situações ainda não consideradas. Foi registado com o n.º 28-H.

A matéria deste novo documento foi incorporada na proposta que vinha sendo preparada pela comissão. O texto foi tão modificado que todo o processo foi recomeçado. No dia 29 de Julho de 1914, entrou em discussão a última versão do parecer n.º 361, cujo texto resultou da primeira redacção da comissão, a que se vieram adicionar as alterações no decorrer do debate que houve em 1913 e os conteúdos do projecto n.º 28-H. Informa o relator, Henrique Caldeira Queiroz, que foram também consideradas as reclamações apresentadas pelas classes interessadas.

Admito que só terá sido agendado o debate, pela pressão que vinham fazendo as organizações operárias. Os insistentes pedidos que chegavam ao parlamento, como se pode constatar nos diários da Câmara de Deputados, são um dos indicadores.

O documento que vai ser discutido, mantendo embora o n.º 361, é um parecer que abrange um leque maior de classes. Foi o projecto n.º 28-H que trouxe ao parecer n.º 361, a regulamentação do horário do trabalho nocturno, do trabalho precário, do trabalho doméstico e outras situações que não tinham sido abrangidas pelos projectos anteriores. Estes são já aspectos importantes, mas o mais importante refere-se aos trabalhos subterrâneos da indústria mineira, para os quais se estabelecem oito horas. O

¹³⁷ José da Silva Ramos, in Diário da Sessão da Câmara dos Deputados, I Legislatura, 15/4/1913, pag 18.

mesmo período de duração se fixou também para as indústrias onde se empregavam ou produziam matérias tóxicas, insalubres ou perigosas para a saúde dos operários.

O primeiro parecer já tinha sido aprovado na generalidade, como ficou dito, em 1913.

Sendo esta versão um parecer grandemente alterado, recomeçou todo o processo para aprovação na generalidade.

Foi relator Gastão Rodrigues, que leu à Câmara todo o texto, do qual merecem destaque algumas afirmações:

«A obrigatoriedade dum regime fixo de horário é, para muitas indústrias, senão para todas, o meio de obstar em parte, a uma concorrência no preço do produto feito nas regiões onde a mão de obra, além de mais barata, tem uma duração superior a 17 horas e mais.»¹³⁸

Esta afirmação fundamentava-se nos resultados de mais um inquérito feito com o objectivo de conhecer a realidade do país no campo laboral – horários e salários.

Já num inquérito anterior se constataria a diferença de horários. Confirma-se, neste, essa diferença, ainda agravada na duração e soma-se-lhe a diferença de salários, que é de considerar:

«No distrito do Porto, por exemplo, a duração do trabalho na fábrica é, em média, de doze horas, prolongando-se, em certas indústrias, até altas horas da noite. O trabalho no domicílio vai das 17 às 19 horas. Começa às duas e termina às 21 e 22 horas. É este o horário da indústria têxtil, sendo ainda o operário sujeito a um regime de tarefa ou empreitada. Por esta inumana exploração paga-se, nos

¹³⁸ Gastão Rodrigues, in Diário da Sessão da Câmara dos Deputados, I Legislatura, 29/7/1914, pags 14 e 1

arredores, uma média de salário semanal que não excede \$88 para tecelões e \$36 para as dobadeiras; na cidade, a média é de 1\$60 a 2\$, 1\$20 a 1\$44 e \$36.

Em Lisboa e arredores, a duração do trabalho na fábrica não excede as dez horas; não há trabalho no domicílio e, em média, a féria semanal vai de \$80 a 2\$40. A desproporção das condições de trabalho na mesma indústria é uma flagrante evidência.»¹³⁹

Ficam ainda sem solução, para já, os trabalhos dos serões, o trabalho nos ateliers de indústria caseira com menos de cinco operários, e o trabalho ao domicílio. Os proponentes não deixam no esquecimento estes trabalhadores, não os ignoram. Reconhecem a necessidade de regulamentar o seu tempo de trabalho e o salário, porque é aí que os abusos são maiores, mas encontram inúmeras dificuldades que nesta data não conseguiram remover.

Pelos dados recolhidos em numerosos inquéritos com vista ao conhecimento das condições em que se exercem as indústrias do vestuário, sabiam que o horário era, no mínimo, de 14 horas e máximo 19 horas. O salário do homem situava-se entre \$40 e \$80 e o das mulheres, entre \$16 e \$50. Trazer este assunto ao parlamento, foi o primeiro passo. Posteriormente se buscariam soluções.

Posto o novo projecto à discussão, o deputado Afonso Costa foi o primeiro a usar da palavra para dizer:

«A república dignifica-se regulando o difícil problema das horas de trabalho.»¹⁴⁰

Tece seguidamente algumas considerações sobre a aprovação do horário para o comércio e salienta que, tal como aquela proposta, também esta obedece ao propósito de não prejudicar o desenvolvimento industrial.

¹³⁹ Gastão Rodrigues, in Diário da Sessão da Câmara dos Deputados, I Legislatura, 29/7/1914, pag 15

¹⁴⁰ Afonso Costa, in Diário da Sessão da Câmara dos Deputados, I Legislatura, 29/7/1914, pag 32.

Chama à atenção da Câmara para os horários que se estão a aprovar noutros países:

«Este projecto vem no momento em que a França acaba de votar o horário inglês, de 6 horas, a semana inglesa, que é mais apertada, em relação às exigências dos trabalhadores, do que esta lei.»¹⁴¹

Suponho que, conquanto o parlamento republicano muito tenha feito já de útil para as novas instituições e para a Pátria, (...) faz bem fechando os seus trabalhos com a votação de trabalhos desta natureza. (...) o movimento social é cada vez mais vasto, mais largo, que não se hesita, cada vez mais, em fazer, não com carácter, já não só de assistência, mas de justiça e de dever, a realização do equilíbrio e da solidarização de todos aqueles que contribuem para o desenvolvimento económico e social de cada povo.»¹⁴²

E para que não se acuse o governo de esquecer os trabalhadores e o seu apoio à causa republicana, declara ainda que «as promessas da oposição estão de pé e que a República não só não faliu, mas progride, tendo-se feito para o bem da Pátria e dos portugueses.»¹⁴³

Podemos estranhar que este projecto se tenha atrasado a ser discutido, visto ter-se iniciado em 1911. O relator, Gastão Rodrigues explica que este atraso se deve às oposições, cujos representantes não compareciam às reuniões da comissão, mas ultrapassados que foram os maiores problemas, espera que agora seja aprovado.

Posto à discussão, foi aprovado na generalidade sem propostas de alteração, passando a seguir ao debate na especialidade.

¹⁴¹ Ibidem

¹⁴² Op cit, pag 33

¹⁴³ Ibidem

Depois de tantas alterações, ainda não estava ao agrado de alguns deputados, que acrescentam e modificam artigos. A comissão aceitou alguns, recusou outros.

Não deixará de causar estranheza uma proposta do deputado Gastão Rodrigues, apresentada neste último dia de debate, sobre os ferroviários, que seria suposto ficarem com o horário de dez horas. A proposta era a seguinte:

«Fica autorizado o governo a regulamentar o horário de trabalho dos ferroviários, de forma a que a sua duração não exceda doze horas de trabalho efectivo diário, regulamentando-se igualmente, em harmonia com os interesses gerais, as folgas e os prazos das licenças anuais.

Este regulamento será decretado dentro do prazo dum ano.»¹⁴⁴

A proposta foi aceite, mas houve uma declaração do deputado Henrique de Vasconcelos dizendo que aprovava, mas apenas com carácter transitório, porque as doze horas ainda eram demais. Já se tinha afirmado, nesta sessão, que era urgente resolver a questão dos ferroviários, sabendo-se que trabalhavam 15, 16 e até 17 horas. A proposta apresentada por Gastão Rodrigues tinha o objectivo de garantir aos ferroviários, que o horário deles seria negociado com as várias empresas dos caminhos de ferro e que viria a ser uma realidade.

Por que razão não foram abrangidos os ferroviários nesta proposta de lei? Não encontrei nenhuma justificação, além das colocadas pelas empresas dos caminhos de ferro, que diziam ser impossível aplicarem um horário de 10 horas, porque isso obrigaria a terem de admitir o dobro dos trabalhadores. E foi assim que o documento legislativo foi enviado para o Senado neste mesmo dia e foi assim que se publicou – sem definir o horário dos ferroviários. Daqui resultariam inúmeras e longas greves e conflitos que os governos republicanos nunca souberam ou não quiseram resolver e que foram particularmente agudos em 1919.

¹⁴⁴ Gastão Rodrigues, in Diário da Sessão da Câmara dos Deputados, I Legislatura, 29/7/1914, pag 34

No dia 8 de Janeiro de 1915 foi posta à discussão, na Câmara do Senado, a proposta de lei n.º 178-M, a que se refere o parecer n.º 181 (fixação do tempo de trabalho para os operários industriais).

Pronunciaram-se sobre o projecto os Senadores Faustino da Fonseca Nunes da Mata, Bernardino Machado e Estêvão de Vasconcelos, sendo todos favoráveis á aprovação com palavras dignas de registo:

«Intervenção do senador Faustino da Fonseca: (...) legislando para a duração do dia de trabalho, nem por sombras nos aproximamos da velha reclamação, chamada dos três oitos (...).»¹⁴⁵

«Intervenção do Senador Nunes da Mata: (...) tenho esperança que as indústrias do país não serão grandemente prejudicadas (...).»¹⁴⁶

«Diz Bernardino Machado: A regulamentação do trabalho nas fábricas e toda a legislação de carácter social mereceram sempre devotado apoio (...).»¹⁴⁷

«Palavras de Estêvão de Vasconcelos: (...) Quando fui Ministro do Fomento determinei que, nas obras dos edifícios do estado, o trabalho fosse de nove horas no verão, e de oito horas no inverno.»¹⁴⁸

Foi aprovado o projecto na generalidade e na especialidade, sem ter havido propostas de alteração.

O horário de 10 horas para a indústria estava aprovado. O processo começou antes do horário para o comércio, mas terminou depois deste. Foi necessário parar o primeiro e continuá-lo depois da aprovação do segundo.

¹⁴⁵ Faustino da Fonseca, in Diário da Sessão da Câmara do Senado, I Legislatura, 8/1/1915, pag 28

¹⁴⁶ Nunes da Mata, in Diário da Sessão da Câmara do Senado, I Legislatura, 8/1/1915, pag 29

¹⁴⁷ Bernardino Machado, in Diário da Sessão da Câmara do Senado, I Legislatura, 8/1/1915, pag 30

¹⁴⁸ Estêvão de Vasconcelos, in Diário da Sessão da Câmara do Senado, I Legislatura, pag 31

3.2. Horário para o comércio

Depois do debate, mas ainda antes da aprovação de um horário para a indústria, foi discutido e votado um horário para o comércio, igualmente sob pressão dos profissionais deste ramo de actividade económica.

Só no dia 27 de Julho de 1914 foram enviados para a secretaria documentos das associações de caixeiros e empregados de comércio de Vila Real, Vendas Novas, Santarém, Faro, Tomar, Estremoz, Porto, Lamego, Pombal, Aveiro, Chaves, Grândola, Beja, Guarda, Setúbal, Coimbra, Braga, Torres Novas, Viseu, Covilhã, todas elas pedindo a aprovação do projecto de lei que regulamenta as horas de trabalho. Este facto poderá dar-nos uma ideia da participação das associações desta classe. A ausência de participação de que são muitas vezes acusadas, não se confirma nos registos do parlamento, onde essa participação se revela frequente e numerosa.

Estavam agendados para a ordem do dia, dois documentos sobre o horário para o comércio: o parecer n.º257, e um projecto - o n.º294-A, que pretendiam regulamentar o horário dos empregados dos estabelecimentos comerciais. Propunham também 10 horas, mas dada a sua especificidade, foram tratados separadamente.

O primeiro projecto para regular o horário no comércio tinha sido apresentado em Março de 1912, por Manuel José da Silva, mas nunca foi agendada a sua discussão.

Quando o assunto do horário de trabalho começou a ganhar destaque e conseguiu ser agendado, debateu-se sobretudo o horário para a indústria. Dessas discussões emergiu o caso especial do horário para o comércio discutido depois do horário para a indústria e que acabou por ser aprovado ainda antes.

Ao projecto de 1912 tinha sido atribuído o n.º123 G.

Como todos os projectos sobre questões dos trabalhadores, foi entregue à comissão de legislação operária e, uma vez agendado o debate, são apresentadas todas as propostas. Seguindo esta metodologia e tratando-se do horário do comércio, o Parecer n.º 257, avalia também este projecto n.º 123G de 1912, embora a comissão tenha elaborado um projecto, com o n.º 249-A, que traz a data de 1 de Junho de 1914. É sobre estes dois documentos que vai incidir a discussão parlamentar.

É uma velha questão, que a monarquia tinha prometido resolver. Da monarquia passou para a república, que demorava a resolver, face à impaciência dos empregados de comércio.

Quem nos conta as diligências feitas e o calvário destes projectos, é o paladino de sempre – Alfredo Maria Ladeira, sempre comedido, mas persistente; dialogante mas resistente. Começa a sua apresentação dizendo que apreciou “representações”, ou seja, documentos das organizações da classe dos caixeiros, mas também dos lojistas e ainda a proposta do deputado Manuel José da Silva, o projecto 123G. Pelas suas palavras ficamos a saber que logo após a implantação da República, os comerciantes chegaram a reunir-se para fixarem um horário de funcionamento dos seus estabelecimentos. Há até muitos casos em que essa regulamentação foi levada a efeito por iniciativa dos patrões. É atendendo às “representações” vindas dos empregados, ao desejo manifestado pelos comerciantes de uniformizar o funcionamento dos estabelecimentos e às reclamações feitas ao parlamento que dois deputados – Alfredo Maria Ladeira e Pimenta Aguiar redigiram o projecto n.º 249-A, o qual apresentaram à Câmara em 1 de Junho desse ano. Este documento é seguidamente melhorado pela comissão de legislação operária e entrou no parlamento no dia 3 de Junho. A partir daí chegam inúmeras moções aprovadas em reuniões de trabalhadores e empregados, reclamando a aprovação deste projecto lei. Destaco, pela sua representatividade, a que foi enviada pela Federação das Associações de classe dos Caixeiros Portugueses, aprovada em reunião magna.

Também a comissão de minas, comércio e indústria declara no dia 12 desse mês, que a última versão do projecto deve ser aprovado.

Perante tantas pressões, foi agendado para entrar na ordem do dia de 27 de Julho desse ano de 1914 e veio a ser aprovado, na generalidade, no dia 29 desse mês. Entrou de imediato em discussão na especialidade, sendo também aprovado. Fez-se num só dia, o que não se fez em dois anos.

No dia 22 de Janeiro de 1915 o governo fixou os horários:

Pela Lei n.º 295 o horário do comércio;

Pela Lei n.º 296 o horário da indústria.

Pela Lei n.º 297, o horário das mulheres e dos menores.

Alguns casos especiais:

1. – Os trabalhadores da Tabaqueira, com jornada das 8 horas, por Carta de lei de 23.3.1891 ¹⁴⁹
2. – Os trabalhadores por conta do Estado e dos Municípios, que já tinham um horário de 8 ou 9 horas, conforme a época do ano e a instituição onde trabalhavam;
3. – Os trabalhadores que já beneficiavam de horários mais curtos anteriormente;¹⁵⁰
4. Os trabalhadores rurais com jornada do nascer ao pôr-do-sol.

O horário de 10 horas nunca foi levado à prática porque nunca foi regulamentado. Os normativos publicados, não regulamentação. A 4 de Setembro de 1915, foi publicada a portaria n.º 468, reconhecendo que os trabalhos de pintura, sendo considerados trabalhos com materiais tóxicos, teriam direito a um horário de 8 horas. A 13 desse

¹⁴⁹ O contrato de trabalho de 25 de Fevereiro de 1891 assegurava aos trabalhadores da Tabaqueira uma Jornada de 8 horas e incluía uma tabela de salários mínimos para os vários sectores. Este contrato foi aprovado por lei de 23 de Março de 1891.

¹⁵⁰ Estavam neste caso, os funcionários das casas de câmbios, de estabelecimentos de crédito e empregados de escritório. Todos estes trabalhadores gozavam de um horário de 7 horas.

mesmo mês, publicou-se a Lei n.º426, que apenas diz que as Câmaras devem regulamentar dentro de sessenta dias a Lei n.º 295, (para o comércio) caso ainda não o tenham feito. A 12 de Novembro desse ano, foi publicado o decreto n.º 2 047, que apenas se refere às indústrias agrícolas. Nenhum destes normativos pode ser considerado um documento regulamentar, porque não considera os decretos na sua totalidade.¹⁵¹

O horário mereceu um pouco mais de atenção à imprensa operária do que tinha merecido a lei dos acidentes de trabalho, embora muito inferior à que mereceu a lei da greve. As notícias sobre a lei do horário encontram-se apenas nos órgãos dos sindicatos de tendência socialista (considerando o que é declarado no cabeçalho) e nos órgãos de algumas federações.

A justificação para a reduzida manifestação das organizações operárias poderemos encontrá-la na experiência resultante de acções passadas a que a república respondeu com repressão e no ideário predominante que, em resultado dessa repressão, se instalou no meio operário, segundo estudos recentes.

«Apesar de divididos entre reformistas e revolucionários, os dirigentes operários irão aproveitar o período de consolidação do poder político para potenciar a primeira grande ofensiva operária portuguesa, para divulgar o seu projecto social independente e para cimentar as suas organizações.

Os republicanos, embora tenham elogiado e usufruído do movimento para a tomada do poder, irão reprimir violentamente a acção directa, manifestando a sua profunda hostilidade ao movimento autónomo dos trabalhadores. Todavia, não conseguirão resolver a grave situação económica e social das classes trabalhadoras por via institucional.

Defraudada a ilusão republicana, a corrente revolucionária do sindicalismo português, inspirada na Carta de Amiens da central sindical francesa, (...) esta doutrina conciliará socialistas, acratas e sindicalistas puros, alcançando a

¹⁵¹ No Trabalho-Projecto da autoria de David Pereira pareceu-me implícita a ideia que teria havido regulamentação

unificação das associações de classe no primeiro Congresso Nacional Operário, em Março de 1914.»¹⁵²

As organizações operárias de ideologia revolucionária não acreditavam que o poder político desse solução aos seus problemas e estavam convictos que só pela acção directa, com a sua luta, conquistariam os seus direitos.

Na autorizada opinião de Manuel Villaverde Cabral, o sindicalismo revolucionário predominou sobre as organizações operárias, em detrimento do sindicalismo reformista. Outras razões, além desta, poderão explicar este desinteresse – a massa dos operários era, na sua grande maioria, analfabeta; o peso dos trabalhadores agrícolas por um lado e as situações instáveis, com períodos longos de desemprego por outro, retardaram a formação de uma consciência de classe.

Nem o Boletim da União Operária Nacional se pronunciou sobre as leis dos horários de 10 horas.

Acontecia que os jornais sindicais eram periódicos e além disso, a sua publicação muito irregular, por falta de recursos financeiros e humanos e abrangiam um público muito restrito, o que torna ainda mais escassas as notícias sobre a lei dos horários.

Um dos que mais fala neste assunto é *O Chapeleiro*, órgão da Federação dos Operários Chapeleiros, que chama às suas páginas esta questão.

A discussão da lei parece ter-lhe passado despercebida, mas depois de publicada, exigiam o seu cumprimento:

¹⁵² Joana Dias Pereira, «A Ofensiva Operária», in *História da Primeira República Portuguesa*, Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo, org., pag 422

«Até aqui, chegam-nos os ecos dos protestos das agremiações operárias, contra a pretensão da Associação Industrial de Lisboa, sobre a lei n.º 296 de 22 de Janeiro findo, que regulamenta o horário de trabalho na indústria.

De facto, está compreendido na boa razão, que o governo não pode atender tal pretensão, posto que se o fizesse, incorreria no mais formal e categórico contrassenso, maior ainda do que frequentemente têm produzido várias resoluções ministeriais.

A forma como a Associação Industrial tenta abafar a execução da lei referida poderá agradar aos que não tenham já a experiência de muitos outros casos análogos, todavia aos que dia a dia lutam pelas reivindicações proletárias ela não agrada, posto que, facilmente compreendem que, suspensa a execução da lei neste momento, nunca mais o proletariado lhe sentiria os benefícios, pois que ela iria fazer companhia a muitas outras que, nos arquivos das repartições, dormem o sono eterno, motivado pelos entraves que o industrialismo sempre procura ...»¹⁵³

Estes trabalhadores tomaram a iniciativa de se reunir com o objectivo de enviarem ao parlamento uma representação:

«Com uma grande concorrência de companheiros da nossa classe, reuniu esta no dia 2 do corrente a fim de se ocupar da representação a enviar ao Parlamento reclamando a regulamentação da mecânica, como ainda sobre a lei que regula o trabalho nas indústrias. Presidiu o companheiro Mário Pacheco Ribeiro da Costa, secretariado por Alexandre da Costa e José Barros da Costa.»¹⁵⁴

O texto da representação já tinha sido redigido previamente, para ser discutido na reunião. É um documento bem elaborado, no qual os trabalhadores revelam ter conhecimento do texto legislativo e mostram saber o que querem e lhes convém. O encadeamento das questões está perfeitamente organizado como se pode ver:

¹⁵³ Porfírio de Freitas, in O Chapeleiro de 13/7/1915, pag 2

¹⁵⁴ O Chapeleiro de 13/7/ 1915, pag 4

«Pelo presidente foi exposta a ordem do dia, sendo em seguida lidas as conclusões da representação a enviar ao Parlamento, as quais são as seguintes:

- a) Que por intermédio legislativo se estabeleça que com máquinas só poderá trabalhar o pessoal presentemente ao serviço da indústria de chapelaria, devendo pagar-se-lhe pelos preços agora em vigor na fábrica manual;
- b) Que para isso, as associações de classe sejam convidadas a formular o cadastro de todo o pessoal existente, bem como da média dos salários;
- c) Que, transitoriamente, se não possa admitir em nenhuma fábrica aprendizes, isto sem que as necessidades da indústria, superiormente reconhecidas, indiquem o contrário;
- d) Que as fábricas de chapelaria sejam colectadas com a contribuição industrial, etc., em harmonia com a sua produção;
- e) Que todas as fábricas de chapéus de feltro, lã, palha, capacetes, sejam obrigadas a enviar, no final de todos os meses, à repartição do comércio e indústria, uma estatística respeitante à sobre-produção e venda, assim como de pessoal empregado, qual o seu sexo, média de salários, etc., sendo estas estatísticas em boletim do trabalho industrial e distribuído pelas associações de classe;
- f) Que pelas associações de classe sejam eleitos anualmente dois delegados, a quem os industriais facultarão a livre entrada nas fábricas, não a podendo negar por qualquer motivo, a fim de observar e fazer cumprir o disposto nas alíneas anteriores,
- g) Que aos mesmos delegados sejam passados cartões de identidade pelo ministério do Fomento ou pelas repartições dos serviços técnicos da indústria, os quais serão requisitados pelas associações de classe, pelo fiel desempenho da sua missão fiscalizadora.»¹⁵⁵

Vários oradores tomaram a palavra nesta reunião. Foram discutidos outros assuntos além da redacção a dar à representação, tendo sido votada a seguinte moção:

¹⁵⁵ Ibidem

«Em harmonia com o disposto na lei n.º 296 e portaria de 12 do mês findo, sobre a regulamentação das horas de trabalho nas indústrias, a classe dos operários chapeleiros resolve:

1.º Reclamar o seu fiel cumprimento;

2.º Telegrafar em tal sentido ao ministro do Fomento e ao Parlamento, reclamando que não atenda as pretensões da Associação Industrial de Lisboa sobre a aludida lei;

3.º Tratar ao lado da Federação em todos os movimentos que se venham a iniciar de forma a que a lei não seja sofismada nem postergada.»¹⁵⁶

Por um artigo publicado neste número e nesta página, com o título Vida Federal deduz-se que a Federação Nacional dos Operários Chapeleiros liderou um movimento em defesa do horário de 10 horas. Diz o seguinte:

«No passado dia 26 de Novembro reuniu a Federação Nacional dos Operários Chapeleiros Portugueses, sob a presidência do companheiro Pinto Prior, secretariado por Porfírio Freitas e Mário Costa, estando presente Francisco da Rocha.

Lidos os ofícios da Associação de Classe dos Chapeleiros de Lisboa, comunicando à Federação que está absolutamente de acordo com a forma por que a federação tem orientado o movimento sobre o horário de trabalho.

Idem a Associação de S. João da Madeira no mesmo sentido.

Em seguida o companheiro Francisco da Rocha deu largos esclarecimentos sobre a forma como desempenhou o mandato que a Federação lhe confiou a fim de ir a Lisboa falar com o ministro do Fomento. (...)

Foi resolvido que o companheiro Rocha elaborasse o seu relatório para ser enviado às associações.

Foi resolvido que o companheiro Porfírio elaborasse o relatório das démarches efectuadas pela federação junto do chefe do distrito do Porto;

Apreciando-se a conveniência de expor à classe os trabalhos que a federação tem realizado, foi resolvido fazer sentir desde já à associação do Porto a

¹⁵⁶ Ibidem

conveniência de convocar a classe a reunir para lhe serem apresentados os trabalhos que a federação levou a efeito.»¹⁵⁷

Havia uma forte razão para ser a classe dos chapeleiros a liderar este movimento em defesa da lei n.º 296/15. Nas reuniões afirmava-se que tinham direito a um horário de 8 horas e de facto estavam com razão. Recorrendo ao texto legislativo, encontramos a fundamentação das afirmações destes operários:

Art.º n.º 4: O período máximo de trabalho efectivo diário será de 8 horas ou 48 por semana:

Ponto 3: Nos estabelecimentos e oficinas onde industrialmente se produzam ou empreguem matérias insalubres ou tóxicas.

Os dirigentes estavam atentos, tinham analisado cuidadosamente a lei e esforçaram-se por fazê-la cumprir.

Na indústria de chapelaria os trabalhadores eram escandalosamente explorados como se verá em 1919 e viram na lei uma forma de se libertarem de horários desumanos.

Nos caminhos de ferro, os trabalhadores não tinham horário estabelecido. Os ferroviários nunca sabiam a que hora terminaria o seu dia de trabalho, nem quando teriam descanso. A lei do descanso semanal era letra morta para os ferroviários, realidade noticiada inúmeras vezes nos jornais sindicais destes trabalhadores.

O Ferro – Viário, jornal do sindicato do pessoal dos Caminhos de Ferro Portugueses, no dia 10 de Julho de 1913 relata casos de trabalhadores ferroviários para os quais não há descanso, e apresenta o exemplo do factor de 2.ª classe que serve a estação da Covilhã que faz 36 horas e 30 minutos seguidas e uma noite de descanso de

¹⁵⁷ O Chapeleiro, n.º 16, Ano de 1915, pag. 1

8/10 horas. Entra às 7 horas e 30 minutos e sai às 20 horas do dia seguinte. As remessas recebidas e expedidas no cais têm um tal volume, que não lhe permitem o cumprimento da escala afixada na estação 12h/12h.

Contam-se entre aqueles que se pronunciaram a favor do cumprimento da lei n.º 296/15.

Em resposta a um inquérito realizado, os trabalhadores pediram 10h/12h, mas os empresários argumentaram que isso era impossível, porque obrigava a admitir o dobro dos trabalhadores.

Aprovada a lei do horário de 10 horas, *O Ferro-Viário* publicou um artigo intitulado Bases para a regulamentação das horas de trabalho do pessoal ferroviário, propondo uma tabela que, ajustada ao trabalho das várias categorias do pessoal, demonstra um elevado sentido de justiça e conhecimento do grau de esforço despendido em cada tarefa:

«12 horas – para todo o pessoal das estações de 3.^a classe e inferiores a esta classe e apeadeiros de pouco movimento e guardas de linha e de passagens de nível.

10 horas – para todo o pessoal das estações de 2.^a classe e para o pessoal dos comboios: condutores, guarda-freios e revisores.

8 horas – Para todo o pessoal das estações de 1.^a classe e bifurcações; pessoal de tracção, maquinistas e fogueiros; pessoal de via e obras, chefes e sub-chefes de distrito, assentadores e pessoal auxiliar, carpinteiros, pedreiros, pintores de oficinas, de pontes e placas, oficinas de creosotagem; pessoal dos depósitos, reservas e circunscrições, limpadores de material e limpadores de máquinas; pessoal da luz eléctrica, armazéns e oficinas gerais. A maioria deste pessoal além da ferramenta pesada com que trabalha tem um trabalho violento, que executa ao sol e à chuva, pelo que é indispensável que este pessoal tenha o horário que indicamos, para que o serviço progrida e quem o executa não se inutilize tanto como agora sucede.

Para o pessoal das repartições e escritórios deverá ser adoptado o horário desta especialidade, que já é lei do país.

Quando por qualquer circunstância o serviço obrigue a trabalhar mais que as horas regulamentares, deverão as horas que exceder ser pagas pelo duplo.»¹⁵⁸

A Direcção geral de Comércio e Indústria tinha enviado uma circular ao sindicato dos ferroviários questionando-os sobre as suas aspirações relativamente aos horários e a direcção convocou uma assembleia geral para o dia 5 de Agosto desse ano de 1915.

Nessa assembleia foi apresentada uma proposta de horário de 8 horas para os maquinistas por ser um trabalho violento e de 10 horas para o pessoal dos trens. Não houve nenhuma proposta para o restante pessoal.

O jornal não diz quem elaborou o documento que transcrevi, nem esclarece que razões haveria para não terem apresentado uma proposta que abrangesse todo o pessoal, como já tinha sido noticiado.

Não tendo conseguido impedir a aprovação da lei do horário de 10 horas, diligenciava agora a Associação Industrial, conseguir suspender a sua aplicação.

Demais conhecia o proletariado, pela experiência, os métodos e o poder da Associação Industrial e por isso reclamava o cumprimento da lei:

«Dado isto, ou seja, a experiência dos factos, não é de admirar que o operariado se unifique neste momento, a fim de reivindicar o que de direito lhe pertence, visto ser lei do país e ter de cumprir-se, de contrário assistiremos por mais uma vez à chamada falência das leis, em virtude de quando neste país se procura pôr em execução alguma lei, assistirmos sempre ao que presentemente se observa. (...) os governos ou os seus representantes pretendendo harmonizar interesses antagónicos nada conseguem, e, assim terminam por nada fazer, o que

¹⁵⁸ O Ferro-Viário de 15/8/ 1915, pag 1

sem dúvida se torna um benefício para o patronato, enquanto o operariado continua na mesma, sempre sujeito às consequências deste eterno faz e desfaz.»¹⁵⁹

O regime republicano tinha perdido a confiança dos trabalhadores e a acção directa ganhou cada vez mais adeptos. As leis que os protegem são escassas e nem essas se cumprem. Esta é a opinião da generalidade dos operários, é a convicção dos dirigentes sindicais e é aquela que os jornais das associações veiculam.

«O operariado tem de convencer-se que a execução das leis que dizem respeito à melhoria da sua situação terão de ser por ele vigiadas, posto que se assim não for elas não representarão benefício algum.

Leis existem no nosso país que alguma coisa melhoram a situação dos proletários, todavia elas não se executam porque os directamente interessados não se preocupam em fazê-las executar, ao passo que os industriais muito bem sabem acautelar os seus interesses, enquanto que o operariado vai caminhando num estado de total inacção...

Convença-se pois o operariado da verdade dos factos, organize-se nos seus sindicatos procurando defender os seus direitos e terá dado um passo gigantesco no caminho das suas reivindicações.

E neste momento em que os potentados do industrialismo se unificam para mais uma vez lhe entravar a satisfação das suas reclamações, que o seu grito seja:

Cumpra-se a lei!...»¹⁶⁰

Neste mesmo número se faz a denúncia de lojistas de chapelaria que praticavam horários muito para além do que já estava legislado.

O que todos parecem desconhecer é que o facto de a lei ter sido publicada não obrigava ao seu cumprimento enquanto não fosse regulamentada. E era a sua regulamentação que o patronato tentava impedir. E conseguiu. Estas leis de um horário de 10 horas não chegaram a ser regulamentadas. Quando em 1919 se publicou o decreto

¹⁵⁹ O Chapeleiro de 13/7/1915, pag. 2

¹⁶⁰ Ibidem

de um horário de 8 horas, os trabalhadores portugueses não tinham ainda a jornada de trabalho estabelecida e o horário era do livre arbítrio do patronato. Havia casos excepcionais em que era acordado com os trabalhadores, mas isso dependia do patrão e só se aplicava nas suas empresas.

Não podemos passar adiante sem conhecer o processo que conduziu à legislação de um horário para as mulheres e os menores.

Não houve projectos apresentados pelos republicanos porque esta matéria estava legislada e tinha sido amplamente discutida no parlamento, no século XIX. Quem lhe deu início foi Saraiva de Carvalho.

3.3. O Horário dos menores e das mulheres

A questão do horário das mulheres e dos menores, apenas mereceu à República acertos pontuais e pequenas alterações. Foi matéria tratada ainda no século XIX graças ao empenhamento de alguns ministros e deputados, durante os finais da monarquia. Relembro as palavras de Silva Ramos no dia 9 /04/ 1913, ao apresentar o projecto de horário de dez horas, afirmando que o trabalho das mulheres e dos menores já estava legislado e que era tão perfeita essa legislação que nem se podia cumprir.

Contudo não deixam de afirmar outros deputados, nomeadamente Gastão Rodrigues, na sessão desse mesmo dia que “essa legislação tão perfeita”, não é cumprida e chama a atenção do Ministro do Fomento para a necessidade de se cumprir a legislação operária, sobretudo aquela que regula o trabalho das mulheres e menores, especialmente do sexo feminino, porque são vítimas de exploração. Destaca mesmo as menores, e afirma que as condições em que exercem o trabalho contribuí muito para o contingente da prostituição dos grandes centros urbanos.

Havia legislação desde 1890, tendo-se publicado um regulamento no dia 10 de Fevereiro e outro no dia 7 de Agosto desse ano. Em 14 de Abril de 1891 foi publicado

um decreto, regulamentado a 16 de Março. O documento regulamentar é assinado por Bernardino Machado. Toda esta legislação era sobre o trabalho dos menores. A idade para trabalhar era fixada em 16 anos para o sexo masculino e 21 anos para o sexo feminino. Estabeleciam um horário, enumeravam as tarefas e profissões que lhes eram vedadas, definiam as condições de trabalho, higiene e segurança. Estavam contempladas nestes regulamentos as mulheres, concedendo-lhes quatro semanas de licença após o parto e autorização para amamentarem os filhos fora do local de trabalho. Empresas com mais de cinquenta trabalhadoras tinham obrigação de instalar uma creche dentro de um perímetro de trezentos metros. Diga-se, em abono da verdade que, apesar de a fiscalização estar prevista na lei e haver penalizações em caso de incumprimento, estas leis não passaram dos papéis e raramente foram aplicadas.

Nos diários da Câmara dos Senhores Deputados, para utilizar a designação oficial, podemos conhecer como este problema foi encarado e os vários projectos apresentados, com vista a uma solução justa.

O primeiro projecto de um horário para os menores, foi apresentado a 8 de Janeiro de 1881, pelo Ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Augusto Saraiva de Carvalho. Pretendia regular a idade de admissão, as horas de trabalho e de descanso dos menores, na indústria. Analisando esse documento verificamos que ele já contém os princípios que fundamentam as propostas de reformas sociais que se apresentaram posteriormente, não excluindo as do tempo da República.

Propor uma lei para regulamentar o trabalho dos menores exigia, em 1881, argumentos que justificassem a sua necessidade do ponto de vista social, mas também económico. Augusto Saraiva de Carvalho apresentou as razões e fundamentou-as dum ponto de vista económico primeiro, e de um ponto de vista social seguidamente. O aspecto humanitário é referido mas não se serve dele para convencer. Toda a sua argumentação é racional e não emotiva. Sendo a sua matriz política o Partido Reformista, que esteve na origem do Partido Progressista, quando se fundiu com o Partido Histórico, pelo Pacto da Granja, não lhe eram indiferentes as razões humanitárias, sempre prioritárias para os seus fundadores. Foi, certamente, uma opção consciente e deliberada, não as invocar. Esta forma de apresentar soluções, não é vulgar naquela época. Pelo contrário. Exploravam-se até ao limite, as razões humanitárias,

muitas vezes imprimindo-lhe um tom emotivo, misturando sentimentos e confundindo objectivos. Colocar as questões no plano económico, da justiça, e dos direitos, é o que pretende e consegue fazer, Augusto Saraiva de Carvalho. Fala de realidades, não de aspirações ou de sonhos.

Salienta que, a capacidade de produzir é que torna os países ricos e poderosos e essa capacidade está na população e na sua proporcionalidade etária. A população adulta válida é que produz riqueza. É da responsabilidade dos governos cuidar da população de forma a manter indivíduos robustos e saudáveis que garantam um bom nível de produção de riqueza. E não teremos adultos em número e qualidade, se permitirmos o seu definhamento e a sua fragilização com trabalhos excessivos na adolescência.

Certamente que era dotado de sentimentos humanitários, mas não os utiliza para justificar a sua proposta. Prefere acrescentar a estas fortes razões, o exemplo de muitos países onde se legislou sobre o trabalho dos menores há vários anos.

Desde 1802 que a Inglaterra vem melhorando a lei; a França promulgou-a em 1841, a Suíça em 1877, a Áustria já vinha tratando dos menores no século XVIII e está a melhorar a lei de 1859, a Itália votou uma proposta nesse sentido em 1880 e no mesmo caminho estão a Holanda, a Alemanha, a Suécia e a Espanha.

Termina concluindo que Portugal não pode ficar fora do número dos países civilizados, numa altura em que as nossas indústrias revelavam bastante vitalidade.

«A força e riqueza das nações derivam principalmente da sua capacidade produtora, que não pode ser aferida pela densidade da população, sem que se conheça a distribuição desta pelos diversos períodos da idade humana. De duas nações com igual número de habitantes será mais poderosa aquela que maior número de adultos contar nos seus recenseamentos, aquela que recrutar maior número de operários válidos. Não basta que engrosse a torrente dos nascimentos para que sejam supridas as baixas deixadas pelos óbitos nos quadros da milícia

laboriosa, e fortalecido o corpo social. É necessário que os infantes ascendam, em regra, à adolescência, os adolescentes a adultos, e que os adultos tenham na vida um largo horizonte para que os nascimentos não sejam sintomas de enfraquecimento e pauperismo. Se a mortalidade se exacerbar nos primeiros anos, se a adolescência não chegar à virilidade, se o capital de tempo, de dinheiro, de fadigas, despendido com as gerações nascentes não for solvido por estas, as nações declinarão inevitavelmente, encaminhando-se para o seu ocaso.»¹⁶¹

Este projecto ficou inviabilizado com a queda do Governo Progressista dias depois.

Em 1883 foi trazido ao parlamento por um deputado – o Dr. Santos Viegas, mas sem resultados, porque não tinha a chancela de nenhum ministro, sem a qual era praticamente impossível ter resultados qualquer projecto, na monarquia.

No início de 1885, foi novamente ao parlamento, levado pelo ministro António Augusto de Aguiar e teria dado bons resultados, graças à importância e poder do seu proponente. Mas não aconteceu assim, porque uma crise política levou à substituição daquele ministro.¹⁶²

Depois do projecto de Augusto Saraiva de Carvalho, a 17 de Março de 1885, o deputado republicano, Consiglieri Pedroso fala de um projecto que ele apresenta para ser criado um serviço especial e permanente, denominada inspecção e estatística do

¹⁶¹ Augusto Saraiva de Carvalho, in Diário da Sessão da Câmara dos Senhores Deputados, XXIII Legislatura, 8/1/1881, pag. 22

¹⁶² É oportuno recordar aqui Saraiva de Carvalho. Foi uma figura política que teve grande prestígio devido ao seu comportamento na política e fora dela. Gozou da estima dos seus correligionários e da população de Lisboa e até dos seus adversários.

Caberá lembrar também, o Partido Reformista a que pertenceu e algumas das suas particularidades políticas, relativamente aos outros partidos e a principal delas foi ter sido o primeiro partido formado em torno de ideias e não de indivíduos. Foi mesmo o primeiro a apresentar um programa. A maior parte dos historiadores deste período em que o poder esteve entregue aos pequenos partidos, considera o Partido Reformista, cujos fundadores foram D. António Alves Martins, Bispo de Viseu e o Marquês de Sá da Bandeira, o impulsor do movimento revolucionário ocorrido em Janeiro de 1868 e que ficou conhecido pelo nome de Janeirinha o qual pretendia evitar o aumento do imposto de consumo. Augusto Saraiva de Carvalho tomou parte activa nesse movimento contra a subida do custo de vida.

trabalho nacional. O articulado deste projecto trata das indústrias, das condições de trabalho e dos direitos dos trabalhadores. Diz que o seu objectivo é lançar as bases de um justo e equitativo código do trabalho, mas não estabelece normas específicas referentes aos tipos de trabalho ou de pessoas.

O digno continuador da proposta de Saraiva de Carvalho foi Augusto Fuschini, que no dia 11 de Julho de 1885, traz ao parlamento um projecto de horário para os menores, que teria resolvido este problema grave da sociedade, duma forma justa.

É um documento que revela um profundo estudo, conhecimento e reflexão. Nenhum outro está tão solidamente fundamentado. Analisa todo o processo da produção industrial desde o surgimento da máquina a vapor assim como o nascimento da questão social daí decorrente.

Não limita a sua análise à Inglaterra. Dá-nos uma perspectiva do que se passa em toda a Europa no que se refere ao trabalho dos menores e das várias tentativas de aliviar minimamente o sofrimento das crianças. Não descarta o lado económico, mas a tónica é colocada na questão social, sem disfarce.

Augusto Fuschini teoriza e também segue teorias sobre a relação operário/patrão nos seus múltiplos aspectos: económicos, sociais e humanitários, não omitindo a sua opinião, nomeadamente nos aspectos da saúde e da higiene:

«O que em nome da liberdade e da indústria se fez, principalmente no começo deste século, o que ainda hoje se pratica, embora em menor escala, não poderia ser enumerado e descrito nos limites de um relatório parlamentar; a luta pela redução das horas de trabalho; a luta contra a imposição do consumo obrigatório nos estabelecimentos do próprio patrão, a luta contínua e porfiada contra o abaixamento do salário, que atingia muitas vezes o mínimo do que exige a sustentação do indivíduo, quando os dividendos e os proventos do capital industrial se conservavam os mesmos senão mais elevados; o emprego da mulher e da criança em serviços penosos, que lhe extinguíam a saúde e lhe faziam desaparecer a vida; a carestia das subsistências, a falta de higiene nas habitações, a ausência de ensino profissional, todas essas misérias, enfim, que são as vastas fontes de onde

brotam variados e graves problemas sociais, tudo isso era defendido em nome da liberdade da indústria, em nome da liberdade dos contratos, em nome das conveniências gerais da nação!»¹⁶³

A tão invocada liberdade da indústria, a seu ver, só pode favorecer os patrões e nunca os trabalhadores:

«A liberdade dos contratos entre o capital e o salário! Como se a primeira condição da liberdade dos contratos não fosse a igualdade de circunstâncias, a independência e autonomia individual; a liberdade dos contratos, quando de um lado existe o capital procurando e do outro o trabalho que se oferece, quando em uns havia a possibilidade de aceitar ou rejeitar, e noutros apenas a necessidade de aceitar, porque o salário, ao contrário do capital, não tem uma existência própria; onde o trabalho cessa, o salário desaparece e com ele a existência do assalariado!»¹⁶⁴

Era objectivo deste deputado mostrar o tempo que demora e as reais dificuldades que uma ideia justa e humanitária tem de vencer para vir a ser votada e ainda muito mais para ser aplicada. Todas as reformas sociais projectadas confirmam essas dificuldades e levam vários anos a ser aceites e muitas das que chegaram a ser votadas, nunca foram regulamentadas e, as que o foram, não podemos garantir que tivessem sido cumpridas.

Importa conhecer a realidade económica e social que conduziu às situações que devem ser resolvidas e ninguém trouxe essa realidade ao parlamento como Augusto Fuschini. Faz o historial e uma análise retrospectiva do processo produtivo na Europa e aponta as suas consequências.

A indústria deixou de necessitar do emprego da força, graças à força do vapor, mas precisava de muitos mais braços do que anteriormente. Foi esta realidade que levou

¹⁶³ Augusto Fuschini, in Diário da Sessão da Câmara dos Senhores Deputados, XXV Legislatura, 11/7/1885, pag. 3065

¹⁶⁴ Ibidem

ao recrutamento de braços de mulheres e crianças. Serviam perfeitamente para as tarefas de que eram incumbidas e tinham a grande vantagem de, pela sua fraqueza, justificarem um baixo salário. Além disso era muito numerosa a oferta de mão de obra, em consequência do êxodo dos campos que a revolução agrária provocou, no caso da Inglaterra, onde o problema nasceu.

Acrescia ainda a tudo isto, a miséria das famílias operárias e a consequente necessidade de acrescentar o orçamento familiar, pois que só com o salário paterno não poderiam sobreviver. Não existindo leis que limitassem o tempo nem a idade, estes fracos operários eram esmagados por trabalhos muito superiores às suas forças, sem descanso, sem esperança e quase sem compensação.

Houve sempre vozes que se levantaram contra esta liberdade, a começar por ricos industriais, nomeadamente o milionário e industrial de Bury, pai de Robert Peel, que levou ao parlamento o primeiro projecto lei para se estabelecer um horário de trabalho para os menores. Mas a esses, respondia-se com a defesa da liberdade de contratar segundo os interesses sagrados das indústrias, segundo as conveniências do crescimento e em nome das liberdades públicas e privadas, e até, imagine-se, os interesses das famílias operárias. Regular o trabalho era uma ousadia inadmissível. Registe-se a persistência destas argumentações.

Apesar disso, acabou por ser votado o projecto, depois de aceites alterações e, em 1802, publicou-se a primeira lei que regulamentou, na Inglaterra, o trabalho dos menores nas indústrias da lã e do algodão.

«A um ou outro filantropo, mesmo das classes proprietárias, que elevava a voz humanitária em favor daquela escravatura infame, respondia-se-lhe com as grandes conveniências das indústrias nacionais e de entrar bem armada e forte na luta da concorrência.»¹⁶⁵

Esta lei dá-nos uma ideia do nível do esforço exigido às crianças. Bastará saber que limita o horário a 12 horas! Não se refere à idade mínima, refere apenas que este dia

¹⁶⁵ Op. cit, pag 3066

de trabalho é para menores aprendizes, com idade inferior a 16 anos. Por aqui podemos imaginar o que se passaria antes da lei. Mesmo assim houve forma de a contornar.

Como se aplicava somente a menores aprendizes, e os contratos destes eram feitos por sete anos, os industriais passaram a rejeitar os aprendizes e a fazer contratos mais curtos e assim já não era ilegal as crianças trabalharem mais de 12 horas. Estes resultados não fizeram desistir o seu autor, que em 1815 voltou ao parlamento com uma nova proposta, na qual eram eliminados os pontos que retiravam eficácia à lei anterior.

A estratégia para travar esta nova lei foi protelar a sua discussão e entregá-la a uma comissão de inquérito para que fosse estudada. Ali esteve três anos e, quando voltou ao parlamento, defensores e opositores travaram um duro combate. Uns e outros retomaram, reforçadas, as suas anteriores argumentações. Exigiu-se mesmo a liberdade de trabalho como de qualquer mercadoria. Os operários responderam às *preocupações* com os interesses das famílias operárias, dirigindo-se, aos milhares, ao parlamento, pedindo a sua aprovação. Reclamaram a protecção não só para as crianças, mas também para as mulheres e os velhos operários, lançados à margem, quando as forças lhes faltavam.

No parlamento soaram as vozes prestigiadas de Wilberforce, que já tinha obtido a aprovação da proposta para a abolição da escravatura, Robert Peel, filho do proponente, o bispo de Chester e o socialista Robert Owen. Apesar do valor dos oradores e da justiça evidente da proposta, a lei aprovada, deu apenas um curto passo em relação à anterior: estabeleceu a idade mínima de 9 anos, para trabalhar. Foi a única melhoria admitida.

«Exigiu-se a liberdade do mercado de trabalho, protestou-se em nome da indústria nacional, em nome dos interesses públicos e não esqueceu o próprio interesse das famílias operárias. A esta última asserção a resposta foi concludente: milhares de operários dirigiram-se ao parlamento, peticionando que fosse aprovado

o princípio de protecção não só para as crianças, mas ainda para as mulheres e para os velhos operários, aos quais o egoísmo sórdido de alguns industriais lançava à margem e atirava à miséria, quando as forças lhe desfaleciam precocemente, gastas por trabalho imoderado.

Por outro lado, a iniciativa particular e filantrópica fazia engrossar em todo o país a corrente proteccionista e favorável ao projecto lei.»¹⁶⁶

Novas queixas em 1825 reduziram o horário de sábado para 9 horas, aos menores de 16 anos.

A maior vitória ocorreu no ano de 1833, com a classificação dos menores em duas categorias:

Uma abrangia os menores dos 9 aos 13 anos, outra dos 13 aos 18. Os menores abrangidos pela primeira categoria o horário não podia ultrapassar as nove horas. Os segundos cumpriam as 12 horas de trabalho. A idade de admissão mantinha-se nos nove anos.

O trabalho nocturno ficou vedado a todos os menores.

Os de idade inferior a treze anos ficaram obrigados a frequentar uma escola pelo menos duas horas diárias. Para isso, os patrões passavam a ter a obrigação de conceder dois dias completos e oito meios-dias a todos os operários menores de dezoito anos. Tomaram-se medidas para garantir o cumprimento desta lei criando um rigoroso sistema de fiscalização, cuja falta tinha sido uma das principais razões do não cumprimento das leis anteriores. Esta vitória deve-se antes de outros, a Wilberforce, que incansavelmente pôs ao serviço da defesa dos direitos humanos, a sua eloquência e a sua incansável energia.

«A lei de emancipação dos escravos das colónias inglesas foi sancionada em 28 de Agosto de 1833, na véspera da sanção da lei sobre o trabalho dos

¹⁶⁶ Op. cit, pag 3067

menores. Admirável coincidência! A primeira concedia a liberdade a cerca de 800.000 homens, quantas misérias e quantas vidas não resgatou a segunda.»¹⁶⁷

Esta lei veio a ser o fundamento de leis posteriores e influenciou directamente a legislação de todos os países civilizados que se ocuparam da questão social.

Mas não estava terminada a luta. Era indispensável continuar a melhorá-la e voltou bastantes vezes ao parlamento para ser sucessivamente remodelada. Em 1844, o horário passou de 9 horas para 6 horas e meia, mas teve de haver uma concessão: a idade recuou de nove anos para oito.

Foi nesta data que as mulheres obtiveram uma importante conquista – o seu trabalho foi equiparado ao dos adolescentes, concedendo-lhe um horário de 12 horas. Nos anos seguintes foi-se estendendo a indústrias ainda não abrangidas.

Em 1874 subiu a idade de admissão para dez anos, mas encurtou o período da adolescência, que daí em diante começava aos catorze anos.

Em 1878, numa lei especial, foram codificadas as leis anteriores a essa data. A legislação inglesa foi o modelo seguido na Europa, embora mais tardiamente, a um ritmo mais arrastado e sujeita aos condicionalismos de cada país.

Em 1885, não tinham legislação sobre o trabalho dos menores a Irlanda, a Itália, a Bélgica, a Turquia, a Grécia e Portugal.

No nosso país o tema foi tratado, como já foi dito, apenas em 1881, por Saraiva de Carvalho. Tendo ele sujeitado a sua proposta à competência da sociedade das ciências médicas de Lisboa, de lá veio um parecer que, além de muitas outras indicações, dizia que os menores não deviam entrar no trabalho das indústrias antes dos doze anos e o horário não exceder as dez horas.

¹⁶⁷ Ibidem

É Augusto Fuschini que nos fornece informações sobre todo o processo de 1881. Por ele ficamos a saber que Augusto Saraiva de Carvalho ordenou um inquérito com o objectivo de conhecer a real situação dos menores e, como dois dos membros da comissão de inquérito eram médicos prestigiados, solicitava ainda informações sobre qual a idade, horas de trabalho, salários e indústrias onde os menores poderiam ser admitidos. As conclusões desse inquérito não são uma orientação incontestável, mas podem ser uma referência, podem ser indicadores.

Foi consultado por Augusto Fuschini e, apesar de as opiniões de alguns elementos serem de considerar, ele mantém uma certa reserva. É certamente um documento de grande valor histórico, sempre uma referência a ter em conta quando se queira conhecer a história das reformas sociais.

Terminado o trabalho da comissão de inquérito, foi o relatório estudado pelas comissões de fazenda, comércio e artes e transformado em projecto lei.

«A proposta ministerial foi apresentada à câmara em 9 de Março de 1881. A queda do ministério progressista, ocorrida alguns dias depois, inutilizou esta tentativa, que, apesar de incompleta, teria dado alguns resultados benéficos; sobretudo a vantagem de iniciar entre nós um período de sensatas reformas sociais. Triste é confessá-lo! Os ministérios sucedem-se no nosso país sem ideias de administração, com partidos sem programas políticos, com estadistas cujo principal talento é governar com expedientes e segundo os interesses de pequenas facções, com a opinião pública perfeitamente desorganizada ou pelo cepticismo ou pela desconfiança, que gera a imoralidade nos governantes, ou pela indiferença, que produz nos cidadãos a ignorância dos direitos e dos deveres sociais, os governos de Portugal sobrepõem-se sem teoria alguma de governação pública, sem unidade de administração, sem estudo, sem convicções, e por vezes sem moral política.»¹⁶⁸

Augusto Fuschini incluiu-o no seu estudo, tal como fez com os dos países onde já havia legislação de protecção aos menores.

¹⁶⁸ Op. cit, pag 3073

Salienta a importância do inquérito ordenado por Saraiva de Carvalho que vem trazer ao conhecimento público as condições em que trabalhavam os menores e denuncia as falhas e o desconhecimento de tudo quanto se relaciona com o trabalho, falhas que urge colmatar para que o conhecimento da realidade seja o fundamento de uma legislação que considere a idade, a duração, o ensino e a higiene. A indústria só tem a ganhar. Um operário saudável e preparado para a profissão terá uma rentabilidade compensadora em termos económicos.

«Não era de esperar que esta grave lacuna deixasse de existir no estudo dos fenómenos do trabalho nacional; se a propriedade e o capital não têm merecido aos governos do país um aturado estudo, não é para estranhar que o seu irmão bastardo, o salário, tenha sido absolutamente descurado. Tudo quanto forma o que actualmente se chama a estatística do trabalho, que outra coisa mais não é do que o conhecimento das condições económicas particulares e sociais das classes assalariadas e proletárias, absolutamente desconhecido entre nós.»¹⁶⁹

São estes os precedentes e a fundamentação desta nova proposta, que visa fazer justiça, prevenir o definhamento físico da população jovem, assegurar uma população adulta saudável e em crescimento e aumentar a produtividade.

Na sua proposta estabelece a idade mínima de dez anos e o horário de seis horas até aos doze anos, de oito horas até aos catorze e de dez horas até aos dezasseis.

O horário das mulheres dos dezasseis aos vinte e um anos fixar-se-á entre as seis da manhã e as vinte horas e haverá quatro horas para refeições e descanso. Ficam ainda excluídas dos trabalhos noturnos, com estas idades.

Considera menores do sexo masculino, dos dez aos dezasseis anos e do sexo feminino, dos dez aos vinte e um anos. Ao longo de 82 artigos estabelece normas tendo em vista proteger e defender os interesses dos menores.

¹⁶⁹ Op. cit, pag 3074

O destino deste excelente projecto, tal como o de Saraiva de Carvalho, foi o limbo das comissões.

Em 29 de Janeiro de 1886, Tomás Ribeiro, ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria, trouxe à Câmara mais um projecto muito simplificado e superficial, se o compararmos com o modelo de Saraiva de Carvalho e a grande distância do trabalho de Augusto Fuschini.

No dia 29 de Julho de 1887, foi a vez Emídio Navarro apresentar mais uma proposta, mais completa e cuidadosa do que a de Tomás Ribeiro, não atingindo, contudo, o nível dos dois primeiros. Também este não venceu. É a primeira proposta em que se fala das mulheres. Até ali procura-se regulamentar apenas o trabalho dos menores. Se nessas propostas estava implícito o trabalho das mulheres, não é dito expressamente. Admito que das preocupações dos proponentes não estivessem excluídas as mulheres porque a 6 de Junho de 1890, censurava-se o governo, pela falta de regulamentação do trabalho das mulheres e dos menores, tendo-se este justificado, que aguardava a realização do congresso de Berlim, para se fazer em harmonia com as bases nele adoptadas. A verdade é que nenhum dos vários projectos tinha merecido honras de aprovação, o que forçou a justificação do ministro das Obras Públicas. Não era só falta de regulamentação do decreto, é que o decreto nem existia. Existiam propostas.

Veio a publicar-se no dia 10 de Fevereiro de 1890 um decreto que autorizava o governo a legislar sobre esta questão, o qual foi ratificado pela Carta de lei de 7 de Agosto de 1890.

Pelo Decreto de 14 de Abril de 1891 foi legislado um horário de trabalho dos menores e das mulheres e, finalmente regulamentado em 16 de Março de 1893, sendo ministro o Dr. Bernardino Machado.

O trabalho na construção civil foi tratado à parte, pelos decretos de 6 de Junho de 1894 e de 20 de Outubro de 1898.

Apesar desta legislação, a República não se absteve de também legislar nesta matéria. No dia em que se publicaram as leis das jornadas de 10 horas, para o comércio e para a indústria, a 22 de Janeiro de 1915, publicou-se a lei n.º297 referente ao trabalho das mulheres e dos menores.

A lei n.º297 nada acrescentou ao decreto de 1891, nem no que respeita à idade nem no que respeita ao horário, sendo até menos exigente no que se refere à inspecção e vigilância do seu cumprimento. Cotejando os dois documentos, compreende-se que os republicanos considerassem a lei vigente na altura, demasiado perfeita. Por isso a corrigiram com prejuízo para os direitos das mulheres e dos menores, a bem do desenvolvimento económico, com o agrado dos empregadores.

O texto normativo deu nova redação aos artigos 1, 2, 3, 14 e 27 do decreto de 1891 e revogou toda a legislação em contrário.

Estas leis nunca foram aplicadas porque não chegaram a ser regulamentadas. Todo o esforço despendido para as ver aprovadas foi um esforço inútil. Os opositores não venceram no parlamento, mas venceram fora dele. Levantaram obstáculos sobre obstáculos, reclamaram, enviaram representações e foram sempre retardando o que apenas o governo podia fazer: a regulamentação. Os argumentos foram sempre os mesmos – a nossa indústria, a nossa economia não sobreviveriam se o horário fosse aplicado. Os defensores dos interesses económicos venceram. O perigo foi adiado.

É legítimo perguntar – depois destas concessões em nome do desenvolvimento, a nossa economia desenvolveu-se?

No campo das reformas sociais muito havia ainda por fazer, mas, na opinião da maioria republicana, dadas as condições económicas, não se poderia prever quando.

Em 1919 fizeram-se importantes reformas, mas não foi a economia que as tornou possíveis, foi o agravamento da situação social que as aconselhou.

No mundo operário a guerra agravou a miséria mas reforçou a combatividade.

«(...) perante o ressurgimento das lutas sectoriais e a radicalização da sociedade durante a conflagração os revolucionários irão hegemonizar o movimento organizado, enquanto a direcção do PSP apoia o governo da União Sagrada. Nas Conferências Operárias realizadas em Abril de 1917, a corrente que preconizava a acção directa toma a liderança da União Operária Nacional (UON).

O poder de atracção do “sindicalismo revolucionário” residia nas conquistas parciais imediatas que satisfaziam os reformistas e as massas trabalhadoras despolitizadas, não obstante o seu propósito – a transformação radical da sociedade e a substituição do capitalismo pela gestão sindical.»¹⁷⁰

V - A conjuntura portuguesa no pós-guerra

1. Acontecimentos políticos

A primeira grande guerra abalou profundamente a Europa. Uma nova sociedade emergiu desse conflito. Alterou-se a correlação de forças entre grupos sociais. O operariado tomou consciência do seu poder e passou a reclamar de forma mais organizada, os seus direitos. O poder adoptou novas estratégias de forma a não perder terreno, face à força reivindicativa dos trabalhadores e das classes mais baixas da população, onde a miséria predominava.

«A crise revolucionária do primeiro pós-guerra foi um período excepcional na história da humanidade, levando até os mais cépticos a acreditar que o sistema capitalista estava ameaçado.

Portugal não foi excepção. Não faltam os testemunhos do receio que governos republicanos, patronato e outras camadas da sociedade tiveram de uma revolução socialista. De facto, nos designados «anos da ameaça vermelha», o movimento reivindicativo do operariado criou uma tensão social inédita.

¹⁷⁰ Joana Dias Pereira, «A ofensiva operária», in *História da Primeira República Portuguesa*, org. Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo, (2009), pag 422

No «Verão Quente» de 1917, em paralelo com vastos movimentos populares contra os açambarcamentos, terá início a segunda ofensiva operária do século XX, que o exemplo russo tornará infinitamente mais ameaçadora.

(....)

Esgotadas as possibilidades do movimento corporativo, quando as conquistas salariais não logravam acompanhar a inflação galopante, o operariado partirá para a mobilização das restantes classes desapossadas e desesperadas da sociedade portuguesa, que viviam em comum o flagelo da subsistência. A greve geral contra a carestia de vida foi o movimento mais alargado levado a cabo pela central sindical, e possivelmente o momento de maior agitação social a que a Primeira República Portuguesa assistiu.

Na realidade, em finais de 1917, a luta de classes punha em causa a própria República.»¹⁷¹

A guerra, e as suas consequências – toda esta agitação social e a instabilidade política vividas na Europa e no nosso País nos anos de 1914 a 1918 favoreceram o reaparecimento de ideias “messiânicas” que em Portugal conduziram ao sidonismo, conseguindo alargar a sua base política de apoio mesmo no campo dos republicanos e dos trabalhadores, incluindo a própria UON. Este fenómeno político ficou conhecido por “Dezembrismo” e por República Nova.

«Para o golpe sidonista confluíram, assim, descontentamentos vários, provenientes de uma vasta fronda de oposição, de republicanos a socialistas, passando por católicos, até ao partido democrático (...)

O ano terrível de 1917, ano de fome, de guerra, de conflitos sociais ... criou um pano de fundo para este vasto descontentamento (...)»¹⁷²

Uma conspiração antidemocrática, liderada por Sidónio Pais, no dia 5 de Dezembro de 1917, fez eclodir uma revolução que se proclamou vitoriosa no dia 8 desse mês. Constituíram de imediato uma Junta Revolucionária que tomou o poder e declarou exercê-lo até à formação de um ministério. Uma das primeiras medidas desta

¹⁷¹ Op. cit, pags 422 e 423

¹⁷² Maria Alice Samara, «Sidonismo e restauração da República. Uma «encruzilhada de paixões contraditórias», in *História da Primeira República Portuguesa*, org. Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo, (2009), pags 372, 374

Junta foi dissolver o parlamento, logo a 9 de Dezembro; no dia seguinte demitiu os ministros e destituiu o presidente da República, apontando-lhe o exílio; Afonso Costa estava no estrangeiro, mas no regresso, ele e alguns dos seus correligionários ouviram voz de prisão a 11 de Dezembro. Atreveram-se mesmo a actos de vandalismo, assaltando e destruindo a casa de Afonso Costa, de Norton de Matos e de outros destacados democratas. Nesse mesmo dia 11, foi decretada a extinção da Junta Revolucionária e substituída por um ministério, com a seguinte composição:

Presidente do Ministério: Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Pais;
Ministro do Interior: António Maria de Azevedo Machado Santos;
Ministro da Justiça: Alberto de Moura Pinto (unionista);
Ministro das Finanças: António dos Santos Viegas; (unionista);
Ministro da Guerra: Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Pais;
Ministro da Marinha: António Aresta Branco (unionista);
Ministro dos Negócios Estrangeiros: Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Pais;
Ministro do Comércio: Manuel José Pinto Osório;
Ministro das Colónias: João Tamagnini Barbosa;
Ministro da Instrução Pública: José Alfredo Mendes de Magalhães;
Ministro do Trabalho: José Feliciano da Costa Júnior;

Este elenco sofreu alterações porque os ministros unionistas, por pressão de Brito Camacho, acabaram por sair, «sabe Deus com que íntima mágoa deles!»,¹⁷³ na opinião de Cunha Leal.

Por decreto de 27 de Dezembro, foram atribuídas a Sidónio Pais as funções inerentes ao Presidente da República e todo o percurso político daí em diante foi enfraquecer o parlamentarismo e fortalecer o regime presidencialista, o que foi descontentando um por um, todos os republicanos que as propostas sidonistas tinham atraído. Os monárquicos, por sua vez, viram vantagens em se organizar e formaram as Juntas Militares do Norte e do Sul.

¹⁷³ Leal, Cunha, (1966), II Vol., pag. 71

À medida que o descontentamento crescia no meio republicano, o regime presidencialista endurecia progressivamente as suas posições; nasceu e desenvolveu-se nas fileiras deembristas o culto da personalidade do chefe, que o próprio afagava, porque, como diz Cunha Leal, «o alvo dos seus entusiasmos passaria a ser constituído, deliberadamente, por si mesmo, já que o país se sentia inclinado a endeusá-lo. Revestindo-se, sem hesitações, duma pigmentação anímica de heroísmo quase sobre-humano, ele, afinal de contas, não fazia mais do que tornar-se o reflexo, a emanção dum sector populacional infinitamente mais vultoso do que a mísera patrulha unionista.»¹⁷⁴

Este culto cresceu até ao dia em que Sidónio Pais foi assassinado e terá mesmo passado para além da sua curta existência. Ainda hoje, o seu túmulo é visitado com devoção e continuam a levar-lhe flores.

Com o assassinato de Sidónio Pais a 14 de Dezembro de 1918 e o consequente enfraquecimento do sidonismo, as fragilizadas e fraccionadas formações político-partidárias compreenderam que um governo só poderia vingar se fizesse algumas concessões às classes economicamente débeis, que viviam em permanentes dificuldades de sobrevivência, o que provocava instabilidade e agitação social.

Se o golpe de Sidónio Pais a cinco de Dezembro de 1917 teve o condão de seduzir alguns republicanos, os seus actos políticos tiveram o mérito de mostrar a esses mesmos republicanos que não era aquele o seu agrupamento político, pelo que alguns deles se juntaram a movimentos com o objectivo de repor as instituições da República, nomeadamente a Constituição de 1911, praticamente suspensa pelo governo deembrista.

No dia 23 de Dezembro estava constituído o primeiro ministério pós-sidonista. Era presidido por Tamagnini Barbosa e o elenco governamental revelava, na sua composição, uma correlação de forças políticas com possibilidades de conseguir algum equilíbrio, mas também com probabilidades de tentativas de alguma tendência se sobrepor às outras. O deembrismo estava em agonia mas não tinha ainda dado o seu

¹⁷⁴ Ibidem

último suspiro e a composição do governo era maioritariamente sidonista. Ninguém como Cunha Leal para narrar os acontecimentos deste período, porque os viveu intensamente:

«O raciocínio que induzira Tamagnini Barbosa a tentar imprimir, mercê destas nomeações¹⁷⁵, uns longes de homogeneidade ao Sidonismo em transes de desagregação, foi, porém, embater de encontro ao sectarismo e miopia do ambicioso João de Almeida e dos seus parceiros. No mesmo dia em que surgia no Diário do Governo esta formação ministerial, ou seja, em 23 de Dezembro, este cabecilha monárquico, tentou um pronunciamento militar, levando para a serra de Monsanto as Cavalarias 2 e Artilharia 4, com o seguro apoio de Queluz. (...).

Contudo, Tamagnini Barbosa, por ser partidário da velha regra de que o seguro morreu de velho e a prudência lhe foi ao enterro, não se decidiu a mandar atacar os revoltosos, antes transigiu em discutir com eles os termos dum ultimatum altaneiro em que se intimava a formação de novo Gabinete com a eliminação de Egas Moniz e Afonso de Melo e o chamamento ao Poder Político de criaturas mais afectas às Juntas Militares e com a entrega simultânea do Comando do Corpo de Tropas a um dos seus adictos. Para acréscimo das medrosas hesitações do Presidente do Ministério, concorreu ainda o facto de os juntistas nortenhos terem enviado uma força mista contra as tropas da Divisão de Vila Real, submetida à chefia duma individualidade da maior competência, dinamismo e coragem moral e física – o Coronel Ribeiro de Carvalho.

Regressaram a quartéis as Unidades amotinadas, enquanto Tamagnini Barbosa exibia as galas do seu virtuosismo manobrador nas transacções com João de Almeida (...). Dessas negociações derivou a substituição do Gabinete de 23 de Dezembro por outro, o que veio a verificar-se em 7 de Janeiro de 1919.»¹⁷⁶

O primeiro ministério posterior à morte de Sidónio Pais, era acentuadamente conservador, embora contasse com elementos unionistas, convictamente republicanos, motivo suficiente para contra ele se manifestarem as Juntas Militares, exigindo a formação de um governo forte, com toda a carga política que essa exigência comportava.

¹⁷⁵ Refere-se ao Dr. Egas Moniz, Ministro dos Negócios Estrangeiros e ao Dr. Afonso de Melo Pinto Veloso, Ministro da Justiça

¹⁷⁶ Leal, Cunha, (1966), II Vol., pag 144

O descontentamento dos republicanos expressava-se no parlamento, onde se fazia ouvir a voz de Cunha Leal, acompanhado pelo descontentamento no Senado, exuberantemente manifestado pela palavra inflamada de Machado Santos e em movimentações de rua, tendentes a evoluírem para actos revolucionários.

Quando o novo gabinete se apresentou no Parlamento a 8 de Janeiro de 1919, foi mal recebido pela maioria dos deputados. O mais expressivo desagrado manifestou-o Cunha Leal, cuja intervenção passo a transcrever:

«Apresenta-se perante o Parlamento Português o segundo Ministério Constitucional – disse-o o Sr. Tamagnini Barbosa – sob a presidência do Sr. Almirante Canto e Castro. Eu direi que se apresenta aqui o segundo Ministério inconstitucional do Sr. Tamagnini Barbosa, porque não há razão alguma que possa explicar ao Parlamento a queda do Ministério que antecedeu a este.

Cedeu esse Ministério perante o quê?

Caiu no Parlamento perante as leis constitucionais?

É isto o que devia ficar bem explícito na declaração ministerial.

O Governo caiu inconstitucionalmente.

O Sr. Tamagnini Barbosa, com a sua dialéctica, com as suas brilhantes artes de orador parlamentar, não pode demonstrar o contrário do que eu afirmo.

O Governo caiu, e nós temos de aceitar as cousas como elas são.»¹⁷⁷

Depois de acusar o governo de ser inconstitucional, passa da ironia à acusação. Acusa os seus membros, entre outras coisas, de não serem republicanos, de entregarem o país aos monárquicos. E avisa que uma república não sobrevive sem republicanos.

«Está sentada naquelas cadeiras uma série de criaturas respeitáveis, que me dizem ser o Governo da República, e eu tenho medo que elas pratiquem um abuso inconsciente de confiança, dizendo que de facto são Governo.

O primeiro Ministério de V. Ex.^a, Sr. Tamagnini Barbosa, não foi um Governo, mas um espantalho que esteve no Terreiro do Paço para nada fazer; foi uma reunião de criaturas sem energia, sem fé republicana que, sentados nas

¹⁷⁷ Cunha Leal, in Diário da Sessão da Câmara dos Deputados, III Legislatura, 8/1/1919, pags 11

cadeiras do Poder, admitiram que alguém se intrometesse na gerência da Nação, consentindo toda a série de atentados. (...).

O Sr. Presidente do Ministério e vários membros que têm estado no Governo entregaram a República aos monárquicos. (...).

De modo que chegamos a esta conclusão estupenda: é que uma República se aguenta sem republicanos.»¹⁷⁸

Afirma-se republicano de sempre, o que lhe dá o direito e o dever de lutar contra os traidores, declarando que o chefe do governo não tem a confiança dos republicanos.

«Nós, os republicanos, aqueles que somos republicanos de sempre, temos ou não temos o direito, digo mais, o dever de opor a essa onda uma outra onda, lutando contra todos os traidores conscientes ou inconscientes?

Diga-me V. Ex.^a se não é dever de honra de homem honesto lutar até ao fim!

Os soldados da República não traem (...) e só os não encontrou porque não quis (...). V. Ex.^a, Sr. Presidente do Ministério, desculpe-me que lhe diga, V. Ex.^a para os republicanos hoje não merece confiança. (...).

É difícil, através das simples informações noticiosas, sabermos se o Sr. Tamagnini Barbosa é, como os membros das juntas o são, um criminoso que nós, os republicanos, tenhamos de levar aos tribunais, porque ou a República acaba, ou os criminosos, tenham a certeza, irão todos ao tribunal.»¹⁷⁹

Questiona mesmo o governo de uma forma clara e objectiva. E concluí que a república há-de vencer com a união de todas as sensibilidades republicanas.

«Que espécie de cumplicidade há entre o chefe do Governo e os membros das juntas? (...). O que é isto de juntas do norte para baixo, em comboios especiais, e juntas do sul para cima em comboios especiais?

Sr. Presidente: no entanto, apesar de tudo, a República há-de triunfar, porque o regime republicano é a melhor forma que convém à pátria.

Oficiais, a cujo peito pendiam honrosas medalhas, enquanto existiu o perigo monárquico, vieram oferecer-se para defender a República, oficiais de todos

¹⁷⁸ Op. cit., pags 11 e 12

¹⁷⁹ Op. cit., pag. 13 e 14

os partidos – evolucionistas, democráticos, unionistas – todos eles no desejo de bem servir a República. (...). O futuro é da República, não é da Monarquia. (...) Viva a República!»¹⁸⁰

A esquerda, o centro do hemiciclo e as galerias repetiram a saudação à República. O orador saiu de S. Bento e teve de se ocultar até ao fim do dia, altura em que partiu para o Ribatejo, onde já era esperado pelos revolucionários.

No dia seguinte fez-se a apresentação do Governo no Senado, onde não foi melhor acolhido. E como se não bastassem as duras críticas do deputado Cunha Leal no dia anterior têm agora de ouvir palavras ainda mais demolidoras de Machado Santos, tanto mais autorizadas quanto é certo que todos tinham presente a figura do comissário naval que evitou o fracasso da revolução a 5 de Outubro de 1910. Por mais erros políticos que possa ter cometido, não perdeu a auréola de revolucionário vitorioso. Além disso fora apoiante de Sidónio Pais, o “messias” venerado pelos senhores do poder naquela conjuntura instável, o que lhe dava ainda mais autoridade sobre as figuras do Governo, que se reivindicava de continuador das políticas sidonistas. E Machado dos Santos não quis suavizar as suas palavras, começando por arremessá-las com energia:

«Pela primeira vez, como cidadão e como parlamentar, tendo assistido à apresentação de vários ministérios e tendo ouvido ler muitos programas e declarações ministeriais, assisto a uma sessão como a de ontem na Câmara dos Deputados e como a de hoje no Senado.

O Sr. Tamagnini Barbosa não me deu a impressão de ser um chefe de Governo, mas sim um negociante de secos e molhados, que vem fazer o reclame dos produtos do seu comércio, pelos elogios que faz aos seus colegas nos dois ministérios que nos forneceu por atacado.

A constituição do Ministério que hoje se apresenta à Câmara é tudo quanto há de mais extraordinário e anticonstitucional! Não me consta que em Portugal se tivesse organizado um Governo assim!»¹⁸¹

¹⁸⁰ Op. cit., pag. 15

¹⁸¹ Machado Santos, in Diário da Sessão da Câmara do Senado, III Legislatura, 9/1/1919. Pag. 18

E segue, acusando, perguntando, criticando, confrontando o Presidente do Ministério com situações abusivas, anticonstitucionais, anti-republicanas, perigosas para o regime. Faz afirmações categóricas dos compromissos e acordos com as Juntas Militares e com os monárquicos. Aponta os comandos e as chefias militares do agrado e concordância das Juntas e conclui dos riscos para a República. Nada do que está ilegal ou é risco para a República fica por dizer. A sessão teve mesmo de ser interrompida para serenar os ânimos, mas a seguir ao intervalo, Machado Santos continuou com o mesmo vigor até concluir que aquele Governo não era digno de governar.

O país estava agitado, o povo faminto. Antes da guerra já se vivia na pobreza, a guerra lançou-nos na miséria. O desemprego era muito e nada como um exército de desempregados para originar convulsões sociais. Portugal tinha tudo o que pode provocar uma revolução social.

Assim, eclodiram movimentos em várias cidades, entre as quais se contaram como mais significativas, Lisboa, Covilhã e Santarém, tendo este último, ocorrido a 10 de Janeiro de 1919. Para lá é que se dirigiu Cunha Leal no dia 8. O número de tropas sublevadas, a categoria dos seus chefes militares, alguns de elevada patente e a participação de políticos de várias tendências, conferiu mais importância a esta sublevação de Santarém do que às outras.

O grupo dirigente era constituído por um democrático, Álvaro de Castro, dois evolucionistas, Couceiro da Costa e António Granjo, um independente, Jaime Morais, um ex-dezembrista, Cunha Leal e um socialista, Augusto Dias da Silva.

Cunha Leal fala de um grupo com quem se encontrava irmanado no comum amor à República e deixa perceber que quando decidiram integrar o comité revolucionário já tinham desenvolvido laços de confiança, indicando um período de tempo entre o primeiro e o segundo ministério pós-sidonista, ou seja de 23 de Dezembro de 1918 e 7 de Janeiro de 1919.

«Nestes catorze dias de malabarismos, o fervor conspirador dos democratas portugueses, inspirado pela veemência dos seus princípios ideológicos, atingira o

rubro-branco. Encontrávamo-nos irmanados pelo nosso comum amor à República pessoas de todos os sectores partidários. Entre outras são de citar Álvaro de Castro, Couceiro da Costa, António Granjo, Júlio Martins, Jaime de Morais, Augusto Dias da Silva, César de Almeida, Alberto Portela, Filipe Mendes e tantos outros.»¹⁸²

O envolvimento de um socialista deveu-se também à esperança de se fazerem reformas sociais posteriormente e não apenas ao amor à República, como o próprio declara:

«Fui convidado para o movimento de Santarém, e declarei ao Sr. Álvaro de Castro que o Partido Socialista e alguns operários o acompanhavam para fazer derrubar o sidonismo, e que jamais admitiríamos que se repetisse a demagogia que deu origem ao aparecimento de Sidónio Pais. Disse também que era preciso que a República enveredasse por um caminho de reformas sociais, e de facto procedeu-se assim, mas depois organizaram-se contra as forças operárias, mostrando o pouco amor que lhes merecia a República.»¹⁸³

O que os unia era a vontade de restaurar o funcionamento das instituições republicanas.

A reacção da Junta Militar do Norte perante os actos dos republicanos foi proclamar a restauração da monarquia, no dia 19 de Janeiro de 1919.

Este facto fez congregar todas as forças políticas da República, as quais responderam, com fortes manifestações, ao apelo em defesa das leis e instituições republicanas.

Os jornais socialistas, nomeadamente “O Combate”, acompanham a sua participação em todo o processo que conduziu à derrota das forças monárquicas. No número 129, datado de 29 de Agosto de 1919, pode ler-se, no artigo intitulado “Um homem”, inserto na 1.ª página:

¹⁸² Leal, Cunha, (1966), II Vol. Pag. 144

¹⁸³ Augusto Dias da Silva, in Diário da Sessão da Câmara dos Deputados, IV Legislatura, 24/25 de Novembro/1920, pag. 71

«Quando no Porto, um bando de malfeitores proclamava a monarquia, quando o povo de Lisboa subitamente desperto, olhava espavorido, quase impotente, a onda de lama e de sangue que tudo procurava subverter, quando um grito terrível, e não tem paridade com qualquer outra época nos últimos oitenta anos da vida portuguesa, quando vinte mil homens se juntaram no Campo Pequeno, dispostos a vender cara a vida, ainda aí a traição, mascarada de prudência, era vencida pelo espírito decidido que havia de levantar a moral da classe trabalhadora.»¹⁸⁴

Os jornais socialistas referem-se em vários números à popularidade que Augusto Dias da Silva tinha em Lisboa e à importância decisiva da sua acção nestes acontecimentos:

«Os partidos com os seus homens mais representativos enclausurados pelo poder sidonista ou foragidos no estrangeiro debatiam-se inutilmente, contra a pata reaccionária.

E o Partido Socialista?

O Partido Socialista, no seu viver quase vegetativo dos últimos anos, feito do sacrifício de muitos dos seus homens, não tinha a corrente de opinião que era mister possuir na ocasião, para se impor.

Mas se ao Partido Socialista faltava essa corrente de opinião, não minguava nem o valor, nem a dedicação a muitos dos seus mais modestos soldados, e foram esses bravos, operários modestos, que nunca pediram uma recompensa (...), foram eles quem, arrostando com todas as perseguições, escapando-se a todas as vigilâncias, conseguiam, no seu próprio anonimato, o que outros não podiam obter.»¹⁸⁵

O articulista reconhece que, na verdade o partido socialista não tinha força nem vigor como se impunha naquele momento, para liderar a acção dos trabalhadores, mas que havia alguns socialistas capazes de todos os esforços para vencerem as forças retrógradas.

«Mas esses homens que se iam lançar numa luta sem quartel, esses homens que iam, possivelmente, sacrificar a própria vida e o pão dos seus filhos, e muitos ficaram para sempre arruinados, precisavam de um incentivo moral superior e a sua

¹⁸⁴ O Combate de 29/8/1919, pag. 1

¹⁸⁵ Ibidem

alma ingénua e simples personificou em um seu companheiro toda a esperança de uma restauração da República, toda a ânsia de Liberdade...»¹⁸⁶

Para esses operários, contava a defesa da liberdade e se com a república era mais garantida, lutavam e arriscavam a vida pela república.

«Foram então os dias de febre, as noites de angústia que precederam o dia da vitória. (...) Aquela marcha imponente que descia as avenidas, na consciência absoluta da sua força, não se teria realizado, se um homem não se tem imposto aos próprios oficiais superiores que comandavam o exército.

Esse homem que se manifestava e foi o porta voz da alma popular, esse homem procurado nesse dia pelos paisanos da situação, com a casa assaltada¹⁸⁷ e a cabeça posta a prémio, era o mesmo que, destroçados os batalhões, subia ao Ministério do Interior reclamando a liberdade de todos os presos; era o mesmo que, dias depois, subia com uma companhia de marinha à crista de Monsanto...

Esse homem era Dias da Silva.»¹⁸⁸

Pode inferir-se destas afirmações que Dias da Silva terá sido uma figura decisiva neste movimento popular, chegando a sua coragem e determinação ao ponto de ir ao ministério do Interior, à frente de uma multidão, exigir a liberdade dos presos políticos.

Os monárquicos de Lisboa acantonaram-se em Monsanto no dia 22, mas as forças republicanas, reforçadas com um número significativo de civis, escalaram Monsanto e forçaram a sua rendição a 24 de Janeiro de 1919.

Os sindicalistas destacam a participação dos operários na escalada de Monsanto e na defesa da República e não há contradições nas duas descrições dos factos.

¹⁸⁶ Ibidem

¹⁸⁷ O assalto à sua residência é confirmado pela senhora D. Pilar Dias da Silva, ainda viva, viúva do filho mais velho de Augusto Dias da Silva, que foi testemunha presencial desse acto de vandalismo e de terror.

¹⁸⁸ Assina este artigo Alfredo Franco, um destacado membro do Partido Socialista, na altura director do jornal O Combate. Conhecia bem os acontecimentos de que fala. Conhecia bem Augusto Dias da Silva. Era seu amigo e camarada. Participou e acompanhou de perto toda a actividade de Augusto Dias da Silva. O seu testemunho, embora empolgado pela emoção, merece crédito porque é o testemunho de um homem envolvido nos acontecimentos e ligado ideologicamente à figura de quem fala e confirmado por fontes familiares, igualmente testemunhas presenciais.

«Em face desta séria tentativa das forças reaccionárias, o operariado do Sul, secundado pelo do Porto, que se bateu corajosamente, mais uma vez pegou em armas, para ir em defesa da República, tendo-se então produzido em Lisboa uma das mais importantes manifestações que temos presenciado: a grande parada popular, na qual predominava o elemento operário, inclusive muitas mulheres, cortejo que descendo a Avenida da Liberdade, em direcção ao Terreiro do Paço, foi significar a um Governo de pusilânimes, chefiado pelo então brigadeiro Tamagnini Barbosa, que toda aquela multidão estava disposta a bater-se para que a Monarquia não triunfasse.»¹⁸⁹

Estes movimentos revolucionários levaram à queda do Governo, que apresentou a demissão, a 26 de Janeiro, ao recém eleito Presidente da República, Canto e Castro e conduziram à constituição de um novo Governo, que tomou posse a 27 de Janeiro de 1919.

Este primeiro Governo de concentração republicana, que todos queriam pacificador, foi presidido por José Relvas e nele estava representado o espectro político-partidário do país:

Três independentes, José Relvas acumulavam com a presidência o cargo de Ministro do Interior, Carlos da Maia com a pasta das Colónias, Freitas Soares, ministro da Guerra; dois democráticos, José Domingos dos Santos na Instrução e Paiva Gomes nas Finanças; três sidonistas, Egas Moniz nos Estrangeiros, Pinto Osório no Comércio e João Henriques Pinheiro nos Abastecimentos; dois unionistas, Tito de Morais na Marinha e Jorge Nunes na Agricultura; um evolucionista, Couceiro da Costa na Justiça e um socialista, Augusto Dias da Silva no Trabalho.

Tendo sido posta na base em que foi a participação dos socialistas na revolta de Santarém, a pasta do Trabalho foi confiada a quem se tinha destacado nos movimentos revolucionários.

¹⁸⁹ Vieira, Alexandre, (1974), pag 139

No dia 3 de Fevereiro apresentou-se ao Parlamento este Governo declarando o Sr. José Relvas:

«O Ministério chamado a dirigir os destinos do País, por decreto de 27 do mês findo, vem hoje apresentar-se ao Congresso da República e saudar os representantes da Soberania Nacional, no momento grave em que os inimigos do regime atentam contra este, esquecendo o bem da sua Pátria e os compromissos de honra que tomaram.

Tendo-se organizado nos termos da lei fundamental do Estado, constituindo o único Governo legítimo de Portugal, congregando não só as diversas correntes da opinião republicana, mas também a socialista, julga satisfazer, na sua estrutura, as condições indispensáveis para a defesa das instituições, além de corresponder aos elevados desejos do primeiro magistrado da nação e ao justificado anseio de todos os bons portugueses. O governo quer e deve viver com o parlamento, numa atitude de absoluto respeito pelas prerrogativas do Poder Legislativo e na mais perfeita comunhão de vistas, de intuítos e de acção, com os elementos republicanos que nele têm assento, para que nesta hora solene possa realizar-se entre todos uma união tão forte e tão estreita, que na seguinte fórmula se defina: Um por todos, todos por um, e um e todos pela Pátria e pela República.

A sua missão é grande e bem difícil, mas em poucas palavras se resume: subjugar enérgica e rapidamente a revolta monárquica, promover a punição justa e legal de todos os responsáveis por tão criminosa tentativa, restabelecer a normalidade em todo o país e em seguida entregar o regime, salvo e purificado, em mãos que forem competentemente escolhidas para a continuação da obra redentora iniciada apenas em 5 de Outubro de 1910 (...).»¹⁹⁰

Declarada a sua missão, que considerava apenas os aspectos políticos, e, cumprida essa missão, entregaria o poder a quem viesse a ser eleito. É isso que anuncia quando afirma que restabelecida a normalidade, entregará o regime nas mãos que forem escolhidas. Sendo estes os objectivos de seu governo, não prometia reformas nem outras iniciativas, não só porque não era essa a sua missão, mas também porque seria estar a prometer o impossível, dada a gravidade da situação do país.

¹⁹⁰ José Relvas, in Diário da Sessão Da Câmara dos Deputados, III Legislatura, 3/2/1919, pag 7

«Prometer largas reformas, rasgadas iniciativas ou medidas de fomento, em semelhante ocasião, seria prometer o impossível, e o Governo só falará ao País, hoje e sempre, a linguagem da verdade.

Enfim, sob o ponto de vista político, o Ministério, porque é de todos os partidos, não tem partido algum, o seu partido é a República.»¹⁹¹

As duas Câmaras prometeram-lhe apoio, porém, não bastava o apoio político, precisava também do apoio social, que era mais difícil de obter. O desemprego desesperava quem vivia apenas do seu trabalho. Este foi um problema pouco encarado ainda pelos historiadores, mas foi certamente uma das causas da queda do governo presidido por José Relvas. Houve causas de ordem política, mas não podemos ignorar o desemprego, como alguns testemunhos nos indicam:

«Após o movimento de Monsanto, que para muitos dos nossos políticos já vai longe, quis o acaso que eu fosse Ministro da República. Fiz parte do primeiro governo de então, presidido pelo Sr. José Relvas.

Lembro-me ainda da agitação tremenda por que passava o País. O fim da guerra determinara um grande retraimento de capitais, que se traduzia logo numa grande crise de trabalho.

Também a revolução social na Rússia assustara o capital. Contavam-se por milhares os operários que então exigiam trabalho.

A situação nesse momento apresentava-se deveras triste para o País e assaz difícil para a população de Lisboa.

As convulsões internas e a existência dum tão elevado número de homens que pediam pão, faziam passar maus bocados aos governantes.»¹⁹²

Na opinião do orador, o maior problema social era a falta de trabalho, devida à falta de investimento, atribuindo-a à retracção do capital que se seguiu ao fim da guerra, não deixando de referir o medo que a revolução social na Rússia e mesmo as convulsões internas causavam aos investidores.

¹⁹¹ Ibidem

¹⁹² Augusto Dias da Silva, in Diário da Sessão da Câmara dos Deputados, IV Legislatura, 2/6/1920, pag 4

«Ainda me recordo da realização de um célebre Conselho de Ministros, reunido no quartel do Carmo, a que assistiram representantes de todos os partidos republicanos.

Também me recordo de quanto extenuante foi o serviço da guarda republicana. Estava quase incapaz de sufocar a situação.

As perturbações eram constantes e não se sabia bem onde estava o inimigo.

Havia criaturas que especulavam com a situação e com essa gente que se encontrava com fome.

Foi numa altura destas que o Governo do Sr. José Relvas caiu. Antes, porém, de abandonar o poder, não deixou de reparar por esses homens que precisavam de trabalho para obterem os meios de proverem à sua subsistência. E, assim, deu trabalho a esses milhares de homens.»¹⁹³

Narra-nos um acontecimento que mostra bem o desespero dos desempregados, a agitação social que desencadeava e as estratégias e recursos de que o governo lançou mão para a minimizar.

«Como não se queria continuar a estragar dinheiros públicos, como até ali se fizera, atirando com essa gente para as obras do estado, foram grandes as dificuldades em que nós, os ministros, nos encontrámos para resolver o problema com vantagem para o País. Não era possível arranjar rapidamente, como era necessário, pois o caso tinha de resolver-se de pronto, novos projectos ou plantas da mão dos architectos das obras públicas, tanto mais que apenas venciam a ridícula verba de 30\$ por mês.

Chamou-se então o Sr. Ventura Terra, autor do projecto do Palácio de Justiça, para ver se poderíamos ocupar os que pediam trabalho, na execução dessa obra. Verificou-se que nada se podia conseguir por essa forma, visto que esse projecto, para ser utilizado, precisava de ser actualizado.

Como quase todo o pessoal era de trabalhadores e serventes, pensámos ocupá-los nas obras municipais para alguma coisa se aproveitar do gasto que o Estado ia fazer. (...).

¹⁹³ Ibidem

A situação não se podia manter, e como tal necessário foi procurar outras providências, tendo-se pensado então na aplicação dos dinheiros públicos na construção de um bairro social.»¹⁹⁴

Este e outros exemplos poderão dar-nos uma ideia da gravidade da situação económica e social do nosso país no período pós guerra.

Informa-nos também o que determinou a construção dos bairros sociais.

Como se isto não bastasse, a situação política era igualmente instável.

O temível, e sempre aguerrido, embora controverso, Cunha Leal, afirmou que tinha chegado a ocasião de poder dar o seu apoio a um governo da República. Apesar de ser um governo onde estavam representadas todas as correntes de pensamento político, não se instalou a paz política.

Num comício que teve lugar no Coliseu a 21 de Fevereiro de 1919, presidido por Fernão Botto Machado, Cunha Leal, Ramada Curto, o Dr. Costa Júnior¹⁹⁵ e Estêvão Pimentel, em discursos inflamados, exigiram a dissolução do parlamento eleito no tempo de vigência da República Nova, a reposição da Constituição de 1911, (não revogada mas alterada nalguns artigos e suspensa na prática), a demissão dos ministros dezembristas, a dissolução de todas as forças armadas suspeitas de anti-republicanismo e a retirada dos comandos militares aos sidonistas. Ficou célebre a frase de Cunha Leal nesse comício:

– É o Povo quem governa, é o povo quem delibera sobre a sorte dos Governos.¹⁹⁶

Sucederam-se depois tumultos na rua e, perante a dificuldade em acalmar a agitação social provocada pelo desemprego, a carestia de vida, a falta de subsistências devida aos açambarcamentos, o governo apresentou a demissão ao Presidente da República, Canto e Castro, a 27 de Março.

¹⁹⁴ Op. cit., pags 4 e 5

¹⁹⁵ O Dr. Costa Júnior foi um notável militante socialista. Foi deputado e membro do Conselho de Administração do ISSOPG. Era médico.

¹⁹⁶ Leal, Cunha, (1966), II Vol. Pag. 173

No dia 31 iniciava funções um novo gabinete, presidido por Domingos Leite Pereira e constituído por elementos dos partidos Democrático, Evolucionista, Unionista e Socialista. Apenas dois elementos do executivo anterior transitaram para este governo: Jorge Nunes e Augusto Dias da Silva.

Foi este governo que preparou as reformas sociais propostas pelo Ministro do Trabalho e que foram publicadas em Maio desse ano

Quando entrou para o governo presidido por José Relvas, cedo se apercebeu que as suas propostas nunca seriam aprovadas por aquele gabinete, dada a sua composição e as opiniões do Presidente, relativamente àquelas matérias.

Quando se formou um novo governo, verificadas as condições favoráveis, apresentou em conselho de ministros a proposta de horário de 8 horas, no dia 21 de Abril de 1919 e o princípio do salário mínimo no dia 26 desse mês.

2. O horário de 8 horas na imprensa

2.1. O Decreto 5 516

A 7 de Maio de 1919, foi publicado o decreto n.º 5 516, que estabeleceu um horário de 8 horas, velha reivindicação dos trabalhadores, mas que só veio a ser aplicada em Maio de 1925. O salário mínimo andou a ser reclamado até à queda da República. Se não foi fácil nem pacífico fazer aprovar um horário de 10 horas, muito menos um de 8 horas. Ergueu-se contra ele, até ao fim da República, um clamor geral das associações comerciais e industriais, e repetiram-se até à exaustão as queixas e mesmo as declarações de incumprimento dos empresários. Alguns comerciantes declararam publicamente que não iriam cumprir essa lei. Essa era a sua modalidade de greve. Quando os seus interesses estavam em causa, entendiam que era justo. Quando estava em causa o horário dos trabalhadores, a greve destes, era uma “desordem”, como já

vimos que a tinha classificado o senhor Brito Camacho. Pediu-se no parlamento a sua revogação, proposta que, honra seja feita à Câmara dos Deputados, foi rejeitada.

A regulamentação deste decreto motivou acesos debates na Câmara dos Deputados e vigorosos artigos publicados na imprensa, numa luta incansável, registada em muitos órgãos affectos às organizações operárias e sobretudo ao Partido Socialista. O empenhamento dos jornais socialistas compreende-se, visto ter sido uma proposta de um ministro socialista.

Regulamentar esse decreto foi um processo com avanços e recuos, cujo historial revela o poder das forças envolvidas, tanto do lado dos operários como do lado dos empresários. Regulamentar o decreto das 8 horas, foi um combate que colocou frente a frente duas forças determinadas. Mas há uma realidade que devemos registar: o horário de trabalho foi uma conquista dos trabalhadores e foi a República que a permitiu. Ficou e tem perdurado até hoje.

Convém registar que a visão catastrofista das suas consequências na economia, por parte dos opositores, só se acentuou, mas tinha o mesmo formato da visão sobre o horário de 10 horas. E podemos mesmo reconhecer ainda hoje a sua matriz. Tudo correria bem se não fosse regulado o dia de trabalho. O progresso, o desenvolvimento, a riqueza do país, dependiam disso. Mas já se combateu com estes argumentos, o dia de descanso semanal, o horário dos menores, a lei dos acidentes de trabalho, o horário de 10 horas. Qualquer direito de carácter social consagrado na lei teve sempre de vencer estes obstáculos.

O Governo, indiferente, desta vez, ao clamor levantado por industriais e comerciantes, no dia 10 de Maio, publicou os seguintes decretos:

- N.º 5 636 – organiza o seguro social obrigatório na doença;
- N.º 5 637 – organiza o seguro social obrigatório nos desastres no trabalho;

- N.º 5 638 – organiza o seguro social obrigatório de invalidez, velhice e sobrevivência;
- N.º 5639 – organiza as bolsas sociais de trabalho;
- N.º 5 640 – organiza o Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Social.

Estes decretos foram da iniciativa do ministro socialista, Augusto Dias da Silva, que já não era ministro no dia em que foram publicados, tendo pedido a demissão no dia 4 e abandonado funções a 6 desse mês de Maio. A imprensa noticia os acontecimentos, mas o almanaque de *A Batalha* descreve os incidentes com mais rigor e refere-se a situações de greves que poucos noticiam:

«2 de Maio – Um incêndio violento devora o edifício das Encomendas Postais, no Terreiro do Paço, e como, horas antes se tivessem declarado em greve os operários da Companhia das Águas, o governo atribuiu este incêndio a sabotagem dos grevistas, anunciando a suspensão das garantias e a entrega do governo da cidade à autoridade militar.

3 de Maio – declara-se incêndio numa parte do edifício da cadeia do Limoeiro. Por não querer sancionar as perseguições eminentes ao operariado, a pretexto dos incêndios das encomendas Postais e do Limoeiro, pede a demissão de ministro do Trabalho o socialista Augusto Dias da Silva.

4 de Maio – Com manifesto prejuízo dos seus interesses materiais, regressa ao trabalho o pessoal da Companhia das Águas, para demonstrar a sua repulsa pelos incêndios das Encomendas Postais e do Limoeiro, que obedeciam a um plano da reacção para comprometer o movimento operário. – As autoridades, obedecendo ao plano de reacção contra o operariado, efectuam numerosas prisões e assaltam, a altas horas da noite, as sedes das associações dos compositores tipográficos e dos alfaiates. (...).

6 de Maio – É exonerado de director da Polícia de Segurança do Estado o sr. Carlos Fidelino da Costa, por não concordar com as perseguições aos operários, visto não atribuir à organização operária a responsabilidade dos incêndios que houve em Lisboa. – São detidos em suas casas o redactor principal de *A Batalha*, Alexandre Vieira, José Manuel Gonçalves, Manuel Afonso, Santos Arranha e

outros militantes operários, sendo no mesmo dia postos em liberdade sem saberem os motivos das suas prisões nem quem as ordenara.»¹⁹⁷

A demissão do ministro é também noticiada no diário socialista em nota oficiosa:

«Durante o dia de ontem correram os mais fantásticos boatos acerca da situação do ministro do Trabalho, boatos lançados a público por reaccionários, decerto na intenção de criar dificuldades à acção do sr. Augusto Dias da Silva, que durante o tempo que tem sobraçado aquela pasta como representante do Partido Socialista, teve sempre em vista defender as classes trabalhadoras, indo ao encontro das suas reclamações, a fim de evitar que elas pudessem vir a ser alcançadas por meios violentos.

Sob este critério, o ministro do Trabalho condenou energicamente os actos violentos ultimamente cometidos e estava disposto a conservar-se ao lado do governo, se este quisesse reprimir com energia esses actos indignos, mas nunca sancionando perseguições ao operariado.

Foi esta a resolução tomada em conselho de ministros na madrugada de ontem.

Como, porém, o ministro da guerra, se tivesse desviado desta orientação, mandando, sem motivo justificado, prender operários, e estabelecendo o pânico com desnecessárias providências militares, o ministro do Trabalho, ontem, pelas 21 horas e 30 minutos, pediu ao seu colega das Finanças que apresentasse o seu pedido de demissão ao sr. Presidente do Ministério, desligando-se por completo de toda a responsabilidade que caiba ao Governo, por aquele motivo, desde a hora em que apresentou a sua demissão.»¹⁹⁸

Dando por findo o seu trabalho a partir do dia 6/5, é fácil compreender que este pacote legislativo era obra de sua responsabilidade, pois teria sido impossível prepará-lo num dia, no caso do horário, ou em três dias relativamente aos restantes decretos, que era o tempo que tinha no ministério o novo ministro que os publicou.¹⁹⁹

¹⁹⁷ Almanaque de A Batalha, (1988), pag 90

¹⁹⁸ O Combate, 4 /5/1919, pag 1 e 2

¹⁹⁹ Jorge Nunes substituiu interinamente Augusto Dias da Silva. Foi este ministro do Trabalho que enviou para publicação, os decretos elaborados pelo ministério de Augusto Dias da Silva.

A actuação do governo provocou duas demissões e o fim de uma greve, decidido pelos grevistas e contra os seus objectivos iniciais, a fim de provarem a sua inocência no crime dos incêndios.

Regulamentar e dar cumprimento a essa legislação, foi um processo moroso que alguma imprensa manteve debaixo de fogo.

Os jornais socialistas não dão tréguas aos governos, exigindo a regulamentação e aplicação da jornada de 8 horas. Um caso especial de persistência foi *O Combate*, que fez uma cerrada marcação aos governos, pedindo insistentemente notícias e explicações.

Os condicionalismos políticos e sociais criaram uma conjuntura favorável à sua aceitação por parte do poder político, mas a decisão do Governo não encontrou eco favorável por parte do poder económico, que foi levantando sucessivos obstáculos à sua implementação e até ameaças de desobediência à lei, com manifesta arrogância, nalguns casos, da parte dos empregadores.

O difícil percurso da lei das 8 horas, desde a sua aprovação em Conselho de Ministros até à sua efectiva aplicação, é ainda mais acidentado do que o percurso das outras reformas sociais já consagradas na lei.

2.2. Regulamentação do Decreto-lei 5.516 – jornada de 8 horas

O decreto-lei 5.516 que estabelecia um horário de 8 horas só teria aplicação depois de regulamentado, o que levou tempo, pelos muitos obstáculos que lhe foram levantados.

No dia 23 de Setembro de 1919, o ministro do Trabalho, José Domingos dos Santos publicou o decreto 6.121, que regulamentou o decreto 5.516 para entrar em vigor no dia 1 de Outubro desse ano, por um período de 6 meses, a título experimental.

De imediato reuniram 50 associações industriais e comerciais, que apresentaram ao parlamento uma representação assinada por essas associações, pedindo que não fosse posto em execução porque arruinaria a indústria nacional. O decreto foi suspenso até 1 de Novembro.

Na sessão de 29 de Outubro, o deputado Aboim Inglês, vendo que estava próximo o fim da suspensão, pediu a palavra para falar sobre esta questão. As intervenções dos deputados na sessão desse dia permitem compreender as razões dos atrasos na legislação laboral.

«Sr. Presidente: foi presente à Câmara uma representação assinada por 50 associações industriais e comerciais, pedindo a revisão do horário de trabalho. Como V. Ex.^a sabe, foi publicado o horário de trabalho por um decreto de Maio do corrente ano; e creio que foi seu autor o ex-Ministro do Trabalho e actual Deputado socialista, o Sr. Dias da Silva, embora tivesse sido publicada já quando S. Ex.^a não era Ministro.

Quando S. Ex.^a tratou de publicar esse decreto, eu tive a honra de trocar impressões com ele, e procurei mostrar-lhe a inviabilidade de pôr em execução aquilo que pretendia realizar. Depois disso, reunindo as associações patronais e sendo presente o decreto para discussão, chegou-se ao resultado de reconhecer que era absolutamente impossível pô-lo em execução, não só porque arruinaria a indústria nacional, mas mesmo porque produziria um tal desarranjo social que só traria prejuízos à nação.

Eu declaro a V. Ex.^a, Sr. Presidente, que as 50 associações que assinam a representação que está na mesa, aceitam o princípio das 8 horas de trabalho; somente pretendem que esta lei, que foi a nosso ver precipitadamente feita, seja revista, para que a economia nacional não possa sofrer, com ela, a sua completa perdação.»²⁰⁰

Seguidamente descreve a sequência dos passos que foram dados para efectivar a jornada de oito horas:

²⁰⁰ Aboim Inglês, in Diário da Sessão da Câmara dos Deputados, IV Legislatura, 29/10/1919, pag. 6

«Sr. Presidente: todos os Ministros do Trabalho, após a gerência do Sr. Dias da Silva, têm pretendido pôr em execução a lei das 8 horas de trabalho, mas como a sua regulamentação, se torna, a meu ver, impossível como consequência da própria lei, não tem sido possível até hoje fazê-lo. O meu amigo Sr. Jorge Nunes, que era então Ministro do Trabalho, nomeou a primeira comissão de representantes dos patrões e representantes dos operários, para regulamentarem a lei. Na primeira reunião dessa comissão, a que eu tive a honra de assistir, visto que era um dos seus membros, foi posta uma questão prévia para se perguntar ao Sr. Ministro, se essa comissão tinha apenas por fim regulamentar a lei, ou fazer os estudos necessários para que ela pudesse ser posta em execução.

Depois, os trabalhos da comissão decorreriam, por infelicidade, irregularmente, porque o seu Presidente pediu a demissão, sendo, então, nomeado outro, o qual procedeu de idêntica maneira, conseguindo somente o último presidente nomeado reunir por vezes essa comissão, sem que, contudo, todos os seus membros tivessem sido avisados para concorrer a essas reuniões.»²⁰¹

Explicadas as razões que impediram a elaboração de um regulamento que efectivasse a jornada de oito horas, fala do regulamento que foi publicado, deixando subentendido que não obedeceu aos critérios definidos para a sua elaboração e que teve de ser suspenso porque não era exequível:

«Mais tarde apareceu um regulamento que, por declaração dos delegados, dele não tinham responsabilidade, visto que em nada tinham contribuído para a sua confecção.

Não obstante todas as boas vontades, não pode ser posto em execução tal regulamento, e a verdade é que teve de ser suspenso, terminando a 1 de Novembro próximo, o prazo dessa suspensão.

As associações patronais entenderam vir à Câmara solicitar a revisão imediata do decreto, horário de trabalho, para em presença do que seja resolvido no Parlamento, se formular a respectiva lei por maneira a que ela possa ter execução. É neste sentido que tenho a honra de enviar para a mesa um projecto, pedindo a V. Ex.^a que consulte a Câmara sobre se concede a urgência e dispensa do Regimento, para que o mesmo entre em discussão.

²⁰¹ Ibidem

Tanto mais necessário é discutir-se o assunto, quanto é certo que havendo todo o desejo de ver se era possível pôr-se a lei em execução e remodelá-la pouco a pouco, já se chegou ao convencimento de que isso era impossível.»²⁰²

Esta era a visão do Sr. Engenheiro Aboim Inglês, Presidente da Associação Industrial Portuguesa.

Muitas questões se poderão colocar às afirmações do deputado unionista, Aboim Inglês e a que estaria em primeiro lugar seria se o sucesso da nossa indústria dependeria em absoluto, como afirma, do horário de 8 horas. Assim sendo, a indústria estava suportada apenas pelos trabalhadores.

Depois, seria elucidativo saber-se por que razão era impossível ser regulamentado o decreto, o que motivou a demissão dos presidentes da comissão e as acentuadas ausências dos seus membros, bem como donde proveio o regulamento suspenso e por que foi suspenso. Por que é impossível pô-lo em prática é que ninguém diz.

Antes que se votasse, e muito oportunamente, Brito Camacho quis que o Ministro do Trabalho desse a sua opinião:

Pedi a palavra para interrogar a Mesa no momento em que parecia que V. Ex.^a ia consultar a Câmara sobre a urgência e dispensa do regimento solicitados pelo Sr. Aboim Inglês. Trata-se realmente dum assunto importantíssimo a respeito do qual parte da Câmara, pela sua maioria radical e pela sua minoria socialista, já se pronunciou.

Entendo que há toda a necessidade, pelo menos eu sinto-a, em ouvir o Sr. Ministro do Trabalho.

S. Ex.^a poderá dizer-nos até que ponto julga necessária a reclamação apresentada pelo Sr. Aboim Inglês, ao Parlamento²⁰³

²⁰² Ibidem

²⁰³ Brito Camacho, in Diário da Sessão da Câmara dos Deputados, IV Legislatura, 29/10/1919, pag 7

O Ministro do Trabalho era José Domingos dos Santos, do Partido Democrático, considerado da corrente de esquerda deste partido, e talvez por isso, Brito Camacho classificou a bancada de “esquerda radical”, o que é significativo, sabendo-se que o Partido Unionista liderado por Brito Camacho, sempre lhe fez oposição e que Aboim Inglês militava neste partido.

Não ignorava o orador a opinião do ministro. Quis que o Parlamento o ouvisse e este, não se esquivou à pergunta:

Sr. Presidente: o projecto apresentado pelo Sr. Aboim Inglês é de facto interessante e urgente pela importância capital do assunto a que respeita.

A discussão da lei das oito horas de trabalho tem apaixonado vivamente as atenções de todos os países nestes últimos tempos. Evidentemente, o caso tinha de repercutir-se entre nós; e, de facto, assim sucedeu.

As classes interessadas agitam-se; e é preciso que aqueles que têm de resolver tão magno assunto se coloquem acima das paixões e dos interesses dessas classes para verem o problema com a serenidade indispensável a uma solução acertada.

Eu não pertenço a nenhuma dessas classes.

Estou ao lado e também acima de todas elas. Sou o moderador das paixões e dos outros.

É preciso que todos tenhamos a compreensão nítida do momento que atravessamos. É preciso que todos compreendam que não podem olhar exclusivamente aos seus interesses, visto que estes têm de subordinar-se aos interesses gerais da nacionalidade.²⁰⁴

Depois destes considerandos, que se dirigiam aos dois campos interessados directamente e colocando o interesse do país acima dos interesses dos empresários e dos trabalhadores, assume o seu papel de responsável pelos interesses do país e da república e declara o dever de os defender:

«O regulamento das 8 horas de trabalho tem sido mal compreendido e, em regra, deturpado.

²⁰⁴ José Domingos dos Santos, in Diário da Sessão da Câmara dos Deputados, IV Legislatura, 29/10/1919, pag. 7

Ninguém deve ignorar que o momento é de produção e actividade.

Todos temos o dever de forçar, se tanto for necessário, todo o povo português a trabalhar e produzir. E se assim penso não é para estranhar que eu seja de opinião que na prática se devia concorrer para que o trabalho e a produção se intensifiquem.

Eu tenho procurado, tanto quanto me tem sido possível, alcançar esse fim. (...)

Há na representação trazida sobre o assunto, a esta Câmara, uma velada referência a criaturas que procuram armar um pouco à popularidade.

Creio que não me atinge. Nem pode atingir-me dada a minha conduta. Eu apenas procurei resolver o problema que era instante. Eram os próprios operários e patrões que vinham dizer-me que se regulasse definitivamente o assunto, porque tudo era preferível à incerteza em que se encontravam.

A própria Associação Industrial do Porto, que não quer, agora, o regulamento, procurou-me no hotel em que me hospedei quando fui aquela cidade, para me declarar que era necessário regulamentar, fosse como fosse, o decreto das oito horas de trabalho, porque tudo seria preferível ao que estava.

Regulamentei, pois, esse decreto.

O regulamento é bom? É mau?

Parece-me que tem o mais que se podia conseguir a dentro da letra do decreto.»²⁰⁵

Ficou a saber-se que o regulamento era da responsabilidade do Ministro do Trabalho, tendo declarado que não pode fazer melhor, devido ao decreto. Remetia para o decreto, mas se o achava mau, podia sempre revogá-lo.

Acrescentou ainda informações acerca da sua ida ao Porto, dizendo que a Associação Industrial lhe dissera então, ser urgente e indispensável regulamentar o decreto, porque tinham as fábricas fechadas, em virtude de os operários do Porto quererem as 8 horas de trabalho, ao passo que nos arredores trabalhavam 10 e 12 horas o que provocava custos desiguais aos empresários e permitia uma concorrência desleal. E com estes dois argumentos, lavou dali as mãos.

²⁰⁵ Op. cit., pag. 8

Perguntando seguidamente Júlio Martins se nessa altura não houve qualquer reclamação contra o decreto, o Ministro declarou que não.

Afirmou que só teve a intenção de abreviar a redacção do regulamento e que as pessoas nomeadas para o efeito, nem todas quiseram aceitar, mencionando o caso do representante da Associação dos Lojistas, fundamentando a sua recusa no não reconhecimento do decreto, argumento inaceitável. Apesar das posições irredutíveis de algumas, houve diversas associações que resolveram aceitar o regulamento.

Reconhece que passados poucos dias “rugiu uma campanha violenta” que não se limitava ao regulamento mas se estendia ao próprio decreto. Creio que não encararam a hipótese de o revogar, por temerem que os trabalhadores fizessem “rugir outra campanha” ainda mais violenta. Na troca de palavras que se seguiu com alguns deputados, ficou claro que queriam ver removido do diploma a norma que estipulava o pagamento em dobro, das horas extraordinárias e ainda a que obrigava à indemnização de um ano de vencimentos, em caso de despedimento.

Outra acusação contra o decreto era ter sido promulgado em ditadura, o que não mereceu a atenção do Ministro, pois muitos decretos tinham sido promulgados em ditadura, e não era motivo suficiente para virem a discussão ao parlamento.

Posta à votação a proposta de Aboim Inglês, foi recusada, e o decreto entrou em vigor por 6 meses, a 1 de Novembro.

Se a questão foi trazida ao parlamento julgando alcançar a simpatia de deputados suficientes para ser admitida a debate, foi uma avaliação errada. Se Brito Camacho teve o objectivo de colocar em cheque o Ministro do Trabalho, na mesma convicção, mais uma vez se enganou e se remeteu ao silêncio, como era seu hábito quando levantava questões regimentais e se via derrotado. As perguntas de Brito Camacho eram normalmente dirigidas aos membros do Governo. A opinião da Câmara parecia não lhe importar, mas era sempre esta que o derrotava.

O parlamento honrou-se, votando contra, mas os trabalhadores gozariam de um horário de 8 horas por escassos meses, visto que não ficou definida a situação quando

terminasse o meio ano de experimentação e ninguém tomou qualquer medida, nem para continuar em vigor a regulamentação, nem para fazer novo regulamento.

No dia 23 de Abril de 1920, o deputado Manuel José da Silva colocou novamente a questão do horário nos seguintes termos:

«Como todos sabem, em Setembro do ano passado, foi decretado o regulamento sobre a lei que determinou o horário de trabalho em Portugal. Esse regulamento, como nele se consignava, entrava em experiência durante seis meses. Ora esse tempo já decorreu, e por virtude disso no Porto resolveram os industriais e comerciantes, pois que não foi ratificado o regulamento, considerar extinta a lei.

A este respeito eu desejava explicações, porque não se sabe se é lei efectiva do País ou se a sua vigência se considera caducada. Segundo a opinião dum redactor do Comércio do Porto, o regulamento foi decretado por 6 meses, e como não foi confirmado, considera-se extinto.»²⁰⁶

Não estando presente o Ministro do Trabalho, o presidente do Ministério declarou que lhe seriam presentes as considerações feitas.

Um ano depois, Manuel José da Silva voltou a colocar esta questão:

«Desejo ouvir a opinião do Sr. Ministro do Trabalho sobre se a lei das 8 horas de trabalho está em execução em todo o País.

Tenho dúvidas porque um jornal do Porto afirmou que desde que o regulamento foi adoptado provisoriamente a título de experiência, mas como o prazo marcado já passou diz-se que a lei deixou de vigorar.

Na província não se faz caso da lei. Eu não quero manifestar-me neste ou naquele sentido. Mas o que eu queria era que o regime fosse igual para todos e para todo o País.»²⁰⁷

Já tinham passado vários ministérios e vários ministros do Trabalho e esta questão estava no mesmo ponto.

²⁰⁶ Manuel José da Silva, in Diário da Sessão da Câmara dos Deputados, IV Legislatura, 23/4/1920, pag 6

²⁰⁷ Manuel José da Silva, in Diário da Sessão da Câmara dos Deputados, IV Legislatura, 11/5/1921, p.6

O ministro era novamente José Domingos dos Santos, que respondeu:

«Esta questão está hoje tomando uma orientação um pouco diferente daquela que teve quando foi publicado o seu respectivo regulamento. É certo que este determina que o seu prazo de validade é de seis meses, e daí deriva que os tribunais têm julgado que, sendo já passados os seis meses, não há motivo para que se continue a aplicar a lei. Em face desta circunstância, eu neste momento, encontro-me impossibilitado de tomar qualquer iniciativa, porque compreende S. Ex.^a, que ao Poder Executivo não compete impor ao Poder Judicial a interpretação das leis. De resto, quando foi publicado o regulamento de que se trata, foi trazida pelo Sr. Aboim Inglês uma proposta para a sua revogação, proposta que foi entregue à comissão de trabalho desta Câmara, e por isso, sem ela se pronunciar, eu não posso tomar qualquer medida sobre o assunto.»²⁰⁸

O governo só não tomou medidas porque não quis. Poderia ter ratificado o regulamento, poderia ter promulgado um outro regulamento, sem que isso fosse impor ao poder Judicial a interpretação das leis. O Poder Judicial interpretava as leis publicadas, não tinha poder para impedir que novas leis se fizessem. Era da competência do governo decretar um regulamento e não o fez porque não teve vontade política. E a prova que isso podia ser feito, é que, embora tardiamente, acabou por se fazer.

O que é incompreensível é que tenham deixado passar 5 anos sem que alguém tivesse dado uma solução honrosa para a República, ao decreto do horário de 8 horas, num país dito civilizado, com governos ditos republicanos, num país onde a jornada de trabalho não tinha limites e onde dependia da autoridade do patronato, exclusivamente; onde poderia haver patrões justos, mas onde também não faltavam gananciosos insaciáveis e sem escrúpulos, como há sempre em qualquer país e em todas as épocas. Esta realidade é uma nódoa na história da República e não podemos apagá-la ou ignorá-la.

²⁰⁸ José Domingos dos Santos, in Diário da Sessão da Câmara dos Deputados, IV Legislatura, 11/5/1921, pag 8

Esta indefinição manteve-se até que a 20 de Maio de 1925 foi publicado um novo regulamento – o decreto 10.782, assinado pelo ministro do Trabalho, Ângelo de Sá Couto da Cunha Sampaio Maia, não sem que tivessem deixado de lhe fazer os últimos ataques, já depois de publicado. A persistência dos que se recusavam a aceitar o decreto do horário, foi levada ao limite no dia 18 de Junho de 1925, pelo deputado Maldonado de Freitas, nos termos que transcrevo:

«Começarei por analisar aquele diploma que se refere ao horário de trabalho, para o diminuir e reviver inoportunamente questões que há muito estavam mortas, mas que a inépcia de alguns Ministros excita.

Folgo de ter conversado há pouco sobre este assunto com o Sr. Ministro do Trabalho, a quem mostrei a minha discordância, que, aliás, resulta também das reclamações que o país tem feito contra a regulamentação da lei do horário de trabalho, nesta hora em que atravessamos uma pavorosa crise económica, mercê dos encargos e impostos que asfixiam as indústrias e dos muitos esbanjamentos dos governos, saídos quase sempre do Partido Democrático, que fez deste País seu logradouro.»²⁰⁹

Poder-se-iam contrapor às reclamações que o Senhor Deputado, abusivamente diz serem do país, outras reclamações que ele quer ignorar e que também eram do país de que fala e que, sem dúvida, foram mais numerosas, porque as classes operárias eram mais numerosas e reclamaram alto e muito.

Para ele estas questões estavam mortas e o que parece censurar ao Ministro do Trabalho é que não as tivesse conservado mortas. O Ministro não as conservou mortas porque, para os trabalhadores não estavam mortas – sempre enviaram representações, sempre reclamaram a regulamentação, nunca as deixaram morrer.

Tinham passado 6 longos anos de indefinição nesta matéria, dos sucessivos governos da República, desde a publicação do decreto 5 516, que concedia aos operários o sempre reclamado horário de 8 horas.

Tinham passado 15 anos de implantação da República.

²⁰⁹ Maldonado de Freitas, in Diário da Sessão da Câmara dos Deputados, VI Legislatura, 18/6/1925, pag.17

Tinham passado 34 anos de promessas, desde que no congresso do Partido Republicano realizado em Setúbal em 1891 se incluiu no programa a defesa dos interesses dos trabalhadores, atraindo-os assim à causa da República.

Mas esta caiu sem ter dado resposta satisfatória às reclamações das organizações operárias.

A República ocupou-se das questões políticas e dos direitos civis, dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, mas, apesar de ter produzido legislação nesse sentido, não garantiu os direitos sociais porque as leis que produziu não foram regulamentadas e as que se regulamentaram, como acabamos de demonstrar, foram-no tardiamente. Esta realidade parece dar razão a Cunha Leal, que era de opinião que a República se implantou sob o signo da política e não do social.

2.3.O horário de 8 horas na imprensa

O meu objectivo é acompanhar as notícias que foram saindo na imprensa, desde que o decreto foi publicado e conhecer todos os passos que se deram até à sua efectivação. Há informações nos jornais que não se encontram em qualquer outro lugar. Só poderemos ter uma noção do que foi a saga da jornada de 8 horas, se lermos esses jornais. Não foi decretar, publicar, regulamentar e cumprir. Foi um processo que teve de ultrapassar muitos obstáculos, vencer muitas resistências, desmontar muitas armadilhas. Começarei pela primeira notícia:

«(...) uma das mais ardentes aspirações do proletariado está finalmente satisfeita.

A jornada de 8 horas de trabalho é já hoje um facto insofismável, convertido em lei por proposta do ministro socialista, regalia essa que muito em breve o mesmo ministro proporá seja extensiva à classe dos trabalhadores rurais.»²¹⁰

²¹⁰ O Combate de 21/4/1919

Estas notícias informam-nos que o projecto do horário de trabalho de 8 horas foi apresentado em reunião do conselho de ministros, no dia 21 de Abril de 1919 e que teve a aprovação de todos os membros do Governo.

O horário viria a sofrer várias suspensões, a pretextos vários, que não passavam disso mesmo, pretextos, quando a única razão era a pressão do patronato sobre o poder político. Provam-no as notícias dos órgãos de imprensa que, diariamente informavam, teciam considerações, criticavam, apresentavam pontos de vista, rebuscavam memórias. A nossa indústria era incipiente e frágil, o comércio era ganancioso. Uns e outros queriam lucros que, a seu ver passavam por salários baixos e horários longos.

O ministro do trabalho declarou considerar o dia 21 de Abril um dos mais belos para as ideias socialistas. Aceitou o convite para integrar um governo de união de todos os partidos, com o objectivo de fazer reformas sociais e declarou-o a Álvaro de Castro, quando este o convidou para participar nas lutas que se avizinhavam, mas o regime político não lhe era indiferente, tendo participado empenhadamente nas lutas em defesa da República.

De prever seria que, na primeira oportunidade, este Ministro propusesse as medidas necessárias ao estabelecimento da justiça social. A primeira que viu aceite foi o horário de 8 horas, mas a guerra não estava ganha.

Da aprovação à publicação ia muito tempo e esforço. Da publicação à regulamentação, muito subterfúgio, muita propaganda, muitos obstáculos. Da publicação ao cumprimento, muita resistência e muitas reclamações.

As referências que apareciam na imprensa sobre o decreto já aprovado são pouco claras. As primeiras notícias, a 22 de Abril afirmam que a jornada de 8 horas é para a Indústria. Posteriormente esta afirmação é corrigida e, no dia seguinte, a 23 de Abril, os jornais diários dizem que, «ao que consta, a lei estabelecendo o régimen das 8 horas de trabalho a publicar e a entrar em vigor no dia 1.º de Maio atinge de uma forma

geral todo o comércio e indústria deixando apenas por regular o trabalho rural nos campos.²¹¹

Os trabalhadores acreditaram nas notícias e manifestaram o seu júbilo exuberantemente. Os próprios sindicalistas de *A Batalha* lhe fazem uma breve referência noticiosa:

«27 de Março – No final de uma manifestação feita ao ministro socialista do Trabalho, Augusto Dias da Silva, pela sua acção ministerial, os manifestantes vão, em massa, saudar *A Batalha*.»²¹²

Os jornais de tendência socialista estranhavam o pouco interesse demonstrado pelos órgãos de imprensa republicana e ainda com mais razão, pelo desinteresse dos sindicalistas e radicais:

«Parece não ter, afinal, um valor por aí além, o decreto estabelecendo o dia de 8 horas para a indústria.

Assim, a *Imprensa*, representante fiel da opinião pública, se exceptuarmos *A Manhã*, onde pela pena brilhante do seu Director, se faz a apologia da lei, muito embora servindo de pretexto para elevar um hino caloroso à República e que hoje ainda lhe dedica um eco, todos os mais conspícuos colegas guardaram aquele silêncio das ocasiões solenes.

A própria *Batalha*, porta-voz da organização operária limita-se a um eco pobrezinho.»²¹³

Registe-se a observação, sobre a forma como *A Manhã* trata a questão, que, segundo o articulista do *Combate*, é utilizada mais para enaltecer a República do que para informar os mais directos interessados, os operários. Esta forma de tratar uma notícia que poderia ser pouco aplaudida pelo patronato, onde os republicanos tinham numerosos adeptos, mais não será do que uma atitude cautelosa para provocarem o abandono de alguns apoiantes das suas fileiras.

²¹¹ *A Batalha* de 23/4/1919, pag 2

²¹² «Resenha dos factos mais importantes ocorridos de Fevereiro de 1919 a Junho de 1925», *Almanaque de A Batalha*, pag 89

²¹³ *O Combate* de 23/4/1919, pag 3

Desvalorizando o mérito pessoal dos autores atribui tudo à fatal, natural e normal evolução da sociedade humana:

«Diante do que tem de ser, são átomos os homens, e as suas vontades frágeis como gotas de orvalho. Tanto ano neste último século a reclamar as 8 horas de trabalho, como uma aspiração ideológica basilar, fundamental. Cortejos, declamações, letras, comícios, e as 8 horas sem virem. Afinal, mercê das fatais evoluções das coisas, tão naturais na vida dos homens como na vida dos astros ou dos minérios, as 8 horas vieram no nosso país com uma simples vontade do homem que os republicanos levaram ao poder, em representação de uma corrente popular. As 8 horas são assim mesmo uma conquista, mas porque o são têm os seus deveres, exigem uma linha de conduta tal que por ela se possa evitar a conversão do conquistador em tirano. O trabalho do homem não é uma mercadoria, e porque o não é, deve merecer respeito, principalmente e em primeiro lugar do próprio que trabalha.»²¹⁴

Pretender-se-ia desresponsabilizar os republicanos aos olhos do patronato? De notar será ainda o aviso ao operariado – é um dever do conquistador, não se tornar tirano. E ainda – o trabalho deve merecer respeito, principalmente e em primeiro lugar ao que trabalha. É pena que não tenha concretizado o seu conceito de respeito. Como deveria agir o operário para provar o respeito pelo seu trabalho? Dar o maior rendimento possível, certamente.

Fundara-se nesse ano a CGT, que tinha como órgão central, *A Batalha*.

A tomada de posição deste jornal é de um duro e implacável realismo. Destaca as dificuldades que esta lei terá de vencer até que se consiga o seu total cumprimento. Este vaticínio veio a revelar-se certo. Dizia nesse mesmo dia:

«Foi decretado para a Indústria o dia normal de 8 horas de trabalho. Uma velha aspiração proletária esta – tão longamente e tão persistentemente defendida, que mais remédio não tiveram os governantes senão reconhecer-lhe a justiça. Na indústria em geral, segundo o recente decreto, trabalhar-se-á 8 horas por dia. O diabo é que entre a publicação de um decreto e a sua execução vai um abismo. Um

²¹⁴ A Manhã de 23/4/1919, pag 3

abismo que só a acção operária poderá transpor – que, sem essa acção, terá o diploma governativo agora editado, a mesma validade que tantos outros dados a público por aquela fecunda empresa de publicações da Imprensa Nacional.»²¹⁵

O artigo não está assinado, mas o seu autor sabia do que falava. Até depois de publicada a lei, não entrava em execução enquanto não fosse regulamentada, e depois de regulamentada combateu-se o regulamento até ser suspenso. Nesta fase já era do domínio público que se proibiam os serões e todos os trabalhos extraordinários, punindo com pesadas multas o incumprimento destas normas. Criavam-se os lugares de fiscais, pois não havia ilusões: os abusadores não deixariam de existir e algumas profissões eram particularmente vulneráveis, como era o caso das costureiras, cuja associação foi convidada a nomear delegados em todos os bairros, para combater a exploração inaceitável destas profissionais, obrigadas a trabalhar pela noite dentro, com um salário miserável. Eram más notícias para o patronato. Uma lei assim tinha que ser combatida e impedida de entrar em vigor.

Enquanto o texto legislativo não era publicado, os jornais denunciavam situações de abusos de tempo de trabalho. Um dia era o testemunho de quem trabalhava 16 a 18 horas, num esforço violento e se congratulava por em breve essa brutalidade ser apenas uma recordação; no dia seguinte alguém dissertava sobre a esperança alimentada durante anos e anos de pobreza e exploração, confiando na força das reclamações persistentes de uma classe inteira.

Os redactores socialistas defendiam o decreto, enalteciam a sua importância e incitavam os seus correligionários a organizarem-se para o defenderem e levarem à prática. Faziam mesmo sessões de esclarecimento e propaganda, com o objectivo de darem conhecimentos aos operários, sobre os direitos que a lei lhes reconhecia.

Julgando vencida esta primeira etapa, avançavam já para outros projectos, outras conquistas. Tecendo considerações sobre as horas de descanso de que o trabalhador viria a ter direito, chamavam à atenção para o analfabetismo e as miseráveis habitações do povo trabalhador, esperando que se tomassem medidas de forma a evitar que essas horas de descanso viessem a ser passadas nas tabernas, com todas as consequências que

²¹⁵ A Batalha de 23/4/1919, pag 1

daí resultariam para as suas famílias. É demonstrativo dessas preocupações, a nota de abertura do dia 24 de Abril, do Combate:

«Trinta anos de reclamações, trinta anos de protestos e de lutas, estão consubstanciados naquela notícia sensacional com que o Combate iniciou a sua vida diária.

(...) Aquelas 16 ou 18 horas que eu trabalhei, num esforço físico violento e brutal ao qual só resistem os verdadeiramente fortes, sumiu-se pelas conquistas socialistas e reduz-se hoje a menos de metade.

(...) E esse decreto d'agora, limitando e estabelecendo o horário de trabalho, esse decreto que não constitui uma habilidade política... não representa um favor, porque é uma Carta de alforria, conquistada pelos trabalhadores.

(...) Oito horas de trabalho!

Uma lei! ... “Uma lei como muitas”.

É verdade, como muitas que a especulação de uns, a cobardia de outros e o comodismo de todos atiram para o lado como coisas inúteis.

Esta porém terá o seu guardião, o Partido Socialista, os seus fiscais serão todos aqueles que de norte a sul do país correm a abraçar o grande ideal.

Mas para que esta lei tenha aqueles efeitos benéficos que deve ter para ser um benefício e não se torne antes mais um elemento dissolvente na vida colectiva, para que essas horas de descanso bem diariamente ganhas, se não percam pelas espeluncas sórdidas que são hoje as habitações dos pobres, ou na taberna infame, sua única distração, é necessário que todos os esforços se congreguem para elevar o seu nível moral, para lhe insuflar a consciência do seu valor (...) é um trabalho imediato e imprescindível (...) preciso se torna educar-lhe o espírito, formar-lhe o carácter...»²¹⁶

E enquanto a lei não se publicava, avançava-se para a discussão do salário mínimo, os seguros sociais, a construção dos bairros para os operários, os subsídios na doença e na invalidez e a reforma na velhice.

Nestes assuntos se trabalhava seriamente no Ministério do Trabalho e os resultados começavam a efectivar-se – no dia 27 de Abril foi lançada, com grande

²¹⁶ O Combate de 24/4/1919, pag 1

solenidade e concorrência de público, a primeira pedra do Bairro Social do Arco do Cego.

O dia 1.º de Maio festejou-se, mas a lei do horário de trabalho tão ansiosamente aguardada não foi publicada nesse dia como se esperava, mas no dia 7, já depois de o ministro se ter demitido, o que aconteceu no dia 4.

Custódio de Mendonça associa a demissão do Ministro do Trabalho a dificuldades que lhe foram criadas e afirma no Combate de 7 de Maio que a reacção política, conjugada com a religiosa e a capitalista não tinha ainda deposto as armas e que as reuniões havidas na Associação Comercial, na Associação de vendedores de Víveres a Retalho, os telegramas dos comerciantes e dos industriais, protestando contra o dia de 8 horas de trabalho, contra o salário mínimo, contra a socialização das indústrias, etc., eram demonstrações da existência de forças manobrando na sombra.

Refere-se ainda aos violentos ataques da direita republicana contra a esquerda republicana e tudo isto junto à declaração de Dias da Silva, de que ao deixar o lugar de ministro estava disposto a fazer um combate cerrado ao governo, mas que horas depois tinha mudado de opinião porque alguém o tinha convidado a entrar numa revolução republicana retrógrada, são indícios da instabilidade que se vivia.

A saída de Augusto Dias da Silva do Ministério do Trabalho e as eleições para o Parlamento a 12 de Maio de 1919 diminuíram o ritmo que se tinha imprimido à efectivação do horário de 8 horas e desviou momentaneamente as atenções nele centradas.

Augusto Dias da Silva foi eleito deputado por Lisboa nesse ano e continuou a luta no Parlamento. O governo remetia-se ao silêncio ou pior, iludia os trabalhadores com falsas esperanças e os meses foram passando sem que voltasse a tratar-se deste assunto. Já vimos porquê: as associações industriais e comerciais e ainda os pequenos lojistas, o comércio de víveres a retalho e alguns serviços mantinham forte pressão sobre o poder político.

A imprensa afecta aos socialistas é que não deixava o caso no esquecimento, insistindo em lembrar a quem se deviam as propostas das medidas sociais e que forças se tinham congregado para derrubar o ministro socialista. Sendo *O Combate* o órgão central deste partido é neste jornal que se encontram as notícias sistemáticas e continuadas que nos permitem acompanhar a esperança na efectivação destas medidas. Fazendo um acompanhamento paralelo da legislação operária, constatamos que não são coincidentes as datas anunciadas e que a imprensa anuncia a entrada em vigor do decreto, ignorando o que na realidade atrasava a sua regulamentação.

Neste jornal se dizia, a 21 de Maio o seguinte:

«Os seguros sociais e o horário de trabalho foram medidas iniciadas pelo ex-ministro socialista, que ficaram prejudicadas na imediata execução pela sua saída do governo.

Com modificações várias, o projecto de seguros apresentado pelo nosso amigo Dias da Silva está hoje convertido em lei.

E dos seus benefícios, da própria crítica que a sua execução mereça, a seu tempo falaremos.

A lei das 8 horas, que fez com que os mentideros da baixa, onde a parasitagem campeia, iniciasse uma campanha feroz contra o ministro socialista, teve um compasso de espera de 30 dias. Esse factor, já de si sintomático, junto às ameaças e invectivas dos caporaes da Associação dos lojistas e artes correlativas, induziram no público a desconfiança natural de que a lei tinha encontrado o seu alçapão.

Essa preocupação nos levou ao gabinete da Agricultura.»²¹⁷

Foram recebidos pelo ministro Jorge Nunes que sendo ministro da agricultura, acumulava agora com essa, embora interinamente, a pasta do Trabalho, tendo-lhes garantido que a jornada de 8 horas era um facto irrevogável e que deveria entrar em vigor dentro de 30 dias. Se o ministro foi sincero com o jornalista, também ele se enganou.

«Estou recebendo reclamações, horários, fórmulas, que servirão para se regulamentar o decreto, as próprias Associações de Classe devem enviar com

²¹⁷ O combate de 21/5/1919, pag 1

urgência os mapas respeitantes aos horários estabelecidos dentro desse período legal e aprovados ou aceites pelos operários.

- Se findo o prazo de 30 dias, a lei não for um facto? Objectámos.

- E porque não há-de ser?!

Conseguíramos a garantia moral de que a lei-horário para a indústria se porá em execução, sejam quais forem os entraves.

A Direcção da União dos Empregados de Comércio de Lisboa tendo consultado os seus delegados na comissão que está elaborando o regulamento da mesma lei, sobre uma notícia enviada pela Associação dos Lojistas acha-se habilitada a desmentir tal notícia, visto não ser exacta, e ao mesmo tempo deturpar o que se passou na conferência com o Ministro do Trabalho. A lei não foi suspensa como relata a mesma Associação, mas sim prorrogada por mais trinta dias, para a regulamentar, o que é muito diverso.»²¹⁸

Aqui se apontam mais adversários das medidas sociais e suas diligências no sentido de travar essas mesmas medidas. O combate vinha do lado dos empregadores, mesmo dos pequenos proprietários, desde que tivessem empregados. A lei do novo horário não favorecia os seus interesses económicos e por isso tentavam eliminá-la, ou suspendê-la, pelo menos.

Os seus defensores estavam longe de imaginar até que ponto esta lei ia ser atrasada.

Acreditavam que a prorrogação seria de um mês, mas os factos para o impedir sucederam-se, sempre com justificações que nada justificavam, ludibriando sempre as esperanças dos interessados. Tudo era pretexto para retardar e complicar o processo. Crescia, à medida que o tempo passava, a interferência do patronato nas medidas e normas de regulamentação. Os 30 dias de prorrogação passaram e a tão esperada lei não saía dos gabinetes. Já a 10 de Junho, ecoam os protestos contra interpretações abusivas quanto às instituições que poderiam participar, e a que título, na regulamentação.

Tinha sido acordado que o Governo nomearia seis representantes dos trabalhadores e que pela parte do patronato estariam elementos apenas enquanto técnicos. Pois o que se verificou foi a nomeação de seis representantes oficiais das

²¹⁸ Ibidem

Associações patronais, mas com o estatuto de negociadores, olvidando a representação operária.

Passaram mais 30 dias e a 5 de Julho nada tinha avançado, a não ser o desânimo e o descontentamento de quem tinha razões para estar cansado de esperar. Isso é bem visível na forma como se expressava. A ironia era um lenitivo:

«Mais uma mezinha aplicada aquele fatal decreto de 7 de Maio, que estabelecia em Portugal o horário de 8 horas, saiu ontem do ministério do Trabalho.

Depois de prorrogações indispensáveis para estudar a regulamentação do decreto, ao cabo de dois longos meses de um aturado trabalho mental para resolver todas as dificuldades e convencer as classes operárias a aceitarem o horário...os estudos estão no mesmo estado em que se encontravam no dia 7 de Maio e por falta de representantes do governo, a Comissão ainda não reuniu completa uma única vez!

O ministro interino do Trabalho, que há dias deixou o cargo, afirmou-nos por mais de uma vez o seu desejo de que a regulamentação se fizesse rapidamente; não havia, porém, quem quisesse presidir a essa Comissão, e o ministro também, parecia, não tinha força para impor a qualquer subordinado de categoria, este sacrifício.

(...) O certo porém, é que daqui ou dali, a lei lá foi encalhando, e quando agora o ministro acertara com um homem para a presidência, vai-se embora e o seu sucessor manda fazer...uma circular!

A doutrina desta circular, escrita em redondilha de repartição e com um calitismo de termos feitos à máquina de escrever, convida as Associações Operárias a avistarem-se com as Associações Patronais respectivas, para que cheguem a um acordo para estabelecer um regulamento compatível com a lei!

(...) Ignora o ministro, ou as repartições, que tudo quanto podia ser reclamado ou servir de base para um acordo, já existe no ministério do Trabalho?! E que para coligir essas reclamações, para orientar a regulamentação, existe nomeada pelo ministro, uma comissão formada de pessoas escolhidas nas duas classes, entre aquelas outras que, salientando-se pela defesa dos seus interesses, tinham também a compreensão nítida do momento que passa!(...)»²¹⁹

²¹⁹ O Combate de 5/7/1919, pag 1

Lembravam ainda que os trabalhadores não consentiriam que o decreto de 7 de Maio, a sua carta de alforria, fosse mais um farrapo de papel a lançar no rio do esquecimento como tem acontecido com muitos outros. E, em tom jocoso, diziam ainda aos Srs. Políticos que não lhes ficava bem andarem *a cantar o socialismo em todos os tons* e pretenderem iludir a lei com habilidades velhas, sendo esta lei a base de todas as conquistas futuras.

Estes documentos do tempo são um testemunho dos obstáculos que foi necessário vencer para que os trabalhadores viessem a usufruir do horário de 8 horas. Mostram como se levantavam as barreiras e como era difícil afastá-las. Também fica evidente quem zelava e defendia esta lei. Os partidos republicanos, qualquer deles, não estavam interessados na entrada em vigor. Só avançavam pressionados pelas organizações operárias.

E a saga prosseguiu, de obstáculo em obstáculo, sempre combatidos pela persistência das forças congregadas na defesa das conquistas já alcançadas, mas com enorme esforço, grandes dificuldades e diminuto sucesso.

Com o decorrer do tempo iam mudando as estratégias e os argumentos. Inicialmente usaram o silêncio. Mas quem tanto se tinha empenhado em fazer aprovar a lei é que não se calava e o seu recurso era a imprensa. É graças a essa arma que nós hoje podemos acompanhar a evolução deste processo, e conhecer entraves que não saberíamos pelos canais oficiais. Causa uma certa admiração a arte de manipular, para retardar. Enquanto a imaginação pode criar dificuldades justificáveis aos olhos dos adversários, usaram-nas. Contudo, notam-se muitos cuidados e cautelas por parte do poder e da imprensa afecta a esse mesmo poder. Constata-se uma relativa fragilidade nos argumentos e muita hesitação em actuar, deixando-nos a ideia que o governo queria agradar a gregos e troianos e que estava entre dois fogos que não baixavam os braços.

Acrescia a tudo isto a muita desunião dos republicanos, perdendo-se em questiúnculas de carácter político/partidário cada vez mais numerosas, que

fraccionavam cada vez mais os já fraccionados partidos, aumentando o seu número e diminuindo a sua força. A irrequietude e contundência de alguns mantinham a situação em permanente instabilidade e os governos nunca sabiam donde viria oposição. Desde o sidonismo que a insegurança era o estado normal. Parece que ninguém confia em ninguém e antes de tomarem medidas espreitavam em todas as frestas, acabando por não se tomarem as medidas justas e urgentes. Isto engrossava o número dos descontentes nos dois campos, uns porque queriam leis que lhes trouxessem vantagens, outros porque queriam leis que lhes reconhecessem direitos. A indecisão adiava, mas não resolvia.

Pelas atitudes que tomavam alguns políticos parece que, a não se fazer como eles queriam era preferível não fazer nada...até chegar a hora de imporem a sua forma de ver ou melhor, os seus interesses. E pior, estes homens obstinados estavam seriamente convictos que só eles é que tinham razão, só eles estavam certos. Parece-me que o fundamentalismo de alguns levou à perdição de todos. Acima de tudo estavam os interesses do patronato. Seria importante seguir o procedimento político desses homens que perderam a República e reabilitar aqueles que tanto se esforçaram por salvá-la. Tem-se usado a calúnia generalizado aos republicanos e em muitos casos não se justifica, mas verdade é que alguns permitiram a confusão que perdeu a República.

Quando deixou de ser possível retardar mais com o recurso ao silêncio, porque as vozes do protesto falavam cada vez mais alto, começaram a aparecer argumentações para arredar um horário que, como sempre repetiam, prejudicava a nossa economia. Não haveria rendimento nas empresas com os aumentos salariais e ainda menos haveria com a diminuição das horas de trabalho, diziam.

Confrontados com estas argumentações, os defensores do horário replicaram com as habituais argumentações também. Que não era como diziam, que o trabalhador mal alimentado e cansado, não dava o rendimento que se julgava. Que até era contraproducente e daí não vinham grandes lucros para a nossa economia.

Chegou o final de Julho. Passados três longos meses para quem espera, curtos para quem trava, a lei ainda não tinha saído dos gabinetes do governo.

No dia 29 de Julho, o arauto número um das notícias sobre esta questão, traz na 1.^a página mais uma chamada de atenção sobre esta matéria:

«Não é demais que continuemos no assunto.

Há três meses que, legalmente, o horário normal de 8 horas devia estar em execução, mas, a pretexto de uma regulamentação ponderada, vem essa execução sendo adiada indefinidamente, no meio da apatia geral.

Temos afirmado que não são os operários os únicos prejudicados...e não nos servimos para essa afirmativa de qualquer daqueles argumentos já gastos e desgastos de produção consciente, melhoria do fabrico...etc.»²²⁰

Pondo os pontos nos ii, dizem o que na verdade pensam. E pensam que esses aspectos não interessam minimamente aos industriais e aos comerciantes. E acrescentam que tanto uns como outros só têm uma mola sensível – o interesse. E sendo assim, é tocando-lhe nesse ponto fraco que têm de argumentar. A linguagem que usam é tão expressiva que merece ser citada:

«Houve em Lisboa uma guerra espantosa contra a lei das 8 horas. Tão grande, tão violenta foi essa campanha, que não é demasiado atribuir-lhe o motivo original da demissão do seu autor.

E, ao mesmo tempo que se pretendia lançar para o limbo essa lei que vinha trazer um pouco de equilíbrio ao trabalho nacional, a mesma gente, aproveitando a monção favorável, abria uma campanha difamatória contra as classes trabalhadoras que, no uso de um direito reconhecido pela própria burguesia, oferece os seus braços a quem melhores quantias dá.

Essa entidade que concorre, com tantas vantagens, ao açambarcamento dos trabalhadores, não é outra senão o Estado!

E todos os protestos, todos os esforços serão inúteis para arrancar os braços a quem melhor garante a retribuição.

Nós sabemos que a burguesia já viu o facto claramente, mas as soluções que pretende sejam efectivadas é que são falsas.»²²¹

²²⁰ O Combate de 29/7/1919, pag 1

²²¹ Ibidem

Os funcionários e outros trabalhadores do Estado já tinham este horário, que deveria servir de modelo a todos, já que todos recorriam ao Estado para alcançarem os objectivos pretendidos. Por isso, terminam concluindo, que só há uma saída:

«Restabelecer o equilíbrio e fazer entrar a normalidade no trabalho, acabando com as desigualdades, pondo em execução a lei das 8 horas, que interessa ao governo, aos particulares, a quem não faltarão braços, aos operários, que verão uma das suas reclamações satisfeitas, e à própria República, cuja pureza e fins sociais estão em cheque com os constantes adiamentos de uma lei que já devia estar em execução há três meses.»²²²

O que era, e parece que ainda é, muito comum entre nós, é que as leis não se cumpriam e esse facto não tinha consequências. Estava publicado há cerca de 4 anos um horário de 10 horas de trabalho que nunca foi regulamentado e, por isso, era como se não existisse e o descanso semanal contava já com uns dez anos, mas ainda não se cumpria em muitos pontos do país.

Havia situações de abusos impensáveis. Em abono do que afirmo apresento o exemplo (mau), dos comerciantes de Montemor-o-Novo que responderam à circular do ministério do Trabalho atrás referida, para se regulamentar o horário de 8 horas, propondo 13 horas de trabalho, sem direito ao descanso. Foi esta a proposta que estes comerciantes fizeram e consideravam que era um favor enorme, pois os empregados chegavam a trabalhar 18 horas!

Quanto ao descanso semanal, sabiam que existia, mas ali nunca tinha sido considerado sequer. Apesar de isso nos parecer impossível, ainda havia casos mais graves. Em S. João da Madeira, na próspera indústria de chapéus, trabalhava-se desde o romper da aurora até à meia-noite, de Maio a Outubro, fechando-se as fábricas nesse mês e ficando os trabalhadores sem trabalho e sem salário no resto do ano. E isto com salários miseráveis nos meses de trabalho.

Nos fornos de cal do Tramagal todo o desgastante e exaustivo trabalho era feito por mulheres, de sol a sol. Preferiam as mulheres porque só recebiam metade do salário

²²² Ibidem

de um homem. Como os rurais ainda não estavam abrangidos pelo novo horário, estas mulheres executavam alguns trabalhos agrícolas, com o objectivo de serem classificadas como rurais, para não puderem reclamar as 8 horas.

Estes são apenas três exemplos de uma realidade que se verificava, na generalidade, fora de todas as grandes cidades. Se nem a já existente lei das dez horas era cumprida, poderemos imaginar as dificuldades que se colocavam à aplicação da lei das 8 horas.

Perante esta dura e vergonhosa realidade, os socialistas organizaram-se para iniciarem em todo o país sessões de esclarecimento, que além de informar, evidenciavam a necessidade de pôr em execução a lei encravada nos gabinetes ministeriais. As sessões tiveram início a 3 de Agosto de 1919, realizavam-se nas sedes das associações de classe, nas colectividades recreativas e desportivas e os organizadores pediam a colaboração de todos.

Esta campanha desencadeada pelo Partido Socialista parece ter dado resultados, a julgar pelas notícias da imprensa, como se deduz da seguinte notícia:

«Ao contrapor ao indiferentismo das classes organizadas da capital da República, em defesa da lei das 8 horas, talvez por um egoísmo condenável, por já possuírem esse horário, diariamente nos chegam da província incentivos para não esmorecermos na nossa campanha.

Por toda a província, mesmo naqueles pequenos centros onde a vingança dos patrões nunca se faz esperar, os trabalhadores reagem, e, com os empregados de comércio à frente, reclamam, e por todas as formas procuram impor a sua opinião.

A contrastar com a falta de elementos fornecidos pelas associações da capital, temos o detalhe minucioso de todos os núcleos das províncias.

Torna-se necessário que em todas as terras onde haja uma organização socialista ou operária se faça uma propaganda activa da grande lei.

Logo que os organismos provinciais o indiquem, e se o julgarem necessário, irão de Lisboa propagandistas; esta acção é concludente prova que o

Partido Socialista é hoje a única organização nacional que caminha na vanguarda de todas as forças produtoras.»²²³

A correlação de forças sofria alterações sempre que os governos mudavam. Com governos de orientação mais conservadora verificava-se um silêncio estratégico por parte do poder. E mesmo na área dos conservadores ainda havia a acção do ministro do Trabalho, que podia ser mais moderado ou mais retrógrado. E nesta altura, os governos eram de curta duração.

O gabinete presidido por Domingos Leite Pereira foi relativamente favorável às reclamações dos trabalhadores e foi este governo que publicou a 7 de Maio o decreto das 8 horas, mas este gabinete caiu a 29 de Junho de 1919 e foi substituído por um, presidido por Sá Cardoso, que governou até 15 de Janeiro de 1920. A pasta do Trabalho foi confiada a um democrático, José Domingos dos Santos. Este ministro não era hostil às reivindicações operárias, mas o presidente tinha uma visão conservadora. A sua participação nos debates parlamentares deixa-nos essa convicção. Durante a sua administração não houve progressos ou avanços nesta matéria e foi nesta altura que os socialistas sentiram a necessidade de exercer pressão e atraírem à sua causa a sociedade civil.

O facto de existir um grupo parlamentar socialista mais numeroso, destacando-se pela sua combatividade, Augusto Dias da Silva, José de Almeida, Costa Júnior e António Pereira, eleitos por Lisboa; Ladislau Batalha e Manuel José da Silva, pelo Porto favoreceu a causa operária, pois levaram ao parlamento os problemas que mais agravavam as camadas mais pobres da população – açambarcamentos, carestia de vida, ausência de condições nos locais de trabalho, salário mínimo, duração da jornada de trabalho e demais injustiças que no dia a dia iam sendo do conhecimento de qualquer deles.

Sempre que o governo se deslocava ao parlamento era confrontado com o atraso da entrada em vigor do horário e a combatividade daqueles seis deputados era muito

²²³ O Combate de 9/8/1919, pag 1

difícil de vencer, tanto por parte das maiorias como dos governos. Tinham perfeito conhecimento desta matéria, tendo entre eles o ministro e o secretário de estado do Trabalho, Ladislau Batalha, que tinham conseguido a aprovação desta lei. A pressão era exercida em quatro frentes – no Parlamento, nas sessões de esclarecimento, na imprensa e nas representações enviadas pelo operariado. O trabalho concertado é que não permitiu a paragem completa deste assunto, apesar de o ministro do Trabalho não lhe ser hostil.

Sempre que havia qualquer indício de avanço, a notícia surgia no *Combate*.

A 12 de Agosto informava que, a partir desse dia se começava a efectivar o cumprimento da lei-horário:

«Finalmente, pela primeira vez ouvimos uma voz autorizada e com categoria oficial, afirmar-nos a execução imediata da lei-horário:

- Posso garantir-lhe e autorizo-o a tornar público. A regulamentação da lei estará dentro de dias concluída, e começará a ser executada no próximo dia 15 de Agosto! Era uma resposta categórica esta. Não temos o direito de duvidar da palavra do ilustre deputado Paiva Manso, Presidente da Comissão que estudou a regulamentação (...)

A oposição tenaz dos representantes da classe patronal transformou-se, a breve trecho, num facciosismo irritante; aqueles cavalheiros que tinham aceitado os cargos para colaborar na regulamentação do horário, acabaram por abandonar as reuniões, pois a sua colaboração resumia-se na revogação pura e simples do decreto que o consignava.

Em destaque com esta estranha atitude, os vogais operários não se pouparam a trabalhos nem a sacrifícios para que a regulamentação se fizesse com rapidez.

Tudo isto nós pensávamos enquanto diligenciávamos obter alguns informes mais, sobre a forma possível da execução, e, ao lembrarmos a intimativa rebelde do Comércio de Lisboa, que pelo seu representante oficial afirmava:

O Comércio desinteressa-se da lei e ainda que seja posta em vigor não a acatará.

Isto é, aquelas classes que se dizem mais conservadoras e respeitadoras das leis, proclamando a revolta!

Mas o ilustre deputado volta a afirmar-nos:

- A Comissão estudou todas as dificuldades da lei, previu todos os possíveis desastres, ressaltou certos exageros e... a lei será cumprida, não tenha dúvida. (...)

Seria interessante que o Sr. Sá Cardoso mandasse arquivar o horário, apavorado com a guerra dos sapatos de ourela e letras de câmbio.»²²⁴

O humor era também uma arma destes jornalistas e humor era coisa que não faltava aos redactores de *O Combate*, como tem ficado evidente nos artigos transcritos.

Mas, antes que o horário de 8 horas de trabalho entrasse em vigor, muita água correria por debaixo das pontes! E muita mais correria ainda, antes que fosse efectivamente cumprida em todo o país.

Como a esperança é a última a morrer e ela é que alimentava os ânimos tenazes e persistentes, habituados à luta, prosseguiram estes no trabalho que vinham fazendo há vários meses. Já tinham percebido que era um passo em frente, seguido de outro atrás, para que tudo ficasse na mesma. Voltam a dar-nos notícias já depois do tão esperado dia 15 de Agosto, dia em que iria entrar em vigor a famosa lei. Mês e meio de pesado silêncio e a 29 de Setembro somos surpreendidos com uma frase na qual nos custa crer, afirmando que a lei das 8 horas está sentenciada a não ser cumprida. Mais à frente vinha um comentário dizendo que era uma notícia vinda da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa. E continuam clarificando e fazendo o ponto da situação, sempre em tom jocoso. Dali podemos inferir que houve trabalhadores confundidos, porque alguém trabalhou nesse sentido, levando-os a tomar posições contrárias aos seus interesses e fazendo-lhes crer que a lei era má e servia o patronato.

No dia 1 de Outubro, mais uma entrada em vigor é anunciada para esse mesmo dia. Mas foi sol de pouca dura. Se chegou a entrar em vigor, depressa se arrependeu o governo, pois no dia 5 de Outubro, no dia em que a República fazia nove anos de idade, cometeu um acto vergonhoso para a República – suspendeu, mais uma vez, a lei que já estava em vigor em toda a Europa. Esta medida, uma moratória de 30 dias, foi devida à

²²⁴ O Combate, 12/8/ 1919, pag 1

pressão que cresceu graças a todos os interesses que comerciantes e industriais foram trazendo à sua causa, mesmo alguns equivocados trabalhadores e outros interesses que ainda não estão claros, totalizando aquilo a que deram o nome de forças vivas, saco onde couberam gatos de espécies até contrárias.

«A imprensa continua a tomar posições e a dar-nos a sua visão dos acontecimentos, estranhando que o governo «recue perante a arruaça dos sindicatos capitalistas, na sua maior parte compostos pelos mais encarniçados inimigos das classes populares, pelos açambarcadores, por toda essa quadrilha de patriotas que enriqueceram com a guerra sem que para a guerra tivesse contribuído com um só ceutil, que se recusou já em tempos, a pagar as contribuições sobre os lucros da guerra, conquistando assim, perante a indústria, o comércio e a agricultura de todos os países beligerantes e até dos não beligerantes, uma situação de escandaloso e revoltante privilégio... Este comportamento do poder político dizem, só acontece no nosso país, um país de opereta, opereta bufa, onde se ri de tudo com uma irresponsabilidade de imbecis...».²²⁵

Estas manifestações de indignação traduzem a revolta de quem se sente enganado e impotente perante uma injustiça.

Começam agora a aparecer também os ecos das posições tomadas pelos operários:

«A fábrica de tecidos de Tomar conservou-se hoje fechada por causa da atitude que a classe têxtil ontem tomou, de só aceitar o horário de 8 horas.

Enquanto a direcção da fábrica não resolver dar este horário, o pessoal não vai trabalhar (...)»²²⁶

Também no Porto se registam tomadas de posição idênticas:

«A classe têxtil foi a que mais se movimentou em favor da conquista das 8 horas de trabalho... e não foi estéril a sua luta, pois apesar de tudo as fábricas vão

²²⁵ O Combate, 5/10/1919, pag.1

²²⁶ Ibidem

abrindo, ao mesmo tempo que concedem as 8 horas. Mais de 30 mil operários da classe têxtil já desfruta essa regalia (...).

Em Tomar os operários da fábrica de serração largaram o trabalho em sinal de protesto... e grande parte dos operários da construção acompanhou aqueles operários.

Depois realizou-se uma sessão na sede da Federação, para resolverem a orientação a seguir, perante o adiamento da lei.

Às 7 horas reuniu a Associação de Classe dos Operários Manufactores de Tecidos Tomarense, que resolveu continuar firme e resolvida a não entrar para o trabalho senão com o horário de 8 horas.

Resolveu mais, oficialiar à classe têxtil do Porto, fazendo-lhe ciente que tinha seguido igual orientação e pedindo-lhe que continuassem solidários neste movimento, e dar parte do mesmo à Confederação Geral dos Trabalhadores.

Também se resolveu oficialiar à Associação Industrial e Comercial de Tomar participando-lhe que foi lavrado um protesto contra o procedimento daquela colectividade, que foi uma das primeiras a manifestar-se contra o horário novo e a mandar delegados a Lisboa para sustar a sua execução.

Deliberou ainda distribuir um manifesto e nomear uma comissão para dar andamento a estes trabalhos.»²²⁷

Registe-se que eram prática dos vendedores os açambarcamentos a sonegação dos produtos alimentares, que além de caros escasseavam. Mas fizeram-se fortunas e *O Combate* não deixa de colocar os seus nomes na primeira página.

O ano de 1920 fez renascer alguma esperança, de que a imprensa se fez eco.

O ministério presidido por Sá Cardoso caiu a 15 de Janeiro de 1920. Seguiu-se um ministério de um dia e após este, um de seis dias, novamente presidido por Sá Cardoso.

A 21 de Janeiro de 1920 tomou posse novo Ministério, presidido por Domingos Leite Pereira, com um socialista (recentemente saído do Partido Democrático) na pasta do Trabalho – Amílcar da Silva Ramada Curto.

²²⁷ O Combate de 8/10/1919 pag 1

A 22 de Janeiro, a toda a largura da primeira página, *O Combate* noticiava:

«Os socialistas no poder e a lei das 8 horas

Vai, finalmente, terminar a torpe mistificação que se vinha fazendo com a lei das 8 horas de trabalho, que os socialistas decretaram.

Sem violências escusadas, nem sacrifícios de nenhuma ordem, desde as maiores cidades aos mais pequenos lugarejos, os socialistas, representados no poder pelo Dr. Ramada Curto, vão fazer com que seja cumprida enfim, integralmente, essa lei eminentemente socialista.»²²⁸

Embora o governo ainda não se tivesse pronunciado, todos esperavam dele essa medida e anteciparam-se a dar a notícia. De facto, Domingos Leite Pereira, conhecido como sendo da ala esquerda do Partido Democrático, na Presidência do Ministério, e Ramada Curto na pasta do Trabalho iriam certamente impor o cumprimento desse horário.

A chegada de Ramada Curto ao Partido Socialista era recente, porque na sessão de 7 de Julho de 1919 ainda ele declarava apoiar o governo do seu partido, presidido por Sá Cardoso.

O órgão central do Partido Socialista noticiou de forma calorosa e entusiasta, no dia 23 de Janeiro de 1920:

«As 8 horas de trabalho e a sua efectivação

Foram já expedidas ordens terminantes para que de segunda-feira em diante, comece a ser cumprida, integralmente, em todo o País, a lei das 8 horas de trabalho.

Em todas as cidades e vilas de primeira ordem, o comércio só poderá abrir os seus estabelecimentos das 9 às 12 horas e das 14 às 19, todos os dias, à excepção dos sábados, visto que nesse dia lhe será consentido, segundo a lei, que tenham os seus estabelecimentos abertos, apenas por mais duas horas.

²²⁸ O Combate de 22/1/1920, pag. 1

Para evitar que se especule torpemente com a lei, às casas de vendas de vinho não serão concedidas essas duas horas.»²²⁹

Estava finalmente ganha aquela guerra, teriam pensado os leitores. Os operários portugueses tinham um horário de 8 horas de trabalho. Contrariamente, nós que já conhecemos o processo, sabemos que o decreto regulamentar só trazia um prazo de validade de seis meses.

Outras medidas sociais, também propostas por Augusto Dias da Silva e publicadas posteriormente, contrariamente ao que se passava com o horário de trabalho, estavam já a ser implementadas: os seguros sociais obrigatórios na velhice e sobrevivência, na invalidez, na doença e nos desastres no trabalho.

A consagração do horário de 8 horas deixando horas livres para descanso, fazia sentir ainda mais a urgência de uma habitação condigna. Proporcionar essa habitação aos operários, conduziu à construção dos bairros sociais, nesta data já em concretização, graças ao decreto n.º 5 397 de 14 de Abril de 1919.

Pelo decreto n.º 5 443, de 26 de Abril desse ano, foi o Governo autorizado a contrair um empréstimo de 10 000 contos, destinado à compra de propriedades, aquisição de materiais e ao pagamento das restantes despesas relativas à construção de cinco bairros para habitação de operários e das classes menos abastadas.

Ainda nesse mesmo dia, saiu a Portaria n.º 1 755, dando conta da decisão de adquirir um local para se construir o bairro social do Arco do Cego, informando que local era esse e quais os seus valores. Diz o seguinte:

«Tendo o Ministro do trabalho resolvido comprar à firma Pinto & Sotto Maior a Quinta das Cortes, pela quantia de 130.000\$ a parte rústica e 28.000\$ a parte urbana, para nela ser construído o bairro operário, a que se refere o decreto-lei n.º 5.397, de 14 do corrente:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Trabalho, o seguinte:

²²⁹ Ibidem

1.º Que o secretário geral do Ministério do trabalho, Manuel Correia de Melo, seja encarregado de outorgar, por parte do Governo, na compra da mencionada propriedade, que terá lugar com dispensa das formalidades legais de que trata o artigo 6.º do aludido decreto.»

No dia 27, isto é, no dia imediato foi lançada a primeira pedra do bairro social do Arco do Cego, com a presença do Presidente da República Canto e Castro e do Ministro do Trabalho, Augusto Dias da Silva.

Logo a 30 de Abril publicava-se o Regulamento para a construção dos bairros sociais, aprovado pelo decreto n.º 5 481, datado desse mesmo dia.

Num curto período de 15 dias produziram-se os textos legislativos, adquiriu-se o local e iniciaram-se as obras. Bateu-se um record!

3. Os Seguros Sociais Obrigatórios

O bloco legislativo publicado no dia 10 de Maio era constituído por cinco decretos, que só poderiam ser aplicados depois de existir uma estrutura organizativa que assegurasse o seu funcionamento. Esse organismo foi o Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e Previdência Geral. Administrativamente, o funcionamento dos Seguros Sociais Obrigatórios ficava centralizado no Instituto. Garantia unidade e orientação aos serviços que iriam servir de base à sua aplicação.

Era constituído por uma Secretaria Central, Conselho de Administração e Fiscal, Direcção dos Serviços Sociais Obrigatórios na Doença, Direcção dos Serviços Sociais de Desastres no Trabalho e Mútuas, Direcção dos Serviços de Seguros Sociais Obrigatórios na Invalidez e Velhice, Direcção de Serviços Industriais (exercidos pelas sociedades anónimas), Direcção de Serviços das Bolsas Sociais de Trabalho, Estatística e de Defesa Económica de todos os ramos de previdência.

Tinham ainda os serviços externos que abrangiam os seguintes organismos:

Inspecção de Previdência Social, Circunscrições de Previdência Social, Tribunais de Árbitros de Previdência Social e Tribunais de Desastres no Trabalho.

Compreendiam sete circunscrições: Porto, Coimbra, Lisboa, Castelo Branco, Évora, Angra do Heroísmo e Funchal.

Todos os serviços centralizados no Instituto estavam dependentes do Ministério do Trabalho.

O Conselho de Administração reuniu pela primeira vez no dia 26 de Maio de 1919. Considerando a morosidade de todos os processos que tinham como objectivo solucionar problemas sociais, esta acção rápida, revela o empenhamento de quem legislou e a determinação dos nomeados para os cargos. Iniciarem funções quinze dias após a publicação do decreto que criou o ISSOPG. Podemos considerar um tempo record. Revela vontade política, contrariamente ao que se passou com toda a legislação social anterior, para a implementação da qual nunca se manifestou vontade política.

Só o processo dos bairros sociais foi mais rápido do que o dos seguros sociais.

Deste órgão dependia a eficácia de todo o sistema. Conscientes desta realidade, os membros do Conselho de Administração, inicialmente, reuniam duas vezes por semana e só passada a fase de organização é que as reuniões passaram a ser semanais.

A actuação desenvolveu-se em dois sentidos ao mesmo tempo: organizar administrativamente e divulgar para preparar o recenseamento que viria a implementar o sistema. O trabalho de instalação poderemos considerá-lo terminado nos fins de 1920. A informação pública fez-se por meio de circulares, editais, e cartazes, que foram enviados para todo o país, após o que se iniciaram os trabalhos de recenseamento da população que seria abrangida. A dinâmica que imprimiram ao processo, criou grandes expectativas na população, nos órgãos administrativos e de poder. O trabalho realizado é a prova do sucesso e pode confirmar-se nas actas de reuniões do Conselho de Administração. Até final de 1920, estavam praticamente instalados e a funcionar todos os serviços.

Os decretos dos Seguros Sociais Obrigatórios fornecem informação para conhecermos a validade e oportunidade dos seus objectivos. Emitir opiniões sobre eles sem os analisar é, no mínimo, inaceitável. E, por estranho que pareça, isso já tem acontecido. Daí as opiniões que os desvalorizam e até mais grave, chegam mesmo a denegri-los como legislação utópica, pouco reflectida, sem sentido prático, impossível de ser aplicada. A estas opiniões poderemos contrapor uma realidade – os Seguros Sociais já estavam a ser aplicados na Alemanha, Áustria, Suíça, Dinamarca, Suécia e Noruega. Em França e Espanha ultimavam-se os documentos legislativos no mesmo sentido. Se nestes países o sistema era bem acolhido e funcionava. Portugal não seria excepção, embora tivéssemos iniciado sempre as reformas com algum atraso em relação aos referidos países.

Para conhecimento dos objectivos dos políticos que foram os responsáveis por estes decretos, temos de conhecer o pensamento do legislador, claramente expresso nos textos introdutórios.

«É vastíssimo o horizonte de acção onde o Instituto de Seguros Sociais e de Previdência Geral tem de actuar com harmonia, decisão e capacidade técnica para organizar serviços fora de toda a rotina burocrática, de modo que o trabalho preparatório de execução dum tão largo plano de reforma seja compreendido por todos no seu objectivo, na grandeza de vistas e no espírito emancipador em que foi inspirado, à luz brilhante de um ideal de justiça e de humanidade.

O momento actual não permite delongas para a solução dos principais problemas que afectam não só as classes trabalhadoras: a sua resultante prende com a estabilidade do equilíbrio social, como força reguladora dum novo direito internacional que faça a aliança em bases justas, sinceras, de mútua cooperação, a fim de tornar menos dolorosa a vida dos que atravessam a existência deplorando os seus infortúnios e misérias – apesar de serem os mais poderosos agentes produtores de riqueza.

Temos de nobilitar o trabalho em todos os aspectos da vida profissional que caracteriza a actividade humana!

A obra da Liga das Nações – precursora de uma nova era de paz social – visa a esse grandioso fim pelo sábio concurso das leis internacionais na defesa dos direitos das classes laboriosas pela aplicação de todas as formas dos seguros sociais

obrigatórios contra a doença, desastres de trabalho, invalidez e velhice, por um regime de trabalho que deixe de ser uma opressão!

Portugal tem de ir ao encontro dos nobres ideais do direito em favor das classes laboriosas, não com promessas duma realização mais ou menos futura, mas com decisões firmes, rasgadas e de alcance com carácter de realização imediata.»²³⁰

Os direitos das classes laboriosas eram direitos, não eram esmolas. Eram direitos, não eram favores. Era esta a mudança de mentalidades que tinha de acontecer e foi com a guerra que se operou.

O legislador quer evitar que estes decretos caiam no alçapão onde caíram decretos e leis anteriores. Não quer que se desperdice a conjuntura favorável, tanto a nível internacional, que assinala, como a nível nacional, com o prolongamento das insustentáveis condições de vida dos trabalhadores e do povo em geral.

Não está isento de alguma utopia, mas revela grande determinação. A ocasião era propícia, apesar das dificuldades.

A guerra que dizimara a população, tinha terminado em 1918, mas Wilson reconheceu que era mais difícil fazer a paz do que a guerra, porque todos os países estavam esgotados. A fome, as epidemias, as revoluções, as guerras civis, causavam novas destruições e a força substituía a lei.

«É porém, nesta época da história que a humanidade alimenta os seus maiores sonhos de um mundo novo e melhor. (...).

Mais do que nunca, as grandes massas, os soldados e os operários, haviam feito sentir o seu peso, tomando consciência do seu significado político, chegando ao ponto em que podiam fazer reivindicações (...)»²³¹

As negociações de paz iniciaram-se em Versalhes a 18 de Janeiro de 1919 e terminaram com a assinatura do tratado de paz a 9 de Julho desse ano.

²³⁰ Decreto n.º 5 640

²³¹ Grimberg, Carl (1969) XIX vol, pags 91 e 92

Foi criada a Sociedade das Nações para defesa da paz. O Pacto dessa sociedade dizia no seu artigo 23, ponto 1:

«Esforçar-se-ão por assegurar e manter condições de trabalho equitativas e humanas para o homem, a mulher e a criança.»²³²

Ligada à Sociedade das Nações criou-se a Organização Internacional do Trabalho, para as questões do trabalho.

«A Sociedade das Nações devia também cumprir certas missões sociais e humanitárias (...).

O Secretariado Internacional do Trabalho, emanação da Sociedade das Nações, devia consagrar-se aos problemas sociais, como a regulamentação do trabalho, a protecção aos trabalhadores, o estabelecimento do salário mínimo, a defesa das mulheres e das crianças empregadas na indústria; em suma, melhorar a situação social (...).²³³

Confiante nestas garantias, o governo português que tomou posse em 27 de Janeiro de 1919, sob a presidência de José Relvas e o que se lhe seguiu, presidido por José Domingos dos Santos e cuja pasta do Trabalho foi confiada a Augusto Dias da Silva, preparou a legislação que veio a ser publicada no mês de Maio desse ano.

Nesta data o presidente do ministério era Domingos Leite Pereira, mais favorável a estas medidas do que José Relvas.

Convém saber a história destas medidas desde o seu início, história contada por quem certamente participou activamente – Alfredo Franco, pessoa conhecedora de todo o processo, dada a sua condição de jornalista e militante socialista activo e destacado. Fala-nos da acção dos jornalistas e do seu empenho em informar a população do sistema social dos seguros obrigatórios e de lhes mostrar as garantias que teriam em situações de não poderem sustentar-se com o seu trabalho.

²³² Ibidem

²³³ Op. cit, pag 106

«A organização dos seguros sociais obrigatórios deve-se, única e exclusivamente, à acção do P.S.P. e aos seus principais militantes.

A propaganda feita na imprensa a favor desta grandiosa instituição de previdência, que, a despeito de ser grandiosa muito mais grandiosa podia ser se não se ressentisse bastante do critério capitalista, entre outros pontos principais, por exemplo, naquele que estabelece uma proporcionalidade manqué na imposição das contribuições patronais, quando estas deviam ser lançadas de harmonia com os princípios do imposto progressivo, aumentando-se desta sorte o montante das pensões dos segurados, sem que com isso se tivesse de fazer uma inovação no nosso regime tributário, visto que ele já o consigna para a propriedade predial; deve-se aos jornalistas que estão filiados no P.S.P.»²³⁴

Narra factos de que não teríamos oportunidade de ter conhecimento e de que pouco se falou na imprensa, correndo o risco de continuarem ignorados.

«A preparação da opinião pública no sentido de bem receber a mutualidade obrigatória, vencendo a resistência outrancière que a mutualidade livre lhe opunha, foi feita apenas pelos jornalistas socialistas, muito embora eles, nessa ocasião não tivessem praça assente no P. S. P. Durante muito tempo, a sua propaganda, que, não visando fins egoístas, servia aspirações altruístas, mereceu o ridículo, a chacota de muitos dos seus colegas que nela viam um desideratum longínquo, utópico, lunático (...)

É certo que, logo depois de se constatar que as classes exploradas pela burguesia se interessavam pelo problema, tanto, que algumas delas, como o caixeirato de Lisboa, chegaram a conseguir que militantes do movimento social realizassem conferências a respeito dele na sede dos seus sindicatos profissionais, surgiram vários jornalistas, entre os quais alguns se contando que saíram, momentaneamente, da reserva para a actividade das lides desta ingrata profissão de galerianos, aplaudindo a ideia de se levar à prática no país a obra colossal que representariam os seguros sociais obrigatórios (...)

Folheiem-se os jornais de há dois ou três anos a esta parte que imediatamente se corroborará a veracidade desta asserção em toda a sua plenitude.

²³⁴ Alfredo Franco, O Combate, 3/10/1919, pags 1

Isto significa, pelo menos, que os seguros sociais obrigatórios são produto espiritual dos jornalistas socialistas.»²³⁵

E vai mesmo à análise dos programas dos partidos, para legitimar a reivindicação desta medida social para o seu partido.

«Analisemos agora o texto dos programas políticos, nas suas promessas de realizações mediatas e imediatas, dos diferentes partidos republicanos que têm vigorado dentro do regime. Nenhum deles, antes do nosso, apesar de não ser constitucional, insere estas expressas declarações, que foram aprovadas, por aclamação no V Congresso do P. S. P., realizado no Porto. (...).»²³⁶

Passa depois aos factos históricos já do nosso conhecimento, mas fala-nos de pormenores do desempenho de políticos que têm estado ignorados. Temos a possibilidade de conhecer as opiniões de políticos que foram deputados, senadores ou membros do governo, quanto às reformas sociais.

«Vejamos após isto o que se passou antes e depois de Monsanto.

O P. S. P. entrou na revolução de Santarém, além de desinteressadamente dar o seu concurso ao movimento que tinha por fim reintegrar a República na pureza dos seus princípios, na garantia que fora dada pelo sr. Dr. Álvaro de Castro, ao seu representante junto do comité revolucionário que, afora a adopção de outras providências de carácter social, o governo saído da revolução vitoriosa publicaria a legislação necessária para entre nós se estabelecerem, em toda a sua amplitude, os seguros sociais obrigatórios.

Este pacto só no ministério seguinte, no ministério presidido pelo sr. Dr. Domingos Pereira teve exequibilidade prática.

Durante o consulado do Dr. José Relvas, o nosso ilustre companheiro Dias da Silva chegou a pôr a questão mas a atmosfera conservadora que o inspirou não lhe deixou fazer qualquer coisa de útil e de profícuo.

O sr. José Relvas tinha dos seguros sociais aquela concepção chantageuse do sr. João Franco, que em 1907, salvo erro, publicou no Diário do Governo um concerto de medidas que nunca chegaram a ser executadas porque o proletariado, reconhecendo o logro politiquês com que o ditador o pretendia embarrilar, não se

²³⁵ Ibidem

²³⁶ Ibidem

prestou à chuchadeira de estar a contribuir para a caixa de reformas, durante vinte e cinco ou trinta anos, para no fim desse tempo, alquebrado, esgotado, mais do que morto, receber a pensão dum pataco por dia, notem bem.

Era isto, ou pouco mais ou menos isto, que queria fazer o sr. José Relvas.»²³⁷

Dias da Silva nunca teve a concordância de Jorge Nunes, como nunca a tiveram todos os deputados que pugnaram por reformas sociais. Era público e conhecido. O que se desconhece é que com ele tenha feito união o senhor José Relvas para recusarem as propostas de reformas sociais que o ministro do Trabalho queria fazer aprovar em conselho de ministros.

«Dias da Silva, num conselho de ministros que se realizou no ministério do Trabalho, propugnou de novo por que se instituíssem os seguros sociais obrigatórios sob bases suficientemente largas, assentes num sistema financeiro, que assegurassem aos pensionistas, nos de invalidez permanente e transitória pelo menos o salário mínimo que, por lei, viesse a ser fixado regionalmente.

O sr. José Relvas e o sr. Jorge Nunes não concordaram, certamente por que são abastados lavradores, e contavam que uma comissão, que adrede foi nomeada para nada se fazer de prático a este respeito, apresentasse em dia de S. Nunca à noite os seus trabalhos (...)»²³⁸

Uma vez demitido o governo presidido por José Relvas e entrado em funções um novo governo, Augusto dias da Silva não perdeu tempo e actuou de imediato, com a rapidez que já tinha usado no caso do bairro social do Arco do Cego.

«Constitui-se o governo do sr. Dr. Domingos Pereira e Dias da Silva nomeou imediatamente diversas comissões a fim de elaborar as bases do complexo organismo que viria a ser necessário edificar para realizar em todas as suas modalidades os seguros sociais obrigatórios, entregando a cada uma delas os tópicos indispensáveis para se nortearem nos seus trabalhos.

Algumas dessas comissões chegaram a desempenhar-se cabalmente da missão que lhe foi cometida.

²³⁷Ibidem

²³⁸Ibidem

Nesta ocasião, o sr. Luís Ricardo e Francisco Grilo, que pertenciam também a uma das comissões nomeadas por Dias da Silva, tendo trabalhos seus realizados, pediram a este nosso ilustre amigo, por intermédio do Dr. Costa Júnior e Custódio Mendonça, que os lesse e ponderasse rapidamente por maneira a que, se com eles conviesse, os convertesse em lei no dia 1.º de Maio.»²³⁹

E segue-se a comprovação que os Seguros Sociais Obrigatórios são obra do ministro do Trabalho, Augusto Dias da Silva. Foi por incumbência dele que o Dr. Luís Ricardo e Francisco Grilo redigiram a legislação que veio a ser publicada a 10 de Maio desse ano.²⁴⁰

«Com efeito, aprazada uma reunião conjunta de todas as comissões, procedeu-se à leitura dos referidos projectos, no gabinete do ministro, tendo todos os seus membros concordado, grosso modo, com os termos em que eles estavam redigidos.

Apenas eles eram omissos em relação às Bolsas Sociais de Trabalho, pelo que Dias da Silva solicitou ao sr. Dr. Luís Ricardo e Francisco Grilo que preenchessem essa lacuna da sua obra.

Dois dias depois, os distintos funcionários citados apresentavam os fundamentos completos em que se firmam esses importantes institutos de colocação e de elevação técnica do operariado.

Quando as coisas estavam neste pé, cai Dias da Silva, mercê de acontecimentos que não vem para o caso relatar, e meia dúzia de dias depois o sr. Jorge Nunes manda para o Diário do Governo os vários decretos com força de lei que, conjugando-se e completando-se, dotaram o país com a maior obra que a República realizou durante a sua já longa existência.

A despeito destas palavras, que são a expressão mais rigorosa da verdade, serem escritas ao correr da pena, confirma-se que, com toda a precisão, a epígrafe do artigo da Manhã “A César ... o que é de César” se pode parafrasear:

Aos socialistas ... o que é dos socialistas.»²⁴¹

²³⁹Ibidem

²⁴⁰ O Dr. João Luís Ricardo desempenhou depois o cargo de Presidente do Conselho de Administração do Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral, de 26 de Maio de 1919 até, pelo menos, 13 de Setembro de 1928. José Francisco Grilo foi vogal desse mesmo Conselho de Administração e acompanhou desde o início os trabalhos, durante vários anos.

²⁴¹ Alfredo Franco, O Combate, 3/10/1919, pags 1 e 2

O ministro caiu, mas a sua obra permaneceu.

Só uma testemunha presencial dos factos poderia narrá-los com estes pormenores.

Tinham decorrido escassos seis meses, entre os acontecimentos e esta narração, o que nos leva a considerar que não se terão apagados da sua memória e poderemos aceitar como fiel esta descrição dos acontecimentos, que só poderia ter sido feita por quem assistiu e participou.

Para o ministro do trabalho, Augusto Dias da Silva, nada era mais urgente do que solucionar a questão social. Este foi mesmo o motivo por que aceitou o cargo. Esse era o fim a atingir com os decretos dos seguros sociais e é bem claro o texto legislativo:

«A obra do Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral tem de seguir na sua trajectória a órbita que o direito da Sociedade das Nações está traçando em favor de milhões de indivíduos que deram à causa invencível da Liberdade e da Civilização do mundo o maior contingente na morte, na dor, no sofrimento e no heroísmo, para a salvaguarda dos patrimónios da Humanidade!

Não é só uma compensação de natureza social; foi também uma conquista no meio dos mais gigantescos combates que a História Universal jamais registou em todas as suas épocas.

Não pode pois deixar de ter execução pronta a deliberação da Liga das Nações com respeito ao aspecto social do problema que afecta as populações laboriosas de todo o mundo. Pelo que respeita às suas principais indicações, pode afirmar-se que a República foi naturalmente ao seu encontro, na sua marcha evolutiva nos domínios do direito social. A organização dos serviços do Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral é uma prova cabal desse facto, construindo-se solidamente um edifício que será em breve o maior baluarte da aliança entre o capital e o trabalho, pois é nessa aliança que se encontra a solução de todos os problemas futuros de natureza económica e social.»²⁴²

O capital não se descuidará a demonstrar a sua opinião.

²⁴² Decreto N.º 5 640

As determinações da Liga das Nações dão cobertura e fundamentam todos os decretos dos seguros sociais obrigatórios. O governo da República Portuguesa não se lhe poderia opor mas opuseram-se as associações comerciais e industriais. E esta força exterior ao nosso país, tendo origem nas mesmas causas, era para os defensores das leis sociais, a sua vanguarda e a sua defesa. Sem essa força, nunca teria sido possível propor, quanto mais publicar e ainda menos aplicar tais decretos. Em abono desta afirmação, lembro o exemplo do horário de 10 horas, e mesmo a lei 83/13 e o horário de 8 horas, pelos obstáculos que atrasaram e diminuíram os seus efeitos.

Este era o momento e o mérito está em ter sido aproveitado. A conjuntura europeia, em 1919, tornou isso possível e era indispensável apanhar aquele comboio! Foi o que fez «o camarada Augusto». Estes decretos são iniciativa dele, que não considero extensiva a todo o governo, fosse quem fosse o ministro que as publicou. Ainda não conheço o que terá levado o ministro interino do Trabalho, Jorge Nunes a publicá-los, quatro dias depois da saída de Augusto Dias da Silva do governo, pela simples razão de sempre ter estado contra todas as medidas sociais.

3.1. Decreto n.º 5 636 – O Seguro Social Obrigatório na doença

A mutualidade livre era a única modalidade de assistência em caso de doença, mas só para quem estava inscrito como sócio e pagava as suas prestações. Apenas se praticou em Lisboa e no Porto e não cobria toda a população. Em cada 1 000 habitantes apenas 271 estava no sistema mutualista na cidade de Lisboa, número que baixava para 244 no Porto. Nas outras cidades a realidade era desoladora: Braga contava com 34 inscritos por 1 000 habitantes, assim como Faro; o Funchal e Évora, com 23 cada uma; Aveiro 22, Santarém 21, Beja 20 e Ponta Delgada 19. Nos restantes distritos, o número era insignificante: em Vila Real era de 0,6 por 1 000; em Bragança 2,5; na Guarda e Viseu, 3,5 cada uma; Leiria e Castelo Branco 5.

Mais de 2 300 000 pessoas, um terço da população, estava sem assistência alguma em caso de doença. Na maioria dos 180 concelhos que Portugal contava, nem sequer existia qualquer organismo mutualista, apesar de alguns terem uma população

numerosa, com 20 000, 25 000 e mesmo 30 000 habitantes, segundo os estudos feitos na altura.

«A solução do problema só pode ser encontrada dentro da aplicação do seguro social obrigatório.

Foi o que se fez, procurando-se a forma de lhe dar estabilidade e plenas garantias do seu êxito, baseando-se o princípio da sua organização nos alicerces da mutualidade livre.»²⁴³

As inscrições faziam-se nas mutualidades concelhias que admitiam os indivíduos entre os 15 e os 75 anos. As cotas iam dos 30 aos 50 centavos por mês, para quem auferisse de um rendimento inferior a 900 escudos anuais. Os indivíduos com mais rendimentos pagavam cotas mais elevadas, mas proporcionais ao que recebiam. Entre 900\$00 e 1 850\$00, contribuía com \$50; de 1 850\$00 até 3 800\$00 a cota era de 1\$00; daí a 5.000\$00 subia para 2\$00. Acima de 5 000\$00 de rendimento anual, contribuía com 3\$00. Ficavam ressalvados os casos em que, por qualquer motivo, os rendimentos baixassem. Em situações de dificuldade, passariam a pagar entre \$30 e \$50 cêntimos, conforme a situação.

Tinham direito a consultas médicas com pagamentos baixos, (2\$00 de dia e 3\$00 durante a noite em Lisboa e Porto e 1\$00 ou 1\$50 nas restantes povoações), e medicamentos para si, suas mulheres e filhos até aos 14 anos, ou inválidos.

Quando estivessem doentes ou impossibilitados, temporariamente, de trabalhar, receberiam um subsídio pecuniário. Além disso, tinham direito a subsídio, com limites, para tratamentos termais ou para “ares de campo”, quando aconselhados pelo médico e sendo em continuação de doença.

A família tinha direito a subsídio de funeral por falecimento do sócio, desde que tivesse dois anos de contribuições.

²⁴³ Decreto 5 636

As sócias grávidas tinham direito a socorro médico e hospitalização além de medicamentos e subsídio pecuniário durante o período de impossibilidade de trabalhar, que nunca seria inferior a dois meses.

Merecem destaque quatro situações excepcionais, contemplados no texto do decreto 5 636, pelo que revelam de atenção, preocupação e desejo de bem servir:

«Artigo 37.º Nas localidades onde não houver assistência pública, nem farmácia, as mutualidades constituídas para o seguro obrigatório na doença podem celebrar contratos com as câmaras municipais, juntas de freguesia, misericórdias, confrarias, ou quaisquer outros núcleos de beneficência social, existentes no respectivo concelho para o fornecimento de socorros médicos e farmacêuticos aos indigentes, velhos e anormais que não podem ser atingidos pelo seguro obrigatório, ou auxiliar a criação daqueles institutos.

Artigo 38.º Os trabalhadores rurais de ambos os sexos, os operários que trabalhem sob a acção dos agentes atmosféricos e os salarizados marítimos e fluviais são dispensados do pagamento das suas cotas durante seis semanas cada ano, correspondentes ao período mais intenso das chuvas e temporais, tendo, porém, uns e outros, plenos direitos aos socorros e subsídios integrais da tabela, nos termos dos estatutos.

Artigo 39.º As mutualidades de seguro social obrigatório na doença, por sua iniciativa, ou com o concurso de quaisquer instituições de assistência local, deverão, sempre que os seus fundos sociais permitam, instalar creches e gotas de leite concelhias ou de juntas de freguesia, auxiliar a assistência escolar por meio de cantinas, assistência na aprendizagem e nas fábricas às crianças até aos catorze anos.

§ Único. Podem igualmente, com autorização especial do ISSOPG, possuir bairros sociais, criar cursos nocturnos e auxiliar a acção da higiene local.»²⁴⁴

Num país onde aos mais pobres tudo faltava, o legislador quis dar-lhe o possível e consagrar na lei o direito que lhe reconhecia.

²⁴⁴ Decreto n.º 5 636

3.2. Decreto n.º 5 637 – O Seguro Social Obrigatório nos desastres no trabalho

«A lei 83, de 24 de Julho de 1913, que tornou eficaz o princípio da responsabilidade patronal nos desastres no trabalho, é uma das melhores iniciativas da República, até agora decretadas, como medida de protecção às classes trabalhadoras.

É baseada na teoria do risco profissional, (...).

Antes da lei n.º 83, de 24 de Julho de 1913, a indemnização pelo desastre no trabalho, em Portugal, era apenas uma platónica disposição do Código Civil – art.º 2398.»²⁴⁵

O texto introdutório do decreto 5 637 apresenta seguidamente uma síntese dos movimentos recolhidos da estatística organizada pela Repartição de Companhias e Sociedades de Seguros e da Direcção Geral de Previdência Social, referindo prémios cobrados, indemnizações pagas e graus de incapacidade e casos de morte. Isto num período que abrange os quatro primeiros anos – de 1914 a 1917. E conclui que a aplicação da lei deu as melhores lições para se orientarem agora na implementação do novo sistema.

«Assim se reconheceu que a primeira necessidade reformadora é tornar extensivo, pela obrigatoriedade patronal, o princípio geral da lei protectora contra os desastres no trabalho a toda a actividade profissional – pois onde está o trabalho encontra-se o risco, maior ou menor, é certo, conforme a natureza do trabalho!

O ponto de vista que se apresenta, no presente decreto com força de lei, sob a base da obrigatoriedade do seguro social contra os desastres no trabalho, satisfaz a uma das mais legítimas aspirações das reclamações formuladas pelas associações profissionais operárias, tornando ao mesmo tempo extensivas a todas as profissões as responsabilidades em todo o risco – quer do trabalho intelectual nos gabinetes, laboratórios ou campos de estudo, quer nas variadíssimas formas que reveste o concurso da força humana com os elementos materiais em todos os ramos de actividade industrial, comercial, agrícola, marítima ou construtora.»²⁴⁶

²⁴⁵ Decreto n.º 5 637

²⁴⁶ Decreto n.º 5 637

Vem assim abranger profissões que não estavam incluídas na lei n.º 83/13, que só considerava profissões onde se utilizava força mecânica.

A protecção aos familiares alarga-se com a inclusão dos acidentes de trabalho nos seguros sociais obrigatórios. As filhas órfãs passam a ter direito a pensão durante mais dois anos, até aos dezasseis.

Para maior garantia da aplicação do decreto, criaram-se em todas as circunscrições, tribunais de desastres no trabalho, sob a dependência do ISSOPG. A inexistência destes tribunais dificultava a efectiva aplicação da lei n.º 83/13, reduzindo os seus benefícios. Mesmo depois de publicado o decreto n.º 4 288/18, esta questão não se resolveu eficazmente, porque os juizes dos tribunais de trabalho eram nomeados pela Direcção Geral do Trabalho e os outros funcionários e meirinhos, eram nomeados e pagos pelo Conselho de Seguros, que dependia do Ministério das Finanças.

O funcionamento dos aspectos técnicos tornou-se mais eficaz com a organização dos novos serviços e a transferência de todos para o ISSOPG.

Por outro lado as reservas tinham possibilidade de aumentar com o crescimento do número de contribuições o que tornava mais sólidas as garantias.

As penalizações por incumprimento e o funcionamento efectivo dos tribunais, eram factores da real aplicação da lei.

3.3. Decreto n.º 5 638 – O Seguro Social Obrigatório na invalidez, velhice e sobrevivência

«O seguro da invalidez e da velhice é a única forma até agora encontrada para se combater eficazmente um dos maiores flagelos da miséria social, representando ao mesmo tempo uma base de justiça, como uma compensação às

classes trabalhadoras pelo seu aturado esforço desenvolvido na produção de todos os ramos de riqueza.»²⁴⁷

Portugal tinha na altura 2 000 000 de trabalhadores nos sectores primário, secundário e terciário. Os salários eram baixos e mal davam para o sustento familiar, não permitindo fazer poupanças para a velhice ou para situações de invalidez. A miséria era a situação social dos que chegavam a idade mais avançada ou caíam inválidos. A fome provocava a criminalidade. A assistência pública aliviava o sofrimento de alguns, mas não resolvia tudo, nem sequer a maior parte e por isso não era solução. A mutualidade livre abrangia um pequeno número. Os inválidos e os velhos constituíam um sexto da população – 1000 000 de indivíduos. As 122 associações de socorros mútuos contavam com 83 394 sócios. Ficavam muitos sem socorro. Só com os seguros obrigatórios ficariam todos abrangidos. Até esta data nada se tinha legislado sobre tão grave questão.

«O objectivo do plano que se estudou é alcançar aos segurados contra a invalidez e a velhice uma renda vitalícia diferida (...). Considera-se vencida logo que o segurado vencer 70 anos de idade e tenha cumprido todos os deveres sociais que lhe dizem respeito, a par dos respectivos encargos patronais. (...). O edificio que estamos a organizar é a garantia aos que hoje trabalham para lhes acautelar o futuro. Por isso, o património a criar só a eles pertence. (...) É evidente que não podem partilhar desse património os indivíduos que se não seguraram nos termos da lei. (...)

Os indivíduos que estão fora da esfera da protecção dos seguros sociais obrigatórios não se podem abandonar; para eles, bem como para os anormais, lá está a assistência pública, onde a par de todas as instituições existentes criadas para o serviço humanitário, o Estado é o mais importante contribuinte.»²⁴⁸

O legislador assinala que com estes seguros agora criados, os recursos da assistência social têm que atender a um menor número e os seus cofres não serão esvaziados tão frequentemente, podendo vir a capitalizar recursos.

²⁴⁷ Decreto N.º 5 638

²⁴⁸ Decreto N.º 5 638

Os que não puderem recorrer aos seguros obrigatórios serão considerados os seus casos em decreto especial da assistência, criando-se a obrigatoriedade de pensões pelo Estado.

Este decreto permitia que se inscrevessem todos os trabalhadores, de qualquer ramo, dos 15 aos 65 anos e contribuiriam com 1,5 por cento do seu salário, durante pelo menos, 47 semanas por ano, durante 30 anos. A cotização patronal era de 6% sobre as remunerações dos assalariados, dos quais, 4% eram destinados à invalidez e 2% à velhice. Assim se constituiria um fundo sem encargos para o estado, gerido pelo ISSOPS, destinado a cobrir os casos de invalidez e de velhice e ainda de sobrevivência para os familiares a seu cargo, por falecimento do segurado. Estabeleceu-se uma pensão de acordo com os anos de cotização e com um mínimo de dez anos contributivos.

Estes eram os princípios e as normas gerais. Nos artigos do decreto, com força de lei, como em todos se afirma repetidamente, consideraram-se as especificidades.

Legislar foi importante, pois sem uma lei o caminho estava vedado. Foi o primeiro passo, mas urgia passar à sua aplicação. Depois da publicação dos decretos, fez-se o trabalho de criar os vários serviços e dar uma estrutura ao sistema, o que foi feito pelos técnicos nomeados por Augusto Dias da Silva, que tinham elaborado os normativos. Passada esta fase é que as dificuldades cresceram. Disso nos dá conta um recente trabalho académico:

«Depois de acesa discussão pública e parlamentar toda a legislação foi finalmente aprovada, embora nunca tenha sido aplicada no tempo da 1.^a república, com excepção do seguro contra acidentes de trabalho. Além do patronato houve também uma grande resistência à nova legislação por parte do movimento mutualista que por ter uma profunda inspiração e prática anarquista recusou a obrigatoriedade de adesão imposta pelo Estado através da nova legislação. (...)

Outras razões que contribuíram para o fracasso da nova legislação e nomeadamente o seguro social obrigatório da invalidez, velhice e sobrevivência foram a atonicidade do universo das ASM, a reduzida dimensão financeira da maior parte dessas instituições, a inexistência de mutualidades em determinados sectores, como por exemplo no meio rural e a dificuldade em gerir determinadas áreas

tecnicamente muito complexas e altamente especializadas como as dos pagamentos diferidos (pensões). A curtíssima duração dos mandatos dos ministros nomeados, verificada até ao fim do primeiro quartel do século XX, de acordo aliás com a elevada rotatividade dos próprios Ministérios também dificultou a implementação de qualquer nova legislação, sobretudo num assunto tão complexo e especializado como o dos Seguros Sociais Obrigatórios.

Mas o factor mais negativo poderá ter sido a contínua depreciação da moeda, especialmente nalguns anos desse período, o que provocou aumento dos salários nominais de 1000 a 1500% - com deterioração do seu poder de compra dado o aumento ainda mais elevado nos preços que gerou uma rápida desactualização do limiar máximo admissível dos rendimentos anuais e, assim, excluindo os trabalhadores que apesar de que apesar de auferirem salários altamente inflacionados permaneciam numa situação de profunda carência. A inflação galopante ia reduzindo ainda mais o universo dos beneficiados, retirando poder de compra aos montantes já descontados pelos beneficiários ao longo da sua vida activa e esterilizando financeiramente o capital de muitas ASM levando-as à falência»²⁴⁹

Deste estudo concluímos que este decreto não chegou à última fase: não foi levado à prática, pelas razões apontadas pelo autor citado.

3.4. Decreto n.º 5 639 – Organização das Bolsas Sociais de Trabalho

A criação destas bolsas já estava prevista por um decreto de 19 de Março de 1893.

«Tal organização, porém, não se definiu na prática por lhe faltarem os elementos indispensáveis à sua base criadora, sendo também deficiente o seu campo de acção na esfera da sua actividade económica e social. Apenas em Lisboa se procurou dar execução ao decreto de 9 de Março de 1893, e mesmo na capital do país, onde a classe operária representa a maior densidade da sua população, o princípio das Bolsas de Trabalho não correspondeu às aspirações do legislador,

²⁴⁹Pais, Artur Luís Veiga Soares. 2010. «A protecção social na velhice em Portugal: evolução histórica de 1919 a 2008». Dissertação de Mestrado. Universidade Técnica de Lisboa. Instituto Superior de Economia e Gestão, pag.24

pois nula foi, a sua influência social como instituição do Estado, intermediário para a oferta e procura de trabalho.»²⁵⁰

Ficam agora integradas no ISSOPG, para que possam ter garantia de funcionamento e poderem sair do campo doutrinário onde foram colocadas no século XIX, sem lhes darem meios de passarem ao campo prático da existência real. No artigo 2.º estabelece-se a organização:

«As Bolsas Sociais de trabalho terão carácter regional, sendo constituídas para os seguintes fins:

1.º Organizar o recenseamento geral de todos os salarizados por empregos e profissões;

2.º Pôr em relação os patrões com os empregados e salarizados da respectiva especialidade, de modo a facilitar as colocações em todos os ramos da actividade, dando-lhes ao mesmo tempo informações que interessam a essas transacções ou contratos de trabalho,

3.º Promover que sejam contratados os desocupados, dando as informações necessárias que lhes sejam pedidas sobre a natureza dos serviços, salários e ordenados;

4.º Coligir e publicar informações oficiais sobre o estado do mercado de trabalho em todas as indústrias e profissões, de modo a bem orientar os interessados, dando-lhes a conhecer as condições da oferta e da procura nos principais centros produtores e consumidores;

(...);9.º Promover a realização de cursos nocturnos para os salarizados analfabetos e auxiliar a criação de todas as iniciativas de educação profissional.»²⁵¹

Estes são os pontos de carácter prático e que se destacam dos pontos de meras intenções. Tendo carácter regional, seriam criadas em todos os concelhos com mais de 10 000 habitantes e os que tinham menos, seriam agrupados.

Podiam promover contratos de trabalho e os patrões podiam procurar nas sedes o pessoal que necessitassem para os seus serviços. Nas suas instalações poderiam realizar-se iniciativas que fossem consideradas como enriquecedoras da formação e

²⁵⁰ Decreto n.º 5 639

²⁵¹ Ibidem

conhecimento dos trabalhadores, fossem de carácter cultural fossem práticas e funcionais.

O legislador tinha o objectivo de fazer justiça aos operários.

Há contudo nele um pressuposto que viria a revelar-se utópico e no qual nunca acreditou a generalidade tanto dos operários como dos patrões – a colaboração harmoniosa entre o capital e o trabalho. E este pressuposto diminuiu a eficácia das medidas apresentadas pelos partidos políticos reformistas, que sinceramente acreditavam que a sua actuação política transformaria a sociedade e a tornaria justa.

5. O Salário mínimo

Este foi um assunto que ficou por legislar.

A Sociedade das Nações, pelo Secretariado da Organização Internacional do Trabalho, recomendava a solução de inúmeros problemas sociais, entre os quais vinha explicitamente referido o salário mínimo.

O Diário Socialista da manhã, no dia 26 de Abril de 1919, destacava a toda a largura da primeira página a seguinte notícia:

«Está estabelecido em Portugal o princípio do salário mínimo, apresentado em conselho de ministros pelo nosso companheiro Augusto Dias da Silva.

A sua fixação pertencerá às associações de classe operárias e patronais.»²⁵²

E num artigo a três colunas, com o título “Bolsas de Trabalho”, o director, Alfredo Franco, trata a questão em pormenor:

«Todo o serviço da Bolsa baseia-se em dois elementos primários, o salário mínimo e o recenseamento profissional.

O salário mínimo regularizando e equiparando os preços nas diversas profissões servirá de bitola para as várias modalidades de seguro social. (...)»²⁵³

²⁵² O Combate de 26/4/1919, pag. 1

O articulista acreditava no sucesso das medidas de carácter social que estavam a ser ultimadas e dentro de poucos dias seriam publicadas. E entre essas medidas acreditavam que estaria incluído o salário mínimo. Na campanha eleitoral em Maio de 1919, as reformas sociais foram a tónica dominante, não faltando nunca a menção ao salário mínimo.

No dia 7 de Maio, no diário socialista da manhã afirmava-se que os socialistas queriam a fixação do salário mínimo.

No dia 8 de Maio lá vinha na primeira página:

«Cidadãos, votar nos candidatos socialistas é sancionar:

-O horário de trabalho, aspiração basilar do operariado

-O salário mínimo é restabelecer o equilíbrio económico dos salários

-Os Bairros Sociais, a mais bela idealização de uma cidade de amanhã e tão bela, tão completa que o sr. Ministro da América mostrou todo o interesse em conhecer os detalhes e os planos

-Efectivar os Seguros obrigatórios modificando o carácter esmoler da assistência pública, em uma obra grande de solidariedade, acabar com os sem trabalho, socorrer na doença, acompanhar na velhice».²⁵⁴

No dia seguinte, insistiam no salário mínimo como uma das medidas do programa socialista. Num artigo da responsabilidade do Conselho Central, afirmavam:

«A fixação do salário mínimo tem em vista não determinar os salários, cuja alta e baixa se efectiva pelas relações entre capital e trabalho e por outras circunstâncias, mas simplesmente estabelecer um mínimo que humanamente se reconheça como ponto de partida para as eventuais reclamações operárias, não é inovação da legislação portuguesa e deverá ser trazido aos códigos dos países por força de determinação da citada comissão internacional do trabalho. É medida que os factos externos impõem e como a regulamentação se fará em discussão de

²⁵³ Ibidem

²⁵⁴ Alfredo Franco, O Combate, 8/5/ 1919, pag 1

ambas as partes interessadas, é amplo o caminho de reflexões e de resultados criteriosos.»²⁵⁵

Dias da Silva no parlamento nunca perdeu nenhuma oportunidade de voltar ao assunto do salário mínimo.

Quando se discutiu no parlamento a questão das subsistências, defendendo uns que os preços deviam ser tabelados, opinando outros que o mercado devia ser livre, entre os vários deputados que intervieram, coutou-se quem já tinha proposto o estabelecimento do salário mínimo em Abril de 1919, Augusto Dias da Silva. Da sua intervenção destacamos os seguintes passos:

«Vou ser muito breve, mesmo para ver se consigo não figurar no número daqueles que querem protelar a solução dos vários problemas que é necessário resolver (...). Infelizmente no País a questão das subsistências tem andado aos baldões da sorte; ora estabelecendo o regime do tabelamento, ora o do comércio livre.

E assim temos vindo a assistir ao seguinte: há ministros que têm defendido o princípio do tabelamento, baseando-se erradamente no critério de que os salários se devem manter numa baixa injustificável (...) esmagando as reivindicações operárias absolutamente justas e legítimas (...).

As declarações feitas pelo Sr. António Granjo precisam de ser devidamente esclarecidas.

Vai S. Ex.^a enfrentar o problema da liberdade de comércio enveredando pelo campo da valorização dos produtos?

No caso afirmativo, está S. Ex.^a disposto a permitir a alta do salário proporcional à elevação do preço do produto? Evidentemente que, se o trabalhador ganhar um vencimento que esteja em relação com o aumento do custo de vida, esse facto não pode assustar ninguém. (...)»²⁵⁶

E passa a questionar o governo quanto à intenção de decretar ou não o salário mínimo. Acusa os governos de não se terem nunca preocupado com esta questão, avisando que a subida dos preços causará sérias perturbações no país.

²⁵⁵ O Combate de 9/5/1919, pag. 1

²⁵⁶ Augusto Dias da Silva, in Diário da Sessão da Câmara dos Deputados, IV Legislatura, 4/8/1919, pags20

«Pretende S. Ex.^a decretar o princípio do salário mínimo?

Se S. Ex.^a não tiver coragem para apresentar ao Parlamento uma proposta de lei estabelecendo o princípio do salário mínimo, concorrerá para que os lavradores e industriais arrecadem nos seus cofres o dinheiro do povo.

Os defensores do actual regime capitalista não se têm preocupado, nem um só momento, em estabelecer o salário mínimo, e se o governo não o decretar, após a valorização do produto, dar-se-á uma perturbação do norte ao sul do país. (...).

É preciso elevar o salário ao operário, é preciso aumentar os vencimentos aos funcionários civis e militares. Viram já V. Ex.^{as} como a classe dos sargentos se manifestou nas galerias desta Câmara, e eu tenho informações que o funcionalismo público não está disposto a suportar por mais tempo o encarecimento da vida.

Tive coragem de estabelecer o princípio do salário mínimo, fundamental, socialista.»²⁵⁷

Poderemos afirmar que Augusto Dias da Silva, no que diz respeito ao salário mínimo, andou a pregar no deserto. Os governantes remeteram-se sempre ao silêncio e os deputados, à excepção de alguns elementos do grupo parlamentar socialista, não todos, seguiram-lhe o exemplo. Houve contudo deputados que, embora não pertencendo ao partido socialista e não tendo reclamado o salário mínimo, tomaram posições de defesa dos interesses das classes populares, como foi o caso, nessa mesma sessão, de Sá Pereira que denunciou vários casos concretos de açambarcamentos, feitos por «verdadeiras quadrilhas que se organizam para explorar o povo, aproveitando-se da situação desgraçada que atravessamos (...) e uma coisa é a crise (...) outra é a exploração por parte dessas quadrilhas organizadas.»²⁵⁸

Assim falava um membro do Partido Democrático, que já tinha sido um dos paladinos da lei dos acidentes de trabalho e da regulação dos horários.

Esta intervenção acerca do salário mínimo vem na sequência da intenção de o Governo permitir preços livres aos produtos de primeira necessidade, sabendo-se que

²⁵⁷ Augusto Dias da Silva, in Diário da Sessão da Câmara dos Deputados, IV Legislatura, 4/8/1919, pags 20 e 21

²⁵⁸ Sá Pereira, in Diário da Sessão da Câmara dos Deputados, IV Legislatura, 4/8/1919, pag 22

tinham sido retirados de circulação pelos açambarcadores, com a finalidade de os voltarem a trazer ao mercado com preços mais elevados. Usando esta estratégia fizeram-se fortunas e os seus nomes podem encontrá-los em jornais daquela época. Alguns desses nomes continuam ainda hoje na actividade comercial. No parlamento houve deputados que pediram a intervenção enérgica do governo presidido pelo Dr. António Granjo e as Finanças estavam entregues a Inocêncio Camacho Rodrigues.

Nenhuma proposta de salário mínimo foi apresentada nem no parlamento nem em conselho de ministros, além da que apresentou Augusto Dias da Silva, em 26 de Abril de 1919. No plano político, a voz que sempre se levantou a reclamar a regulamentação do salário mínimo foi a voz nunca acomodada de Augusto Dias da Silva.

Os sindicalistas fazem-lhe justiça, declarando David Carvalho, no seu livro *Os Sindicatos Operários e a República Burguesa*, que, apesar de o Partido Socialista não ter assumido a luta dos trabalhadores, havia nesse partido homens cujo trabalho e valor tinha de ser reconhecido – Antero de Quental, Azedo Gneco, José Fontana, Costa Godolfim, Augusto Dias da Silva, César Nogueira, e tantos outros, no dizer do autor. Nomeia apenas estes, mas, pelo que me foi dado saber durante as pesquisas feitas na imprensa e nos Diários das sessões da Câmara dos Deputados, acrescento os nomes de Ladislau Batalha, Alfredo Franco, Custódio de Mendonça e o Dr. Costa Júnior.

Estranhamente, o primeiro deputado socialista eleito, Manuel José da Silva, não se revelou um homem com uma actuação clara, deixando-nos quase sempre confundidos com as suas palavras, sempre que intervinha nos debates, algumas vezes em discordância com aquilo que parecia ser a linha de orientação do PSP e as opiniões expressas de conhecidos militantes.

VI – Conclusão

«A República, quando chegou, sob a tutela hegemónica do Partido Republicano Português (PRP) e do afonsismo, limitou-se a prolongar o sistema, só que sem rotativismo.»²⁵⁹

Terminado o meu trabalho, concluí que, de facto, a República, no que respeita aos trabalhadores, se *limitou a prolongar o sistema*.

Conhecer as dificuldades em fazer aprovar as leis sociais e depois de aprovadas e publicadas a falta de vontade política em as aplicar, permite tirar essa conclusão.

Produziram-se os seguintes normativos, consagrando os direitos dos trabalhadores:

1. O Decreto-lei da greve;
2. O Decreto-lei do descanso semanal;
3. A lei n.º 83/13 – dos desastres no trabalho;
4. As leis de um horário de 10 horas: para indústria, o comércio e para os menores e as mulheres;
5. Legislou-se sobre habitação social;
6. Decretou-se um horário de 8 horas;
7. Publicaram-se decretos sobre seguros sociais obrigatórios.

Os direitos dos trabalhadores estavam considerados no programa do Partido Republicano, foram “a bandeira” na oposição e estiveram sempre presentes nos programas dos Governos republicanos. Eram promessas.

Houve republicanos que não esqueceram essas promessas. Uma minoria.

²⁵⁹ Rosas, (2010), pág.20

Recém chegados ao poder, legalizaram a greve, mas a regulamentação do decreto-lei não acalmou os trabalhadores e foi motivo de grande indignação, tendo levado a classe operária a organizar-se para o combater.

O descanso semanal era já reconhecido na monarquia, mas não era respeitado pelo patronato, principalmente no comércio. Foi sob pressão da classe dos caixeiros que o Governo Provisório tomou essa medida.

A lei 83/13 tinha sido apresentada no Parlamento monárquico, mas não aceite para debate.

O seu autor, Estêvão de Vasconcelos, logo que teve oportunidade, apresentou um projecto para que os operários tivessem o que lhe era devido em caso de acidentes no trabalho. Não aguardou sequer pelo funcionamento de uma Câmara de Deputados, detentora de poder para legislar. Apresentou essa proposta à Assembleia Nacional Constituinte, que tinha apenas a responsabilidade de elaborar uma constituição. E fê-lo para provar que as suas promessas seriam cumpridas, apesar de saber que não seria dali que sairia uma lei.

Pouco tempo depois de abrir a Câmara dos Deputados, foi debatida e foi nesse debate que “os cumpridores das promessas ” apareceram: eram uma minoria. Uma proposta que pretendia reconhecer um direito já reconhecido na maior parte dos países europeus, levou dois anos a ser aprovada. A maioria serviu os interesses da Associação Industrial, atrasando a aprovação.

Também a poucos dias de abrir a Câmara dos Deputados, Alfredo Ladeira apresentou uma proposta de horário de 8 horas para funcionários públicos e da administração. Seguidamente, uma proposta de horário de 10 horas para trabalhadores da indústria. Levou quatro anos a ser aprovada. Foi o debate mais longo e mais difícil que houve no Parlamento, sobre leis sociais. Foi a discussão em que mais deputados intervieram e onde ficaram claramente visíveis as suas posições de classe. Começou o debate em 1911 e só em 1915 se aprovaram as leis dos horários de 10 horas.

Os republicanos afirmavam que os trabalhadores tinham direitos, mas a consagração na lei, foi tardia.

Todos reconheciam que era preciso legislar no sentido de fazer justiça às classes trabalhadoras, mas poucos deram prioridade aos projectos que foram sendo apresentados nos primeiros anos de funcionamento do parlamento, sistematicamente adiados, sempre com o argumento da falta de condições económicas do país. Havia outras prioridades; havia sempre políticos com “assuntos urgentes” para debater e solucionar, a que se dava prioridade, ultrapassando os projectos agendados para aquela sessão. Na maior parte dos casos, constatei que esses “assuntos urgentes”, a meu ver, eram menos urgentes do que discutir as propostas sobre as questões sociais que estavam já agendadas. Na opinião de um grande número de parlamentares, as leis dos horários e até dos acidentes, teriam que aguardar o crescimento da economia.

Mas a onda crescente a nível nacional e internacional das classes operárias, assim como a tomada de consciência dos seus direitos, exercia uma forte pressão no sentido do reconhecimento desses direitos pelo poder político, daí resultando a sua consagração na lei.

As organizações operárias fizeram-se ouvir nesses lentos anos de espera, de adiamento. Enviaram representações à Câmara de Deputados, repetidas vezes, pedindo para serem aprovadas as leis propostas. E, esgotadas todas as estratégias de retardamento, as leis foram aprovadas e publicadas.

A segunda etapa era a regulamentação das leis publicadas. Novas lutas, novas paragens. As associações patronais chamavam ao parlamento a questão das regulamentações, questionavam o governo, pressionavam até no sentido de serem suspensos os regulamentos já feitos. Esta foi a regra.

Foi assim que se parou durante seis anos a aplicação do horário de 8 horas. Publicado o decreto em 1919, só em 1925 se publicou o 2.º regulamento, visto que o primeiro foi suspenso por pressão da Associação Industrial.

Os decretos dos seguros sociais obrigatórios, com a criação na mesma data, do Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral, ficaram a cargo desta

instituição, que criou e organizou os serviços, para funcionarem. Publicados a 10 de Maio de 1919, o Conselho de Administração reuniu pela primeira vez no dia 26 desse mês e começou a organizar os serviços de que dependeria a aplicação dos seguros.

Os resultados de toda esta legislação, não foram animadores.

A lei da greve não serviu os trabalhadores; o descanso semanal não era respeitado, como acontecia anteriormente em muitos locais de trabalho e não havia consequências, porque os tribunais de trabalho ou não eram eficazes na aplicação das penas ou não funcionavam; a lei n.º83/13 foi deficientemente aplicada e deu motivo a oito normativos posteriores para cobrir todas as situações que pretendia abranger; o horário de 10 horas, não contou nunca como jornada de trabalho. Não se fez uma regulamentação total; o horário de 8 horas foi regulamentado a um ano do fim da República; os seguros sociais nem todos foram aplicados. O de invalidez e velhice não passou à prática.

Dos cinco bairros sociais propostos, não chegou a concluir-se um, o do Arco do Cego, durante a República e quando se concluiu, as habitações não foram para os trabalhadores. Acabou por ser privatizado, adquirido por quadros do funcionalismo da classe média e dele nada sobrou para os operários, os enteados do regime.

Não se estabeleceu o salário mínimo.

Contudo, a República deu aos trabalhadores duas conquistas importantes:

1. Um horário de 8 horas;
2. Os seguros sociais nos acidentes de trabalho e na doença.

Faltaram condições económicas, na opinião de alguns, ou vontade política do poder, segundo outros, durante os dezasseis anos de vigência da 1.ª República, para dar satisfação às reivindicações dos trabalhadores. Não houve capacidade para vencer as muitas dificuldades, mas a força dos direitos levou a que, pelo menos, fossem consagrados na lei.

Quanto aos deputados republicanos, verifiquei, pelos projectos apresentados ao Parlamento e no decorrer dos debates, que conheciam as doutrinas acerca da questão social, sendo igualmente conhecedores de tudo o que já tinha sido legislado a nível europeu e até mundial. Não ignoravam o desenvolvimento económico doutros países, nem as dificuldades do nosso país. Não ignoravam a vida que levavam os trabalhadores portugueses. Entre eles encontravam-se republicanos que tinham atraído à causa republicana muitos operários e não queriam trair as suas promessas. Eram as excepções. Uns consideravam-se socialistas, outros não, mas estavam igualmente empenhados em fazer justiça aos trabalhadores. Uns por ideologia e convicção, outros por sentido de justiça, outros pela sua condição de operários formaram um grupo determinado, convicto, conhecedor e combativo.

No que diz respeito aos governos, a orientação política nos aspectos socioeconómicos não divergiu sensivelmente de uns governos para outros, durante a primeira República.

Concluindo: em face da realidade, podemos afirmar que a República não defendeu os direitos dos trabalhadores como alguns acreditaram em 1910. Contudo, publicou leis que lhe reconheciam direitos. Com base nessas leis podiam lutar para melhorar as suas condições de trabalho. Em defesa do que afirmo, termino com uma citação:

«É inútil acrescentar que todas estas bonitas disposições, cuja fiscalização era no entanto prevista na lei, assim como as sanções a aplicar em caso de não cumprimento, estas bonitas disposições, dizíamos, permaneceram em grande parte letra morta! Mas não se disse o mesmo depois da promulgação dos primeiros *Factory Acts*? O que importa reter, julgamos nós, é que estes textos fornecem doravante ao movimento operário um quadro legal dentro do qual podia procurar melhorar as condições de trabalho fabris e lhe facultava, sobretudo, a possibilidade, essencial para todo o movimento organizado nos seus inícios, de lutar contra as tendências patronais ...»²⁶⁰

²⁶⁰ Villaverde Cabral, (1979), págs 122/123

Fontes

Fontes Impressas

Diários da Assembleia Nacional Constituinte, 1911

Diários da Câmara dos Deputados de 1911 a 1926

Diários da Câmara dos Senadores de 1911 a 1926

Diários da Câmara dos Senhores Deputados 1881 a 1910

Decreto-lei da greve, de 6/12/1910

Decreto-lei do descanso semanal, de 9 de Janeiro de 1911

Lei N.º 83, lei dos acidentes de trabalho, publicada a 24/7/1913

Lei N.º 295, horário do comércio, publicada a 22/1/1915

Lei N.º 296, horário da indústria, publicada a 22/1/1915

Lei N.º 297, horário dos menores e das mulheres, publicada a 22/1/1915

Decreto-lei N.º 5 516, horário de 8 horas, de 7/5/1919

Decreto-lei N.º 6121 - Regulamento do decreto N.º 5516, de 23/9/1919

Decreto-lei N.º 10 782, regulamento do decreto N.º 5 516, de 20 de Maio de 1925

Decreto-lei N.º 5 633- seguro social obrigatório da invalidez, velhice e sobrevivência, de 10/5 de 1919

Decreto-lei N.º 636- seguro social obrigatório na doença, de 10/5/1919

Decreto-lei N.º 637- seguro social obrigatório nos desastres no trabalho, de 10/5/1919

Decreto-lei N.º 640-organiza o Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de previdência Geral

Boletim do Trabalho Industrial, 1906/1926

Boletins de Previdência Social – anos de 1919/1930

Boletim da Previdência Social n.º 2 e n.º 4 de 1917

Boletim da Previdência Social n.º 7 de 1919

A Batalha, Lisboa, 1919 / 1927 (Órgão da CGT)
 A Batalha Socialista, Lisboa, 1913
 A Construção, Lisboa, 1913
 A República Social, Lisboa, 1911 / 1912
 A Via Férrea, Lisboa, 1910 / 1914
 O Campeão Ferroviário, Porto, 1912 / 1915
 O Chapeleiro, Porto, 1911 / 1915
 O combate, Lisboa, 1914 / 1919
 O Eco dos Operários, Lisboa, 1919
 O Eco Ferroviário, Lisboa, 1919
 O Ferroviário, Lisboa, 1912 / 1920
 O Ferro-Viário, 1913, 1915, 1919, 1920
 O Gráfico, Lisboa, 1916 / 1920 / 1922 / 1926
 O Movimento Operário (boletim da União Operária Nacional)
 O Sindicalista, 1910 / 1916
 Terra Livre, Lisboa, 1913
 A Batalha Anarquista, Coimbra, 1914
 O Caixeiro português, Lisboa, 1917/18
 A Comuna Livre, Porto, 1915/16
 O despertar, Lisboa, 1914/15; 1920; 1922/23
 A Federação Ferroviária, Lisboa, 1922/26
 Labor proletário, Lisboa, 1923 / 26
 O Operário têxtil, Porto, 1929
 A Voz do Proletário, Porto 1910 / 192
 O Mundo, 1910, 1914, 1915,
 A República, 1911/1919
 A Manhã, 1917, 1918, 1919
 A Luta, 1910, 1911, 1912, 1913, 1914, 1915, 1919
 A Pátria, 1911/1914
 O Intransigente, 1914/1915
 A Capital, 1913/1915

Fontes Manuscritas

Livros das Actas das sessões do Conselho de Administração do Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e Previdência Geral, ANTT.

Documentação organizada por processos administrativos relativos ao pessoal e administração financeira do ISSOPG, ANTT.

Bibliografia

- Alves, Jorge Fernandes, Estruturas do Patronato e do operariado no Vale do Ave, in Mendes, José Amado; Fernandes, Isabel (Coord.) – Património e indústria no Vale do Ave, Vila Nova de Famalicão; Adarve, 2002, p. 112-125 ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1186.pdf.
- Alves, Jorge Fernandes, Para que Servem os Meus Olhos? Notas sobre o trabalho feminino na indústria têxtil de Guimarães, in Forum (Universidade do Minho), 32, Junho-Dez, 2002, p.61-79 [Ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1191.pdf](http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1191.pdf).
- Andrade, Anselmo de, Portugal Económico e Outros Escritos Económicos e Financeiros, 1911-1925, Lisboa, Banco de Portugal, 1997.
- Brandão, Fernando de Castro, A I República Portuguesa, uma cronologia, Lisboa, Livros Horizonte, 1991.
- Brandão, Raúl, Os Operários, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1984
- Cabral, Manuel Villaverde, O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no século XIX, Lisboa, 2.ª edição, ed. A Regra do Jogo, 1977.

- Cabral, Manuel Villaverde, Portugal na Alvorada do Século XX, Forças Sociais, Poder Político e Crescimento Económico de 1880 a 1914, Lisboa, ed. A Regra do Jogo, 1979.
- Carqueja, Bento, O Povo Português, Aspectos Sociais e económicos, Porto, Livraria Chardron de Lello e Irmão, 1916.
- Carvalho, David de, Os Sindicatos Operários e a República Burguesa (1910-1926), Lisboa, Seara Nova, 1977.
- Castro, Armando, Introdução ao Estudo da Economia Portuguesa (Fins do séc. XVIII a princípios do séc. XX, Lisboa, Cosmos, 1947.
- Cardoso, José Luís; Rocha, Maria Manuela (2009), O seguro social obrigatório em Portugal (1919-1928), Análise Social, vol. XVIV - clara.cabral@ics.ul.pt; jcardoso@iseg.utl.pt; manuelar@iseg.utl.pt.
- Couto, Jorge, Jornais Republicanos 1848-1926, Homenagem à Imprensa, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2011.
- Cruz, Domingos da, A Mutualidade em Portugal, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1933.
- Farinha, Luís, Cunha Leal Deputado e Ministro da República. Um Notável Rebelde, Lisboa, Assembleia da República/Publicações D. Quixote, 2009.
- Ferrão, Carlos, História da 1.ª República, Lisboa, Terra Livre, 1976.
- Ferraz, José Manuel, O desenvolvimento socioeconómico durante a primeira República (1910-1926), análisesocial. ics.ul.pt.
- Ferreira, David, História Política da Primeira República Portuguesa (1910-1915), Lisboa, Livros Horizonte, 1973.
- Firmino, Frutuoso, Da Casa Sindical ao Forte de Sacavém. Notas de um Sindicalista preso no último movimento operário, Porto, Afrontamento, 1971.
- Fonseca, Carlos da, História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal, 4 vols., Lisboa, ed. Europa – América. s.d.

- Freire, João, Anarquistas e Operários – Ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940, Porto, Afrontamento, 1992.
- Goodolphim, Costa, A Previdência, Imprensa Nacional, Lisboa, 1889.
- 14. Graça, L (1999): História da Saúde no trabalho: 1.3. proto-história do Direito do trabalho: 1867-1910
[http:// www.ensp.unl.pt/lgraça/textos14.html](http://www.ensp.unl.pt/lgraça/textos14.html).
- 28. Graça, L. (2000) – História da Saúde no Trabalho: 2.3. A Tardia e Inconsequente Legislação Social da República (1910-1926)
<http://www.unl.pt/lgraça/textos28.html>.
- 79. Graça, L. (1999) – História da Saúde no Trabalho: 2.2. A Situação do Operariado no final da Monarquia (1909-1910)
<http://www.ensp.unl.pt/lgraça/textos79.html>.
- 97. Graça, L. (2000) – O ensino e a Prática da medicina em Portugal no Séc. XIX
<Http://www.ensp.unl.pt/lgraça/textos97.html>.
- Guibentif, Pierre, Génese da Previdência Social. Elementos sobre as origens da segurança social portuguesa e suas ligações com o corporativismo, Ler História, nº 5, 1985.
- Leal, Ernesto Castro, Partidos e Programas. O Campo Partidário Republicano Português (1910 – 1926), Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.
- Machado, Fernão Botto, O Seguro Obrigatório dos Trabalhadores. Projecto de lei apresentado à Assembleia Nacional Constituinte, Lisboa, Typ. Bayard, 1911.
- Machado, Fernão Botto, A Jornada Normal de 8 horas de Trabalho. Projecto de Lei Apresentado à Assembleia Nacional Constituinte, Lisboa, Typ. Bayard, 1911.

- Maia, Fernando M., *Segurança Social em Portugal, Evolução e Tendências*, Instituto de Estudos para o desenvolvimento, 1985, Lisboa.
- Marques, A. H. Oliveira, *Ensaio de História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988.
- Marques, A. H. Oliveira, Afonso Costa, Lisboa, Arcádia, 1975.
- Marques, A. H. Oliveira, Bernardino Machado, ed. Montanha, Lisboa, 1978.
- Marques, A. H. Oliveira, Afonso Costa, *Discursos parlamentares – 1911-1914*, Lisboa, Liv.ª Bertrand, 1976.
- Marques, A. H. Oliveira, *A Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 3.ª ed., 1980.
- Marques, A. H. Oliveira, *Parlamentares e Ministros da 1.ª República (1910-1926)*, Porto, ed. Afrontamento, 2000.
- Matos, Sérgio Campos, *Historiografia e Memória Nacional no Portugal do século XIX (1846 – 1898)*, Lisboa, ed. Colibri, 1998.
- Matos, Sérgio Campos, *Consciência histórica e nacionalismo: Portugal – Séculos XIX - XX*, Lisboa, ed. Livros Horizonte, 2008.
- Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, VI Vol., Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.
- Medina, João (dir.), *História Contemporânea de Portugal*, Lisboa, Amigos do Livro, 1986.
- Mónica, Maria Filomena, *A formação da classe operária portuguesa – Antologia da imprensa operária (1850 – 1934)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.
- Montalvor, Luís de, *História do Regime Republicano em Portugal*, Lisboa, Ática, 1930-1932
- Nogueira, José Félix Henriques, *Obra Completa*, 2 Vols, Lisboa, ed. Imprensa Nacional, 1976

- Oliveira, César, O Socialismo em Portugal, 1850 – 1900, Lisboa, ed. Afrontamento, 1973.
- Oliveira, César, O Operariado e a República Democrática (1910-1914), Lisboa, 2.ªed., Seara Nova, 1974.
- Oliveira, César, A Criação da União Operária Nacional. Problemas e Alternativas do Congresso Operário de Tomar de 1914, Porto, Afrontamento, 1973.
- Pais, Artur Luís Viegas Soares, A Protecção Social Pública na velhice em Portugal: Evolução Histórica de 1919 a 2008 – <http://hdl.handle.net/10400.5/3197>, Editora: Instituto de Economia e Gestão.
- Pereira, Miriam Halpern, As Origens do Estado Previdência em Portugal: as novas fronteiras entre o público e o privado, in: A primeira República portuguesa – entre o Liberalismo e o Autoritarismo, Lisboa, Edições Colibri, 1999.
- Pereira, David Oliveira Ricardo, As Políticas Sociais em Portugal (1910 – 1926), Trabalho de Projecto apresentado para a obtenção do grau de Mestre em História Contemporânea, Julho de 2008, FCSH/UNL
- Pereira, Joana Dias, Sindicalismo Revolucionário – História de uma Ideia, www.ifch.unicamp.br/mundosdotrabalho/arquivos/joanadias.pdf.
- Pereira, Miriam Halpern, As Origens do Estado Previdência em Portugal: as novas fronteiras entre o público e o privado, in: A primeira República Portuguesa – entre o Liberalismo e o Autoritarismo, Lisboa, Edições Colibri, 2000
- Pereira, Miriam Halpern, Mutualismo e a Origem do seguro social. in: Maria João Vaz, Eunice Relvas e Nuno Pinheiro, Exclusão na História. Actas do Colóquio Internacional sobre exclusão social, Oeiras, Celta Editora, 2000.
- Pereira, Pedro Teotónio, A Batalha do Futuro, Organização Corporativa, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1937.
- Peres, Damião, História de Portugal, Vol. VII, Porto, Portucalense Editora, 1935

- Peres, Damião, História de Portugal, Suplemento, Porto, Portucale Editor, 1954.
- Pinto, Ana Catarina, A Primeira República e os conflitos da modernidade (1919 – 1926): a esquerda Republicana e o Bloco Radical, Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2011
- Reis, António, (dir.), Portugal Contemporâneo, III, IV e V vols. Ed. Alfa, 1990.
- Reis, Jaime, «A industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal, 1870 – 1913», in *Análise Social*, vol. XXIII, (96), pp. 207 – 227, 1987.
- Relvas, José, Memórias Políticas, I e II vols., Lisboa, Terra Livre, 1997.
- Rocha, Albino Vieira da, Le Portugal au Travail, Paris, ed. Pierre Roger, 1921.
- Rodrigues, Cristina, Trabalhar em Portugal (1910 -1933) – Análise da legislação sobre direitos dos trabalhadores, (Policopiado), Lisboa, ISCTE, Dissertação de Mestrado em Sociologia do Trabalho das Organizações e do Emprego, 2006.
- Rosas, Fernando José Mendes, Portugal no Século XX (1890 -1976) Pensamento e Acção Política. Portugal, Século XX (1890-1976), Lisboa, ed. Notícias, 2004.
- Rosas, Fernando José Mendes e Maria Fernanda Rollo, coord., História da Primeira República Portuguesa, Lisboa, ed. Tinta da China, 2009.
- Rosas, Fernando José Mendes, Lisboa Revolucionária, 1908 – 1975, Lisboa, ed. Tinta da China, 2010.
- Rodrigues, Cristina, A Primeira república em Portugal (1910 – 1933) e os Direitos dos Trabalhadores, cristina.rodrigues@ief.
- Sá, Luís e Manuela Rego, (coord.), Jornais Republicanos 1848-1926, Lisboa, ed. BNP e AR., 2011
- Samara, Maria Alice, Verdes e Vermelhos. Portugal e a Guerra no Ano de Sidónio Pais, Lisboa, Editorial Notícias, 2004.
- Samara, Alice, «O impacto económico e social da primeira guerra em Portugal», in *Portugal e a Guerra*, coordenação de Nuno Teixeira, IHC da FCSH/UNL., ed. Colibri, 1998.

- Santos, Fernando Piteira, «Na transição do Constitucionalismo Monárquico para o Constitucionalismo Republicano: a Crise do Partido Socialista e a Crise do Partido Republicano, in *Análise Social*, n.ºs 72-73-74, Lisboa, 1982
- Saraiva, José Hermano, (dir.), História de Portugal, 6.º Vol., ed. Alfa, 1982, Lisboa
- Serrão, Joel, (dir.), Dicionário de História de Portugal, V Vol., Porto, Livraria Figueirinhas, 1981
- Simões, José de Oliveira, Tribunais de Árbitros Avindores de Portugal. Relatórios e Estatísticas, Boletim do Trabalho Industrial, N.º 62, Lisboa, Imprensa Nacional, 1912, N.º84, 1913, N.º92, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1915, N.º 99, Lisboa, Imprensa Nacional, 1915.
- Soares, Luís Júlio Dias, Estatística das Colisões em Portugal, 1903-1912, Boletim do Trabalho Industrial, N.º81, Lisboa, Imprensa Nacional, 1919.
- Sousa, Manuel Joaquim, O Sindicalismo em Portugal. Esboço Histórico, Publicações da A. I. T., Lisboa, 1931.
- Telo, António José, Decadência e Queda da I República Portuguesa, 2 vols, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980.
- Torgal, Luís Reis, António José de Almeida e a República, Lisboa, Circulo dos Leitores, 2004
- Vasconcelos, Estêvão de, Do papel da mutualidade nos acidentes de trabalho (Congresso Nacional de Mutualidade, Tese IV), Lisboa, 1910.
- Ventura, António, Anarquistas, Republicanos e Socialistas em Portugal. As Convergências Possíveis (1892-1910), Lisboa, Cosmos, 2000.
- Ventura, António, Um Republicano Heterodoxo: Fernão Botto Machado, Ver. História das Ideias, N.º27, Coimbra, 2006.
- Ventura, António, (dir.), Emílio Costa e o Sindicalismo. Da Formação Libertária à Casa Sindical, Lisboa, Seara Nova, 1977

- Vieira, Alexandre, Para a História do Sindicalismo em Portugal, Lisboa, Seara Nova, 1970.
- Vieira, Alexandre, Figuras Grandes do Movimento Social Português, Lisboa, ed. do autor, 1959.
- Valente, Vasco Pulido, A República e as classes trabalhadoras (Outubro de 1910/Agostode1911),
<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224259732Q5gHS7jy7Yx56AM3.p>.
- Wheeler, Douglas., A Primeira República Portuguesa e a sua História, análise social. lcs.ul.pt/documentos/1223989532S4yRL1eb3Cn44CL5.pdf.

Anexos

1

Os rostos das reformas sociais²⁶¹

Por não se terem esquecido das promessas feitas no tempo da campanha de propaganda republicana e pelo seu esforço no sentido de fazer justiça aos trabalhadores, apresento uma breve biografia dos principais responsáveis pela publicação de leis sociais.

José Estêvão de Vasconcelos (1868 – 1894)

Nasceu em 1868 em Olhão. Formou-se em Medicina na escola Médico-Cirúrgica em Lisboa, tendo terminado o curso em 1894.

Estêvão de Vasconcelos tem direito ao primeiro lugar, não só por ter iniciado o seu combate ainda na monarquia, mas também pelo empenhamento, a clarividência e o sentido da realidade, sem deixar de colocar a justiça que a República devia aos trabalhadores em primeiro lugar e antes de tudo. Os seus discursos no parlamento são sempre motivados por causas humanitárias.

A ele se ficou a dever a Lei 83/13, sobre acidentes de trabalho.

Pertencia ao Partido Democrático e foi eleito deputado em 1908, 1910 e 1911. Foi também Senador e de 12 de Novembro de 1911 a 16 de Junho de 1912 desempenhou o cargo de Ministro do Fomento.

Teve uma actividade política intensa e foram-lhe confiados cargos importantes dentro da estrutura partidária, mas o que mais o notabilizou foi o seu empenho na solução da questão social. É uma notável figura de republicano em todos os aspectos.

²⁶¹ Estas pequenas biografias têm por base a obra “Parlamentares e Ministros da 1.ª república (1910 – 1926)”, de vários autores, com a coordenação de A. H. Oliveira Marques, acrescidas de informações recolhidas nos debates parlamentares e na imprensa consultada para a tese.

Augusto Dias da Silva (1887 – 1928)

Nasceu em Lisboa no ano de 1887 e faleceu em 1928, também em Lisboa.

Nunca militou nos partidos republicanos. Sempre foi socialista. Os decretos que ele preparou foram as reformas sociais mais importantes publicadas pela República.

Era filho de um industrial e foi também industrial por herança paterna. Terminados os estudos pré-universitários, optou por começar a trabalhar na fábrica, ainda em vida de seu pai, onde conheceu e se solidarizou com os operários.

Posteriormente passou a empresário de transportes, criando a primeira empresa de viagens de recreio.

Filiou-se no Partido Socialista em 1905 e foi um destacado militante e dirigente. Suportou financeiramente o Diário Socialista nos anos de 1912 e 1913 e foi um combativo e vigoroso jornalista.

Era um homem de acção, distinguindo-se na defesa das reivindicações operárias.

Quando foi deputado defendeu sempre as causas dos trabalhadores em todas as sessões em que foram levantadas, fossem greves, horários, salários, pensões ou prisões e repressão sobre os trabalhadores.

Foi director-gerente do jornal socialista “O Combate”, quando, em 1919, passou de semanário a diário, suportando sozinho os custos deste jornal. Os operários tratavam-no familiarmente por “camarada Augusto”.

Pela investigação levada a cabo no âmbito do tema da tese, verifiquei que o “camarada Augusto” tentou lançar no nosso país os fundamentos para a segurança social, quando foi chamado a desempenhar o cargo de Ministro do Trabalho em 1919. Desenvolveu então uma intensa actividade legislativa, ordenando a preparação de

decretos que vieram a constituir os seguros sociais obrigatórios e a estabelecer um horário de trabalho de 8 horas.

Iniciou a construção dos bairros sociais e propôs o estabelecimento do ordenado mínimo.

Sempre fez questão de afirmar que não o moveram questões de interesse político, mas só e exclusivamente, as questões de justiça social. O desenrolar da vida pública e a sua intervenção nela, confirmaram o seu desinteresse pessoal e o seu empenhamento em criar condições de vida digna, para todos aqueles que as não tinham, fossem trabalhadores ou outras classes pobres. Mas os seus projectos, embora ele fosse um líder, eram os projectos da formação partidária a que pertencia. O mérito dele foi actuar com rapidez. Contudo, resultou da pesquisa que fiz, a convicção de que o seu carácter, energia e temperamento foram o motor que nunca deixou parar este processo.

Foi um jovem do seu tempo, tendo-se dedicado à prática do desporto, obtendo primeiros prémios nas modalidades de natação e pólo aquático. Foi director do Sporting Club de Portugal. Ficou muito conhecido como desportista.

No meio “alfacinha,” era muito popular e considerado um bom guitarrista e fadista amador.

Tomou parte nos movimentos revolucionários de Janeiro de 1919 que se opunham aos monárquicos e às Juntas Militares, combatendo ao lado de Álvaro de Castro em Santarém como membro da Junta Revolucionária e participando na escalada de Monsanto e no movimento popular que se lhe seguiu, exigindo a reposição do funcionamento pleno das instituições republicanas, suspensas pelo sidonismo.

Foi eleito deputado em Maio de 1919 e vereador da Câmara Municipal de Loures, onde iniciou um projecto de ressurgimento da Várzea.

Em 1922 foi eleito para a Câmara Municipal de Lisboa, tendo integrado a vereação.

Com a implantação do Estado Novo, impedida a acção política, nunca recusou ajuda económica aos que lhe pediam, pondo em risco os seus próprios bens.

Alfredo Maria Ladeira (1878 -?)

Nasceu em Lisboa no ano de 1878.

Foi um dos deputados mais intervenientes no parlamento, desde a Assembleia Nacional Constituinte, sempre defendendo os interesses dos trabalhadores. Fez parte da Comissão de Legislação Operária e foi um dos membros mais persistentes e cumpridores. Poderemos mesmo afirmar que, nalgumas ocasiões, foi o sustentáculo dessa Comissão, quando todos os elementos faltavam, conseguindo, com a sua persistência, que fossem substituídos por outros que pudessem dar uma colaboração permanente.

Pertenceu primeiramente ao Partido Socialista, tendo colaborado com o Partido Republicano ainda na Monarquia. Passou posteriormente para o Partido Democrático, mas continuou fiel à ideologia socialista.

Foi eleito deputado em 1911 e em várias outras legislaturas, pois encontramo-lo no parlamento sempre propondo e defendendo medidas sociais.

Declarava-se operário e de facto era canteiro de formação, mas desempenhou sempre cargos na área da actividade social – foi funcionário da Provedoria Central e do Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral. Trabalhou nas organizações operárias – foi membro da Comissão de Greves e Arbitragem.

Apesar de ter pouco mais do que a escolaridade obrigatória daquele tempo, colaborou em vários jornais de orientação política e social – A Voz do Operário, A Capital, A Federação, de que foi redactor, O Revolucionário, A Obra e Eco de Almada. É um dos participantes activos no Congresso Nacional Operário de 1909, convocado pela Federação Operária de Lisboa e a sua tomada de posição vem referida no

Almanaque de “A Batalha”, a páginas 56, como tendo feito parte do grupo de presentes que discordava da admissão dos delegados dos agrupamentos políticos e, naquele caso, eram elementos dos centros socialistas apenas e, por isso, decidiu afastar-se e convocar um congresso constituído exclusivamente, por representantes de associações de classe e das cooperativas.

Pelo seu trabalho no parlamento merece ser reconhecido como um deputado distinto, que honrou aquele órgão de poder. Apresentou uma proposta de horário de 8 horas para os trabalhadores do Estado e dos municípios, e outra de um horário de 10 horas para o comércio e a indústria e participou nos debates de todas as medidas sociais, nunca lhe faltando argumentos para as justificar.

Eduardo de Almeida (1862 – 1941)

Nasceu em Guimarães no ano de 1884 e formou-se em Direito na Universidade de Coimbra, tendo terminado o curso em 1905.

Pelas suas propostas de carácter social, é um nome a registar neste trabalho. Foi mesmo o primeiro deputado a pronunciar-se sobre a proposta de acidentes de trabalho, como se pode verificar. Apresentou ele próprio, propostas a favor das classes populares, justificando-as. Numa dessas propostas pedia um Código de Trabalho e que se garantissem todos os direitos aos trabalhadores.

Nos seus artigos jornalísticos, revelou-se um político de ideias avançadas. Entre as obras que publicou sobressai um estudo de carácter social, “A Família e a Evolução Social”. Além do exercício da advocacia, era director de vários órgãos de imprensa: O Comércio do Norte, O Republicano, O Povo de Guimarães. De colaboração com Alfredo Pimenta e Campos Lima, publicaram Era Nova.

Francisco de Sales Ramos Costa (1855 – 1935)

Era natural de Lisboa, tendo nascido no ano de 1855. Frequentou a Escola Politécnica e concluiu o curso da arma de Artilharia no ano de 1878, na Escola Militar. Foi eleito deputado em 1911, 1915 e 1921 e Senador em 1922 e 1925. Duas carreiras longas e bem sucedidas, a de militar e a de político.

Militava no Partido Democrático. Colaborou no jornal Diário de Notícias e no Século. Foi director da Revista de Artilharia, da fábrica de Braço de Prata e da Fundação de Canhões. Como militar atingiu a patente de Coronel.

Entrou nos trabalhos parlamentares já na idade madura e a sua opção foi pugnar por reformas sociais. Não se deve à verdura dos anos nem aos entusiasmos generosos da juventude, o impulso para tal. Foi a maturidade dos anos e um elevado sentido de justiça, certamente.

Propõe na Assembleia Constituinte que se criem disposições para a construção de habitações económicas para os trabalhadores e lhes sejam dadas condições de uma vida digna. Denuncia a situação de miséria em que vivem as classes populares.

Pela sua carreira militar vemos que tinha condições de vida desafogada. Não era por si que tomava as posições que tomou nos debates sobre acidentes de trabalho, sobre horários, contra os açambarcamentos, contra a carestia do custo de vida. Tinha opiniões sobre estas matérias e exprimiu-as claramente, agradasse ou não aos seus correligionários. São estes os Republicanos que honraram a República, que nunca traíram os ideais republicanos, não esqueceram as promessas nem o povo, para quem se afirmava que governava a República.

Faleceu em 1935. Tinha completado 80 anos. Não lhe foi poupado assistir ao derrube do regime que ajudou a implantar. E como se isso não fosse já demais, teve de assistir ainda à consolidação do Estado Novo.

Gastão Rafael Rodrigues (1883 -?)

Nasceu em Lisboa em 1883. Fez estudos preparatórios num seminário. Saiu e começou a trabalhar no comércio, mas posteriormente aprendeu a profissão de torneiro mecânico no Arsenal da Marinha e foi operário nessa profissão. Passou depois para a função pública no modesto lugar de 2.º oficial administrativo.

A República teve homens invulgares que poucos conhecem, o que empobrece a história da República. Gastão Rodrigues, como é sempre tratado, era certamente um desses homens invulgares, com valor pessoal. Fundou o Centro Escolar Republicano Dr. Bernardino Machado em Alcântara, em 1904. Foi secretário de Bernardino Machado quando Ministro dos Negócios Estrangeiros. Foi eleito deputado em 1911 e 1915, nas listas do Partido Democrático, mas tinha ideias socialistas e tomou sempre a defesa dos projectos de leis sociais. Subscrive a proposta apresentada por Alfredo Ladeira, de 8 horas de trabalho para trabalhadores do Estado.

O seu percurso de vida e de político mostram à evidência que era um homem invulgar e que não deve ser ignorado pela história da república.

O jornal Via-Férrea de 15 de Fevereiro de 1912 diz dele o seguinte:

«O Sr. Gastão Rodrigues, espírito requintadamente democrático, tem acompanhado e defendido calorosamente todas as justas reivindicações das classes trabalhadoras e designadamente as dos ferroviários (...) colocou-se, a bem da República e da Justiça, ao lado do pessoal dos caminhos de ferro (...). A atitude do Sr. Gastão Rodrigues dentro do regímen republicano, colocando-se ao lado de todas as causas justas, dos humildes e honestos trabalhadores, contrasta singularmente com a de certos políticos que outrora apelavam para o povo soberano e punham em destaque “os sem vintém”, que guardaram os bancos, e, hoje, ejaculam catilinárias contra a escumalha das ruas.

(...) O ilustre deputado pelo círculo do Barreiro tem sabido defender os empregados dos caminhos de ferro com louvável desinteresse e com a atenção que merecem ao seu espírito de bom republicano todas as classes trabalhadoras.»

Pedro Januário do Vale Sá Pereira (1877 – 1930)

Nasceu em Lisboa em 1877.

Foi primeiro empregado de comércio e depois funcionário público. Desempenhou o cargo de presidente da Associação de Classe dos Caixeiros, fundou o jornal O Caixeiro e dirigiu O Rebate.

Foi eleito deputado em 1911 como socialista independente, e depois em 1915, 1919 e 1922, integrado nas listas do Partido Democrático.

Não esteve no parlamento como um autómato, apenas para acenar e votar. Em matéria de reformas sociais interveio diariamente e fez parte da Comissão de Legislação Operária. Foi o terceiro subscritor da primeira proposta de horário de 8 horas. Na altura de crises alimentares e de açambarcamentos, levantou a voz para denunciar, protestar e propor soluções.

Manuel Goulard de Madeiros (1861 – 1947)

Era natural dos Açores. Nasceu na cidade da Horta em 1861. Cedo conheceu as lides políticas, visto ser filho do chefe do Partido Progressista local.

Estudou na Escola Politécnica de Lisboa e continuou estudos militares na Escola do Exército, na arma de Artilharia. Na carreira militar atingiu o posto de Coronel em 1913 e em 1919 passou à reserva.

Aderiu à causa republicana quando ainda era estudante por volta do centenário do Marquês de Pombal, em 1882.

Foi eleito deputado em 1911, tendo sido também senador. Desempenhou os cargos de vice-presidente e de presidente do Senado em 1913. De 28 de Janeiro a 14 de Maio de 1915 foi Ministro da Instrução. Pertenceu ao Partido Unionista e era maçom, tendo-se iniciado na loja Livre Exame com o significativo nome, sobretudo para um militar, de Gomes Freire. Veio a ser presidente do Grande Oriente Lusitano em 1913.

É de referir que foi autor de um dos projectos de Constituição em 1911. É subscritor, com Ramos Costa, da proposta de habitações para os trabalhadores.

Albino da Costa Cró Pimenta de Aguiar (1876 – 1940)

Nasceu em Montemor-o-Novo no ano de 1876. Era proprietário e agricultor. Participava na imprensa periódica, sendo mesmo director de alguns jornais regionais. Fez parte dos órgãos dirigentes regionais do Partido Republicano e da administração municipal.

Foi eleito deputado em 1911 e 1915.

Manuel José da Silva (1892 – 1935)

Nasceu em 1892, na Califórnia. Fez um curso na Universidade de Coimbra, para leccionar no Ensino Secundário.

Foi chefe de gabinete do Ministro da Instrução em 1921. No parlamento declarou-se socialista, mas esteve ligado ao Partido Evolucionista e ao Partido Democrático. Foi eleito deputado em 1911, 1919 e 1925.

Na discussão do projecto de acidentes de trabalho foi bastante crítico e considerou que se devia ir mais longe mas deu-lhe o seu voto.

Instaurada a ditadura, esteve preso na ilha Terceira.

Afonso Ferreira (1877 – 1920)

Era natural de Leiria, onde nasceu em 1877. Tinha a profissão de barbeiro e foi muito activo na propaganda pela República. Fundou o Centro Republicano de Alcobaça e foi secretário da Comissão Municipal do Partido Republicano dessa localidade. Colaborou em várias publicações regionais. Em 1910 editou um livro com o título “A Aliança Inglesa”, que mereceu um prefácio de Bernardino Machado. Foi eleito deputado em 1911 e teve intervenções muito construtivas. No debate do projecto sobre acidentes de trabalho revelou-se uma pessoa clarividente, apoiou o projecto e contribuiu para alguns desbloqueamentos colocados pelos opositores.

António Aurélio da Costa Ferreira (1879 – 1922)

Nasceu em 1879 no Funchal, onde fez o curso liceal até à entrada na universidade.

Licenciou-se em Filosofia na Universidade de Coimbra. Seguidamente fez o curso de medicina com estágio em Paris, vindo a exercer medicina em Portugal e a docência na Faculdade de Medicina.

No campo de actividades sociais exerceu os cargos de juiz presidente do tribunal de árbitros avindores, director da Casa Pia de Lisboa, 1.º provedor da Assistência Pública.

Fundou a Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia e pertenceu a inúmeras associações. Desde a juventude que pertencia à Maçonaria. Era filiado no Partido Evolucionista, mas iniciou a actividade política ainda na Monarquia.

Integrou a vereação republicana da Câmara Municipal de Lisboa eleita em 1908 e foi eleito deputado republicano nas eleições de 1910, ainda no regime monárquico. Foi eleito deputado em 1921 e ministro do Fomento em 1912/1913.

Tem uma vasta obra publicada, com incidência na área social, onde a sua actividade foi igualmente vasta.

Ângelo Alves de Sousa Vaz (1879 – 1962)

Nasceu em Lisboa no ano de 1879 e estudou no Porto, tendo concluído o curso de Medicina em 1902. O tema da sua tese foi uma novidade em Portugal, pois tratava o Neo-malthusianismo. Fez a especialização em Pediatria em Paris e frequentou depois clínicas em Inglaterra, Suíça, Bélgica e na Alemanha.

Em 1904 aderiu ao Partido Republicano e foi muito activo na propaganda à República. Foi eleito deputado em 1911 e 1915 e por uma iniciativa legislativa de sua autoria foram criados os liceus Alexandre Herculano e Rodrigues de Freitas. Colaborou na imprensa republicana e integrou órgãos locais do seu partido e também alguns autárquicos, mesmo os mais modestos, como por exemplo presidente da Junta de Paróquia de Santo Ildefonso do Porto.

Representou o nosso País no Congresso de Higiene Social de Paris em 1919. Foi iniciado na Maçonaria na loja Luz e Vida em 1911, com o significativo nome de Saint Just.

Deixou muitas obras publicadas sobre pediatria e saúde escolar e algumas biografias.

Pelo seu currículo, compreende-se que não tivesse ficado silencioso nos debates sobre reformas sociais e lhe expressasse o seu apoio.

Uma referência familiar: era genro de Bernardino Machado.

Ricardo dos Santos Covões (1881 – 1951)

Era natural de Lisboa, tendo nascido no ano de 1881. Fez o curso de Comércio e Construções Navais.

Foi vereador da Câmara Municipal de Lisboa e membro de muitas comissões políticas e de juntas republicanas, mas o seu maior empenhamento era na protecção à infância, o que o levou a defender a criação de colónias infantis, assistência nas escolas e a construção de cantinas.

Desempenhou o cargo de chefe de gabinete e secretário particular de Bernardino Machado quando foi primeiro-ministro.

Em 1913 foi eleito deputado independente e é no decorrer dessa legislatura que o ouvimos defender as propostas de legislação laboral.

Abandonou depois a vida política para se dedicar à actividade teatral. Foi empresário do Teatro de S. Carlos e do Coliseu dos Recreios. Mesmo nesta sua actividade não abandonou a área social, organizando espetáculos de circo, música e ópera, com bilhetes de baixo custo, para que quem tivesse menos poder económico pudesse frequentar estes espetáculos. Os jornais tiveram nele um bom colaborador, tendo ainda sido director de O Povo. Escreveu textos para revistas que ficaram na memória popular e um livro de memórias sobre 50 anos de Coliseu.

As Caixas de previdência dos Profissionais de Imprensa, de Reforma dos Artistas de Teatro e dos vendedores de Jornais tiveram nele um dos mais generosos e incansáveis apoiantes.

José Maria Vilhena Barbosa de Magalhães (1879 – 1959)

Nasceu em Aveiro no ano de 1879. Terminou o curso de Direito em 1899 e a partir de 1901 exerceu advocacia em Lisboa. Depois de fundada a Universidade de Lisboa em 1911, veio a exercer a docência na faculdade de Direito desde 1914 até 1941. Entre as tarefas que foi encarregado de levar a cabo, destaca-se a de delegado de Portugal na arbitragem com a Alemanha para a fixação das indemnizações; delegado de Portugal na 1.^a conferência para a codificação do Direito Internacional, realizada em Haia em 1930, passando seguidamente a membro da Comissão de Técnicos da Sociedade das Nações e da Comissão Portuguesa do Direito Marítimo Internacional e leccionou na Academia Internacional de Haia.

Foi eleito deputado em 1911 e manteve o lugar até 1921. Desempenhou o cargo de Ministro em três ocasiões e em pastas diferentes: da Justiça, da Instrução e dos Negócios Estrangeiros. Deixou uma vasta obra sobre matéria jurídica.

Foi aposentado coercivamente em 1941.

E foi um deputado com esta formação de excelência que se opôs a Jacinto Nunes, respondeu a Egas Moniz, demonstrou a Brito Camacho que estava enganado e se dispôs a contribuir para levar a proposta sobre acidentes no trabalho a ser aprovada, contra as tentativas de a travar, levantadas pelo grupo liderado por Brito Camacho. Apresentou uma moção para que a proposta de Estêvão de Vasconcelos entrasse em discussão no dia que estava previsto e a Câmara votou a favor.

Francisco Luís Tavares (1886 -?)

Nasceu em Ponta Delgada em 1886 e formou-se em Direito na universidade de Coimbra, tendo terminado o curso em 1909.

Participou nas lutas académicas, nomeadamente na greve de 1907 de cujo comité organizativo fez parte. Abriu escritório de advocacia na sua terra, foi juiz dos

Tribunais Judiciais e do Trabalho, Provedor da Santa Casa da Misericórdia, administrador da Companhia de Navegação de Carregadores Açoreanos.

Toda a sua actividade profissional decorreu em Ponta Delgada, onde desenvolveu também grande actividade cultural criando o Teatro Micaelense e o Correio dos Açores. Desempenhou cargos políticos, nomeadamente o de governador civil.

Foi eleito deputado em 1911 e em 1919, nesta última candidatura, pelo Partido Unionista.

A sua participação no debate dos projectos sociais foi sempre favorável à sua aprovação.

José Botelho de Carvalho Araújo (1881 – 1918)

Nasceu no Porto no ano de 1881 e assentou praça na Marinha em 1899. Tomou parte na revolução de 5 de Outubro de 1910.

Foi iniciado na Maçonaria em 1911, na loja Pátria e Liberdade, com o nome simbólico de Gama.

Foi eleito deputado em 1911 e 1915, nas listas do Partido Democrático.

Escreveu para vários jornais nacionais e regionais.

O nome de Carvalho Araújo é um dos que está na memória dos portugueses e que jamais a História apagará.

Tendo chegado a comandante do caça-minas Augusto de Castilho, evitou que um submarino alemão afundasse o navio de transporte de passageiros S. Miguel, no dia 14 de Outubro de 1918, com centenas de pessoas a bordo, mas perdeu a vida nessa operação.

José Gomes da Silva Ramos (1883 – 1948)

Nasceu em 1883 em Lisboa e formou-se em medicina na escola Médico-Cirúrgica, terminando o curso em 1904. Foi médico dos Hospitais Cíveis de Lisboa, da Assistência Nacional aos Tuberculosos e da Misericórdia de Lisboa.

Desempenhou cargos de grande responsabilidade e exigência, como responsável pela reorganização dos serviços médicos e instalações da Misericórdia e pela organização do 1.º Congresso Nacional das Misericórdias; dirigiu a Sociedade de Ciências Médicas e a Associação dos Médicos Portugueses.

Acompanhou, como médico, o Corpo Expedicionário Português. Foi eleito deputado em 1911 e mais tarde veio a aderir à União Republicana.

José Afonso Palla (1861 – 1915)

Nasceu em 1861, na aldeia de Malhada Sorda, concelho de Almeida. Seguiu a carreira militar e frequentou a Escola do Exército, na arma de Artilharia, chegando ao posto de Major.

Aderiu ao republicanismo em 1881. Sendo comandante de uma bateria do regimento de Artilharia 1, esteve envolvido na organização do 5 de Outubro de 1910 e foi um dos seus operacionais. Posteriormente veio a desentender-se com Machado Santos e votou contra a promoção que o parlamento lhe deu.

Esteva em serviço nas campanhas de África na guerra de 1914 a 1918, onde foi gravemente ferido, sendo a sua morte, ocorrida em Setembro de 1915, consequência desses ferimentos.

Foi eleito deputado em 1911. Em 1915 foi novamente eleito, agora nas listas do Partido Democrático, não tendo chegado, como vimos, ao fim da legislatura.

Joaquim António de Melo e Castro Ribeiro (1882 – 1953)

Era natural de Cortiça, concelho de Alveiz, onde nasceu no ano de 1882. Fez o curso de Filosofia na Universidade de Coimbra, mas a sua actividade esteve sempre ligada à agricultura. Como militante do Partido republicano foi eleito deputado a partir de 1911, em várias legislaturas, subindo ainda a Senador. Foi Ministro da Agricultura por três vezes, mas os cargos políticos não o seduziam, acabando por viver na sua quinta de Ferreira do Zêzere onde faleceu em 1953.

Henrique José Caldeira Queirós (1876 - 1942)

Nasceu em Borba no ano de 1876. Formou-se na Escola de Medicina do Porto e foi Médico-Cirúrgico na sua terra natal e em Galveias, concelho de Ponte de Sor, onde desempenhou também cargos políticos e administrativos.

Foi eleito deputado em 1911 e em 1925 Senador. Foi chefe de gabinete do Ministro das Colónias. Em 1913 dirigiu a Penitenciária de Lisboa e em 1914 passou a Director da Colónia Agrícola Correccional de Vila Fernando, cargo em que esteve apenas 1 ano, como nos anteriores, visto ter passado a Governador Civil de Portalegre em 1915.

Fez parte da Comissão de Legislação operária e foi relator dos pareceres emitidos pela Comissão. Na discussão sobre os acidentes de trabalho por mais de uma vez tomou a palavra para lembrar a esperança de reformas sociais justas para os trabalhadores, que os republicanos alimentaram no tempo da propaganda. No caso das dificuldades levantadas contra o projecto dos acidentes de trabalho, com a exigência de um relatório das Finanças, foi por sua iniciativa que se retomou o debate, no que foi auxiliado por Barbosa de Magalhães. As classes populares em geral e os operários numa forma especial, tiveram nele um defensor dos seus direitos.

Tiago César Moreira Salles (1871 – 1942)

Era natural dos arredores de Lisboa, Turcifal de Baixo, concelho da Lourinhã.

Nasceu em 1871 e formou-se na escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, tendo concluído o curso em 1896. Exerceu a profissão como Médico Municipal em Benavente e foi um republicano da primeira hora, pois aderiu a seguir ao Ultimato Inglês, em 1890. Foi candidato à Assembleia Constituinte, por pressão das bases locais (Torres Vedras) do Partido Republicano. Sendo proprietário agrícola, os Sindicatos Agrícolas designaram o seu nome para Senador em sua representação e foi eleito em 1918. Foi secretário de Machado Santos, quando ele teve o cargo de ministro do Comércio.

Foi presidente dos Sindicatos Agrícolas do Centro de Portugal. Deu uma colaboração importante ao estudo de questões agrárias.

Pertenceu à Comissão Organizadora da Ordem dos Médicos. No parlamento integrou a Comissão de Legislação Operária.

Pertenceu à maçonaria onde tinha o nome de Esculápio.

Para os cargos políticos que desempenhou não foi designado pelas cúpulas do partido a que pertencia, mas escolhido e indicado pelas bases locais que o conheciam, conheciam o seu trabalho e confiavam na sua lealdade e competência.

José Pereira da Costa Bastos (1877 - ?)

Nasceu no ano de 1877. Era natural de Vila Nova de Gaia.

Terminou o curso de Direito na Universidade de Coimbra no ano de 1907. Participou na greve académica desse ano. Colaborou em vários órgãos de imprensa do Porto e de Gaia.

Foi eleito deputado em 1911.

Estes são os homens que se empenharam na aprovação de leis sociais, no parlamento.

Os proponentes ocupam o primeiro lugar nesta lista, mas as suas propostas teriam chegado ao fim completamente subvertidas ou nem sequer teriam sido aprovadas se um grupo de deputados não tivesse assumido esta causa. Os projectos vieram de militantes do Partido Democrático, mas os seus impulsionadores e defensores pertenciam a vários partidos.

Aconteceu nalgumas sessões estarem em campos opostos, deputados do mesmo partido.

Os exemplos mais evidentes foram Jacinto Nunes e seu filho Jorge Nunes que não apoiaram nenhum projecto, discordaram sempre de todos, embora Jorge Nunes fosse mais dialogante do que Jacinto Nunes e tiveram contra a sua opinião deputados politicamente muito próximos.

Os que tiveram uma actividade parlamentar longa, encontram-se geralmente a defender as mesmas causas ou os mesmos interesses. Podiam misturar-se no partido, mas não se confundiam nas causas.

A situação sócio-económica não impediu que quadros superiores, militares, proprietários e académicos se juntassem a declarados operários; as ideias políticas não impediram que democráticos votassem ao lado de socialistas, independentes ou evolucionistas e até unionistas, apesar de os últimos estarem em maioria no grupo dos que evitavam a aprovação de projectos sociais.